

Maurício Vasconcellos Leão Lyrio

**TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA EM PORTAIS
ELETRÔNICOS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DO PODER
EXECUTIVO DOS GOVERNOS SUB-NACIONAIS BRASILEIRO
E ESPANHOL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Rogério João Lunkes, Dr.

Co-orientador: Profa. Emma Teresa Castelló Taliani, Dra.

Florianópolis, 2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Lyrio, Maurício Vasconcellos Leão

Transparência da gestão pública em portais eletrônicos :
Uma análise no contexto do poder executivo dos governos
sub-nacionais Brasileiro e Espanhol / Maurício Vasconcellos
Leão Lyrio ; orientador, Rogério João Lunkes ;
coorientadora, Emma Teresa Castelló Taliani. -
Florianópolis, SC, 2016.
295 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Administração Pública. 3.
Accountability. 4. Transparência. 5. Avaliação. I. Lunkes,
Rogério João. II. Taliani, Emma Teresa Castelló. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Administração. IV. Título.

Maurício Vasconcellos Leão Lyrio

**TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA EM PORTAIS
ELETRÔNICOS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DO PODER
EXECUTIVO DOS GOVERNOS SUB-NACIONAIS BRASILEIRO
E ESPANHOL**

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do título de Doutor em Administração, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de Março de 2016

Prof. Marcus Venicius Andrade de Lima, Dr.
Coordenador do Programa

Prof. Rogério João Lunkes, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa
Catarina - UFSC

Profa. Emma Teresa Castelló
Taliani, Dra.
Co-orientadora
Universidad de Alcalá - UAH

Banca Examinadora

Prof. Darci Schnorrenberger,
Dr.
Universidade Federal de Santa
Catarina - UFSC

Prof. Marcus Venicius Andrade
de Lima, Dr.
Universidade Federal de Santa
Catarina - UFSC

Prof. Sérgio Murilo Petri, Dr.
Universidade Federal de Santa
Catarina - UFSC

Profa. Emma Teresa Castelló
Taliani, Dra.
Membro Externo
Universidad de Alcalá - UAH

Prof. Fabiano Mauri Raupp, Dr.
Membro externo
Universidade do Estado de
Santa Catarina - UDESC

Este trabalho é dedicado à Maria Helena, que mais que minha esposa, é minha base e minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

Realizar um doutorado diz respeito a se propor a trilhar um longo e desafiador caminho. Não creio que seria possível superar um desafio dessa natureza sem o apoio de diversas pessoas e instituições que acreditaram neste projeto e neste pesquisador. Em poucas linhas seria impossível agradecer a todos que, de certa forma, participaram dessa caminhada, assim, buscarei agradecer àqueles que mais diretamente participaram deste projeto e compartilharam comigo as angústias e os prazeres de realizar este trabalho.

Inicialmente gostaria de agradecer ao meu orientador, prof. Dr. Rogério João Lunkes, que sugeriu a proposta deste trabalho, me orientou rigorosamente em todo seu desenvolvimento, abriu as portas para que fosse possível sua realização e, ao mesmo tempo, me deu autonomia intelectual para trabalhar. Mais que um orientador, é um grande parceiro, que com sua postura ética e sua gana pela busca do conhecimento será sempre uma referência e inspiração para mim.

Agradeço imensamente à profa. Dra. Emma Teresa Castelló Taliani, minha co-orientadora na Espanha. A precisão de sua orientação, bem como os questionamentos e as discussões que ela fez ao longo do desenvolvimento deste trabalho foram de suma importância para seu amadurecimento ao longo do tempo. A profa. Emma é uma força impulsionadora para meu desenvolvimento intelectual, sempre exigindo que, cada vez mais, eu me posicione enquanto pesquisador. Além disso, me acolheu e, carinhosamente, me deu todo o apoio no período em que estive em Madrid, tenho muito respeito e admiração pela pesquisadora e pessoa maravilhosa que ela é.

Sobre o período em que estive na Espanha, agradeço à Profa. Dra. Silvia Giralt Escobar, por compartilhar de sua sala, permitir que eu acompanhasse suas aulas e estar sempre disposta a me ajudar. Agradeço também ao prof. Dr. Luís Felipe Rivera Galicia, pelas discussões e ideias para realização do tratamento estatístico dos dados advindos do referencial teórico que utilizei neste trabalho.

Ao prof. Dr. Jesús Lizcaño Álvarez – presidente da *Transparency International España*, Prof. Dr. Daniel J. Caron – professor da *École Nationale D'administration Publique* – ENA/Québec e prof. Dr. Agustí Cerrillo-y-Martinez – professor da *Universitat Oberta de Catalunya*, agradeço por terem aceitado atuar como decisores no processo de apoio à decisão, pelas contribuições e pela legitimação de cada uma das etapas de construção do modelo de avaliação aqui proposto.

Aos demais membros da banca avaliadora, prof. Dr. Darci Schnorrenberger, Prof. Dr. Fabiano Mauri Raupp, prof. Dr. Marcus Venicius Andrade de Lima e prof. Dr. Sérgio Murilo Petri, agradeço pela leitura e rigorosa análise do texto dessa tese, bem como pelas contribuições que fizeram para seu enriquecimento.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração agradeço pelo conhecimento compartilhado e pelos ensinamentos que recebi ao longo do doutorado. As discussões realizadas no decorrer das disciplinas que cursei contribuíram muito para minha formação e ampliação de minha visão de mundo.

Não poderia deixar de agradecer também aos meus colegas de turma e de grupo de pesquisa, que dividiram comigo a angústia inerente às exigências de um curso de doutorado e tornaram a caminhada mais prazerosa. Em especial, agradeço aos parceiros de grupo de pesquisa, Hugo de Moraes Pinto, João Telles e Maurício Mello Codesso. As viagens para apresentação em congressos, as discussões sérias e também as não tão sérias que fizemos sobre teorias, métodos, paradigmas, publicações e sobre o que é ser um pesquisador ao longo desses anos serão sempre inesquecíveis.

Em termos institucionais, agradeço ao Núcleo de Pesquisas em Controladoria – NUPECON, por me acolher no âmbito das discussões teóricas e práticas ali desenvolvidas; ao Programa de Pós-Graduação em Administração – CPGA/UFSC, que ofereceu o ambiente e as condições necessárias para realização deste trabalho, em especial ao Rodrigo e ao pessoal da secretaria do programa, que sempre me deu suporte nos diversos trâmites administrativos; e, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo suporte financeiro por meio de bolsa de estudos no decorrer do período de doutorado sanduíche na Espanha.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha esposa, Maria Helena – que encarou comigo mais um desafio acadêmico – pelo afeto, pela paciência, pela compreensão e pela parceria, essa tese também é sua. À minha família, em especial à “família do Sul”, minha mãe, Maria Lúcia, minha irmã Marina e minha prima Júlia, que participaram intensamente desse período da minha vida, e ao meu irmão João, que esteve comigo na Espanha e foi um grande companheiro.

A todos vocês, que contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho, deixo aqui o meu muito obrigado!

Podemos buscar conhecimento [...] para nos libertar dos padrões de pensamento e ação que acabamos aceitando, ou dos quais acabamos talvez até dependendo, mesmo que esses padrões não reflitam nossas verdadeiras necessidades ou interesses. [...] Conhecimento nos permite superar as limitações que a realidade nos impõe e ver as oportunidades que o futuro nos oferece. (Robert B. Denhardt)

RESUMO

O presente estudo se insere no âmbito da administração pública, tratando especificamente da avaliação da transparência, buscando responder à seguinte questão de pesquisa: Como avaliar a transparência da gestão pública em meio eletrônico, no poder executivo dos governos do Brasil e da Espanha, em nível sub-nacional? Nesse sentido, tem por objetivo principal avaliar a transparência da gestão pública em portais eletrônicos, no âmbito do poder executivo dos governos brasileiro e espanhol, em nível sub-nacional. Como objetivos específicos, têm-se (i) identificar aspectos que tratam da avaliação da transparência da gestão pública governamental e organizá-los em áreas de preocupação; (ii) elaborar um modelo para avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos dos governos analisados; e, (iii) avaliar, com base no modelo construído a partir do alcance dos objetivos específicos anteriores, a transparência da gestão pública nos portais eletrônicos dos governos brasileiro e espanhol em nível sub-nacional. No que tange à metodologia, baseia-se em um paradigma construtivista e caracteriza-se, do ponto de vista de seus objetivos, como exploratório e descritivo, com abordagem quali-quantitativa. Configura-se como um estudo de campo, adotando como procedimentos técnicos a análise documental, entrevistas semi-estruturadas e observação direta para coleta de dados e a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista como instrumento de intervenção. O modelo de avaliação proposto permitiu identificar questões importantes no que tange à transparência governamental dos governos estudados. Informações advindas tanto da literatura especializada, quanto da legislação dos dois países e dos índices de transparência, geraram conhecimento sobre transparência bem como permitiram a ampliação do escopo da discussão para além das questões legais. Em relação aos resultados da avaliação, em termos gerais, ficou evidente que os portais das Comunidades Autônomas espanholas são mais transparentes, uma vez que alcançaram uma média de 52 pontos na avaliação global, enquanto os portais dos Estados brasileiros alcançaram somente 8 pontos. Em termos da metodologia utilizada ambos os governos se encontram em situação denominada ‘adequada’, ou seja, alcançaram uma média entre o nível Bom (100 pontos) e Neutro (0 ponto). Apesar disso, a pontuação média obtida pelos Estados brasileiros acende um alerta em relação ao comprometimento de seus governos com a transparência da gestão pública, uma vez que se localizam muito mais próximos de um nível Neutro do que de um nível Bom. O autor argumenta que transparência, apesar de possuir um caráter legalista, não se restringe

ao caráter legal. A existência de legislação não é fator que por si só torne determinado governo mais transparente, existindo a necessidade de internalização de cultura de transparência, que envolve tanto os agentes públicos quanto a sociedade.

Palavras-chave: Setor público. *Accountability*. Transparência. Avaliação. Metodologia MCDA-C.

ABSTRACT

This study falls within the public administration, specifically dealing with the assessment of transparency, seeking to answer the following research question: How to evaluate the transparency of public administration by electronic means, in the executive power of the Brazilian and Spanish governments at sub-national level? In this sense, its main objective is evaluate the transparency of public administration in electronic portals within the executive power of the Brazilian and Spanish governments at sub-national level. The specific objectives are to (i) identify aspects that deal with the assesment of transparency in government public management and organize them into concern areas; (ii) develop a model for assessing the level of transparency of the web portals of the analyzed governments; and (iii) evaluating, based on the model built from the previous range of specific objectives, the transparency of public administration in the web portals of Brazilian and Spanish governments at sub-national level. Methodology is based on a constructivist paradigm and is characterized from the point of view of its objectives, such as exploratory and descriptive, with qualitative and quantitative approach. It appears as a field study, adopting as technical procedures document analysis, semi-structured interviews and direct observation for data collection and Multicriteria Methodology for Decision Aid - Constructivist as an intervention instrument. The proposed evaluation model has identified important issues regarding the transparency of studied governments. information arising both from the literature, as the legislation of the two countries and transparency indices, generated knowledge about transparency and allowed the expansion of the scope of discussion beyond the legal issues. Regarding the evaluation results in general terms, it was evident that the portals of the Spanish Autonomous Communities are more transparent, since averaged 52 points in the overall assessment, while the portals of Brazilian states reached only 8 points. In terms of the methodology used both governments are in a position known as 'adequate', ie they averaged between Good level (100 points) and Neutral (0). Nevertheless, the average score obtained by Brazilian states brings to light a warning regarding the commitment of their governments to transparency of public administration, since it is located much closer to a neutral level to a level good. The author argues that transparency, despite having a legalistic character, is not restricted to the legal character. The existence of legislation is not a factor that determines by itself that a particular government becomes more transparent, there is a need for

internalization of transparency culture, involving both public agents and society.

Keywords: *Public Sector. Accountability. Transparency. Assessment. MCDA-C methodology.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação entre corrupção, accountability e transparência	32
Figura 2: Tipos de sistemas de Accountability.....	43
Figura 3: enquadramento metodológico da pesquisa	69
Figura 4: abordagem utilizada para levantamento do referencial teórico	73
Figura 5: Distribuição de frequência dos artigos por ano de publicação	77
Figura 6: Estágios da metodologia MCDA-C	87
Figura 7: Estrutura Hierárquica de Valor em nível de áreas de preocupação.....	104
Figura 8: Escala MACBETH desenvolvida para o descritor 1.1.1.1 – Informações sobre os programas.....	110
Figura 9: Modelo de avaliação construído com o perfil de desempenho da Comunidade Autônoma de Andaluzia	113
Figura 10: Perfil de desempenho médio das CAs espanholas em nível de PVFs.....	122
Figura 11: Ranking global de transparência por CAs	122
Figura 12: Ranking das CAs em relação ao Conteúdo Informacional	124
Figura 13: Ranking das CAs em relação ao fomento à cultura de transparência	135
Figura 14: Ranking das CAs em relação à usabilidade dos portais.....	139
Figura 15: Perfil de desempenho médio dos Estados brasileiros em nível de PVFS.	145
Figura 16: Ranking global de transparência por Estado.....	147
Figura 17: Ranking dos Estados em relação ao Conteúdo Informacional	148
Figura 18: Ranking dos Estados em relação ao fomento à cultura de transparência	163
Figura 19: Ranking dos Estados em relação à usabilidade dos portais	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características básicas das abordagens conceituais de administração pública	42
Quadro 2: Agenda para futuras pesquisas	66
Quadro 3: Atores do processo de apoio à decisão.....	101
Quadro 4: Exemplos de Elementos Primários de Avaliação – EPAs..	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Transparência como um conceito em camadas	24
Tabela 2: Etapa II - definição da amostra da pesquisa	75
Tabela 3: Periódicos com mais artigos publicados sobre o tema	78
Tabela 4: Periódicos mais relevantes conforme a média dos fatores de impacto JCR e SJR.....	79
Tabela 5: Distribuição dos artigos sobre accountability, transparência e corrupção por tópicos de pesquisa.....	79
Tabela 6: Distribuição dos artigos sobre accountability, transparência e corrupção por ambientes de pesquisa.....	81
Tabela 7: Distribuição dos artigos sobre accountability, transparência e corrupção por quadro teórico utilizado	82
Tabela 8: Distribuição dos artigos sobre accountability, transparência e corrupção por métodos de pesquisa.....	84
Tabela 9: Distribuição dos artigos sobre accountability, transparência e corrupção por técnicas de análise de dados.....	85
Tabela 10: Portais de transparência das Comunidades Autônomas	89
Tabela 11: Portais de transparência dos Estados.....	90
Tabela 12: Tabela cruzada Tema vs. Ambiente de pesquisa	92
Tabela 13: Provas de Q-quadrado Tema vs. Ambiente de Pesquisa	93
Tabela 14: Medidas simétricas Tema vs. Ambiente de Pesquisa	93
Tabela 15: Tabela cruzada Tema vs. Quadro Teórico Utilizado.....	94
Tabela 16: Provas de Q-quadrado Tema vs. Quadro Teórico Utilizado	95
Tabela 17: Medidas simétricas Tema vs. Quadro Teórico Utilizado	95
Tabela 18: Tabela cruzada Tema vs. Métodos de Pesquisa	96
Tabela 19: Provas de Q-quadrado Tema vs. Métodos de Pesquisa	96
Tabela 20: Medidas simétricas Tema vs. Métodos de Pesquisa.....	97
Tabela 21: Tabela cruzada Tema vs. Técnicas de Análise de Dados	97
Tabela 22: Provas de Q-quadrado Tema vs. Técnicas de Análise de Dados	98
Tabela 23: Medidas simétricas Tema vs. Técnicas de Análise de Dados	98
Tabela 24: Exemplo de descritor com mais de duas escalas	107
Tabela 25: Tabela de avaliação com o resultado da CA de Andaluzia	117
Tabela 26: Descritor 3.1.1 – atualização das informações	118
Tabela 27: Comunidades Autônomas utilizadas no estudo	120
Tabela 28: Desdobramento do Conteúdo Informacional das CAs em seus PVFs.....	124
Tabela 29: desdobramento do desempenho da gestão das CAs em seus PVEs.....	125

Tabela 30: Desdobramento da informação econômica e financeira das CAs em seus PVEs.....	127
Tabela 31: Desdobramento da organização e estrutura das CAs em seus PVEs	128
Tabela 32: Desdobramento dos processos de contratação das CAs em seus PVEs	130
Tabela 33: Desdobramento da força de trabalho das CAs em seus PVEs	131
Tabela 34: Desdobramento do Patrimônio das CAs em seus PVEs....	133
Tabela 35: Desdobramento do fomento à cultura de transparência das CAs em seus PVFs.....	135
Tabela 36: Desdobramento do uso de web 2.0 e mídias sócias das CAs em seus PVEs.....	136
Tabela 37: desdobramento dos documentos de suporte ao cidadão das CAs em seus PVEs.....	138
Tabela 38: Desdobramento da usabilidade do portal das CAs em seus PVFs.....	140
Tabela 39: Desdobramento do acesso e utilização de dados das CAs em seus PVEs	141
Tabela 40: Desdobramento do suporte ao usuário das CAs em seus PVEs	142
Tabela 41: Estados brasileiros utilizados no estudo.....	144
Tabela 42: Desdobramento do Conteúdo Informacional dos Estados em seus PVFs.....	148
Tabela 43: Desdobramento do desempenho da gestão dos Estados em seus PVEs	149
Tabela 44: Desdobramento da informação econômica e financeira dos Estados em seus PVEs	152
Tabela 45: Desdobramento da Organização e Estrutura dos Estados em seus PVEs	155
Tabela 46: Desdobramento dos processos de contratação dos Estados em seus PVEs	157
Tabela 47: Desdobramento da força de trabalho dos Estados em seus PVEs	159
Tabela 48: Desdobramento do patrimônio dos Estados em seus PVEs	162
Tabela 49: Desdobramento do fomento à cultura de transparência dos Estados em seus PVFs	164
Tabela 50: Desdobramento do uso de web 2.0 e mídias sociais dos Estados em seus PVEs	164

Tabela 51: desdobramento dos documentos de suporte ao cidadão dos Estados em seus PVEs.....	167
Tabela 52: desdobramento da usabilidade dos portais dos Estados em seus PVFs.....	168
Tabela 53: desdobramento do acesso e utilização de dados nos portais dos Estados em seus PVEs.....	169
Tabela 54: desdobramento do PVF suporte ao usuário dos Estados em seus PVEs.....	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CA – Comunidade Autônoma
- CEO – *Chief Executive Officer*
- CPI – *Corruption Perceptions Index*
- EPA – Elemento Primário de Avaliação
- ICT – *Information and Communication Technology*
- INCAU – *Índice de Transparencia de las Comunidades Autónomas*
- ITA – *Índice de Transparencia de los ayuntamientos*
- ITGP-M – Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal
- LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
- MCDA – *Multicriteria Decision Aid*
- MCDA-C – Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão - Construtivista
- MCDM – *Mulcriteria Decision Making*
- NCP – *National Competition Policy*
- NPM – *New Public Management*
- ONG – Organização Não Governamental
- PVE – Ponto de Vista Elementar
- PVF – Ponto de Vista Fundamental
- TI – *Transparency International*
- TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
- UN-HABITAT – *United Nations Human Settlements Programme*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
1.1	OBJETIVOS	29
1.1.1	Objetivo geral	30
1.1.2	Objetivos específicos	30
1.2	JUSTIFICATIVA.....	30
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	34
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	36
2.1	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUAS REFORMAS	36
2.2	<i>ACCOUNTABILITY</i> : CONCEITOS FUNDAMENTAIS	43
2.3	TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO	47
2.4	ESTUDOS ANTERIORES SOBRE <i>ACCOUNTABILITY</i> E TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO	52
2.4.1	Lições aprendidas	53
2.4.2	Agenda para futuras pesquisas	65
3	METODOLOGIA	68
3.1	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	68
3.2	PROCEDIMENTOS PARA LEVANTAMENTO DO REFERENCIAL TEÓRICO	72
3.2.1	Análise bibliométrica	76
3.2.2	Classificação dos artigos analisados	79
3.3	INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO	85
3.4	APRESENTAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO.....	88
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	91
4.1	ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS ARTIGOS REVISADOS. 91	
4.1.1	Ambiente de pesquisa	92
4.1.2	Quadro teórico utilizado	94
4.1.3	Métodos de pesquisa	95
4.1.4	Técnicas de análise de dados	97

4.2	CONSTRUÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO.....	99
4.2.1	Fase de estruturação	99
4.2.2	Fase de Avaliação	108
4.2.3	Fase de elaboração de recomendações.....	115
4.3	ANÁLISE DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DAS COMUNIDADES AUTÔNOMAS ESPANHOLAS.....	119
4.3.1	Estrutura administrativa do Estado espanhol.....	119
4.3.2	Avaliação global	120
4.3.3	Conteúdo informacional	123
4.3.4	Fomento à cultura de transparência.....	134
4.3.5	Usabilidade do portal.....	139
4.4	ANÁLISE DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DOS ESTADOS BRASILEIROS.....	143
4.4.1	Estrutura administrativa do Estado Brasileiro	143
4.4.2	Avaliação global	145
4.4.3	Conteúdo informacional	147
4.4.4	Fomento à cultura de transparência.....	162
4.4.5	Usabilidade do portal.....	168
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
5.1	SOBRE A LITERATURA REVISADA	172
5.2	SOBRE OS OBJETIVOS DO ESTUDO.....	174
5.2.1	Sobre o desenvolvimento do modelo de avaliação.....	175
5.2.2	Sobre a aplicação do modelo de avaliação	178
5.3	LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	185
	REFERÊNCIAS.....	188
	APÊNDICE A – AMOSTRA DE ARTIGOS RESULTANTES DA REVISÃO ESTRUTURADA DA LITERATURA.....	204
	APÊNDICE B – ELEMENTOS PRIMÁRIOS DE AVALIAÇÃO.....	208

APÊNDICE C – DESDOBRAMENTO DA ESTRUTURA HIERÁRQUICA DE VALOR EM PONTOS DE VISTA	217
APÊNDICE D – CONJUNTO DE DESCRITORES E ESCALAS MACBETH	221
APÊNDICE E – TABELAS DE AVALIAÇÃO DAS COMUNIDADES AUTÔNOMAS ESPANHOLAS	253
APÊNDICE F – TABELAS DE AVALIAÇÃO DOS ESTADOS BRASILEIROS	269

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre transparência no setor público tem aparecido constantemente tanto no meio acadêmico quanto no meio político, administrativo, jornalístico e social. Políticos utilizam-se do termo em discursos, jornalistas debatem o tema, acadêmicos desenvolvem pesquisas para gerar entendimento e ampliar o conhecimento sobre transparência, entidades da sociedade civil o utilizam para falar sobre controle social etc. Geralmente esse debate vem associado a questões como democracia, governança participativa, confiança no governo, governo aberto, corrupção, *accountability* e controle social (CUCCINIELLO et al., 2014; GRIMMELIKHUIJSEN; KASYMOVA, 2015; GRIMMELIKHUIJSEN, 2012; JORGE; LOURENÇO; ROLAS, 2015; LOURENÇO et al., 2013; MEIJER; HART; WORTHY, 2015; MEIJER, 2015).

Apesar da contemporaneidade da discussão, transparência no setor público é um tema que remonta a longa data, Meijer (2015) argumenta que a discussão surgiu a partir da revolução francesa, envolvendo sua construção em uma democracia representativa e baseada em fundamentos legais, evoluindo até a ideia de transparência em uma democracia participativa, incorporando as relações entre governo e sociedade em um ambiente virtual, envolvendo questões como, por exemplo, a disponibilização de documentos governamentais em websites. A despeito de sua trajetória histórica, Lyrio, Lunkes e Taliani (2015a) atestam que a discussão sobre transparência pública ganha força a partir dos anos 2000, associada à emergência das teorias de governança pública e à popularização da internet.

Flórez (2008) ao falar sobre democracia recorda que dentre suas ‘regras de ouro’ estão o consenso, o controle do poder, a responsabilidade, a legalidade e o acesso à informação. Nessa leitura, argumenta que

[...] transparência surge como um meio que permite aos diferentes sujeitos sociais conhecer o que fazem uns e outros, sendo para todos o mais importante é saber o que faz o Estado, toda a sua ação é de interesse público, razão pela qual o Estado é o principal responsável por disponibilizar

informações sobre sua ação, bem como estar disposto a submeter essa informação ao escrutínio público, tal escrutínio pode resultar em prêmio ou sanção social, de acordo com o grau de satisfação das demandas dos cidadãos gerado por quem está no poder. (FLÓREZ, 2008, p. 19)

Mesmo considerando a longa trajetória de discussão sobre transparência governamental, Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015) chamam a atenção para a dificuldade de conceituação do termo, uma vez que é comumente utilizado em diferentes aspectos do fluxo de informações e pouco se avançou na discussão em termos de seus limites conceituais. Assim, esses autores buscam classificar o termo quanto à sua direção, variedade, iniciativa e dimensões conceituais. Quanto à (i) direção, classificam o termo em transparência vertical e transparência horizontal; quanto à (ii) variedade, classificam em relação à transparência de eventos e de processos e transparência retroativa ou tempestiva; quanto à (iii) iniciativa, classificam em termos de transparência ativa ou passiva; e, por fim, quanto às (iv) dimensões conceituais, classificam em termos de visibilidade e capacidade de inferência.

Em termos deste estudo, entende-se o termo da seguinte forma: (i) quanto à sua direção, adota a classificação de transparência horizontal, para dentro, entendida como a possibilidade de aqueles que estão fora da organização conseguirem observar o que se passa em seu interior. Em termos de (ii) sua variedade, segue a classificação de eventos, representada pelos objetos *input* – tradicionais sistemas públicos de despesa; *outputs* - nível de atividade do setor; e resultados – de mais difícil mensuração, uma vez que envolve características subjetivas, como satisfação e qualidade do atendimento, no caso deste estudo, com foco nos dois primeiros objetos citados. Em relação à (iii) iniciativa, adota-se o conceito de transparência ativa, consistindo na difusão periódica e sistematizada de informações sobre a gestão estatal. Por fim, no que se refere à (iv) dimensão conceitual, trata da visibilidade da informação, no sentido de informação razoavelmente completa e encontrada com certa facilidade.

Ao discutir a evolução histórica do termo, Meijer (2015) argumenta que suas raízes remontam às cidades-estado gregas, mas os pensadores iluministas (Rousseau, Kant e Bentham) e a revolução francesa representaram um papel importante no que tange ao crescimento da

atenção para com transparência objetivando checar abusos de poder. O autor argumenta que podem ser identificadas duas fases no que tange à história da transparência, conforme apresentado na *Tabela 1*. A primeira fase pode ser rotulada como *transparência em uma democracia representativa* – conceito relacionado à construção da democracia representativa, propagada pelas revoluções americana e francesa. A segunda fase pode ser rotulada como *transparência em uma democracia participativa* – tendo seu conceito associado a uma maior participação ativa da sociedade no negócio público. O autor argumenta que nos dois casos o termo é associado a uma abertura dos corredores do poder para a possibilidade de monitoramento e escrutínio público.

Tabela 1: Transparência como um conceito em camadas

Fases	Período	Camadas	Mudanças na transparência formal	Mudanças na transparência atual	Forças direcionadoras
Transparência em uma democracia representativa	1801	Fundamentos legais de transparência	Acesso às reuniões políticas, minutas do parlamento e documentos formais	-	Revolução francesa
	1800s; 1900s	Transparência embutida na política	-	Mídia e partidos políticos divulgando transparência para uma população mais ampla	Revolução industrial
Transparência em uma democracia participativa	1980	Detalhamento da legislação de transparência	Legislação sobre acesso à informação	-	Revolução dos anos 1960
	1990s. 2000s	Transparência embutida nas relações individuais entre governo e sociedade	-	Ampla disponibilização de documentos governamentais em web-sites	Revolução da Internet

Fonte: Meijer (2015)

Por essa tabela, fica evidente que a discussão sobre transparência governamental na Internet, contexto no qual esse trabalho se desenvolve, surge a partir dos anos de 1990, relacionada às relações entre governo e sociedade em uma democracia participativa. Meijer (2009, p. 259) argumenta que essa transparência mediada por computadores diz respeito à “[...] habilidade de olhar claramente através das janelas de uma instituição por meio do uso de sistemas computadorizados” e que essa característica (transparência mediada por computadores) diz respeito a uma perspectiva modernista de transparência. Seus proponentes argumentam que a transparência por meio de sistemas computadorizados

pode melhorar os governos ao redor do mundo por meio da redução da corrupção e reforço da *accountability* para os cidadãos.

Por outro lado, os oponentes dessa ideia modernista de transparência vêem efeitos perversos nessa perspectiva. Argumentam que aqueles que, uma vez sabedores de que tudo o que dizem ou escrevem se tornará público, podem ‘massagear a verdade’ e o fato de que muitas vezes não é claro quem tem afirmado, compilado ou endossado a "suposta informação" torna isso ainda pior (MEIJER, 2009).

Apesar da discussão acalorada, existe certo consenso no que tange à relação entre transparência e corrupção. Flórez (2008) parte da hipótese que os riscos de corrupção diminuem à medida em que a gestão seja transparente e promova o controle social, argumentando que quanto maior a transparência nos processos de gestão, menores serão os riscos de corrupção e, conseqüentemente, menor será a ocorrência de casos de corrupção. Buzzi e Soares (2010) corroboram com esse entendimento ao afirmarem que a transparência nas contas públicas pode inibir a prática de corrupção, por meio pressão exercida pelo controle social.

A corrupção no setor público é um problema não somente para os países em desenvolvimento, mas também para os países emergentes e desenvolvidos. Considerada um problema onipresente, se constitui em uma restrição à capacidade dos governos de realizarem suas tarefas e funções vitais, à geração de riqueza e ao desenvolvimento econômico e social das nações. A corrupção pode se manifestar não somente em relação ao mau uso dos recursos públicos, mas também no sentido de priorização de interesses privados em detrimento dos interesses públicos, tráfico de influência, fraudes eleitorais e compra de votos, favorecimento de pessoas ou grupos de interesse específicos, entre outras questões não necessariamente financeiras, sendo tema discutido por diversos pesquisadores (GONZALEZ et al., 2006; PILLAY, 2004; RILEY, 1998; ROSSI; MURILLO FORT; PUENTE KAROLYS, 2002; ZAFARULLAH; SIDDIQUEE, 2001).

A United Nations Human Settlements Programme – UN-HABITAT, argumenta que a corrupção continua a ser um problema insidioso ao redor do mundo, que acaba por aprofundar a pobreza ao distorcer a vida política, econômica e social das nações. Corrupção no setor público significa que as decisões são tomadas não em benefício da sociedade, mas para atender a interesses privados, enfraquecendo as instituições democráticas e diminuindo a confiança do cidadão nos governos. Além disso, a corrupção acaba por prejudicar o comércio, desencorajar o

investimento e ameaçar o meio-ambiente, bem como pode levar a abusos dos direitos humanos e tornar impossível, para milhões de pessoas, principalmente em países em desenvolvimento, a ganharem a vida honestamente (UN-HABITAT, 2004).

Apesar da discussão atual sobre a corrupção ao redor do mundo e seu entendimento como problema onipresente e insidioso, esta não se constitui em algo novo, tendo em vista que

A corrupção é uma patologia tão antiga quanto as primeiras civilizações. Tem aparecido ao longo dos tempos e em todas as culturas, variando em forma e intensidade. O Código de Hammurabi regulava a conduta dos funcionários públicos muito antes do surgimento do Estado moderno. Mais de treze séculos mais tarde, Aristóteles identificou três tipos de governo ou regimes políticos em seu estudo sobre a política: monarquia, aristocracia e República, juntamente com os seus três respectivos desvios ou formas de corrupção. Dentro deste contexto, destacou a tirania como o desvio ou corrupção da monarquia, declarando que "ambos são formas de governo de um homem, mas ao mesmo tempo em que o tirano olha para sua própria vantagem, o rei olha para seus súditos. (GONZALEZ et al., 2006, p. 258)

Pela argumentação acima, fica claro que a discussão sobre corrupção também remonta a longa data, possuindo diversas formas e níveis de intensidade. Corroborando essa afirmação, Slomski (2012) argumenta que apesar de parecer que o problema vem se agravando nos últimos anos devido ao aumento de notícias ligadas à corrupção e fraudes aos cofres públicos, isso se deve, na verdade, à maior dificuldade de esconder os desvios de recursos públicos na era da informação.

A preocupação com o problema da corrupção também se manifesta com a criação do *Corruption Perceptions Index* – CPI, desenvolvido pela organização *Transparency International* – TI. Este índice, desde 2001, tem assumido um papel importante no debate sobre a corrupção, sendo utilizado como referência por acadêmicos, economistas, homens de negócio e jornalistas, e provendo dados sobre a extensão da percepção da

corrupção, bem como reforçando o entendimento dos níveis de corrupção entre os países (LAMBSDORFF, 2001)

Ao tratar dessa questão, Kim (2008) argumenta que muitos dos problemas ligados à corrupção no setor público estão relacionados à falta de transparência e *accountability*, conforme demonstrado pelo CPI. Para o autor, as características principais de uma boa governança, como transparência, *accountability*, participação, responsividade, inclusão, construção de consenso, entre outras, pode ajudar na minimização do problema.

Ou seja, pela afirmação do autor, pode-se inferir que governos com maior nível de *accountability* e de transparência tendem a ser menos corruptos, além disso, a argumentação também leva ao entendimento que essa discussão se reforça no âmbito da governança pública, entendida como uma nova forma de governar que envolve ações conjuntas e compartilhadas com vistas a resolver os problemas sociais, em uma noção de concepção de redes na busca de decisões consensuais entre Estado, Mercado e Sociedade (KISSLER; HEIDEMANN, 2006; PEDERSEN; SEHESTED; SØRENSEN, 2010; ROBICHAU, 2011).

Argumenta-se neste estudo que, para a existência de uma ideia de governança pública, existe a necessidade de todas as partes interessadas terem conhecimento do que ocorre no âmbito da administração pública, para que, com base nessas informações, possa participar do processo político de forma democrática, bem como, cobrar dos governos o atendimento aos interesses da sociedade e responsabilizá-los pelas decisões tomadas, em um sentido de *accountability*, o que, conseqüentemente, pode vir a ajudar na minimização do problema da corrupção. O presente estudo se insere neste contexto de uma administração pública mais participativa, efetiva e responsável, dando ênfase, especificamente, à questão da transparência pública.

Busca-se neste trabalho discutir a questão do nível de transparência da gestão pública governamental, tendo em vista a importância do tema para o reforço da democracia, da *accountability* e da governança no setor público. O autor deste estudo se ancora na afirmação de Torfing, Sørensen e Fotel (2009) de que é necessário o cumprimento de três requisitos para facilitar a contestação pública das narrativas produzidas no âmbito da governança, a saber (i) transparência, (ii) diálogo público e (iii) responsividade. Com relação ao primeiro desses requisitos, no qual o estudo busca dar ênfase, esses autores argumentam que

Redes de governança e suas tarefas, competências e composição devem ser visíveis para os públicos interessados, e elas devem apresentar contas públicas regulares que explicam porque e como eles chegaram a determinadas decisões e quais os resultados alcançados. As contas públicas devem ser compreensivas, informativas e acessíveis para leigos. Declarações políticas excessivamente breves, argumentos e valores enganosos, e jargão técnico deixam os cidadãos no escuro quanto ao que se passa em uma rede de governança. (TORFING; SØRENSEN; FOTEL, 2009, p. 291)

A afirmação acima trata de questões importantes no que tange à discussão sobre transparência. A primeira delas diz respeito à visibilidade de informações e decisões dos governos, bem como de seus resultados. A segunda nos remete à abrangência e acessibilidade dessas informações, em um formato que seja de fácil entendimento a todos os públicos e que permita a esses públicos uma participação mais ativa, em um processo democrático. Uma vez que a questão da transparência se faz importante, da mesma forma, se faz importante avaliar o quanto os governos são transparentes e fomentar uma melhoria contínua dessa transparência, com vistas a reforçar a *accountability* e a democracia.

No caso deste estudo, busca-se realizar uma análise sobre a transparência da gestão pública em meio eletrônico no contexto do poder executivo dos governos brasileiro e espanhol, em nível sub-nacional (Estados e Comunidades Autônomas) por meio de um modelo¹ de avaliação, por dois motivos. Em primeiro lugar, com vistas a verificar as diferenças existentes entre a realidade de um país em desenvolvimento e de um país desenvolvido, e tecer considerações a esse respeito. Em segundo lugar, a análise dessas realidades distintas também tem o

¹ O autor deste trabalho utiliza a terminologia Modelo conforme adotada por Landry (1983) e Roy (1996). Landry (1983, p. 212) define modelo como uma “[...] imagem mental coerente da situação problema, formada pelas percepções e julgamentos de valores dos modeladores e dos tomadores de decisão. Nesse sentido, é a forma como a situação problema é percebida e representada pelos modeladores e usuários”. Roy (1996, p. 7), por sua vez, entende o termo como “[...] uma esquema que, para uma certa família de questões, é considerado a representação dessa classe de fenômeno que o observador mais ou menos cuidadosamente removeu de um ambiente para ajudar a investiga-lo e facilitar a comunicação”. Uma vez que segue a mesma tradição de pesquisa, este é o entendimento adotado para o termo no decorrer do estudo.

propósito de verificar a aplicabilidade deste modelo em contextos e níveis de governo diversos, de forma análoga ao CPI, bem como sua capacidade de configurar-se como instrumento para o reforço dos níveis de transparência da gestão pública governamental. Assim, emerge a seguinte questão de pesquisa:

Como avaliar a transparência da gestão pública em meio eletrônico, no poder executivo dos governos do Brasil e da Espanha, em nível sub-nacional?

Com vistas a responder à pergunta de pesquisa, bem como construir o modelo de avaliação a ser utilizado neste estudo, optou-se por utilizar como instrumento de intervenção a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista – MCDA-C, haja vista que, por meio desta metodologia, é possível encapsular esses elementos institucionais, por meio da aplicação de um procedimento de apoio à decisão que considera tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos na avaliação. (ENSSLIN; MONTBELLER-NETO; NORONHA, 2001; ROY, 1990). Além disso, o autor do presente estudo já possui experiência anterior na aplicação da Metodologia MCDA-C no âmbito da avaliação de desempenho em organizações públicas (LYRIO, 2008; LYRIO et al., 2010), bem como no âmbito da avaliação da transparência de entes públicos (LUNKES et al., 2015; LYRIO et al., 2008; NUNES; LYRIO; LUNKES, 2015; STAROSCKY et al., 2014, 2015), sendo que essas aplicações reforçam o potencial do uso da metodologia no contexto discutido nesta tese.

1.1 OBJETIVOS

A partir da problemática e contextualização apresentadas anteriormente, a seguir apresentam-se os objetivos que esta pesquisa pretende alcançar.

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é avaliar a transparência da gestão pública em portais eletrônicos, no âmbito do poder executivo dos governos brasileiro e espanhol, em nível sub-nacional.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Identificar aspectos que tratam da avaliação da transparência da gestão pública governamental e organizá-los em áreas de preocupação;
2. Elaborar um modelo para avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos dos governos analisados;
3. Avaliar, com base no modelo construído a partir do alcance dos objetivos específicos anteriores, a transparência da gestão pública nos portais eletrônicos dos governos brasileiro e espanhol em nível sub-nacional.

1.2 JUSTIFICATIVA

Com vistas a justificar a realização deste estudo, buscou-se realizar uma revisão da literatura em periódicos especializados, por meio de uma abordagem estruturada, conforme apresentado na seção 3, destinada à apresentação da metodologia. Verificou-se pelos resultados desse levantamento que a discussão sobre o tema vem ganhando força, principalmente a partir do fim do Séc. XX (ver sub-seção 3.2). O aumento do número de pesquisas parece ocorrer no mesmo período em que se inicia a discussão sobre a governança no setor público, o que de certa forma vem a corroborar os autores que argumentam a favor da relação entre a governança e a *accountability* (PEDERSEN; SEHESTED; SØRENSEN, 2010; TORFING; SØRENSEN; FOTEL, 2009), bem como reforçar a relevância de estudos nesse sentido.

Para abranger o contexto da discussão aqui apresentada buscou-se considerar na revisão da literatura três questões, a saber: transparência, *accountability* e corrupção. Argumenta-se que, por um lado, existe uma

relação direta entre transparência e *accountability*, sendo a transparência um dos componentes do processo de *accountability* no setor público. Um aumento no nível de transparência na gestão pública pode acarretar em um aumento no nível de *accountability*, pois, uma vez detentores das informações, as partes interessadas no setor público terão condições de exercer o controle social e responsabilizar os agentes públicos por seus resultados e decisões.

Argumenta-se, também, que existe uma relação inversa entre a corrupção e os dois conceitos anteriores, ou seja, com o aumento da transparência e, conseqüentemente, da *accountability*, pode ocorrer uma diminuição no nível de corrupção pois torna-se mais difícil aos agentes públicos atuarem em benefício próprio ao invés de atuar em benefício da sociedade.

A *Figura 1*, busca representar essa relação. Apesar de não se configurar como fator único, argumenta-se que maiores níveis de transparência e *accountability* podem levar a menores níveis de corrupção, em uma relação inversa.

Vale salientar que essa figura não pretende ser exaustiva e tampouco sugere que esses são os únicos fatores que podem contribuir para a diminuição da corrupção. Também não busca sugerir que a existência da transparência ou da *accountability* se resume à questão da corrupção. Por outro lado, busca apresentar graficamente a relação entre esses conceitos, relação esta representada pelas áreas de interseção dos círculos, bem como pelas setas ligando os conceitos e pelos sinais demonstrando o tipo de relação existente.

A relação entre transparência e *accountability* pode ser considerada uma relação direta, uma vez que um aumento nos níveis de transparência acaba por acarretar em aumento nos níveis de *accountability* (não necessariamente como único fator), pois mais informação estará disponível. Da mesma forma, um aumento nos níveis de *accountability*, acaba por exigir melhores níveis de transparência, uma vez que para o processo de *accountability*, são necessárias informações claras a respeito da conduta dos governos.

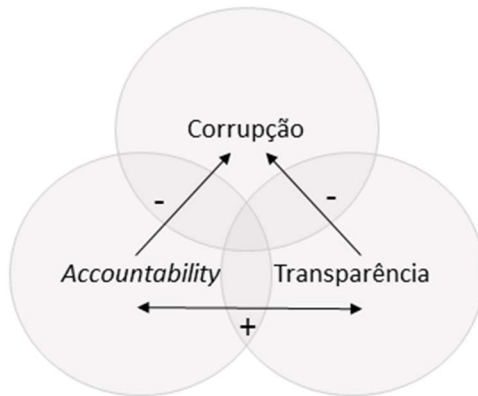


Figura 1: Relação entre corrupção, *accountability* e transparência
 Fonte: elaboração própria²

Boa parte da literatura analisada sobre transparência, *accountability* e corrupção no setor público envolve questões relacionadas à transparência (49,2%), mostrando a relevância desse aspecto específico da discussão. Apresentam-se estudos que discutem aspectos relacionados aos fatores que facilitam o seu alcance, questões relacionadas à avaliação de desempenho, bem como questões relacionadas à alocação de recursos, o papel da ética e a confiança do governo. O aspecto da *accountability* aparece em estudos que tratam das reformas no setor público, implementação de modelo e práticas, bem como discussões sobre relações e conceitos de *accountability* e estratégias para sua internalização, respondendo por 34,9% da amostra de artigos analisada. O aspecto da corrupção aparece em discussões que abordam estratégias para minimização desse problema, emergindo em 12,7% da amostra de artigos. Apesar de a revisão da literatura mostrar a relevância do aspecto da transparência, nos estudos analisados não surgiram artigos que busquem avaliar a transparência por meio da construção e aplicação de modelos, conforme a proposta aqui apresentada. Os estudos que utilizaram-se de modelagem (BIANCHI, 2010; BIANCHI et al., 2010), o

² A figura foi desenhada a partir de sugestão da Profa. Dra. Emma Castelló e da discussão com os demais membros da banca, no momento de defesa desta tese, para representar visualmente a relação entre os conceitos de corrupção, *accountability* e transparência.

fizeram em relação à *accountability* e não à transparência, o que evidencia uma lacuna de pesquisa a ser preenchida.

No contexto brasileiro alguns estudos se prestaram a avaliar o nível de transparência de entes públicos. Cruz et al. (2012) verificaram o nível de transparência de informações sobre a gestão pública de 96 municípios e quais características e indicadores dos municípios contribuíram para explicar o nível de transparência observado. Para avaliação da transparência municipal foi construído um Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal – ITGP-M, baseado no *índice de Transparencia de los ayuntamientos* – ITA, elaborado pelo comitê espanhol da TI e outros documentos. Silva, Nascimento e Ferreira (2014) avaliaram o nível de transparência dos municípios goianos por meio de um *checklist* para verificação do atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Souza et al. (2013) analisaram os sites dos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte por meio de metodologia proposta por Bidermann e Puttomatti, considerando conteúdo, série histórica, frequência de atualização e usabilidade. Outros estudos sobre avaliação de transparência em nível municipal utilizaram-se da metodologia MCDA-C, que aqui pretende-se empregar (STAROSCKY; LYRIO; LUNKES, 2014; STAROSCKY et al., 2013, 2014), nestes casos com enfoque na análise dos portais eletrônicos de municípios e com base no modelo proposto inicialmente por Nunes (2013).

Conforme discutido acima, evidencia-se uma lacuna de conhecimento a ser preenchida, tendo em vista que: (i) apesar de ter ganhado relevância nos últimos anos, a pesquisa (representada neste caso pelo conjunto de artigos utilizados na revisão da literatura), em sua maioria, não tratou de modelos para avaliação da transparência da gestão pública governamental (ver sub-seção 2.4); e, (ii) as pesquisas que abordaram o desenvolvimento de modelos para avaliação de transparência recaem na esfera municipal e geralmente se baseando na legislação para a análise de portais eletrônicos.

A presente tese busca dar prosseguimento a essa corrente de estudos que visa o desenvolvimento de modelos para avaliação de transparência, porém, pretende abordar o problema não em nível municipal e não somente utilizando-se do referencial legal para avaliação, mas busca o desenvolvimento de um modelo de análise que leve em conta outras questões que não somente a questão legal, bem como, por meio da utilização da metodologia MCDA-C, permita a proposição de ações para

melhoria da transparência dos entes analisados, o que se configura como o ineditismo a ser buscado neste estudo.

Do ponto de vista teórico, justifica-se a realização do estudo também no âmbito do governo espanhol devido ao fato de que o capítulo espanhol da organização *Transparency International*, participou do desenvolvimento do CPI, bem como vem desenvolvendo estudos relacionados à discussão sobre transparência no setor público. Buscou-se, no decorrer do período de doutorado sanduíche neste país, incorporar as percepções dos especialistas desta organização, com vistas a legitimar os elementos de avaliação advindos da análise documental e da literatura especializada sobre o tema, bem como incorporar outros elementos, advindos da discussão com esse grupo de pesquisadores. Além disso, o estudo pode contribuir para a discussão sobre transparência no setor público, por meio da revisão de literatura aqui realizada, que tratou de apresentar um conjunto de lições aprendidas e sugerir caminhos de pesquisa para os investigadores que abordam este tema.

Do ponto de vista prático, este estudo pode vir a contribuir no sentido de ampliar o escopo sobre avaliação de transparência no âmbito brasileiro. Por incorporar na avaliação elementos que vão além dos considerados na legislação brasileira, pode-se trazer à discussão outras questões importantes no que tange à transparência governamental em meio eletrônico. Essas questões podem servir de sugestões de caminhos e práticas de transparência a serem utilizadas no âmbito nacional. Assim, os praticantes - servidores públicos que lidam com o desenvolvimento e manutenção de portais de transparência no Brasil - podem se valer dos resultados deste estudo para aprimorar os portais de transparência brasileiros, incorporando elementos que porventura não estejam sendo considerados atualmente.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Após essa seção introdutória, este estudo se organiza conforme descrito a seguir:

O **capítulo 2**, dedicado ao referencial teórico que o orienta, busca, inicialmente, apresentar a evolução da administração pública no decorrer de suas reformas, até a reforma decorrente da governança pública, que que traz em seu interior uma maior integração entre o Estado, o Mercado

e a Sociedade. Esta discussão se configura como o pano de fundo para a discussão das próximas subseções. Em seguida, apresenta-se uma discussão relativa aos conceitos fundamentais sobre *accountability* e sobre a transparência no setor público. Uma vez apresentados esses conceitos básicos, busca-se, em sua última sub-seção, apresentar o estado-da-arte sobre o tema em discussão, com estudos anteriores sobre *accountability* e transparência. Esta sub-seção busca realizar uma avaliação crítica desses artigos em termos de lições aprendidas e oportunidades de pesquisa na área.

O **capítulo 3** apresenta a metodologia da pesquisa. Inicialmente apresenta o enquadramento metodológico do estudo, apresentando o paradigma científico no qual se enquadra, a caracterização da pesquisa, o método adotado no estudo de campo e os procedimentos técnicos adotados na coleta e análise de dados. A próxima sub-seção apresenta de forma sistematizada os procedimentos utilizados no levantamento do referencial teórico que informou o estudo, realizado por meio de uma abordagem estruturada, se desdobrando em uma análise bibliométrica dos artigos encontrados na literatura especializada, bem como busca apresentar uma classificação. Em seguida apresenta o instrumento de intervenção utilizado no estudo, a saber a Metodologia Multicritério de Apoio à decisão – Construtivista – MCDA-C. Nesta sub-seção é apresentada a origem desta metodologia, bem como são apresentados os procedimentos adotados para construção do modelo de avaliação a ser proposto. Por fim, apresenta o objetivo empírico do estudo, a saber, os portais de transparência dos entes públicos analisados.

O **capítulo 4**, dedicado à apresentação e análise dos dados, apresenta inicialmente uma análise estatística dos artigos revisados. Em seguida apresenta o processo de construção o modelo de avaliação proposto, por meio da aplicação da metodologia selecionada (Metodologia MCDA-C). Finalmente, realiza uma análise dos níveis de transparência em portais eletrônicos dos governos sub-nacionais do Brasil (Estados) e da Espanha (Comunidades Autônomas) com base neste modelo.

O **capítulo 5**, apresenta as conclusões finais do estudo, bem como suas limitações e sugestões para futura pesquisa.

Finalmente, são apresentadas as **referências** utilizadas no decorrer do estudo e os **apêndices**.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A plataforma teórica utilizada neste estudo envolve as teorias e discussões que informam e embasam a proposta de trabalho apresentada. Nesse sentido, inicialmente discute (i) a evolução da administração pública, no decorrer de suas reformas, até o conceito de governança pública, que se apresenta como o pano de fundo para o desenvolvimento das discussões sobre *accountability* e transparência no setor. Em seguida, apresenta alguns (ii) conceitos fundamentais sobre *accountability* e a relação deste conceito com o conceito de transparência. O próximo tópico apresenta uma (iii) discussão sobre transparência no setor público, tratando de seus conceitos básicos. Finalmente o estado-da-arte sobre o tema é apresentado no tópico que trata (iv) dos estudos anteriores que abordam *accountability* e transparência no setor público.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUAS REFORMAS

Para o desenvolvimento deste estudo, considera-se importante abordar a evolução histórica da administração pública, no decorrer de suas reformas. Essa discussão visa posicionar o leitor no que tange aos desenvolvimentos ocorridos no campo, que culminam no que atualmente é denominada governança pública, no qual existe o pressuposto de que o cidadão se configura como uma parte ativa no processo democrático, em uma relação entre o Estado e a sociedade no sentido de aprimorar a gestão no setor público, o que acaba por torná-la mais alinhada às discussões sobre transparência e à proposta do trabalho aqui apresentado.

Em seus primórdios a administração pública tinha um caráter patrimonialista, iniciado no período das monarquias absolutas, no qual os patrimônios público e privado eram confundidos, o Estado entendido como propriedade do rei e sendo comum o nepotismo, empreguismo e corrupção (MOTTA, 2013).

Bergue (2011) ao apresentar as características da administração pública patrimonialista argumenta que nesta perspectiva existia uma confusão entre o que era entendido como propriedade pública e o que era propriedade do administrador; o aparelho administrativo do Estado era entendido como uma extensão do poder de seu dirigente; existia uma tendência ao nepotismo com base em crenças como a garantia de lealdade

baseada em laços familiares, na possibilidade de distribuição de oportunidades profissionais ou de riqueza para a família e na garantia de maior probabilidade de convivência a eventuais desvios; além disso, havia também uma tendência de que os cargos, principalmente os comissionados, fossem considerados feudos, sendo distribuídos de forma personalizada e muitas vezes utilizados como moeda de troca.

Nesse sentido, o autor (BERGUE, 2011, p. 233) argumenta que

O aspecto mais proeminente na caracterização do patrimonialismo na administração pública é a dificuldade de alguns gestores em definir precisamente os limites de fronteira entre o público e o privado, diferenciando o patrimônio público do patrimônio do governante. Como decorrência da compreensão dessa posição do gestor em relação à coisa pública, pode-se explicar o fato de, por vezes, o aparelho estatal ser percebido como extensão do poder do agente público. Nesses termos, no modelo de administração pública essencialmente patrimonialista, as pessoas – servidores públicos – são consideradas empregadas do administrador, e não do ente estatal. Nesses termos, sendo o espaço público assumido pelo gestor, como uma extensão de seus domínios pessoais, a prática do nepotismo, por exemplo, passa a ser uma tendência natural.

Esse tipo de administração mostrou-se incompatível com o capitalismo industrial que surgia no séc. XIX, dada a necessidade, para o capitalismo, da separação entre Estado e mercado, abrindo espaço para o surgimento da administração burocrática, racional-legal (BRESSER-PEREIRA, 1996). Essas ideias de uma administração pública mais eficiente ganharam força com a revolução industrial e com o enfraquecimento dos poderes aristocráticos e absolutistas, mas se faziam presentes desde o séc. XVIII na Prússia, onde uma burocracia pública já se preocupava com uma gestão centrada no controle, nas finanças públicas e na comunicação das ordens públicas (MOTTA, 2013).

Em relação ao modelo burocrático, salienta-se que este é baseado nos conceitos difundidos por Max Weber (1978), tendo como principais características a formalidade, impessoalidade e profissionalismo, em um

ambiente administrativo fechado, que enfatiza a organização e o controle em detrimento dos resultados, e vendo o cidadão apenas como um usuário dos serviços públicos, não-participante das decisões. Corroborando este entendimento, Bergue (2011, p. 234), ao apresentar a perspectiva burocrática na administração pública alega que

Esse paradigma organizacional associa-se conceitualmente à burocracia tomada a partir do tipo ideal descrito por Weber, ou seja, privilegia, em nome da eficiência, um arranjo mecanicista formal que, pode-se dizer, traduz em termos mais amplos a doutrina taylorista-fordista de divisão e especialização intelectual e operacional do trabalho, padronização e formalização de procedimentos, entre outros.

Bresser-Pereira (1996) argumenta que a adoção da administração burocrática clássica surgiu atrelada ao entendimento de que esta seria uma alternativa superior à administração patrimonialista, especialmente no que diz respeito ao seu pressuposto de eficiência. Entretanto, o autor alega que esse pressuposto não se confirmou.

[...] verificou-se que (o modelo burocrático) não garantia nem rapidez, nem boa qualidade nem custo baixo para os serviços prestados ao público. Na verdade, a administração burocrática é lenta, cara, auto-referida, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 5)

Secchi (2009) argumenta que após a II Guerra Mundial diversas críticas passaram a ser feitas em relação ao modelo burocrático, em uma onda de confrontação intelectual liderada por Simon, Waldo e Merton, sendo essas críticas implícitas nas características dos modelos pós-burocráticos, notadamente o modelo gerencial e a governança pública.

No que tange à *New Public Management* – NPM, pode-se considerar que as teorias por trás dessa abordagem decorrente da 2ª reforma na administração pública são, principalmente, aquelas ligadas à

Escolha Pública (*Public Choice*), à abordagem da *Chicago School of Economics*, a Nova Economia Institucional - NEI (incluindo a teoria da agência, a teoria dos custos de transação e a teoria do direito à propriedade), a economia da informação, ao gerencialismo e à sociedade em rede (PAPENFUS; SCHAEFER, 2010). Essa abordagem surgiu nos países anglo-saxões durante os anos de 1980, dando ênfase na eficiência, efetividade e uso dos recursos, por meio da introdução de mecanismos de mercado, noções de competitividade e tentativas para tornar o serviço público mais responsivo para os usuários, também entendidos como clientes. (BONSON et al., 2012)

Ao discutir as reformas no setor público no âmbito da NPM, Kudo (2008) argumenta que exemplos advindos de diferentes países e regiões apresentam questões em comum. O autor cita como exemplos países da União Europeia que têm implementado reformas políticas que incluem a reestruturação de instituições governamentais, modernização de processos orçamentários, racionalização de políticas financeiras, mudanças na gestão dos recursos humanos, renovação na gestão e entrega de serviços públicos, renovação das parcerias público-privado e uso de *Information and Communication Technology* - ICT, alegando que a NPM se configura como a mais importante base conceitual para essas reformas. Além disso, aborda a relação entre as reformas advindas da NPM e *accountability* e transparência no setor público quando afirma que

Junto com NPM vem o aumento da demanda e a necessidade de *accountability* e transparência, elementos altamente solicitados na integração europeia de TIC. Este processo pode ser visto em várias reformas da administração pública dos Estados-Membros da UE. (KUDO, 2008, p. 93)

Apesar de diversos estudos terem sido conduzidos a respeito de implementação de reformas no setor público com base na abordagem da NPM, estudiosos tem levantado preocupações sobre as implicações democráticas e éticas referentes à introdução generalizada de ferramentas advindas do setor privado e à atribuição de poderes discricionários a servidores públicos não eleitos. Os escândalos e episódios de corrupção divulgados em países mais envolvidos com as tendências globais da NPM levam a um debate sobre o efeito dessa abordagem sobre o comportamento da gestão pública, fazendo com que a *accountability*

ganhe relevância no sentido de contrabalançar essa tendência e influenciar um comportamento ético por parte dos servidores públicos (MONFARDINI, 2010).

Bovaird e Loffler (2003), ao discutir o movimento da administração pública em direção ao conceito de governança, argumentam que após uma década de dominação dos princípios da NPM, tornou-se evidente a insatisfação com seu foco de análise, limitado a (i) uma noção de eficiência, efetividade e economicidade; (ii) relações contratuais com o setor privado; (iii) o papel do cidadão, visto apenas como um consumidor; (iv) a noção de que em muitos países os escândalos relativos ao desempenho do governo não eram necessariamente ligados ao baixo desempenho na prestação dos serviços e sim na extensão na qual os cidadãos eram completamente informados sobre o pano de fundo das decisões tomadas e em relação à honestidade e justiça por parte dos políticos e seus *staffs*; e (v) a noção estreita de que a sustentabilidade a longo-prazo das políticas econômicas, sociais e ambientais requer um alinhamento de estratégias e políticas apenas entre as agências governamentais, sem a preocupação de expandir a discussão para os setores de atividade e as demais partes interessadas.

Esses problemas relacionados à NPM, associados à uma crítica aos pressupostos também compartilhados pelas teorias tradicionais da administração pública, que argumentam ser possível a obtenção de uma governança coordenada sem que exista uma profunda e persistente interação entre as partes envolvidas e afetadas na cadeia de decisão no setor público fez surgir, no fim dos anos 1990, as chamadas teorias de governança (PEDERSEN; SEHESTED; SØRENSEN, 2010).

Dias e Cario (2014, p. 93) ao propor uma concepção para governança pública argumentam que

[...] diversos são os sentidos que podem ser assumidos pelo termo antes de reduzi-lo ao debate em torno da relação entre Estado e o desenvolvimento da sociedade, ou seja, o que aqui se chama Governança Pública – uma estratégia desenvolvimentista adotada na relação entre o Estado e a sociedade com vistas à construção do público, envolvendo o próprio público e buscando atender os interesses desse mesmo público. Em outras palavras, uma governança que se utiliza de

processos mais democráticos para desenhar as soluções demandadas pela sociedade do século XXI.

Assim, esses autores caracterizam a governança pública como uma matriz composta por 5 elementos, a saber: (i) coprodução do desenvolvimento por meio da cooperação entre Estado, Mercado e Sociedade Civil; (ii) coordenação estatal do processo de cooperação, tendo o Estado o papel de mediador das relações; (iii) delegação da autoridade estatal em três direções: *downward*, *outward* e *upward*, reconhecendo o potencial e incentivando o papel das redes; (iv) ênfase na eficiência e eficácia associando-as a mecanismos de democracia deliberativa e democracia direta para a busca de resultados responsivos; e, (v) planejamento para o desenvolvimento baseado em critérios de equidade. (DIAS; CARIO, 2014, p. 104)

A governança pública assume ser de crucial importância uma colaboração interativa entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, nas palavras de Pedersen, Sehested e Sørensen (2010, p. 379)

[...] estas formas de colaboração interativa, e em especial das redes de governança, são celebradas como um forte, um mecanismo predominante de importância crucial para a provisão de governança pública nos sistemas políticos pluricêntricos de hoje.

Essa noção de colaboração interativa inerente à governança pública reforça a relevância da *accountability* nesse contexto, conforme sugerido por Monfardini (2010). Nesse sentido, o autor argumenta, ainda, que a melhoria da *accountability* externa está em jogo tanto para os políticos quanto para os servidores públicos, levando as organizações públicas a tentarem melhorar a evidenciação das informações para os cidadãos, enquanto esses cidadãos tendem a aumentar sua participação, em um processo de governança pública.

Com vistas a melhor identificar os contrastes existentes entre essas abordagens conceituais, Staroscky et al. (2014, p. 33) elaboraram um quadro baseado no estudo de Secchi (2009) apresentando as reformas

surgidas no âmbito da administração pública como resposta ao patrimonialismo existente anteriormente, conforme apresentado no Quadro 1.

Característica	Burocracia	NPM	Governança Pública
Função sistêmica	Homeostase	Homeostase	Homeostase
Relação sistêmica com o ambiente	Fechado	Aberto	Aberto
Distinção entre política e administração	Separados	Trabalhando juntos sob o comando político	Distinção superada
Funções administrativas enfatizadas	Controle e organização	Controle e planejamento	Controle e coordenação
Discricionariedade administrativa	Baixa	Alta	n. a.
Cidadão é visto como	usuário	Cliente	Parceiro

Quadro 1: Características básicas das abordagens conceituais de administração pública

Fonte: Starosky et al. (2014)

Pelo Quadro 1 é possível perceber que houve uma maior abertura na relação entre a administração pública e a sociedade a partir da superação da abordagem burocrática, além disso, a relação entre política e administração se modifica, no sentido de uma maior interação entre esses dois elementos, com sua distinção sendo superada no âmbito governança pública.

A função de controle está presente em todas as abordagens, sendo que no caso da governança pública é realizada por meio de uma maior coordenação entre os atores. Da mesma forma, no âmbito da governança pública, o cidadão passa a ser visto como um parceiro, ou seja, um ente ativo na proposição de políticas públicas, bem como no controle da ação governamental.

A governança pública engloba legitimação e *accountability* política, bem como *accountability* administrativa, financeira e orçamentária, transparência, abertura e o Estado de direito. Governança, portanto, diz respeito a várias questões, entre elas, que aqueles que detêm a confiança do público devem ser capazes de explicar sobre o uso dessa confiança aos cidadãos ou seus representantes. (MUTULA; WAMUKOYA, 2009). Assim, argumenta-se que a governança pública acaba por ter maior impacto nas relações de *accountability*, bem como na

transparência pública, uma vez que traz em seus pressupostos uma ideia de controle e coordenação, que envolve diretamente a sociedade civil.

2.2 *ACCOUNTABILITY*: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O entendimento do termo *accountability* requer uma discussão ampla, pois, conforme comentado por Boyce e Davids (2009), o termo não pode ser entendido meramente como um conjunto de valores, processos e práticas, mas, ao contrário, deve ser contextualizado, considerando a forma como é colocado em prática, e reconhecido como uma prática permeada de valores e suposições.

Com o intuito de tentar entender as falhas que levaram à tragédia com o ônibus espacial Challenger, Romzek e Dubnick (1987), em seu artigo clássico, acabam por propor um quadro de *accountability* pública como meio para analisar as pressões institucionais sofridas pela NASA e suas implicações nessa tragédia. Desta forma, os autores chegam a quatro tipos de sistemas de *accountability* (Figura 2), considerando a fonte de controle sobre a agência e o grau de controle sobre suas ações, a saber: (i) *Accountability* burocrática – na qual as expectativas dos administradores são gerenciadas com foco nas prioridades dos que estão no topo da hierarquia burocrática; (ii) *Accountability* legal – baseada nas relações entre o partido controlando a agência externamente e os membros da organização; (iii) *Accountability* profissional – na qual o controle sobre as atividades é colocado nas mãos daqueles com a competência necessária para realizar o trabalho; e, (iv) *Accountability* política – baseada nas pressões democráticas impostas aos administradores públicos.

		Fonte de controle da agência	
		Interno	Externo
Grau de controle sobre as ações da agência	Alto	1. Burocrático	2. Legal
	Baixo	3. Profissional	4. Político

Figura 2: Tipos de sistemas de *Accountability*
Fonte: Romzek e Dubnick (1987)

Em um sentido simplista, pode-se entender *accountability* como um conceito que implica uma relação na qual as pessoas são obrigadas a explicar e assumir a responsabilidade por suas ações (SINCLAIR, 1995). Apesar dessa simplicidade inicial, conforme comentado anteriormente, esse conceito pode surgir de diversas formas, sendo sua definição modificada de acordo com a importância do uso da linguagem como um agente da ideologia na formação de seu entendimento. A partir dessa afirmação e com base em estudo conduzido por meio de entrevistas junto a um grupo de *Chief Executive Officers* – CEO's, Sinclair (1995) desdobra o entendimento do termo em cinco formas distintas: (i) *Accountability* política – ou de ‘Westminster’, envolvendo as relações entre ministros e parlamento em uma direção ‘para cima’; (ii) *Accountability* pública – envolvendo as relações com a sociedade em uma direção ‘para fora’; (iii) *Accountability* gerencial – envolvendo três subtipos, fiscal – ligadas ao gasto público e orçamento, processual – ligada ao monitoramento dos processos implementados, e programática – ligada aos resultados a serem alcançados; (iv) *Accountability* profissional – envolvendo os padrões percebidos por um grupo de especialistas; e, finalmente, (v) *Accountability* pessoal – relacionada à obediência a própria consciência em uma direção ‘para dentro’.

Tratando da questão no âmbito político, Schedler (1999) alega que os teóricos clássicos de ciência política argumentam que em primeiro lugar vem o poder, e, em seguida, a necessidade de controlá-lo. O autor argumenta que a dificuldade surge devido ao fato de que inicialmente deve-se habilitar o governo a controlar seus governados, mas, posteriormente, deve-se obrigar o governo a controlar a si próprio. Nesse sentido, o termo *accountability*

[...] expressa a preocupação permanente para com o controle e a supervisão, vigilância e restrições institucionais sobre o exercício do poder. Em todo o mundo (sempre que o termo está a meio caminho traduzível), instituições financeiras internacionais, os líderes dos partidos, ativistas populares, jornalistas e cientistas políticos descobriram as bênçãos e aderir à causa da "*accountability* pública".(SCHEDLER, 1999, p. 13)

Este autor argumenta, ainda, que *accountability* é um conceito bi-dimensional que envolve três diferentes questões para prevenção do abuso de poder, a saber: (i) *enforcement* - a implicação de poder submeter os governantes a ameaças de sanções; (ii) *monitoring* - a obrigação de os governantes exercerem o poder de forma transparente; e, (iii) *justification* – ou seja, a obrigação de os governantes justificarem suas ações. O conjunto das últimas duas questões (*monitoring* e *justification*) formam o conceito de *answerability*, sendo que “*accountability* e *answerability* visam criar transparência. Demandando informação, assim como justificação” (SCHEDLER, 1999, p. 20).

Corroborando a visão sobre *accountability* envolver contextualização e ter em conta as ideologias que formam seu entendimento, Bracci (2009) argumenta que esta tem, também, fortes implicações culturais. Este autor afirma que, embora todos os sistemas sociais possuam mecanismos de *accountability* com vistas a alcançar legitimação, os meios podem variar dado que a configuração social impacta na forma como a *accountability* é exercida. Ou seja, pela argumentação citada acima, *accountability* é um termo mutável e que se adapta à cada realidade na qual seus mecanismos são implementados. Apesar dessas questões, existe algum consenso a respeito de suas dimensões, principalmente no que tange à transparência, ao controle e aos mecanismos de responsabilização dos agentes públicos (CENEVIVA; FARAH, 2012; NZE; NKAMNEBE, 2003; ROBINSON, 2003; SCHEDLER, 1999), bem como pela noção de ‘direção’, ou seja, para quem e em que condições deve-se prestar esclarecimentos (ROMZEK; DUBNICK, 1987; SINCLAIR, 1995).

No Brasil, em conformidade com a afirmação de Bracci (2009) a respeito da necessidade de contextualização no entendimento do termo, existe uma discussão que vem desde os anos 1990, com a publicação do artigo de Campos (1990), abordando a dificuldade de tradução e entendimento do termo, relacionada a noção do que é ‘público’ e da relação entre a administração pública e a sociedade. Essa autora argumenta que o grau de *accountability* de uma determinada sociedade diz respeito a uma dimensão macro-ambiental, envolvendo sua textura política e social, bem como seus valores, seus costumes e sua história.

Em seu estudo, Campos (Ibid.) faz uma crítica ao desenvolvimento da estrutura política brasileira, argumentando que um histórico de clientelismo e patrimonialismo na administração pública do país acaba por dificultar o entendimento do termo, e sua tradução. Ela

argumenta que o entendimento deste termo envolveria um amadurecimento da democracia e da própria sociedade, uma vez que não seja internalizada essa preocupação, se torna difícil o entendimento e tradução do termo. Em suas palavras

[...] quanto menos amadurecida a sociedade, menos provável que se preocupe com a *accountability* do serviço público. Portanto, não surpreende que, nos países menos desenvolvidos, não haja tal preocupação. Nem mesmo sente-se falta de palavra que traduza *accountability*. Quando a indignação política for superada e o tecido institucional fortalecido, é provável que surja o conceito e, só então, surja a palavra para traduzi-lo. Por enquanto, qualquer tentativa apressada de cunhar uma palavra seria desprovida de significado, pois não faria parte da nossa realidade. (CAMPOS, 1990, p. 17)

Quase 20 anos depois do artigo publicado por Campos, Pinho e Sacramento (2009), retomam essa discussão, buscando verificar quais mudanças ocorreram na configuração política e social brasileira que viessem a contribuir para a tradução e entendimento do termo. Esses autores argumentam que houve avanços no que tange ao desenvolvimento institucional do país, mas que ainda não existe uma cultura de *accountability*, o que ainda dificulta o entendimento do termo.

A respeito dos avanços da *accountability* no Brasil, Gusinsky et al. (2015) realizam uma revisão sobre o tema com base em diversos autores (CASSANEGO-JR. et al., 2012; CENEVIVA, 2007; FONTES-FILHO; NAVES, 2014; GRACILIANO et al., 2010; LIMA-FILHO et al., 2011; PÓ; ABRUCIO, 2006; RAUPP; PINHO, 2013, 2011; ROCHA, 2013). Nesse estudo, argumentam que ainda existe preocupação com prestação de contas, necessidade de transparência nos atos públicos, publicização de informações, participação popular e falta de cultura política por parte da população. Esse argumento acaba por corroborar a afirmação de Pinho e Sacramento (2009) à respeito da necessidade ainda latente no contexto brasileiro em relação ao fortalecimento de uma cultura de *accountability*.

A discussão desses autores coloca luz sobre a importância da consideração do aspecto ligado ao acesso à informação, que conforme

Kierkegaard (2009) é considerado vital para o fortalecimento da *accountability*, da participação social e do Estado de Direito. Ao explorar a questão do acesso à informação por meio de um survey realizado em nível local, estadual e federal, na Alemanha, Áustria e Suíça, Papenfus e Schaefer (2010) corroboram essa afirmação argumentando que o acesso à informação é um aspecto-chave da transparência, que se configura como um pré-requisito básico da *accountability*. Por sua vez, Ceneviva e Farah (2012) argumentam que apesar do acesso à informação se configurar como condição necessária para a responsabilização das autoridades e das organizações públicas, essa responsabilização se dará somente por meio da incorporação de normas, regras e mecanismos para punição dos agentes públicos.

Com base no exposto acima, e considerando que a transparência é inerente ao processo para o alcance de melhores níveis de *accountability*, esta deve ser tratada como prioridade, para que o cidadão tenha acesso ao que o governo faz, e, mais além, tenha informações e condições para cobrar de seus agentes o atendimento aos anseios da sociedade, em um processo participativo que fortaleça e desenvolva a democracia e, ao mesmo tempo, se configure em um mecanismo para coibir e combater a corrupção no setor público.

2.3 TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

Essa sub-seção busca realizar uma discussão a respeito da transparência no setor público considerando uma série questões que permeiam seu entendimento, a saber: histórico de seu desenvolvimento, conceituação do termo, seus componentes, direções, relação entre transparência e confiança no governo, regimes que orientam seu desenvolvimento e estratégias-chave para seu reforço e desenvolvimento. Os próximos parágrafos apresentam cada uma dessas questões.

Do ponto de vista histórico, conforme já discutido na seção de introdução, pode-se dizer que as primeiras discussões sobre transparência surgem desde a Grécia antiga e vem se desenvolvendo e se transformando ao longo do tempo (MEIJER, 2015). Esse autor argumenta com base em Hood (2006) que o termo transparência, conforme utilizado atualmente, pode ser considerado uma ideia moderna, conectada ao iluminismo, tendo um importante ponto de partida no *Swedish Freedom of Press Act* de 1766

e sendo reforçado no decorrer da revolução francesa como um meio para combater os abusos de poder.

Na análise realizada em seu artigo alega que a transparência cresce de forma conectada à modernização do Estado, tendo na democracia representativa sua pedra fundamental e se desenvolvendo até sua compreensão atual, relacionada a uma democracia participativa. O autor reforça, então, a conexão existente entre o desenvolvimento da discussão sobre o tema com as teorias de governança

[...] Seguindo o argumento que foi desenvolvido com base nesta análise histórica, uma nova camada pode ser esperada quando novos corredores do poder precisam ser abertos ao escrutínio do povo. O paradigma de governança destaca que a energia é transferida para difundir redes de atores públicos e privados (Koppenjan & Klijn, 2004; Torfing, Peters, Pierre, e Sorensen, 2012), e o próximo passo poderia ser que haverá um impulso mais forte a uma maior transparência dessas redes e, como consequência, a transparência também se tornará um requisito para o setor privado. (MEIJER, 2015, p. 197)

Dada sua importância em relação às teorias de governança, bem como à *accountability* e corrupção, torna-se necessário resgatar seu conceito. Apesar de não existir uma definição consensual do termo, as várias abordagens em relação ao conceito de transparência tem em comum a questão da extensão na qual todas as partes interessadas possuem um entendimento comum e acesso a toda informação requisitada, sem perda, ruído, atraso ou distorção (PAPENFUS; SCHAEFER, 2010). Em termos gerais a transparência pode ser entendida como

A consciência dos cidadãos do que acontece dentro do governo por meio da disponibilização de informação do setor público para atingir fins diferentes, como o aumento da legitimidade democrática e a responsabilidade do governo, a redução do abuso e da corrupção, contribuindo para

a boa governança, pode melhorar o processo de tomada de decisão do governo, informar os cidadãos sobre os assuntos públicos o que pode vir a contribuir para a sua participação nos assuntos públicos, e facilitar um maior desenvolvimento econômico e social. (CERRILLO-I-MARTÍNEZ, 2012, p. 771)

Corroborando o entendimento acima, Grimmelikhuisen (2012) argumenta que transparência incorpora múltiplos componentes, incluindo a disponibilidade de informações sobre o trabalho interno e o desempenho de uma organização pública, o que habilita grupos de interesse externos a monitorar suas atividades, nesse sentido, relaciona a transparência com a disponibilização de informações por parte do governo aos atores externos, com vistas a permitir o monitoramento de suas atividades. Este entendimento de transparência como um conceito complexo que incorpora múltiplos componentes é também corroborada por Meijer (2013), ao definir transparência como a disponibilidade de informações sobre um ator que permite a outros atores monitorarem o **trabalho e desempenho** do primeiro, em uma **relação institucional de troca de informações**.

Além desse entendimento comum sobre transparência, alguns autores argumentam que o conceito pode ser considerado tanto de um ponto de vista externo, quanto de um ponto de vista interno (ARELLANO-GAULT; LEPORE, 2011; FOX; HAIGHT; PALMER-RUBIN, 2011). O argumento desses autores é que a visão sobre transparência do ponto de vista externo se baseia na abordagem advinda da NEI, principalmente no que tange às teorias da agência e dos custos de transação, mas que é preciso se aprofundar nessa análise para entender o fenômeno da transparência a partir de uma perspectiva interna. Nesse sentido, Fox, Haight e Palmer-Rubin (2011) fazem uma distinção conceitual, por um lado, falam sobre ‘transparência clara’, ou uma transparência proativa, que reflete o comportamento das instituições (como tomam as decisões, onde o recurso público é aplicado, quais são os resultados tangíveis de suas ações etc.), por outro, falam sobre ‘transparência opaca’, ou seja, um tipo de transparência reativa, advinda da entrega de informações por parte dos entes públicos mediante a solicitação do cidadão ou de órgãos da sociedade civil organizada, refletindo o comportamento dos servidores e gestores públicos.

Ainda abordando a questão do conceito de transparência, Zucolotto, Teixeira e Riccio (2015) fazem um debate sobre os conceitos e classificações do termo com vistas a alcançar uma melhor precisão conceitual. Nesse sentido, argumentam também que este é um conceito em construção, que envolve uma relação triangular entre os conceitos de transparência, abertura e vigilância, alegando que

[...] a transparência pública pode auxiliar a sociedade na vigilância das ações dos governos, mas não assegura a responsabilização dos gestores públicos se outros mecanismos democráticos não existirem. De qualquer forma, as ideias de transparência, quando associadas à ideia de visão e translucidez, denotam que alguém está sendo observado, visto não existir barreiras visuais entre o observado e o observador e isso, por si só, cria uma ideia de vigilância. (ZUCOLOTTO; TEIXEIRA; RICCIO, 2015, p. 142)

Independente do entendimento do conceito, a confiança no processo político é imperativa para o fortalecimento da democracia, e a transparência pode ser considerada a alma desse sistema. Uma maior transparência e abertura resulta na capacidade do cidadão comum de manter os oficiais do governo responsáveis (*accountable*) por suas ações (KIERKEGAARD, 2009).

A transparência pode ser considerada peça chave no processo democrático, haja vista que, uma vez conhecedor do que o governo faz, o cidadão pode se envolver e participar das decisões governamentais que irão influenciar suas vidas. Em última instância, a importância da transparência no processo democrático é tamanha que pode até mesmo ser considerada um substituto para a *accountability* como uma checagem da ação governamental, pois permite a implementação do controle público diretamente, e não de forma indireta, por meio de entidades representativas ou autônomas, se constituindo, desta forma, não apenas em um resultado advindo dos valores democráticos, mas um valor em si mesma (MEIJER, 2013).

Para Ruijer e Meijer (2016) transparência também está relacionada com os arranjos institucionais de cada país e espera-se que essas diferenças institucionais se reflitam em diferentes regimes. Por

regimes de transparência entendem a soma de todos os arranjos de transparência de um país e suas iniciativas, que, por sua vez, são advindos do contexto político, social e normativo no qual estão inseridos. Os autores argumentam, ainda, que esses regimes podem se basear em regras, em uma abordagem mais legalista, ou em princípios, em uma abordagem mais normativa.

A (i) abordagem baseada em regras se caracteriza por ser uma abordagem mais do tipo ‘*cookbook*’, que diz às pessoas o que fazer e como se comportar, sendo mais explícita, detalhada e prescritiva. Essa abordagem tende a ser direcionada pelo medo, centrando-se na detecção e cumprimento de uma série de requisitos processuais. Por outro lado, a (ii) abordagem baseada em princípios se caracteriza por não buscar dizer o que deve ser feito, mas como decidir o que precisa ser feito. Nessa abordagem normas são formuladas como guias de orientação, se tornando uma abordagem mais implícita, com ênfase em ‘fazer a coisa certa’ de uma maneira apropriada. A primeira abordagem em geral surge em sociedades que favorecem as burocracias, enquanto a segunda é encontrada em sociedades caracterizadas por fortes e operantes controles sociais. (RUIJER; MEIJER, 2016)

Assim, pode-se dizer que os regimes de transparência em dado país acabam também por dar direcionamento às estratégias a serem adotadas. Algumas estratégias-chave para aumentar e sustentar a transparência são discutidas por Kim (2008) que argumenta ser necessário discutir essa questão em duas diferentes dimensões, (i) sócio-política – relativas à reformas políticas e legais; e, (ii) gerencial – relativa a questões gerenciais no campo do serviço público. Cruz et al. (2012) corroboram a argumentação de Kim ao afirmar que

[...] a divulgação de informações acerca dos atos da gestão pública não deve se limitar aos relatórios já previstos em dispositivos legais (em geral, relatórios fiscais e financeiros), mas também de informações qualitativas que reportem desempenho, projetos e atingimento de metas em áreas relevantes para a sociedade, tais como saúde, educação, cultura, transporte, saneamento e outras. Esse pensamento é corroborado por Matias-Pereira (2006:309), quando esse autor afirma que a transparência do Estado se efetiva por meio do acesso do cidadão à informação governamental, o

que torna mais democráticas as relações entre o Estado e a sociedade civil. (CRUZ et al., 2012, p. 157)

Apesar do papel importante desempenhado pela transparência no processo democrático, Arellano-Gault e Lepore (2011, p. 1031) argumentam que “ [...] somente quando as organizações públicas internalizarem a transparência será possível realizar as promessas que são inerentes às leis de acesso a informação e políticas de transparência, como elementos fundamentais da governança democrática”, o que vem a evidenciar o desafio a ser enfrentado pelo setor público na busca de uma maior transparência e *accountability*, com vistas a combater a corrupção, gerar desenvolvimento e fortalecer a democracia.

A importância da consideração de aspectos ligados ao desempenho da gestão pública, bem como de aspectos ligados à internalização do conceito de transparência é compartilhada pelo autor desta tese, que acredita ser necessária a inclusão desses aspectos gerenciais para avaliação da transparência no âmbito da gestão pública. Além disso, o autor se alinha à ideia de uma transparência mais baseada em princípios que em regras. Assim, parte do pressuposto que não é necessário aguardar a regulamentação legal para ‘fazer a coisa certa’ em relação à transparência. Assim, o modelo de avaliação a ser proposto nesta tese buscará considerar essas questões, não se atendo à verificação somente dos requisitos legais exigidos pela legislação dos países analisados, mas também à questões consideradas importantes no reforço de uma cultura de transparência.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE *ACCOUNTABILITY* E TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

Esta sub-seção busca apresentar o estado-da-arte em relação aos estudos sobre transparência, *accountability* e corrupção, advindos da amostra de artigos analisada de acordo com o procedimento descrito na sub-seção 3.2 – procedimentos para levantamento do referencial teórico.

Assim, realiza uma síntese das lições aprendidas no decorrer da revisão da literatura, bem como apresenta uma agenda de futuras pesquisas sobre o tema. Para tanto, se baseia na experiência dos

pesquisadores, decorrentes das análises por eles realizadas e nas sugestões de pesquisas apresentadas em seus artigos. Uma versão desta sub-seção foi apresentada e publicada nos anais do XIX IRSPM *Conference* (LYRIO; LUNKES; TALIANI, 2015b), realizado na cidade Birmingham, em Abril de 2015.

2.4.1 Lições aprendidas

Com vistas a uma melhor estruturação desta sub-seção, as lições aprendidas são apresentadas de acordo com cada um dos tópicos de pesquisa identificados por meio do processo de análise bibliográfica sugerido na sub-seção 3.2.

2.4.1.1 Sobre os fatores facilitadores do alcance da transparência

Importantes questões foram levantadas a respeito dos **fatores institucionais** e seu impacto na transparência. Arellano-Gault e Lepore (2011) argumentam que fatores organizacionais e comportamentais têm sido negligenciados na análise das organizações públicas e na questão da transparência. Para eles, existem organizações que tem desenvolvido uma dinâmica que supera as questões institucionais-legais, sugerindo uma internalização da transparência que os estudos baseados na NEI não têm levado em consideração. Por sua vez, Mutula e Wamukoya (2009) consideram que a colaboração e suporte aos esforços das instituições nacionais se constituem em fatores importantes para o fortalecimento da democracia, da *accountability* e da transparência. As afirmações dos autores acima são corroboradas por Fox, Haight e Palmer-Rubin (2011) ao argumentarem que, em nível conceitual mais amplo, as possíveis explicações para as variações na qualidade do cumprimento de legislações referentes à transparência dizem respeito aos **recursos e incentivos institucionais**, bem como à **cultura da transparência**.

O **governo eletrônico** emerge nas pesquisas como um fator com potencial para melhoria da transparência e da *accountability* no setor público, sendo a **web 2.0** e as **mídias sociais** ferramentas importantes para aumento do diálogo corporativo, da participação social e ampliação do alcance do governo a baixos custos. Apesar disso, seu uso ainda se apresenta em estágios iniciais, e considera-se que o grau de engajamento

dos cidadãos se dará de acordo com a forma como os governos lidarão com o uso da internet, *group-ware* e sistemas coletivos (BONSÓN et al., 2012; CEGARRA-NAVARRO; PACHÓN; CEGARRA, 2012; HAQUE; PATHRANNARAKUL, 2013).

Considera-se que a **reutilização de informações do setor público**, via *open-data*, pode gerar não somente uma melhoria da transparência, mas também impacto no desenvolvimento econômico e social, uma vez que essas informações podem vir a ser utilizadas por empresas e organizações da sociedade civil no fornecimento de serviços *on-line*, mas, para isso, é preciso consolidar e potencializar uma cultura de reutilização das informações no setor público (CERRILLO-I-MARTÍNEZ, 2012; MARCOS-MARTÍN; SORIANO-MALDONADO, 2011). Por outro lado, não existe ainda clareza quanto aos modelos de parceria para exploração de *open-data*, sendo necessário o desenvolvimento de uma infraestrutura de informação para reforçar essa tarefa pública e as políticas de dados em relação às informações do setor público (SAXBY; HILL, 2012).

Apesar da importância do governo eletrônico e da reutilização das informações do setor público uma crítica é feita por Owen, Cooke e Matthews (2013). Esses autores argumentam que o foco tem sido dado às tecnologias utilizadas e à estruturação de dados, faltando uma maior ênfase no conhecimento das necessidades dos usuários e no desenho dos serviços. A mera disponibilização de informações não significa que o cidadão estará apto a acessar essas informações, nesse sentido, atestam que é necessário o desenvolvimento de habilidades de **literacidade de informação**³ nos indivíduos, pois "[...] a maior lacuna evidente na política de informação do governo se refere a competências de literacidade da informação" (OWEN; COOKE; MATTHEWS, 2013, p. 13).

Em relação à questão das **legislações relativas ao acesso à informação**, Kuunifaa (2012), argumenta que essas são importantes para o alcance da transparência, mas, apesar disso, em estudo realizado em Ghana, levanta preocupação quanto à operacionalização dessas

³ Livingston (2011, p. 20–21) ao apresentar o termo ‘literacidade’, mais precisamente literacidade na Internet, argumenta que este é um conceito que engloba três dimensões: (i) uma forma de conhecimento com continuidades claras em relação às formas comunicativas, [...] que coloca uma série de desafios, desde dificuldades de *wardware* até competências mais complexas e interpretativas; (ii) uma forma de conhecimento que interliga habilidades individuais e práticas sociais; e, (iii) exige habilidades específicas, experiências, textos, instituições e valores culturais associados à Internet que se diferenciam daqueles associados a outros meios de comunicação.

legislações, acerca da necessidade de uma devida documentação e manutenção das informações para posterior recuperação.

Para Meijer (2013) o entendimento da dinâmica complexa advinda e resultante da transparência governamental deve ser entendida a partir de três lentes, a saber, (i) estratégica, (ii) cognitiva e (iii) institucional, em uma abordagem que considera o entendimento contextual e as práticas locais (específicas). Nesse sentido, conclui que o reconhecimento dessas complexidades leva ao entendimento que a construção da transparência envolve o **gerenciamento de interações entre múltiplos atores**.

Além desses fatores que influenciam a transparência, alguns autores tratam também dos **benefícios advindos** dessa. Entre esses citam-se (i) a permissão ao público de um acesso direto e contato com seus representantes; (ii) o reconhecimento da honestidade e integridade, dando maior visibilidade e permitindo a realização de um bom governo; (iii) acesso a indicadores sobre o desempenho das diversas áreas do governo; e, (iv) a disponibilização de serviços pela reutilização de informações, como por exemplo, personalização de rotas, localização de empresas, pontos de reciclagem e pontos perigosos de uma cidade, horário real de transportes públicos, entre outros (FERRER-SAPENA; PESET; ALEIXANDRE-BENAVENT, 2011; KIERKEGAARD, 2009; MCIVOR; MCHUGH; CADDEN, 2002).

2.4.1.2 Sobre as reformas no setor público e *accountability*

Em relação à reforma advinda da NPM, Hoque e Moll (2001) afirmam que a introdução da *National Competition Policy* – NCP, acordos governamentais, e legislação correlata se constituíram em catalisadores da mudança de cultura no setor público australiano. Além disso, a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – podem também apoiar o desenvolvimento das reformas no setor público, pois tem condições de melhorar a eficiência e a entrega de serviços, bem como a transparência e a *accountability* do setor (KUDO, 2008).

Por outro lado, os críticos da NPM argumentam que o setor público pode se tornar corporativizado caso a prática de empregos por contratos (cargos comissionados) for utilizada para garantir os interesses de partidos políticos (KIMBER; MADDOX, 2003) e que a má gestão e a

corrupção pode gerar falhas nos mecanismos de *accountability* quando as partes não fornecem um relato adequado de suas ações (LODHIA; BURRITT, 2004). Mir e Rahaman (2007) afirmam, ainda, que os sistemas de gestão financeira e *accountability* introduzidos para ancorar as reformas no setor público por vezes entram em conflito com os mecanismos burocráticos, devido a necessidade de equilibrar múltiplos, e por vezes conflitantes, objetivos relativos às obrigações sociais das organizações públicas.

No sentido de minimizar esses problemas, Kim (2008), com base nos resultados de estudos em países asiáticos, argumenta que as reformas para melhoria da *accountability* e transparência no setor público envolvem duas abordagens complementares: por um lado, questões (i) sócio-políticas – ligadas à liderança, vontade política, reformas no executivo, legislativo e judiciário, promoção do jornalismo investigativo, entre outras; por outro, questões (ii) gerenciais – ligadas à infraestrutura e instituições adequadas, sistemas de gestão, medidas de avaliação de desempenho, uso do governo eletrônico, bem como o desenvolvimento, por parte dos servidores públicos, de novas ideias, habilidades e competências. Esse desafio de minimização dos problemas advindos da NPM é discutido por Mulgan (2008), ao tratar da dificuldade na elaboração de um sistema que vise incentivar a partilha de responsabilidade em relação aos resultados das políticas públicas, a aprendizagem institucional e respostas flexíveis aos problemas enfrentados pelo setor público.

Para alguns autores (MONFARDINI, 2010; SAMARATUNGE; ALAM; TEICHER, 2008), estratégias adequadas e fatores contextuais também são importantes para o sucesso das reformas e melhoria dos padrões de *accountability*. Para o sucesso das reformas deve-se ter em conta, conforme esses autores, a história política, os padrões de desenvolvimento econômico, a natureza das reformas e o papel da sociedade civil; para a melhoria dos padrões de *accountability*, o comprometimento e a liderança política parecem ser os fatores mais influentes. No que tange às estratégias, novamente é citado o uso de TICs, com vistas a harmonizar a relação entre a administração pública e os cidadãos, facilitando a interação por meio do uso dessas tecnologias, associada a uma infraestrutura técnica forte combinada com um senso de democracia ativo por parte dos cidadãos.

Por fim, Kristiansen et al. (2009) apontam que existe uma divergência de opinião entre o governo e a sociedade civil no que tange

ao nível de transparência, com o primeiro tendo claramente uma posição mais positiva em relação à questão. O estudo realizado pelos autores aponta parecer haver uma relação entre um menor nível de transparência e uma maior abertura para práticas ilícitas, enquanto, no caso dos governos mais transparentes, parecem ser mais sofisticados os meios para esconder procedimentos ilegais. Nesse sentido, argumentam que mecanismos de transparência e *accountability* fracos facilitam a corrupção e o mau-uso de recursos públicos.

2.4.1.3 Sobre avaliação de desempenho e *accountability*/transparência

Na discussão da relação entre avaliação de desempenho e *accountability*/transparência, autores discutem as implicações da importação de modelos e teorias advindos do setor privado. Bolton (2003) aborda a questão do estabelecimento de medidas de desempenho e de uma cultura de desempenho no setor público, argumentando ser possível melhorar a *accountability* e oferecer melhores serviços se a avaliação de desempenho for levada a sério e as práticas do setor privado forem “traduzidas” para o setor público. Por outro lado, para Robinson (2003) a avaliação de desempenho também pode desconectar o povo de seu governo se os relatórios gerados por meio de iniciativas de avaliação de desempenho não se prestarem a ser uma forma de dar ao público votante condições de verificar a atuação dos governos.

Outros autores argumentam que sistemas de avaliação de desempenho compreensivos e implementados adequadamente, podem melhorar o nível de efetividade do setor público, bem como sua *accountability*, havendo razões para otimismo nesse sentido (BAKAR; SALEH; MOHAMAD, 2011; CUNNINGHAM; HARRIS, 2005). Apesar disso, para esses autores, o processo é complexo e não tão imediato e, para que tenha real efetividade, é preciso que seja evidenciado amplamente para a sociedade, uma vez que alegam ser a capacidade dos sistemas em promover a comunicação mais importante que os próprios indicadores de desempenho.

O papel da abordagem dinâmica de sistemas no contexto das organizações públicas é discutido no que tange à sua contribuição para mudança organizacional, a *accountability* e o suporte à decisão. Nesse sentido, é argumentado que os modelos de SD podem apoiar a melhoria dos reportes à sociedade por meio da combinação de uma abordagem

interna e também externa, baseadas nas restrições impostas pelos sistemas político e institucional, fomentando a melhoria do desempenho e a *accountability* dos tomadores de decisão (BIANCHI, 2010; BIANCHI et al., 2010).

No que tange ao processo de nomeações e promoções no setor público, Svensson (2007) desenvolveu um estudo em instituições de ensino superior na Suécia, no qual conclui serem os requisitos legais estabelecidos para transparência dos procedimentos de documentação e de tomada de decisão podem reforçar a garantia de qualidade e de controle sobre os processos de nomeações e promoções. Apesar disso, o fato de a transparência se referir especificamente aos procedimentos formais pode se constituir em uma fraqueza do sistema, além de os requisitos legais para transparência acabarem por tornar o processo mais burocrático, rígido e inflexível.

Por sua vez, Ceneviva e Farah (2012) levantam algumas exigências para o sucesso da implementação de modelos de *accountability*, a saber, a responsabilização dos agentes públicos, as características do sistema de avaliação e também a atuação dos atores envolvidos, sendo essa atuação em parte explicada pela incorporação de regras e procedimentos de fiscalização que permitam a participação social.

2.4.1.4 Sobre estratégias anti-corrupção

Estudos sobre estratégias anti-corrupção tiveram destaque nos países africanos, com 50% dos artigos sobre o tópico sendo desenvolvidos naquele continente. Talvez pelo fato de os países africanos serem considerados os mais corruptos do mundo esse tópico ganhe relevância. Para Olowu (1999), o processo de transição econômica faz emergir a ideia de corrupção como uma questão econômica e política importante, requerendo uma abordagem institucional para confrontá-la e servir de catalizador para reformas em outros setores e instituições sociais. A autora argumenta que é crucial a existência de instituições anti-corrupção independentes, mas que essas instituições não devem apenas ser independentes, mas devem ser vistas como independentes por todos os atores na sociedade. A importância do status de independente por parte das agências anti-corrupção é corroborada por Pillay (2004), ao argumentar ser este um fator preponderante na efetividade de uma

estratégia anti-corrupção. Riley (1998) cita, ainda, a existência de lideranças fortes e com motivações éticas, o comprometimento institucional e político, o aumento do profissionalismo, da independência e das habilidades técnicas por parte de advogados, contadores, jornalistas e outros atores sociais, bem como a democratização, liberação econômica e redução do tamanho do Estado como fatores para combater a corrupção.

Ainda sobre a corrupção na África, Maria (2008) faz uma crítica ao CPI, desenvolvido pela Organização Não governamental – ONG - Transparência Internacional, trazendo à tona uma discussão sobre o entendimento do que é corrupção e alegando ser este conceito culturalmente construído pelo Ocidente, não levando em consideração as especificidades culturais de diferentes regiões. Nesse sentido, avança no posicionamento pós-colonialista de que a corrupção não pode ser compreendida fora da experiência vivida, nem pode submeter-se à investigação empírica, conforme promovida pelo movimento da gestão por resultados, alegando que tentar medir a corrupção desta forma deturpa os processos subjetivos e políticos existentes em sua manifestação.

No âmbito dos países asiáticos, Zafarullah e Siddiquee (2001) descreveram o sistema de controle da corrupção em Bangladesh, argumentando que este é inefetivo devido à práticas e condutas ruins e falta de profissionalismo. A análise dos autores recai sobre os mecanismos institucionais disponíveis para o combate à corrupção, criticando sua efetividade e alegando haver a necessidade de um movimento anti-corrupção sério em conjunto com medidas mais definitivas para reformar as instituições públicas e fortalecer a governança. Davis (2004), por sua vez, apresentou informações empíricas sobre os tipos e a magnitude do comportamento corrupto detectado no fornecimento de água e esgoto de países do Sul da Ásia. Ao examinar os pontos fortes e fracos das estratégias atuais para redução da corrupção no âmbito daqueles países, coletando dados por meio de entrevistas e discussões em *focus group*, argumenta que quando a corrupção é reduzida, observam-se dois direcionadores concomitantes, a saber, (i) uma mudança nas redes de *accountability* dos provedores de serviço; e, (ii) uma mudança no ambiente de trabalho que aumenta o custo moral do comportamento corrupto.

O encorajamento para que os empregados relatem casos de corrupção no ambiente de trabalho é discutido por Zipparo (1999) em estudo realizado no setor público Australiano. O autor trata das barreiras atitudinais que os empregados enfrentam ao denunciar casos de corrupção

e como a legislação de proteção pode impactar essas atitudes, sugerindo que o foco deve estar não na tentativa de mudar a atitude dos empregados, mas na identificação das áreas das organizações do setor público que podem ser melhoradas para garantir um ambiente seguro para o exercício da denúncia.

Em relação ao controle da corrupção no âmbito das mudanças implementadas com base nas premissas da NPM, as questões ligadas à busca por maior eficiência, flexibilidade e delegação de poder não necessariamente aumentam o risco de corrupção no setor público. Por outro lado, os custos de promover a eficiência sem se preocupar com aspectos ligados a *accountability* são altos, e torna-se necessário, para coibir a corrupção, manter um bom funcionamento de mecanismos de *accountability* ex-ante em períodos de rápidas mudanças, enquanto são ajustados os mecanismos ex-post. Além disso, se por um lado a manutenção de instrumentos de auditoria, acompanhamento e supervisão são custosos, sua ausência acaba por sair ainda mais cara (ANDERSSON; BERGMAN, 2009)

2.4.1.5 Sobre a implementação de modelos/práticas de *accountability*

No que tange à implementação de modelos/práticas de *accountability*, alguns autores tratam das exigências para seu sucesso (BERGH, 2009; PAPENFUS; SCHAEFER, 2010; PRICE; MCADAMS, 1996; RYAN; WALSH, 2004). Dentre essas exigências, destacam-se (i) a necessidade de clareza e consistência em relação aos objetivos da reforma; (ii) o comprometimento das partes interessadas; (iii) a associação da delegação de autoridade ao aumento da *accountability*, para que esta possa influenciar a governança; (iv) a mudança cultural em todos os níveis de governo; (v) o exercício da tolerância por parte da sociedade, pelo fato de o setor público estar se adaptando a uma nova maneira de gestão; (vi) a atenção teórica e prática aos processos de fornecimento de informações, com estabelecimento de *guidelines*; (vii) a comunicação eficaz em relação aos atributos e resultados das atividades terceirizadas pelo governo, com vistas a reduzir a assimetria informacional; e, além disso (viii) ter em conta a limitação dos mecanismos de *accountability* dentro dos governos, a natureza fragmentada da sociedade civil e a natureza das parcerias entre Estado e sociedade civil, que em alguns casos pode ter um cunho político.

Outra questão que surge em relação à implementação de modelos e práticas diz respeito às estruturas de *accountability*. Jacobs (2000), apesar de não fazer abstrações a partir de casos estudados na Nova Zelândia, consegue mostrar que nem sempre novas estruturas de *accountability* causam mudanças na balança de poder, mas podem refletir uma preocupação mais profunda com as obrigações do governo com relação à comunidade. Além disso, Bracci (2009), faz menção à importância de discutir o entendimento de *accountability* pelos vários atores envolvidos no processo de mudança decorrente da reforma no setor educacional italiano, uma vez que existe uma incoerência cultural e prática envolvida no processo de reforma. Para fortalecer seu argumento o autor comenta que, apesar de os gestores escolares receberem mais autonomia e responsabilidades em relação ao desempenho e aos resultados financeiros, a eles falta poder de decisão.

Gray e Jenkins (1993) ao abordar o tema no âmbito das reformas no setor público tratam da mudança de ênfase na gestão do serviço público; da visão simplista da contabilidade, por não considerar que mudanças não são isentas de valores e se constituem em instrumentos políticos; da necessidade do reconhecimento de que o design da contabilidade exige reconhecimento dos códigos de *accountability* subjacentes, sendo que esses códigos podem ser gerenciados não só para satisfazer pré-requisitos financeiros, mas também pré-requisitos de gestão, estratégicos, estruturais e de coesão processual.

2.4.1.6 Sobre accountability/transparência na alocação de recursos

Em relação a esse tópico, alguns autores tratam da questão da eficiência na alocação de recursos (BAWN; ROSENBLUTH, 2006; BORDIGNON; MINELLI, 2001; ROSSI; MURILLO FORT; PUENTE KAROLYS, 2002). Dentre essas questões surge a de (i) alocação e distribuição de recursos no setor público ser explicada por questões político-econômicas que muitas vezes afetam a eficiência; (ii) influência de instrumentos de negociação e de um *framework* legal uniforme para garantia da eficiência nas atividades de compra por parte do Estado; e, (iii) político-partidária, relacionada às coalizações entre partidos, sob a alegação de que coalizões amplas (com grande número de partidos no poder) e orientadas ao curto-prazo tendem a ser menos eficientes e mais dispendiosas

Bastida e Benito (2007), ao discutir a questão da transparência em relatórios orçamentários, argumentam que existe uma correlação negativa entre o nível de corrupção de um país e a transparência em seus relatórios (menos corrupto, mais transparente) e correlação positiva entre a riqueza de um país e a transparência de seus relatórios (mais rico, mais transparente). Além disso, apesar de baixo nível de significância, evidenciou-se correlação negativa entre centralização de governo e transparência nos relatórios (mais centralizado, menos transparente) e correlação positiva entre descentralização e transparência em seus relatórios (mais descentralizado, mais transparente). De forma geral, concluem que ainda são necessários esforços por parte dos países analisados no sentido de aumentar o nível de transparência em seus relatórios orçamentários.

Com relação aos modelos de contabilidade pública utilizados pelos países do MERCOSUL, Caba-Pérez e López-Hernandéz (2009) argumentam ser necessária a implementação de mudanças não somente nos balanços apresentados, mas também em seu conteúdo. Há consenso em relação a produção de documentos que evidenciem os ativos e passivos, apesar disso, embora não haja discrepância quanto à questão de informações serem incluídas no caput dos relatórios ou em suas notas explicativas, evidenciou-se que nenhum dos relatórios recomendados pela IPSAS são incorporados em sua totalidade nos relatórios anuais publicados no âmbito desses países.

2.4.1.7 Sobre as relações de *accountability*

Romzek e Dubnick (1987) ao abordar o tópico em relação à tragédia do ônibus espacial *Challenger*, argumentam que se a avaliação do papel dos fatores institucionais relacionados ao acidente estiver correta, então as propostas de reforma podem levar a outros acidentes. Isso se deve ao fato de que o aumento do grau de complexidade dos mecanismos de segurança aos já complexos sistemas de controle, de fato pode aumentar a chance de que algo saia errado, sendo assim, alegam que a NASA deve voltar a utilizar os mecanismos de *accountability* mais adequados à natureza de sua missão, a saber, a *accountability* profissional, baseada na expertise. Nesse sentido, acabam por argumentar que é necessário entender a natureza de cada organização para identificar o tipo de *accountability* mais adequado às suas atividades. Alguns anos depois, Romzek (2000), volta a discutir a questão, ao tratar da rede de

múltiplas relações de *accountability* e da maneira como os diferentes tipos de *accountability* se alinham às várias estratégias de reforma gerencial no setor público. A autora argumenta que as reformas no setor público trouxeram visibilidade às questões relacionadas à *accountability*, alegando que as relações mais adequadas às reformas são a profissional e a política, por se apoiarem no respeito à especialização, por um lado, e ao poder decisório e sua consequente responsabilização, por outro.

Uma discussão sobre a dificuldade de se alcançar, simultaneamente, maior eficiência e *accountability* no setor público é feita por Mayston (1993). O autor argumenta que a implementação de modelos do setor privado no setor público não se sustenta pelo fato de que no próprio setor privado esses modelos muitas vezes deixam a desejar e que, na ausência de um modelo inequívoco de *accountability* e eficiência do setor privado a ser adotado no setor público, é necessário buscar outras motivações dos políticos e dos governos centrais por trás das reformas no setor público para que seja possível construir relações de *accountability* alinhadas às necessidades do setor.

Broadbent, Dietrich e Laughlin (1996) tratam das relações de *accountability* à luz dos problemas culturais e conceituais no contexto das *caring professions*, advindos da forma de controle, criticando o uso de uma racionalidade econômica no contexto dessas atividades no setor público do Reino Unido e abordando as questões éticas que surgem com a implementação de uma relação principal/agente nessas profissões.

2.4.1.8 Sobre os conceitos de *accountability*

Em relação a esse tópico, Sinclair (1995), conforme já citado anteriormente (seção 2.2) explora as noções de *accountability* por parte de um grupo de CEOs, identificando cinco formas de *accountability*. Sua pesquisa também possibilitou a identificação de dois discursos de *accountability*, um estrutural e outro de cunho mais pessoal. Seus resultados acabaram por oferecer argumentos para a sugestão de novos conceitos de *accountability* e novas abordagens para reforça-la.

Outra questão que emergiu da pesquisa em relação aos conceitos de *accountability* foi relativa às atividades ou ações que tem por objetivo promover a *accountability*, no sentido de que devem ser realizadas com cuidado. O foco exclusivo nas atividades, deixando de lado a natureza política do tema, pode gerar um efeito negativo de tornar o

monitoramento um fim em si mesmo. Questões como as negociações de poder, as fronteiras organizacionais, a imagem e os valores sociais e morais das organizações públicas devem ser levadas em consideração no momento de discussão e construção de conceitos sobre o assunto (BRYANE, 2005).

2.4.1.9 O papel da ética, confiança no governo e estratégias para internalização de valores de *accountability*/transparência

Uma discussão sobre os princípios essenciais para o desenvolvimento de um código de ética no setor público e realizada por Kinchin (2007). Para o autor, esses princípios dizem respeito à transparência, equidade, responsabilidade, eficiência e conflitos de interesse, os quais se constituem em elementos básicos para uma *accountability* democrática no setor público. O autor argumenta que um código de ética tem potencial efetivo para assegurar a *accountability* na tomada de decisão, por outro lado, alega que essa efetividade será degradada se esses fatores que giram em torno da ética no setor público não forem considerados.

Boyce e Davids (2009), por sua vez, abordam o conflito de interesses como um fator chave para a perda de confiança no governo e nas instituições públicas, analisando a questão a partir de uma abordagem regulatória e gerencial para o conflito de interesses e concluindo que uma ética eficaz e relevante no setor público deve se basear no *ethos* da *accountability* social e um compromisso em priorizar o interesse público tanto de fato quanto de aparência.

Grimmelikhuijsen (2012), discute a confiança do cidadão em relação ao governo, no que tange ao conhecimento dos cidadãos sobre os resultados do desempenho do governo e a transparência na divulgação desses resultados, por meio de um estudo experimental conduzido na cidade de Utrecht, na Holanda. Em suas conclusões, argumenta que a transparência contribui para um nível mais elevado de conhecimento dos resultados do governo, sendo que as pessoas que obtiveram maior nível de conhecimento sobre os resultados consideraram o governo mais competente e benevolente. Por outro lado, argumenta que o conhecimento sobre os resultados pouco influencia a confiança dos cidadãos no governo, sendo isso, em parte explicado pelo fato de as pessoas não estarem aptas a avaliar esses resultados.

Por fim, Nze e Nkamnebe (2003), argumentam que se não houver uma internalização dos valores de efetividade e *accountability*, as prescrições de re-estruturação, profissionalização e *downsizing* como formas possíveis de lidar com problemas de desempenho no serviço público, não surtirão efeito. Os autores argumentam por um "serviço público intelectual", explicando que intelectual não deve ser interpretado como acadêmico ou teórico, mas sim como um estado de espírito, uma disposição para adotar ideias gerenciais novas e que já foram testadas e aprovadas. Eles dão suporte ao seu argumento apresentando 5 características do que seria um serviço público intelectual, para, em seguida, desenvolvê-las em termos de escolhas estratégicas para internalização da efetividade e *accountability*.

2.4.2 Agenda para futuras pesquisas

Com vistas a contribuir com os pesquisadores que desenvolvem estudos sobre *accountability* e transparência no âmbito do setor público, essa sub-seção busca propor uma agenda de pesquisas. O Quadro 2 apresenta essa agenda, composta por uma síntese das sugestões apresentadas nos artigos que compunham a amostra analisada. Vale salientar em relação às sugestões de pesquisa, que, apesar das boas práticas de escrita acadêmica sugerirem a inclusão de futuras pesquisas nas considerações finais dos estudos (ANPAD, 2010), constatou-se que a maior parte dos artigos não apresenta de forma explícita essas sugestões (40 artigos), sendo assim, a agenda ora apresentada se resume às contribuições dos autores dos artigos, com base nos resultados encontrados e explicitadas formalmente em seus estudos.

Autores	Tema de Pesquisa	Síntese do tema
Bastida; Benito, 2007	Avaliação da transparência em relatórios orçamentários	Pesquisas sobre o atendimento aos requisitos do documento de melhores práticas de transparência orçamentária disponibilizado pela OECD. Os autores sugerem, dado que os 41 elementos utilizados em seu estudo são restritos aos países que responderam ao questionário da OWD, a ampliação da amostra por meio da utilização de questionários ad hoc; replicar o questionário utilizado, em estudos longitudinais, para avaliação da evolução da transparência nos relatórios orçamentários.
Bawn; Rosenbluth, 2006	Consequências das relações de agência no setor público	Pesquisas sobre as consequências políticas de longo prazo das relações de agência de curto prazo existente entre os partidos políticos e seus grupos de apoio merecem atenção mais cuidadosa.
Bordignon; Minelli, 2001; Bianchi, 2010; Bianchi et al., 2010	Uso de modelos de simulação em contextos de accountability	Pesquisas que envolvam a aplicação de modelos de simulação no contexto institucional complexo da accountability, considerando suas características econômicas e políticas; Pesquisas que desenvolvam conhecimento mais aplicado na adoção de uma combinação de perspectivas interna e externa para construção de modelos utilizando a dinâmica de sistemas, com visitas a melhor suportar as multifacetadas necessidades decisoriais dos diferentes atores envolvidos.
Broadbent; Dietrich; Laughlin, 1996; Papenfub; Schaefer, 2010	Discussão do papel do principal em sua relação com os agentes	Pesquisas relacionadas às relações contratuais e de accountability desenvolvidas no âmbito da NPM, bem como ligadas à terceirização de atividades no setor público e à gestão e controle dessas atividades tomando por base a teoria da agência e considerando suas relações.
Fox; Haight; Palmer-Rubin, 2011; Bonsón; et al., 2012; Meijer, 2013; Owen; Cooke; Matthews, 2013	Estudos sobre os fatores que influenciam a transparência	Pesquisas relacionadas à dinâmica interna do cumprimento das leis de transparência, explorando os padrões de responsividade dos entes públicos em relação a essas leis; o real impacto das redes sociais, reforçando a análise qualitativa sobre o que as entidades locais fazem nesses novos ambientes online e as mudanças nas ações do governo via o uso da web 2.0.; uso real dessas ferramentas pelos cidadãos e o impacto nas entidades do setor público.
Hoque; Moll, 2001; Miri; Rahaman, 2007; Bracci, 2009	Accountability e as reformas no setor público	Pesquisas relacionadas à reforma do setor público em seus vários níveis de governo, buscando compreender os aspectos culturais e o papel dos atores envolvidos no processo de mudança, bem como seus efeitos na efetividade e na accountability; implicações da contabilidade sobre o funcionamento dos sistemas de controle de gestão e o impacto destes na accountability.
Jacobs, 2000; Cunningham; Harris, 2005	Pesquisas sobre sistemas de accountability	Pesquisas relacionadas ao estudo de sistemas de accountability e auditoria enquanto formas de capital simbólico; realização de pesquisas longitudinais explorando a mudança de cultura e o aprendizado resultante da implementação de sistemas de reporte e avaliação de desempenho.
McIvor; McHugh; Cadden, 2002	Impactos do uso de tecnologia	Pesquisas relacionadas ao impacto das tecnologias de internet nas organizações do setor público, particularmente no que diz respeito à avaliação desse impacto com foco (i) nas funções e processos internos, (ii) na interface do fornecedor; e (iii) no usuário final.
Pillay, 2004; De Maria, 2008	Estratégias anti-corrupção	Pesquisas que envolvam uma maior investigação sobre o papel e o impacto das instituições, com vistas a substanciar propostas e explorar a importância de agências anti-corrupção independentes; pesquisas nas quais seja dada mais atenção ao fornecimento de alternativas ao que De Maria (2008) chama de "rolo-compressor anti-corrupção" ocidental, sugerindo (i) o desenvolvimento de um direcionamento pan-africano contra corrupção que substitua o paradigma econômico dominante por outro mais culturalmente sensato e (ii) desenvolver para a África medidas próprias para gestão de sua "própria corrupção".
Romzek, 2000	Adequação da accountability à gestão	Pesquisas que busquem relacionar o tipo de accountability mais adequado a determinadas ênfases gerenciais e determinados tipos de tarefas administrativas desempenhadas pelas organizações no setor público.
Sinclair, 1995	Definições de accountability a partir de diferentes abordagens	Pesquisas relacionadas à discussão sobre accountability através de seus processos subjetivos, interativos e políticos, buscando não institucionalizar uma única forma de accountability, legitimada de acordo com uma única ideologia, mas reforça-la, por meio do reconhecimento e construção de processos ancorados em experiências específicas.
Svensson, 2007; Kuunifaa, 2012	Requisitos legais relacionados à transparência	Pesquisas que explorem do grau de transparência que é requerido em processos de nomeação e promoção em instituições públicas, bem como que estudos comparativos sobre os requisitos legais para transparência neste tipo de processo em vários países; pesquisas envolvendo análises dos padrões internacionais para leis de liberdade e acesso à informação e sobre a efetividade da governança eletrônica no combate à corrupção, bem como estudos fenomenológicos para explorar a percepção dos participantes sobre essas questões.

Quadro 2: Agenda para futuras pesquisas

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Os temas de pesquisa sugeridos na literatura analisada envolvem questões ligadas à avaliação da transparência em relatórios orçamentários (BASTIDA; BENITO, 2007), consequências das relações de agência no setor público (BAWN; ROSENBLUTH, 2006), o uso de modelos de simulação em contextos de *accountability* (BIANCHI, 2010; BIANCHI et al., 2010; BORDIGNON; MINELLI, 2001), discussões sobre o papel do principal em sua relação com os agentes (BROADBENT; DIETRICH; LAUGHLIN, 1996; PAPENFUS; SCHAEFER, 2010), fatores que influenciam a transparência (BONSÓN et al., 2012; FOX; HAIGHT; PALMER-RUBIN, 2011; MEIJER, 2013; OWEN; COOKE; MATTHEWS, 2013), *accountability* e as reformas no setor público (BRACCI, 2009; HOQUE; MOLL, 2001; MIR; RAHAMAN, 2007), sistemas de *accountability* (CUNNINGHAM; HARRIS, 2005; JACOBS, 2000), impactos do uso de tecnologia (MCIVOR; MCHUGH; CADDEN, 2002), estratégias anti-corrupção (MARIA, 2008; PILLAY, 2004), adequação da *accountability* à gestão (ROMZEK, 2000), definições de *accountability* sob diferentes abordagens (SINCLAIR, 1995) e requisitos legais relacionados à transparência (KUUNIFAA, 2012; SVENSSON, 2007).

A proposta desta tese se alinha a alguns desses tópicos de pesquisa, a saber: (i) o uso de tecnologia, dado que busca analisar os portais de transparência dos governos; (ii) o uso de modelos, nesse caso na construção de um modelo para avaliação do nível de transparência da gestão pública governamental; e (iii) a consideração de requisitos legais relacionados à transparência, que serão incorporados no modelo proposto. Apesar disso, se difere no sentido de utilizar-se da metodologia MCDA-C, bem como no sentido de incorporar fatores relacionados à gestão, não considerados na legislação, se constituindo na contribuição a ser apresentada.

3 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa envolve inicialmente (i) a definição de seu enquadramento metodológico; em seguida busca apresentar (ii) os procedimentos utilizados para o levantamento do referencial teórico que informa o estado-da-arte sobre o tema, bem como faz uma descrição dos dados resultantes da aplicação deste procedimento; depois, apresenta (iii) o instrumento de intervenção a ser utilizado na condução do estudo; e, finalmente, apresenta (iv) o objeto empírico analisado.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O enquadramento metodológico de uma pesquisa envolve uma série de escolhas que vão orientar a condução de um estudo. D

esta forma, pode-se dizer que não existe uma única maneira de realizar este enquadramento, sendo definido a partir da corrente filosófica seguida pelo pesquisador e pelos objetivos e resultados que pretende alcançar (PETRI, 2005). Apesar disso, Bacon (1979) argumenta que uma pesquisa científica deve ser orientada por métodos e instrumentos de pesquisa, o que denomina de “escoras para o intelecto”. Da mesma forma, ao tratar o tema, Descartes (1979) argumenta que uma pesquisa deve ser orientada a partir de pressupostos a serem observados em sua condução.

Os autores supracitados (Bacon e Descartes), apesar de se constituírem nos precursores de uma visão positivista em pesquisa, e apesar da argumentação de Ramos (1989) de que a pesquisa no âmbito dos estudos organizacionais se posiciona na periferia das ciências sociais por não analisar de forma crítica seus alicerces teóricos e se basear, principalmente, em uma abordagem funcionalista, trazem à tona a necessidade de organizar o enquadramento de uma pesquisa com vistas a tratar adequadamente o problema e utilizar os instrumentos adequados para sua análise.

Com base nessa preocupação, apresenta-se a *Figura 3*, com o enquadramento metodológico da pesquisa em termos (i) do paradigma científico no qual se baseia; (ii) da caracterização da pesquisa do ponto de vista de seus objetivos, da abordagem do problema e de seus

procedimentos; e, (iii) dos procedimentos técnicos utilizados na coleta e análise dos dados.

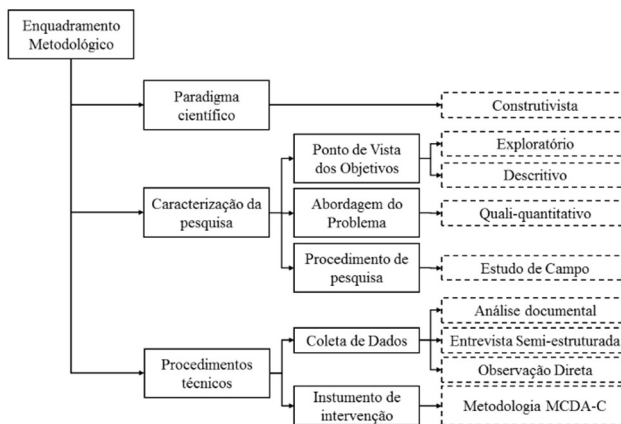


Figura 3: enquadramento metodológico da pesquisa

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao paradigma científico, Kuhn (1987) argumenta que o conhecimento científico é desenvolvido por grupos de pesquisadores que compartilham de determinados valores, técnicas de análise e leituras prévias que embasam sua visão de mundo. Nesse sentido, argumenta que um paradigma é entendido como as bases sobre as quais se constrói a ciência para dada comunidade científica.

Lincoln e Guba (2000) argumentam que o paradigma construtivista se baseia na crença de que realidades são construídas em torno de um consenso em relação à compreensão do objeto investigado e tendo o pesquisador um papel de facilitador no processo de construção desse conhecimento. No caso deste estudo, o paradigma construtivista se materializa no instrumento de intervenção a ser utilizado, baseado na escola europeia de apoio à decisão que, conforme Roy (1990, 1993, 1994), procura construir modelos adequados a dados contextos, considerando pressupostos, convicções e valores das partes envolvidas.

No que tange à sua caracterização, do ponto de vista de seus objetivos, se constitui em uma pesquisa exploratória e descritiva. Se configura como pesquisa exploratória pois visa, conforme Gil (2007),

aprofundar o entendimento sobre um fenômeno específico, neste caso, o fenômeno da transparência na gestão pública governamental no âmbito específico dos governos sub-nacionais do Brasil e da Espanha. Essa característica exploratória se apresenta no momento de estruturação do modelo de avaliação proposto, uma vez que é necessária uma busca aprofundada na literatura especializada, bem como na legislação dos dois países para identificar elementos que possam vir a contribuir para sua estruturação. Além disso, se apresenta, também, no momento de realização de entrevistas semi-estruturadas, que objetivam aprofundar o entendimento deste fenômeno, na perspectiva dos especialistas entrevistados.

Por sua vez, se constitui, também, em pesquisa descritiva pois tem “[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1999, p. 44). O caráter descritivo da pesquisa se apresenta no levantamento da literatura especializada, no momento em que descreve como a pesquisa sobre o tema vem se desenvolvendo ao longo dos anos, bem como no momento em que é feita uma análise descritiva dos níveis de transparência apresentados pelos entes estudados, a saber, os portais de transparência das Comunidades Autônomas espanholas e dos Estados brasileiros. A questão da relação entre as variáveis surge no momento em que são estabelecidas, a importância de cada uma das variáveis no modelo de avaliação proposto.

Do ponto de vista da abordagem do problema, se configura como uma pesquisa quali-quantitativa. A abordagem qualitativa apresenta-se na etapa IV do procedimento utilizado para levantamento do referencial teórico (sub-seção 3.2), bem como na construção do modelo de avaliação, em sua fase de estruturação (sub-seção 3.3). Neste tipo de abordagem, conforme Godoy (2005), busca-se, por meio de um processo indutivo, organizar os dados e construir conceitos, levando a padrões recorrentes ou categorias de análise, tratados por meio de relatos descritivos sobre o que o pesquisador aprendeu sobre o objeto de estudo. Merriam (2002) corrobora essa afirmação ao considerar que estudos qualitativa buscam a compreensão de um determinado fenômeno, não utilizando-se necessariamente dos pressupostos epistemológicos das pesquisas positivistas.

A abordagem quantitativa, por sua vez, apresenta-se nas etapas I, II e III do procedimento para levantamento do referencial teórico (sub-seção 3.2), bem como na construção do modelo a ser utilizado, em sua

fase de avaliação (sub-seção 3.3). A utilização de uma abordagem quantitativa foi selecionada pelo fato de este tipo de abordagem envolver um distanciamento do pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa, além de permitir algum nível de generalização dos resultados encontrados, bem como sua replicabilidade (BRYMAN, 1988a, 1988b). Para este autor, uma vez que os dados emanados de uma pesquisa quantitativa apresentam uma considerável precisão, já que são coletados por procedimentos sistemáticos, facilmente replicáveis por outro investigador, esses acabam por serem retratados como mais rigorosos e confiáveis.

Em relação ao procedimento de pesquisa, se configura como um estudo de campo, pois “envolve a investigação de fenômenos, inclusive pessoas, procedimentos e estruturas em duas ou mais organizações” (LUNKES; RIPOLL; ROSA, 2012, p. 172). Neste caso, busca-se analisar o fenômeno da transparência da gestão pública governamental no âmbito dos governos sub-nacionais do Brasil e da Espanha.

Finalmente, em relação aos procedimentos técnicos, na coleta de dados adota análise documental, caracterizada pela utilização de documentos como fontes de dados (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Neste caso foram utilizados como fontes de dados legislações sobre transparência, bem como documentos governamentais relacionados ao tema com o intuito de identificar elementos a serem utilizados na construção do modelo de avaliação. Para dar suporte à pesquisa documental, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, tendo em vista que esse procedimento

Tem como objetivo principal compreender os significados que os entrevistados atribuem às questões e situações relativas ao tema de interesse. [...] As entrevistas semi-estruturadas são adequadas quando o pesquisador deseja apreender a compreensão do mundo do entrevistado e as elaborações que ele usa para fundamentar suas opiniões e crenças. São pertinentes quando o assunto a ser pesquisado é complexo, pouco explorado ou confidencial e “delicado”. (GODOY, 2006, p. 134)

Por meio deste procedimento, buscou-se identificar o que os especialistas da área consideram importante no processo de avaliação da transparência da gestão pública governamental, a partir de suas experiências e visões de mundo. As informações qualitativas advindas da análise documental e das entrevistas semi-estruturadas foram organizadas por meio da aplicação do processo de apoio à decisão adotado pela metodologia MCDA-C, em sua fase de estruturação (sub-seção 3.3).

Uma vez construído o modelo de avaliação, para a análise dos dados, as informações sobre a transparência da gestão pública governamental foram obtidas junto aos sites oficiais e portais da transparência dos governos analisados, por meio de observação direta pois, “[...] baseado nos objetivos da pesquisa e num roteiro de observação, o pesquisador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho” (GODOY, 2006, p. 133). Os dados observados serão cotejados com os critérios do modelo de avaliação construído por meio da utilização da metodologia MCDA-C, que neste trabalho se apresenta como o instrumento de intervenção a ser adotado.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA LEVANTAMENTO DO REFERENCIAL TEÓRICO

Para o levantamento do referencial teórico utilizado nesta tese buscou-se adotar uma abordagem estruturada e não intencional, inspirada em estudos anteriores, conforme apresentado na Figura 4. As etapas I e II foram inspiradas no estudo de Tasca et al. (2010), esses autores sistematizaram um procedimento para pesquisa e filtragem de artigos em bancos de dados, que serviu de base para a proposta aqui apresentada.

As etapas III e IV, por sua vez, foram inspiradas em estudo desenvolvido por Hoque (2014), que propôs a utilização de categorias de análise para classificação de uma amostra de artigos, bem como sugeriu a realização de uma análise crítica desses artigos, por meio de uma apresentação das lições aprendidas e a sugestão de futuras pesquisas sobre o tema.

A abordagem para revisão de literatura aqui proposta foi aprovada e publicada nos anais do XIX IRSPM *Conference* (LYRIO; LUNKES; TALIANI, 2015a, 2015b). O autor desta tese apresentou e

discuti essa proposta no decorrer da conferência realizada na Universidade de Birmingham, em Abril de 2015.

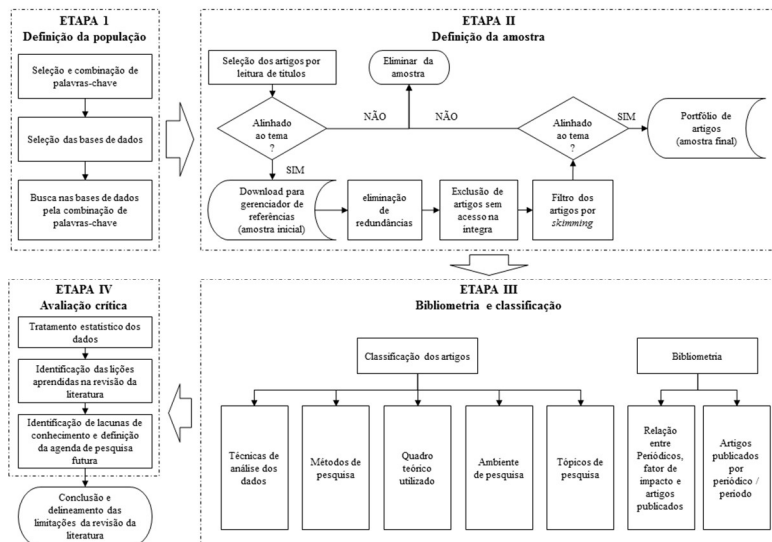


Figura 4: abordagem utilizada para levantamento do referencial teórico
 Fonte: Elaboração própria, com base em Tasca et. al (2010) e Hoque (2013)

A coleta e análise desses dados ocorreu nos meses de Novembro e Dezembro de 2013, conforme descrito a seguir. Em relação à Etapa I – definição da população, inicialmente, foram selecionadas as palavras-chave para busca dos artigos em bases de dados. Como o estudo se desenvolveu no âmbito do setor público, utilizou-se a palavra-chave “*public sector*”, associada às palavras-chave “*transparency*” e “*accountability*”, por se configurarem como tema do estudo realizado. Adicionalmente, utilizou-se também “*corruption*” como palavra-chave associada ao termo “*public sector*”, com vistas a ampliar a população a ser analisada no decorrer das próximas etapas.

No que tange às bases de dados, foram selecionadas bases reconhecidas pela comunidade acadêmica da área: (i) *Science Direct*; (ii)

Web of Knowledge; (iii) *Scopus*; e, (iv) Portal de Periódicos CAPES⁴. Finalmente, para realização da busca nas bases de dados, no caso da *Science Direct* e *Scopus*, foram utilizados como filtros o título, palavras-chave e resumo. Para *Science Direct*, a busca foi realizada nas áreas de conhecimento *management and accounting; decision sciences; economics, econometrics and finance; e, social sciences*; em *Scopus*, optou-se pelas áreas do conhecimento *social sciences; business, management and accounting; economics, econometrics and finance; e, decision sciences*. No caso das bases de dados *Web of Knowledge* e Portal de Periódicos Capes, foi utilizado como filtro o título, sem filtros por áreas do conhecimento. O refinamento da pesquisa em todas as bases utilizadas se deu filtrando os resultados por periódicos e artigos revisados por pares. Após a finalização da Etapa 1, obteve-se uma população de 1.250 artigos.

A Etapa II – definição da amostra, iniciou-se pela leitura dos títulos para verificação do alinhamento dos artigos ao tema de pesquisa. Os artigos não alinhados ao tema de pesquisa foram excluídos, ao passo que os artigos alinhados foram importados para o gerenciador de referências⁵ utilizado na pesquisa e passaram a constituir a amostra inicial, composta por 179 artigos.

Após a definição da amostra inicial, foram realizados refinamentos nessa amostra. Tendo em vista o fato de que alguns periódicos são indexados em várias bases de dados, foi necessário verificar se houve artigos replicados em duas ou mais bases de dados, para, em seguida, excluir os artigos redundantes (1º refinamento – 126 artigos). Foram também excluídos os artigos aos quais não houve acesso ao texto na íntegra, bem como aqueles que se tratavam de resenhas ou capítulos de livros (2º refinamento – 92 artigos).

A última etapa da definição da amostra foi a realização de *skimming*⁶ dos artigos, por meio dos seguintes passos: (i) leitura da

⁴ O Portal de periódicos CAPES é uma biblioteca virtual mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que disponibiliza aos pesquisadores brasileiros mais de 35.000 periódicos com texto completo

⁵ Optou-se por utilizar o *Mendeley*, considerado um representante da nova geração de softwares para gerenciamento de referências (KERN, 2011). Essa autora argumenta que o uso de gerenciadores de referências é importante para a manutenção da integridade acadêmica no processo de publicação de trabalhos científicos no ambiente virtual e altamente integrado existente hoje em dia.

⁶ *Skimming* é uma técnica de leitura que permite cobrir uma vasta quantidade de material escrito muito rapidamente, uma vez que movemos os olhos ao longo do texto com o propósito de captar as ideias principais e obter uma visão geral de seu conteúdo (GRELLET, 1981; NATION, 2009)

introdução ou o primeiro parágrafo completamente; (ii) leitura dos títulos de cada uma das sub-seções (quando houve), buscando a relação entre elas; (iii) leitura da primeira sentença de cada um dos demais parágrafos; (iv) busca no texto de referências explícitas ao tema pesquisado e leitura do segmento em que a referência se encontra; (v) leitura do parágrafo final ou conclusão completamente (TAMSI; PD.; PD., 2013). Com o fim da Etapa II foi gerada uma amostra de 63 artigos (portfólio) a serem tratados nas próximas etapas. A Tabela 2 sintetiza os resultados desse processo, enquanto a amostra de artigos advindos da revisão se encontra no apêndice A deste trabalho.

Tabela 2: Etapa II - definição da amostra da pesquisa

Banco de Dados	População	Amostra Inicial	1o refinamento	2o refinamento	3o refinamento
Portal Capes	205	52	27	27	18
Science Direct	151	17	16	14	9
Scopus	850	85	64	45	33
Web of Knowledge	44	25	19	6	3
TOTAL	1250	179	126	92	63

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa

A Etapa III se objetivou a realização de uma análise bibliométrica e uma classificação dos artigos constantes no portfólio. Finalmente, a Etapa IV se propôs inicialmente a realizar uma análise de associação entre os temas de pesquisa selecionados – *accountability*, transparência e corrupção – e as categorias de análise - ambiente de pesquisa, quadro teórico, métodos e técnicas de análise de dados, conforme apresentado e discutido na seção 4.1⁷. Em seguida buscou identificar as lições aprendidas nos artigos analisados, bem como identificar as lacunas de conhecimento encontradas, que se configuraram como a agenda para futura pesquisa sugerida. A realização desse procedimento estruturado para revisão da literatura permitiu a agregação de conhecimento para o autor desta tese, apoiando-o no entendimento do

⁷ A ideia de realizar uma análise estatística dos artigos advindos da revisão da literatura surgiu no decorrer de discussões ocorridas junto aos investigadores da Universidad de Alcalá - Espanha, conforme sugestão da Profa. Dra. Emma Castelló. A seção 4.1 deste trabalho apresenta os resultados desta análise, que foram publicados no congresso da IRSPM 2015, ocorrido em Birmingham. Assim, essa seção, especificamente, não adota a abordagem construtivista utilizada no restante do trabalho.

estado-da-arte, bem como no processo de construção de um referencial teórico relevante sobre o tema em discussão (vide sub-seção 2.4).

3.2.1 Análise bibliométrica

A primeira questão a ser analisada é a evolução dos artigos ao longo dos anos, com vistas a verificar a tendência das publicações sobre o tema. A Figura 5 apresenta a distribuição de frequência dos artigos por ano de publicação, abrangendo um período de 30 anos, a partir do primeiro artigo identificado nas bases de dados. Os artigos foram agrupados em períodos de 5 anos com vistas a propiciar uma comparação entre os períodos.

O gráfico apresentado na Figura 5 permite uma inferência em relação à evolução dos artigos encontrados na pesquisa com as reformas na administração pública. Conforme fica evidenciado nesse gráfico, no decorrer dos anos de 1980 até próximo ao fim dos anos 1990 poucos estudos foram encontrados sobre *accountability* e transparência no setor público.

No período referente aos anos 1980 até final dos anos 1990 havia uma predominância dos princípios da NPM, que não traziam em seu bojo uma preocupação em relação a colaboração interativa entre Estado, Mercado e Sociedade Civil e uma preocupação com a questão da disponibilidade de informações, o que pode estar relacionado à baixa incidência de artigos nesse período.

No fim dos anos 1990, e se estendendo para o séc. XXI, evidencia-se um aumento significativo nos artigos sobre *accountability* e transparência. Esse período, conforme argumenta Meijer (2015), é o período no qual há o surgimento da revolução da Internet e de uma ampla disponibilização de documentos governamentais em web-sites, bem como surgem as discussões sobre transparência embutida nas relações individuais entre governo e sociedade. Essas questões, bem como a emergência do modelo de governança no setor público, podem ter contribuído para o aumento do interesse da academia pelo tema e para o aumento da incidência de artigos.

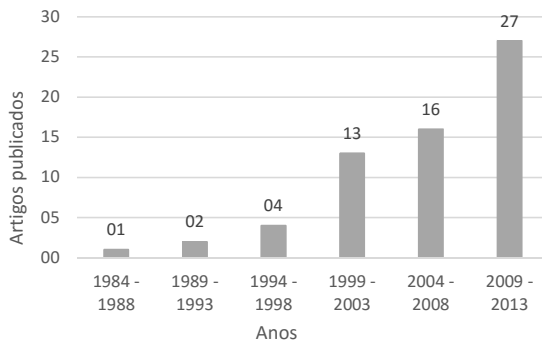


Figura 5: Distribuição de frequência dos artigos por ano de publicação

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa

No que tange à distribuição de artigos por periódicos, evidenciou-se uma grande diversidade nos resultados, sendo os 63 artigos analisados distribuídos em 38 periódicos, ou seja, uma média de 1,7 artigo por periódico. Apesar desta diversidade, foi possível identificar alguns periódicos que se destacaram, conforme evidenciado na Tabela 3. Esta tabela apresenta um extrato com os periódicos que publicaram ao menos 3 artigos no período.

O *International Journal of Public Sector Management* é o periódico mais prolífico, com 10 artigos publicados (15,87%). Este periódico, mantido pelo *Emerald Group* desde 1988, tem foco nas “[...] questões comuns que os gestores públicos, administradores e formuladores de políticas enfrentam em um mundo de excessiva melhoria de eficiência e eficácia em situações de escassez de recursos e aumento das expectativas públicas”. O que sugere seu alinhamento com as questões referentes à governança pública e, conseqüentemente, *accountability* e transparência. Destaca-se, ainda, o fato de que os 5 periódicos que aparecem na Tabela 3 respondem por 38,1% dos artigos publicados sobre o tema, evidenciando a relevância desses periódicos para os estudos sobre *accountability* e transparência no setor público.

Tabela 3: Periódicos com mais artigos publicados sobre o tema

Periódico	1984 -	1989 -	1994 -	1999 -	2004 -	2009 -	Total	Total (%)
	1988	1993	1998	2003	2008	2013		
International Journal of Public Sector Management				04	05	01	10	15,87%
Accounting, Auditing and Accountability Journal		02		01	01		04	6,35%
International Review of Administrative Sciences				01		03	04	6,35%
Critical Perspectives on Accounting			01	01		01	03	4,76%
Public Management Review					02	01	03	4,76%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa

Finalmente, a Tabela 4 apresenta os periódicos mais relevantes conforme a média dos fatores de impacto *Journal Citation Report* – JCR – edição 2012 e *Scimago Journal Ranking* – SJR. Optou-se por utilizar a média dos fatores de impacto para obter uma ponderação entre esses dois índices e identificar os periódicos que se destacaram na amostra, bem como para conseguir ranquear os artigos que não possuíam impacto em ambos os índices. O critério de corte para seleção desses periódicos foi a obtenção de uma média superior a 1,5, dado que a maior parte dos periódicos da amostra (28 periódicos) são classificados com impacto abaixo de 1,0 em ambos os índices.

O periódico mais relevante da amostra é o *American Journal of Political Science*, com uma média 4,393, e destacando-se pelo fator de impacto SJR (5,975). Além da identificação dos periódicos mais relevantes sobre o tema, a análise da Tabela 4 se mostra importante por evidenciar que os periódicos mais relevantes não são os que mais publicam, com exceção do *International Journal ou Information Management*, que publicou 2 artigos no período analisado, todos os periódicos destacados na amostra publicaram apenas 1 artigo sobre o tema no período de análise.

Tabela 4: Periódicos mais relevantes conforme a média dos fatores de impacto JCR e SJR

Periódico	Ranking		Artigos	Média
	JCR	SJR		
American Journal of Political Science	2,811	5,975	1	4,393
Management Decision	3,787	0,829	1	2,308
Accounting, Organizations and Society	1,867	2,307	1	2,087
Journal of Public Economics	1,520	2,542	1	2,031
Organization Studies	2,190	1,632	1	1,911
International Journal of Information Management	1,843	1,366	2	1,605

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa

3.2.2 Classificação dos artigos analisados

Esta sub-seção é desenvolvida de acordo com a classificação dos artigos conforme proposto na *Figura 4*, apresentada na seção 3 deste estudo.

3.2.2.1 Tópicos de pesquisa

Entende-se por ‘tópicos de pesquisa’ o foco do artigo, em termos de seu(s) objetivo(s) declarado(s) explicitamente. A distribuição dos artigos em relação aos tópicos de pesquisa se encontra na Tabela 5.

Tabela 5: Distribuição dos artigos sobre *accountability*, transparência e corrupção por tópicos de pesquisa

Tópicos de pesquisa / Anos	1984 -	1989 -	1994 -	1999 -	2004 -	2009 -	Total	Total (%)
	1988	1993	1998	2003	2008	2013		
Fatores facilitadores do alcance da transparência	0	0	0	1	0	14	15	23,8%
As reformas no setor público e accountability	0	0	0	2	6	2	10	15,9%
Avaliação de desempenho e accountability / transparência	0	0	0	2	2	4	8	12,7%
Estratégias anti-corrupção	0	0	1	3	3	1	8	12,7%
Implementação de modelos / práticas de accountability	0	1	1	1	1	3	7	11,1%
Accountability / transparência na alocação de recursos	0	0	0	2	2	1	5	7,9%
Relações de accountability	1	1	1	1	0	0	4	6,3%
Conceitos de accountability	0	0	1	0	1	0	2	3,2%
O papel da ética na accountability / transparência	0	0	0	0	1	1	2	3,2%
Accountability / transparência e confiança no governo	0	0	0	0	0	1	1	1,6%
Estratégias para internalização de valores de accountability	0	0	0	1	0	0	1	1,6%
TOTAL	1	2	4	13	16	27	63	100,0%

Fonte: adaptado de Hoque (2014)

O tópico de pesquisa mais recorrente na amostra diz respeito aos fatores facilitadores do alcance da transparência, respondendo por 23,8% da amostra. Em seguida, a questão das reformas no setor público e sua relação com *accountability* aparecem com 15,9% de incidência. A discussão sobre avaliação de desempenho e *accountability*/transparência, bem como a discussão sobre estratégias anti-corrupção aparecem ambas com 12,7% de incidência. A implementação de modelos/práticas de *accountability* responde por 11,1% dos artigos da amostra e as discussões sobre *accountability*/transparência na alocação de recursos surgem com incidência de 7,9%. Em seguida, aparecem as pesquisas que abordam as relações de *accountability*, com 6,3% de incidência e as discussões sobre conceitos de *accountability*, com 3,2%. Ainda com incidência de 3,2%, aparece na amostra os artigos que discutem o papel da ética na *accountability*/transparência; e, finalmente, discussões sobre a relação entre *accountability*/transparência e confiança no governo e as estratégias para internalização de valores de *accountability*, aparecem com um artigo cada (1,6%).

3.2.2.2 Ambiente de pesquisa

Entende-se por ‘ambiente de pesquisa’ o *locus* de realização das investigações, ou seja, essa sub-seção buscou analisar em que tipo de organização, setor de atividade ou nível de governo os estudos sobre o tema ocorreram, conforme apresentado na Tabela 6. Além disso, houve preocupação em considerar estudos que não se ativeram especificamente a um ambiente, mas, por outro lado, buscaram contribuir para o tema por meio do oferecimento de insights práticos ou teóricos.

Tabela 6: Distribuição dos artigos sobre *accountability*, transparência e corrupção por ambientes de pesquisa

Ambientes de pesquisa / Anos	1984 -	1989 -	1994 -	1999 -	2004 -	2009 -	Total	Total (%)
	1988	1993	1998	2003	2008	2013		
Pais / Nação	0	0	1	1	7	10	19	30,2%
Departamentos / programas / agências governamentais	1	0	1	5	3	6	16	25,4%
Outros*	0	2	0	5	2	1	10	15,9%
Governo local / municipalidades	0	0	0	1	0	6	7	11,1%
Setor de serviços públicos	0	0	1	1	3	0	5	7,9%
Província / Estado	0	0	1	0	0	2	3	4,8%
Vários	0	0	0	0	1	2	3	4,8%
TOTAL	1	2	4	13	16	27	63	100,0%

(*) artigos oferecendo insights práticos ou teóricos, sem se ater a ambientes de pesquisa específicos

Fonte: adaptado de Hoque (2014)

Foi predominante na amostra a discussão sobre o tema em nível federal (país/nação), respondendo por 30,2% dos artigos analisados. Estudos realizados em departamentos, programas ou agências governamentais aparecem em seguida, com incidência de 25,4%. 15,9% dos estudos foram classificados como ‘outros’, esses estudos buscaram realizar contribuições teóricas ou práticas sobre o tema de pesquisa, sem se ater especificamente a nenhum ambiente de pesquisa. Pesquisas em nível de governo local/municipalidades, aparecem com 11,1% de incidência e estudos realizados no setor de serviços públicos, dentre eles serviços financeiros, saúde e educação e água e esgoto, respondem por 7,9% da amostra. Finalmente, surgem os estudos que abordaram o tema em nível regional (Província/Estado) e os estudos que abordaram o tema em vários ambientes simultaneamente com 4,8% de incidência cada.

3.2.2.3 Quadro teórico

Entende-se por ‘quadro teórico’ as teorias utilizadas como base conceitual para o desenvolvimento dos estudos, conforme apresentado na Tabela 7. Foram também consideradas as categorias ‘Nenhum’ quando não foi explicitado o uso de lentes teóricas específicas ou houve silêncio por parte dos pesquisadores sobre a orientação teórica utilizada; e, ‘Várias’ quando houve utilização explícita de mais de uma teoria para informar o estudo.

Tabela 7: Distribuição dos artigos sobre *accountability*, transparência e corrupção por quadro teórico utilizado

Quadro teórico / Anos	1984 -	1989 -	1994 -	1999 -	2004 -	2009 -	Total	Total (%)
	1988	1993	1998	2003	2008	2013		
Nenhum	0	1	3	10	11	21	46	73,0%
Teoria da agência	0	1	1	0	1	3	6	9,5%
Teoria institucional	1	0	0	1	0	1	3	4,8%
Várias	0	0	0	1	2	0	3	4,8%
Dinâmica de sistemas	0	0	0	0	0	2	2	3,2%
Literatura sobre mudança organizacional	0	0	0	0	1	0	1	1,6%
Teoria dos jogos	0	0	0	1	0	0	1	1,6%
Teoria Pós-Colonialista	0	0	0	0	1	0	1	1,6%
TOTAL	1	2	4	13	16	27	63	100,0%

Fonte: adaptado de Hoque (2014)

Pela *Tabela 7* fica evidente que a maioria dos estudos, com incidência de 73,0%, não se baseou de forma explícita em qualquer teoria formal conhecida no campo das ciências sociais aplicadas. Alguns casos, entretanto, merecem ser salientados por não se aterem a teorias formais, mas se basearem em determinados pressupostos para realização dos estudos. Dentre esses, chama a atenção a utilização por parte de alguns autores dos pressupostos da NPM como pano de fundo para análise (Kudo, 2008; Lodhia & Burritt, 2004; Samaratunge, Alam, & Teicher, 2008). Svensson (2007), por sua vez, declara de forma explícita que se utiliza do princípio do acesso público à informação. Neste caso, a aplicação deste princípio toma forma na Constituição do País (Suécia), na lei de imprensa e no "*Official Secrets Act*".

Com incidência de 9,5%, aparece a seguir os estudos que se baseiam na Teoria da Agência. Salienta-se que o estudo de Bracci (2009), apesar do silêncio quanto ao quadro teórico utilizado, remete, também, à teoria da agência ao realizar uma discussão sobre o papel dos atores nas redes de *accountability*, que por vezes são agentes e por vezes principais, dependendo da posição que ocupam nessas redes.

A Teoria Institucional, por sua vez, é o quadro teórico utilizado em 3 artigos, respondendo por 4,8% da amostra. Apesar do silêncio quanto ao quadro teórico utilizado, outros estudos fazem menção à importância da abordagem institucional para discutir o tema. Zafarullah e Siddiquee (2001) mencionam mecanismos institucionais para o combate à corrupção, o que sugere o uso da NEI, conforme proposto por Douglass North (1990). O estudo de Pillay (2004), da mesma forma, faz diversas referências a mecanismos institucionais. Esses estudos, adicionalmente aos estudos que fazem menção explícita à Teoria Institucional, acabam

por corroborar a potencialidade dessa teoria para realização de estudos sobre o tema, apesar de suas limitações.

Esses estudos ligados à Teoria da Agência e à Teoria Institucional respondem, conjuntamente, por 15,3% dos artigos, evidenciando o potencial dessas teorias para o desenvolvimento de estudos sobre *accountability* e transparência no setor público. Além disso, estudos que se utilizam de várias teorias para discussão do tema emergem com incidência de 4,8% dos artigos. Dentre esses, o estudo de Bryane (2005), especificamente, se utiliza das teorias econômica e institucional, argumentando que discutir a questão com base exclusivamente nessas teorias falha ao explicar a *accountability* em sua natureza política, incluindo as fronteiras organizacionais, valores sociais e morais, entre outros.

A dinâmica de sistemas aparece como quadro teórico em 2 artigos (3,2%); e, finalmente, com incidência de 1,6% cada, surgem os artigos ligados à literatura sobre mudança organizacional, à Teoria dos Jogos e à Teoria Pós-Colonialista.

3.2.2.4 Métodos de pesquisa

Entende-se por métodos de pesquisa, os procedimentos utilizados para coleta de dados nos diversos artigos, conforme apresentado na Tabela 8. No caso do presente estudo, a classificação se inspirou nos trabalhos de Hoque (2014), Lyrio, Dellagnelo e Lunkes (2013) e Lunkes, Ripoll-Feliu e Rosa (2012).

Cumpra esclarecer que Hoque realizou sua pesquisa no âmbito de uma discussão sobre o *Balanced Scorecard*; Lyrio, Dellagnelo e Lunkes discutiram métodos de pesquisa utilizados em estudos sobre orçamento público; e, finalmente, Lunkes, Ripoll-Feliu e Rosa realizaram um estudo comparativo sobre contabilidade gerencial conforme explorados em artigos de revistas espanholas e brasileiras. Apesar de realizarem discussões sobre temas diferentes, os autores supracitados também analisaram os métodos de pesquisa utilizados, apresentando as diferentes abordagens metodológicas encontradas, que serviram de base para a análise aqui realizada.

Tabela 8: Distribuição dos artigos sobre *accountability*, transparência e corrupção por métodos de pesquisa

Métodos de pesquisa / Anos	1984 -	1989 -	1994 -	1999 -	2004 -	2009 -	Total	Total (%)
	1988	1993	1998	2003	2008	2013		
Estudo de caso / campo	1	0	1	4	6	17	29	46,0%
Analítico*	0	2	3	6	7	6	24	38,1%
Survey	0	0	0	1	2	3	6	9,5%
Análise multivariada	0	0	0	1	0	0	1	1,6%
Econometria	0	0	0	0	1	0	1	1,6%
Estudo experimental	0	0	0	0	0	1	1	1,6%
Simulação	0	0	0	1	0	0	1	1,6%
TOTAL	1	2	4	13	16	27	63	100,0%

(*) artigos de cunho analítico buscam contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema por meios de discussões e análises críticas

Fonte: adaptado de Hoque (2014)

Pela Tabela 8 é possível evidenciar que a maior parte dos artigos (46,0%) adotaram estudos de caso/campo. Este tipo de estudo buscou analisar o tema em investigações realizadas em uma (caso) ou mais (campo) organizações. Em seguida surgem os artigos de cunho analítico, com incidência de 38,1%. Esses estudos se propuseram a realizar discussões críticas para avançar o conhecimento sobre o tema, sendo assim, não se ativeram especificamente a um determinado ambiente de pesquisa e, tampouco, a realizar estudos empíricos. Lunkes, Ripoll-Feliu e Rosa (2012), argumentam que esse tipo de estudo envolve uma avaliação aprofundada das informações disponíveis sobre dado tema, com vistas a explicar o contexto de um fenômeno. Com incidência de 9,5% aparecem as pesquisas que se utilizaram do método *survey*. Esse método de pesquisa envolve um grande volume de dados, geralmente, mas não necessariamente, levantados por meio de aplicação de questionários (LUNKES; RIPOLL; ROSA, 2012). Por fim, vieram à tona estudos que utilizaram a análise multivariada, Econometria, estudo experimental e o método de simulação com um artigo cada (1,6%).

3.2.2.5 Técnicas de análise de dados

A Tabela 9 apresenta a distribuição dos artigos por técnicas de análise de dados. Entende-se por técnicas de análise de dados os procedimentos utilizados para análise dos dados coletados por meios dos métodos citados em 4.5.

Tabela 9: Distribuição dos artigos sobre *accountability*, transparência e corrupção por técnicas de análise de dados

Técnicas de análise de dados / Anos	1984 - 1988	1989 - 1993	1994 - 1998	1999 - 2003	2004 - 2008	2009 - 2013	Total	Total (%)
Quantitativa								
Estatística descritiva / correlação	0	0	0	1	0	6	7	11,1%
Equilíbrio Bayesiano	0	0	0	1	0	0	1	1,6%
Regressão	0	0	0	1	0	0	1	1,6%
Qualitativa								
Citações de entrevistas	0	0	0	2	2	2	6	9,5%
Análise de conteúdo	0	0	1	0	1	3	5	7,9%
Métodos mistos	0	0	0	0	4	6	10	15,9%
Modelagem	0	0	0	0	0	2	2	3,2%
Outros*	1	2	3	8	9	8	31	49,2%
TOTAL	1	2	4	13	16	27	63	100,0%

(*) artigos que oferecem relatos, análises descritivas e revisões

Fonte: adaptado de Hoque (2014)

Dentre as técnicas de análise de dados quantitativas, estudos que se utilizam de estatística descritiva ou análise de correlação surgem em primeiro lugar com incidência de 11,1%. Em seguida surgem os estudos que se utilizam de Equilíbrio Bayesiano e análise de regressão, com um artigo cada (1,6%). No que tange aos estudos de cunho qualitativo, a técnica de citações de entrevistas (*interview quotes*) responde por 9,5% dos estudos sobre o tema e a análise de conteúdo tem incidência de 7,9%. Houve ainda estudos que se utilizaram de métodos mistos (15,9%) para análise dos dados e estudos que se utilizaram de modelagem, em uma abordagem quali-quantitativa (3,2%). Por fim, os estudos que se encaixaram em Outros (49,2%), são artigos de cunho revisionista, bem como relatos e análises descritivas sobre o contexto do tema.

3.3 INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO

O instrumento de intervenção a ser utilizado neste estudo, a metodologia MCDA-C, é uma das metodologias advindas da escola europeia de pesquisa operacional. Esta escola de pensamento multicritério surgiu a partir do momento que a pesquisa operacional se desdobrou, nos anos de 1970, em duas correntes de pensamento, a *Mulcriteria Decision Making* – MCDM e a *Multicriteria Decision Aid* – MCDA. Em relação a essas duas abordagens

Cumprе esclarecer que a diferença entre estas duas correntes de pensamento se traduz numa diferença de atitudes: enquanto MCDM procura desenvolver um modelo matemático, que permita descobrir aquela solução ótima que, acredita-se preexistir, independentemente dos indivíduos envolvidos, a segunda, a MCDA procura auxiliar a modelar o contexto decisional, a partir da consideração das convicções e valores dos indivíduos envolvidos, de tal forma a permitir a construção de um modelo no qual baseia-se as decisões em favor do que se acredita ser o mais adequado (ROY, 1990). Em vista disto, pode-se dizer que, como seu próprio nome indica, a metodologia MCDA é uma ferramenta de apoio à tomada de decisão. (LYRIO, 2008, p. 82)

Roy (2005), argumenta que o apoio à decisão é uma atividade na qual uma pessoa, por meio de modelos explícitos, mas não necessariamente completamente formalizados, ajuda a obtenção de elementos que respondam a questões colocadas por um grupo de pessoas em um processo de decisão. Para o autor, esses elementos servem para clarificar a decisão, bem como os objetivos e sistemas de valores dos envolvidos em determinado processo.

Uma das convicções básicas de qualquer abordagem MCDA é que a introdução de critérios que representem as várias dimensões de um problema se configura como o melhor caminho para uma decisão robusta quando depara-se com problemas multidimensionais e mal definidos (BANA-E-COSTA; STEWART; VANSNICK, 1997). Como o problema da avaliação da transparência da gestão pública governamental é complexo e envolve uma série de questões e pontos de vista, acredita-se que a utilização deste tipo de método de análise se torna adequado.

Para a construção de um modelo de avaliação, a metodologia MCDA-C, faz uso do processo de apoio à decisão, dividido em 3 fases, a saber: (i) fase de estruturação; (ii) fase de avaliação; e, (iii) fase de elaboração de recomendações (DE MORAES et al., 2010), conforme apresentado na Figura 6.

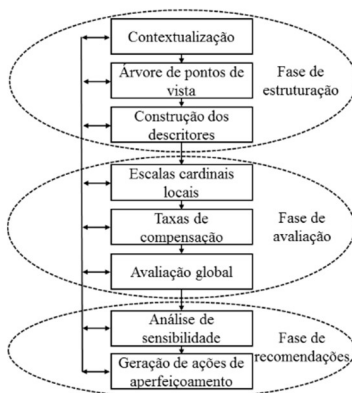


Figura 6: Estágios da metodologia MCDA-C
 Fonte: Adaptado de De Moraes et al. (2010)

Cada um dos estágios de modelagem com base na metodologia MCDA-C envolve uma série de atividades, conforme segue:

A Fase de Estruturação procura identificar e organizar os fatores relevantes a respeito da situação decisional. A estruturação se divide usualmente em três etapas: (i) contextualização: abordagens soft – consiste em apresentar o ambiente onde se insere o problema; (ii) construção da estrutura hierárquica – consiste em identificar os critérios a serem avaliados; e (iii) construção dos descritores – consiste na construção das escalas ordinais de mensuração. [...] A Fase de Avaliação se divide em duas etapas: (i) avaliação local das alternativas – construção de uma função de valor que represente as preferências do decisor em relação a um determinado critério; e (ii) avaliação global – agregação das avaliações locais em um critério único de síntese. Finalmente, a Fase de Elaboração de Recomendações consiste na sugestão de ações potenciais para melhorar o desempenho em relação à situação atual. Esse procedimento é baseado em duas análises: (i)

verificação dos descritores que se encontram em nível comprometedor de desempenho; e (ii) verificação do potencial de contribuição de um descritor no desempenho global. (BORTOLUZZI et al., 2011, p. 208)

O detalhamento desses estágios será discutido na seção referente à apresentação e análise dos dados, especificamente na sub-seção na qual o modelo de avaliação será proposto, bem como o seu processo de construção será apresentado.

3.4 APRESENTAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO

O estudo foi conduzido no âmbito dos governos sub-nacionais do Brasil e da Espanha. A Estrutura administrativa desses governos é apresentada nas seções 4.3.1 – Espanha – e 4.4.1 – Brasil. Nessas seções é apresentada a evolução de ambos os Estados, a partir período de ditadura pelo qual passaram até a situação atual, bem como suas unidades organizacionais em nível sub-nacional (Comunidades Autônomas no caso da Espanha e Estados no caso do Brasil).

O modelo construído – conforme apresentado na seção 4.2 – foi utilizado para análise dos portais de transparência do poder executivo dessas CAs e Estados, os quais são listados na Tabela 10 – Espanha – e Tabela 11 – Brasil, que se configuraram como a amostra analisada.

Tabela 10: Portais de transparência das Comunidades Autônomas

Comunidade	link
Andalucía	http://www.juntadeandalucia.es/transparencia.html
Aragón	http://transparencia.aragon.es/
Asturias	http://www.asturias.es/portal/site/webasturias/menuitem.90f2ec149cf8a1dc8b8a89c6ec12b2a0/?vgnextoid=babf7f42a8d69310VgnVCM1000098030a0aRCRD&vgnextchannel=dad56fc85c97d210VgnVCM1000002f030003RCRD&i18n.http.lang=es
Baleares	http://www.caib.es/sacmicrofront/home.do?mkey=M1102141103432671913&lang=es
Canarias	http://www.gobiernodecanarias.org/transparencia/
Cantabria	http://www.cantabria.es/web/portal-de-transparencia
Castilla-La Mancha	http://transparencia.castillalamancha.es/
Castilla y León	http://www.gobiernoabierto.jcyl.es/web/jcyl/GobiernoAbierto/es/Plantilla100/1284382077038/_/_/
Cataluña	http://transparencia.gencat.cat/es/inici/
Extremadura	http://gobiernoabierto.gobex.es/
Galícia	http://www.xunta.es/a-presidencia/transparencia
La Rioja	http://www.larioja.org/npRioja/default/defaultpage.jsp?idtab=669
Murcia	http://www.carm.es/web/pagina?IDCONTENIDO=2517&IDTIPO=140&RASTRO=c\$m
Navarra	http://www.gobiernoabierto.navarra.es/es/transparencia
País Vasco	http://www.gardena.euskadi.eus/inicio/
Valencia	http://www.gvaoberta.gva.es/transparencia

Fonte: Elaboração própria

Tabela 11: Portais de transparência dos Estados

Estado	link
Acre	http://www.sefaznet.ac.gov.br/transparencia/servlet/portalttransparencia
Alagoas	http://www.transparencia.al.gov.br/
Amapá	http://www.transparencia.ap.gov.br/
Amazonas	http://www.transparencia.am.gov.br/transpprd/
Bahia	http://www.transparencia.ba.gov.br/
Ceará	http://www.transparencia.ce.gov.br/
Distrito Federal	http://www.transparencia.df.gov.br/Pages/inicio.aspx
Espírito Santo	http://www.portaldatransparencia.es.gov.br/
Goías	http://www.transparencia.go.gov.br/
Maranhão	http://www.transparencia.ma.gov.br/
Mato Grosso	http://www.transparencia.mt.gov.br/
Mato Grosso do Sul	http://www.portaldatransparencia.ms.gov.br/
Minas Gerais	http://www.transparencia.mg.gov.br/
Pará	http://www.transparencia.pa.gov.br/
Paraíba	http://transparencia.pb.gov.br/
Paraná	http://www.portaldatransparencia.pr.gov.br/
Pernambuco	http://www2.transparencia.pe.gov.br/web/portal-da-transparencia
Piauí	http://transparencia.pi.gov.br/
Rio de Janeiro	http://www.transparencia.rj.gov.br/
Rio Grande do Norte	http://www.transparencia.rn.gov.br/
Rio Grande do Sul	http://www.transparencia.rs.gov.br/webpart/system/PaginaInicial.aspx
Rondônia	http://www.transparencia.ro.gov.br/
Roraima	http://www.transparencia.rr.gov.br/
Santa Catarina	http://www.sef.sc.gov.br/transparencia
São Paulo	http://www.transparencia.sp.gov.br/
Sergipe	http://www.transparenciasergipe.se.gov.br/setp/index.html
Tocantins	http://www.transparencia.to.gov.br/

Fonte: Elaboração própria

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção inicialmente busca apresentar uma (i) análise estatística dos dados advindos do referencial teórico deste estudo, com vistas a identificar relações de dependência entre os temas de pesquisa elencados e as categorias de análise propostas; (ii) o processo para construção do modelo a ser utilizado na avaliação da transparência da gestão pública governamental; para, em seguida, apresentar uma (iii) análise dos portais de transparência no âmbito dos governos estaduais do Brasil e das Comunidades Autônomas da Espanha.

4.1 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS ARTIGOS REVISADOS

A presente seção tem por objetivo realizar uma análise estatística dos dados descritos na seção referente à metodologia com vistas a verificar a existência de dependência entre os temas de pesquisa elencados (transparência, *accountability* e corrupção) e as categorias de análise propostas. Como trabalha-se a relação entre os temas e outras quatro categorias qualitativas de análise (ambiente de pesquisa, quadro teórico utilizado, método de pesquisa e técnica de análise de dados) estabeleceu-se a seguinte hipótese:

H⁰: O tema de pesquisa e a categoria analisada são independentes

H¹: Existe dependência entre o tema de pesquisa e a hipótese analisada

Com vistas a permitir o tratamento estatístico dos dados, os tópicos que aparecem em cada uma das categorias foram agrupados, de acordo com suas similaridades. Desta forma, a (i) categoria *Ambiente de Pesquisa*, foi agrupada em: *regional* – país / nação, província / Estado e governo local / municipalidade; *institucional* – departamentos / programas / agências governamentais e setor de serviços públicos; e, *outros* – outros e vários. A (ii) categoria *Quadro Teórico Utilizado* foi agrupada em: *com quadro teórico*; e, *sem quadro teórico*. A (iii) categoria

Método de Pesquisa foi agrupada em: *estudos de caso / campo; analítico; e, métodos quantitativos* – survey, análise multivariada, econometria, estudo experimental e simulação. A (iv) categoria *Técnica de Análise de Dados* foi agrupada em: *quantitativa* – estatística descritiva / correlação, equilíbrio Bayesiano, regressão e modelagem; *qualitativa* – citações de entrevistas e análise de conteúdo; *métodos mistos; e, outros*.

4.1.1 Ambiente de pesquisa

Em se tratando da relação entre tema e ambiente de pesquisa, apresenta-se a *Tabela 12*, com os resultados do cruzamento de dados. Chama a atenção nesta tabela a relação entre o tema *Accountability* e a categoria *outros*, com 11 artigos. Essa categoria diz respeito a artigos que apresentam insights práticos ou teóricos, sem se ater especificamente a um determinado ambiente de pesquisa. Talvez pelo fato da *accountability* ser, conforme argumentam Boyce e Davids (2009), conceito que necessita de contextualização, considerando sua forma de implementação, bem como prática permeada de diversos valores e suposições, seja necessária uma discussão ampla de seu entendimento, o que pode vir a justificar esse resultado.

Tabela 12: Tabela cruzada Tema vs. Ambiente de pesquisa

		Ambiente de pesquisaa			Total
		Regional	Institucional	Outros	
Tema	Accountability	13	11	11	35
	Corrupção	4	4	0	8
	Transparência	12	6	2	20
Total		29	21	13	63

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Apesar do destaque em relação ao tema *accountability* e a categoria *outros*, não se pode aplicar o teste de independência entre os dados, uma vez que não são cumpridas as condições necessárias para tal análise, conforme demonstrado na *Tabela 13*.

Tabela 13: Provas de Q-quadrado Tema vs. Ambiente de Pesquisa

	Valor	G.L.	Significância assintótica (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	6,970 ^a	4	0,137
Relação de probabilidade	8,487	4	0,075
Associação Linear por Linear	4,432	1	0,035
N de casos válidos	63		

a. Para 4 células (44,4%) era esperado contagem menor que 5.

A contagem mínima esperada é 1,65

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Além disso, se analisarmos os coeficientes de associação entre essas características, conforme apresentado na *Tabela 14*, pode-se concluir que a associação existente entre *Tema* e *Ambiente de Pesquisa* é muito escassa.

Tabela 14: Medidas simétricas Tema vs. Ambiente de Pesquisa

		Valor	P-valor
Nominal por Nominal	Phi	0,333	0,137
	V de Cramer	0,235	0,137
	Coefficiente de contingência	0,316	0,137
N de casos válidos		63	

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Com base na análise acima apresentada, não é possível rejeitar a hipótese H^0 , ou seja, conclui-se, portanto, que o tema (seja transparência, *accountability* ou corrupção) não é influenciado pelo ambiente no qual as pesquisas são realizadas.

4.1.2 Quadro teórico utilizado

Em relação ao *Quadro Teórico Utilizado*, chama a atenção o fato de que a maior parte dos artigos da amostra (46) não apresenta formalmente uma teoria para embasar a discussão a ser realizada. O resultado do cruzamento destes dados é apresentado na *Tabela 15*.

Chama a atenção o tema *accountability*, no qual mais de 75% dos artigos analisados não se ateve formalmente a uma teoria específica, por outro lado, não se pode dizer que nos demais casos seja diferente. A apresentação formal de uma determinada teoria para servir de base para uma determinada investigação pode vir a dar maior robustez aos resultados, bem como fortalecer a argumentação dos pesquisadores, desta forma, em relação a essa questão, fica uma oportunidade de melhoria aos estudos na área, uma vez que tendo esclarecida a base teórica que orienta o estudo, o pesquisador pode vir a ter maior segurança em suas considerações e conclusões.

Tabela 15: Tabela cruzada Tema vs. Quadro Teórico Utilizado

		Quadro teórico		Total
		Sem	Com	
Tema	Accountability	27	8	35
	Corrupção	5	3	8
	Transparência	14	6	20
Total		46	17	63

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Da mesma forma que no caso anterior, não são cumpridas as condições necessárias o teste de independência, conforme apresentado na *Tabela 16*.

Tabela 16: Provas de Q-quadrado Tema vs. Quadro Teórico Utilizado

	Valor	G.L.	Significância assintótica (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	0,844 ^a	2	0,656
Relação de probabilidade	0,823	2	0,663
Associação Linear por Linear	0,407	1	0,523
N de casos válidos	63		

a. Para 1 célula (16,7%) era esperada contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,16

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Quanto ao nível de associação, pela *Tabela 17* comprova-se que não existe associação entre as características comparadas. Por assim dizer, independente de haver ou não fundamentos teóricos nos estudos, estes não determinam o tema a ser enfocado nos artigos.

Tabela 17: Medidas simétricas Tema vs. Quadro Teórico Utilizado

		Valor	P-valor
Nominal por Nominal	Phi	0,116	0,656
	V de Cramer	0,116	0,656
	Coeficiente de contingência	0,115	0,656
N de casos válidos		63	

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Também no caso do Quadro Teórico utilizado, não é possível rejeitar a hipótese H^0 , ou seja, conclui-se, portanto, que o quadro teórico não influencia o tema a ser pesquisado, ou seja, são independentes.

4.1.3 Métodos de pesquisa

No que tange à associação entre os temas e métodos de pesquisa (*Tabela 18*), houve um equilíbrio entre o uso de estudos de caso/campo e

estudos de cunho analítico, que surgiram com maior incidência que os estudos quantitativos. Neste caso chama a atenção o fato de que apenas um estudo sobre corrupção existente na amostra fez uso de métodos quantitativos, o que pode vir a abrir uma oportunidade de pesquisa futura.

Tabela 18: Tabela cruzada Tema vs. Métodos de Pesquisa

		Método de pesquisa			Total
		Estudos de caso / campo	Analítico	Métodos quantitativos	
Tema	Accountability	15	14	6	35
	Corrupção	4	3	1	8
	Transparência	10	7	3	20
Total		29	24	10	63

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Apesar da constatação sobre a falta de estudos baseados em métodos quantitativos sobre corrupção, não se pode, mais uma vez, aplicar o teste de independência, a *Tabela 19* evidencia que não são cumpridas as condições necessárias para essa análise.

Tabela 19: Provas de Q-quadrado Tema vs. Métodos de Pesquisa

	Valor	G.L.	Significância assintótica (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	0,359 ^a	4	0,986
Relação de probabilidade	0,363	4	0,985
Associação Linear por Linear	0,231	1	0,631
N de casos válidos	63		

a. Para 4 cells (44,4%) era esperado um valor menor que 5. A contagem mínima esperada é 1,27

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

A *Tabela 20* deixa claro que os níveis de associação entre as características são muito escassos, assim, conclui-se que ambas são independentes, ou seja, o tipo de método de pesquisa adotado não determina o tema em que os estudos irão se focar.

Tabela 20: Medidas simétricas Tema vs. Métodos de Pesquisa

		Valor	P-valor
Nominal por Nominal	Phi	0,076	0,986
	V de Cramer	0,053	0,986
	Coeficiente de contingência	0,075	0,986
N de casos válidos		63	

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Mais uma vez não é possível rejeitar a hipótese, ou seja, conclui-se, o tema abordado nos estudos não é influenciado pelo método adotado na condução dos mesmos.

4.1.4 Técnicas de análise de dados

Por fim, apresenta-se a *Tabela 21*, com o cruzamento dos dados entre temas e técnicas de análise. Verifica-se por esta tabela que os trabalhos que trataram de corrupção adotaram técnicas de análise de dados exclusivamente qualitativas ou se trataram de artigos que faziam relatos ou discussões teóricas sobre o tema.

Tabela 21: Tabela cruzada Tema vs. Técnicas de Análise de Dados

		Técnicas de análise de dados				Total
		Quantitativo	Qualitativo	Misto	Outros	
Tema	Accountability	7	7	7	14	35
	Corrupção	0	3	0	5	8
	Transparência	4	1	3	12	20
Total		11	11	10	31	63

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Assim, considerando a amostra, pode-se dizer que existe uma carência de estudos que adotem técnicas quantitativas em relação ao tema da corrupção, sendo que essa constatação pode ser relacionada à dificuldade de obtenção de dados a respeito do problema. Apesar disso,

não é possível estabelecer conclusões gerais sobre essa questão, dada a falta de cumprimento dos requisitos mínimos para os testes de independência, conforme apresentado na *Tabela 22*.

Tabela 22: Provas de Q-quadrado Tema vs. Técnicas de Análise de Dados

	Valor	G.L.	Significância assintótica (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	8,366 ^a	6	0,212
Relação de probabilidade	11,222	6	0,082
Associação Linear por Linear	1,272	1	0,259
N de casos válidos	63		

a. Para 7 células (58,3%) era esperado contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 1,27

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Ademais, conforme ocorrido nos casos anteriores, uma análise detalhada dos níveis de associação entre os temas e as técnicas de análise nos indica que há, também, uma relação de dependência muito escassa, conforme apresentado na *Tabela 23*.

Tabela 23: Medidas simétricas Tema vs. Técnicas de Análise de Dados

		Valor	P-valor
Nominal por Nominal	Phi	0,364	0,212
	V de Cramer	0,258	0,212
	Coefficiente de contingência	0,342	0,212
N de casos válidos		63	

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa

Neste caso também não é possível rejeitar a hipótese H^0 , assim, se pode entender que a técnica de análise de dados utilizada não exerce

influência em como se enfoca o problema do ponto de vista dos temas de pesquisa.

No último capítulo desta tese, na sub-seção referente às considerações finais sobre a literatura revisada será resgatada essa análise com vistas a tecer alguns comentários sobre o procedimento e os resultados alcançados.

4.2 CONSTRUÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO

Esta seção está estruturada de acordo com os estágios do processo de apoio à decisão conforme definido na Metodologia MCDA-C. Nesse sentido, está dividida em (i) fase de estruturação; (ii) fase de avaliação; e, (iii) fase de elaboração de recomendações. As próximas sub-seções apresentam em detalhe o desenvolvimento de cada uma dessas fases.

4.2.1 Fase de estruturação

O **primeiro passo** da fase de estruturação consiste em identificar o **contexto do problema a ser analisado**, envolvendo sua descrição e considerando e sua factibilidade, ou seja, se é passível de resolução. Além disso, é importante identificar o “dono” do problema, a fonte da insatisfação e o que se busca alcançar (situação atual e situação pretendida) (CHECKLAND; SCHOLLES, 1999).

O contexto no qual o problema se desenvolve é o da governança pública, especificamente, tratando da questão da transparência da gestão pública. Conforme descrito na introdução do estudo, bem como em seu referencial teórico, a transparência é fator determinante para o reforço da democracia e para o controle social. Tendo em vista a importância da transparência, conseqüentemente torna-se também importante avaliar se os governos estão atuando de forma transparente. Esforços para o aumento da transparência governamental tem disso desenvolvidos ao redor do mundo, como por exemplo pelas iniciativas desenvolvidas pela ONG *Transparency International* e pelo *International Federation of Accountants* – IFAC que, conforme exposto por Caba Pères e López-Hernández (2009), devido à crise financeira que afetou o leste asiático e a América Latina nos anos de 1990, passou a discutir a necessidade de

melhorar a transparência das finanças públicas por meio da evidencição das informações relevantes de forma sistemática. Além disso, o desenvolvimento da legislação sobre transparência ao redor do mundo demonstra a **relevância do problema**.

Nesse contexto, identifica-se como o **dono da insatisfação** a própria sociedade, a partir do pressuposto do direito de obter informações sobre como o governo vem utilizando os recursos públicos e sobre suas decisões, afim de proceder com o controle social. A **fonte da insatisfação** se traduz no interesse acadêmico, bem como dos praticantes, em identificar o nível de transparência com que os governos apresentam as informações sobre sua gestão. Na literatura analisada evidenciou-se a não existência de modelos de avaliação que englobassem uma análise ampla, que vá além da verificação das exigências legais sobre a transparência da gestão pública que possibilite a elaboração de sugestões para sua melhoria, sendo esta a **situação atual**. Dada essa questão, busca-se avaliar a transparência da gestão pública governamental, nos portais de transparência das Comunidades Autônomas espanholas e Estados brasileiros, por meio de um modelo que atenda a esses pré-requisitos (incorporação de outros elementos além dos exigidos pela legislação e permita a proposição de melhorias), sendo esta a **situação pretendida**.

Dando continuidade à contextualização, apresentam-se os atores do processo de avaliação, conforme o *Quadro 3*. Rosa (2011) argumenta que os atores são definidos de acordo com o papel que desenvolvem no processo decisório e na construção do modelo, definindo esses atores da seguinte forma:

Assim, decisor é o ator que sofre as consequências da decisão e responsável pela legitimação de todas as etapas do modelo. Intervenientes são aqueles atores que direta ou indiretamente exercem influência na decisão do “decisor”. Facilitador é quem auxilia o “decisor” a construir entendimento sobre o problema analisado. Agidos são os atingidos pelas decisões. (ROSA, 2011, p. 131–132)

Decisores	Especialistas da <i>Transparency International</i> e professores especialistas no tema.
Facilitador	Autor do trabalho
Agidos diretos	Sociedade civil
Agidos indiretos	Gestores públicos

Quadro 3: Atores do processo de apoio à decisão

Fonte: elaboração própria

No caso do presente estudo, configuram-se como **decisores** os especialistas entrevistados no decorrer da elaboração do modelo de avaliação. Esses intervenientes são responsáveis pela legitimação de cada uma das etapas de construção do modelo de avaliação, pelo estabelecimento das escalas cardinais para cada um dos critérios, bem como pelas taxas de substituição de cada critério. A interação com estes intervenientes se dá por meio de entrevistas semi-estruturadas e pela apresentação gradual do modelo com vistas a legitimação de cada uma das etapas de sua construção.

O **facilitador**, autor do estudo, busca analisar os documentos utilizados como referência para construção do modelo, extrair elementos de avaliação da transparência, organizá-los, estabelecer escalas ordinais para cada um dos critérios de avaliação e, posteriormente, legitimá-los junto aos intervenientes.

Os **agidos diretos** se manifestam na figura da Sociedade Civil, que terá condições de avaliar a gestão pública, por meio das informações disponibilizadas de forma clara e transparente, de forma tal que seja possível exercer o controle social. Os **agidos indiretos** são os próprios gestores públicos, que com o resultado da avaliação poderão identificar onde não se apresentam de forma transparente para a sociedade e, desta forma, melhorar o nível de transparência de sua gestão.

A última etapa da contextualização se propõe a definir um rótulo para o problema em análise. O rótulo é o enunciado do problema e deve descrever o problema que o facilitador busca apoiar o seu processo de solução (ENSSLIN; MONTBELLER-NETO; NORONHA, 2001; LYRIO et al., 2008). No caso deste estudo, o rótulo é assim identificado: **Avaliação da transparência da gestão pública em portais eletrônicos.**

Uma vez finalizada a contextualização do problema, passa-se à etapa seguinte da fase de estruturação, ou seja, busca-se construir a estrutura denominada *Árvore de Pontos de Vista* (BANA-E-COSTA et al., 1999) ou *Estrutura Hierárquica de Valor* (KENNEY, 1992). Essa estrutura agrupa um conjunto elementos ou aspectos-chave, que podem vir a se tornar critérios de avaliação, agrupados em áreas de preocupação (BANA-E-COSTA; CHAGAS, 2004; BANA-E-COSTA et al., 1999).

O primeiro passo para a construção da *Estrutura Hierárquica de Valor* é a **identificação dos Elementos Primários de Avaliação** – EPAs. Kenney (1992) argumenta que esses elementos se constituem nas preocupações ou aspectos-chave identificados pelo decisor no momento em que este se confronta com o problema a ser analisado. Corroborando a afirmação de Kenney, Ensslin, Montibeller-Neto e Noronha (2001, p. 79) argumentam que

Esses elementos [...] são constituídos de objetivos, metas, valores dos decisores, bem como de ações, opções e alternativas. São eles que servirão como base para a construção do mapa cognitivo.

A aplicação da Metodologia MCDA-C em sua forma tradicional implica na transformação dos EPAs em conceitos e, em seguida, na organização desses conceitos em um mapa de relações meios-fins, antes da construção da *Árvore de Pontos de Vista*. Entretanto, neste estudo, de forma análoga à proposição da autora supracitada, esses dois passos (elaboração de conceitos e organização do mapa de relações meios-fins) é substituída por uma “[...] análise de conteúdo e interpretação dos critérios e sub-critérios [...]” (ROSA, 2011, p. 133), da legislação correlata e da literatura especializada. Além disso, esses EPAs são validados, bem como outros são identificados, por meio de reuniões e entrevistas semi-estruturadas com os decisores, em um processo interativo.

O conjunto de EPAs identificados no decorrer do desenvolvimento deste trabalho se encontra no apêndice B. Para identificação desses elementos, inicialmente foi realizada uma revisão de literatura – conforme descrito na seção de metodologia, com vistas a identificar fatores que venham a influenciar ou reforçar a transparência governamental na Internet. Nesta primeira etapa foram identificados 25 EPAs.

Em seguida foi analisada a legislação relacionada à transparência no âmbito da Espanha e Brasil. No caso espanhol foi analisada a Lei 19/2013 (ESPAÑA, 2013), que regula a questão da transparência na atividade pública daquele país, bem como regula e garante o direito de acesso à informação relativa às atividades do governo. Nesta legislação foram identificados 22 EPAs. No caso brasileiro foram utilizadas a Lei Complementar 101 (BRASIL, 2000), conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, o Decreto 7.185 (BRASIL, 2010) que trata dos padrões de qualidade para o sistema integrado de administração financeira e controle e a Lei 12.527 (BRASIL, 2011a) que regula o acesso à informação pública no país, sendo identificados 34 EPAs.

Por fim, foram analisados outros índices de avaliação de transparência desenvolvidos no âmbito dos dois países. No caso espanhol foi utilizado como referência o Índice de Transparência das Comunidades Autônomas – INCAU, desenvolvido pela ONG *Transparency International España*, composto por 6 áreas de transparência - (i) informações sobre a Comunidade Autônoma; (ii) relações com os cidadãos e a sociedade; (iii) transparência econômica e financeira; (iv) transparência na contratação de serviços, obras e abastecimentos; (v) transparência em relação à ordenação territorial, urbanismo e obras públicas; e, (vi) dados obrigatórios de acordo com a Lei de Transparência – sendo identificados 53 EPAs. No caso brasileiro foi utilizado como referência o modelo proposto por Nunes (2013), do qual foram extraídos outros 8 EPAs.

Além disso, tendo em vista a percepção por parte deste pesquisador da não existência de qualquer tipo de elemento para avaliação de divulgação de informações sobre segurança pública em nenhuma das fontes analisadas, foi incluído também um EPA relativo a essa questão. Assim, totalizou-se um conjunto de 143 EPAs, utilizados como base para o desenvolvimento das próximas etapas do processo de apoio à decisão. O Quadro 4 apresenta extrato com alguns dos EPAs elencados no decorrer desta etapa, para fins de exemplificação.

Nº	Fonte	EPA
11	(BONSÓN et al., 2012)	Uso de web 2.0 e ferramentas de mídias sociais
28	Ley 19/2013, art. 6,1	Identificar o responsável pelos órgãos do governo e sua trajetória profissional

53	LC 101, art. 48A, I	Divulgar as despesas por unidade gestora no decorrer da execução, apresentando dados referentes ao beneficiário do pagamento.
58	Decreto 7.185, Art. 7, Ic	Divulgar as despesas por unidade orçamentária.
73	Lei 12.527, art. 8, 1VI	Divulgar respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.
105	INCAU	Publicar regularmente dados sobre o número de hospitais, centros de atenção sanitária, leitos hospitalares por habitante e seu retorno.
137	NUNES, 2013	Divulgar a relação nominal dos servidores (quadro de pessoal)
143	Autor do trabalho	Publicar informações sobre segurança pública

Quadro 4: Exemplos de Elementos Primários de Avaliação – EPAs

Fonte: dados da pesquisa

Uma vez finalizada a identificação dos EPAs, estes são agrupados por afinidade em uma Estrutura Hierárquica de Valor, conforme a *Figura 7*, que apresenta o conjunto de EPAs identificados organizados em áreas de preocupação, a saber: (i) conteúdo informacional, (ii) fomento à cultura de transparência e (iii) usabilidade do portal.

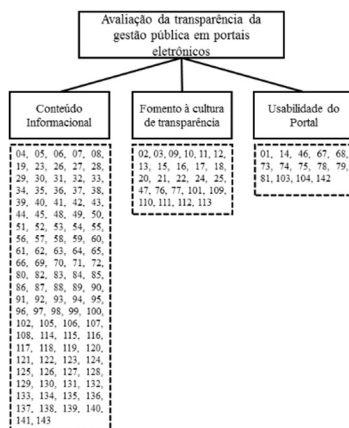


Figura 7: Estrutura Hierárquica de Valor em nível de áreas de preocupação

Fonte: elaboração própria

Em seguida, essas áreas de preocupação são desdobrados hierarquicamente em Pontos de Vista Fundamentais – PVFs e Pontos de Vista Elementares – PVEs, até que se identifique um ponto de vista passível de mensuração (LYRIO et al., 2008; ROSA, 2011). Ensslin, Montbeller-Neto e Noronha (2001), argumentam que esse procedimento utiliza-se de uma lógica de decomposição, na qual um ponto de vista mais complexo de ser mensurado é decomposto em pontos de vista de mais fácil mensuração. No Apêndice C é apresentado o desdobramento dessas áreas de preocupação em pontos de vista, até o ponto no qual foi possível estabelecer escalas de avaliação.

Neste momento foram realizadas as primeiras entrevistas com os decisores, com o objetivo de legitimar a estrutura proposta nesta etapa do processo. Foram entrevistados 3 especialistas, de diferentes áreas e nacionalidades, a saber: (i) Prof. Dr. Jesús Lizcaño Álvarez – presidente da *Transparency International España*, (ii) Prof. Dr. Daniel J. Caron – professor da *École Nationale D'administration Publique – ENA / Québec*; e (iii) Prof. Dr. Agustí Cerrillo-y-Martinez, professor da *Universitat Oberta de Catalunya*.

No caso do Prof. Dr. Jesús Lizcaño Álvarez, a entrevista foi realizada individualmente, em seu gabinete na Universidade Autônoma de Madrid. Nesta entrevista foi apresentada brevemente a metodologia utilizada para o desenvolvimento do modelo de avaliação, com vistas a alinhamento de conhecimento, em seguida, a estrutura proposta foi apresentada em todos os seus desdobramentos. Este especialista legitimou a estrutura proposta, fazendo considerações principalmente no que tange à privacidade de dados e ao risco de divulgação ampla de informações pessoais de servidores públicos, mas não propôs alterações estruturais.

No caso dos demais especialistas, essa legitimação se deu em dois momentos. Inicialmente, no decorrer do Congresso da *International Reseach Society for Public Management – IRSPM*, realizada em Birmingham em Abril de 2015, foi feito contato com o Prof. Dr. Daniel J. Caron, que na ocasião atuava como debatedor no painel sobre transparência e governo aberto. Foi feito o convite para atuar como decisor no processo de apoio à decisão, bem como apresentada brevemente a metodologia utilizada na construção do modelo de avaliação. Ficou estabelecido que uma nova reunião de legitimação ocorreria posteriormente, durante o *4th Global Conference on Transparency Research*, que ocorreria na cidade de Lugano, Suíça, em Junho de 2015.

No decorrer do *4th Global Conference on Transparency Research* foi feito contato com o Prof. Dr. Agustí Cerrillo-y-Martinez, painelistas deste evento, e o convite para atuar como decisor. Com o aceite do convite, foi realizada nova reunião, desta vez com os dois especialistas. Mais uma vez foi feita a apresentação da metodologia e foi discutido em detalhes a estrutura proposta. Ambos os pesquisadores fizeram considerações sobre o uso de dados abertos e de formatos reutilizáveis, alegando que este se configura como um tema de pesquisa em si mesmo, com diversos desdobramentos a serem abordados.

O Prof. Dr. Daniel J. Caron alertou também para questões relativas à literacidade informacional, mas considerando que no escopo do modelo a ser proposto, essas questões não teriam como ser avaliadas, uma vez que seria necessário verificar, junto aos usuários dos portais, seu entendimento a respeito das informações disponibilizadas e uso dos sistemas. Apesar das considerações, ambos os intervenientes legitimaram a proposta apresentada, sendo assim, deu-se por concluída essa etapa do processo.

A última etapa da fase de estruturação consiste na construção dos descritores, que irão permitir a realização do processo de mensuração e avaliação (LYRIO et al., 2008). Esses descritores são entendidos como

[...] um conjunto de níveis, associado a um PV, o qual descreverá os possíveis impactos das ações potenciais. Assim, quando se proceder à avaliação local (avaliação de uma ação em relação a um determinado PV [critério]) de uma ação potencial, basta identificar em qual dos níveis de seu descritor esta ação impacta. (DUTRA, 1998, p. 154)

Um descritor, conforme Ensslin, Montbeller-Neto e Noronha (2001) é composto com uma escala que apresenta o objetivo do descritor – o que pretende mensurar – e um conjunto de níveis de impacto, sendo que são estabelecidos dois níveis de referência – Bom e Neutro – que permitem a comparação entre os diversos descritores do modelo de avaliação e a síntese dessas avaliações em uma avaliação global.

Na fase de estruturação, os descritores apresentam escalas ordinais, ou seja, uma sequência de níveis de impacto que apresentam uma situação cada vez melhor em relação a determinado critério, até um

nível de excelência (acima do nível Bom). Por outro lado, os níveis de impacto inferiores ao nível Neutro, são considerados comprometedores, ou seja, evidenciam uma situação que exige algum tipo de intervenção e são penalizados no processo de avaliação.

No caso do presente estudo, foram desenvolvidos descritores que continham dois níveis de impacto (nível superior Bom e nível inferior Neutro), bem como descritores com diversos níveis em suas escalas. A *Tabela 24* apresenta um exemplo de descritor com mais de dois níveis de impacto. No descritor utilizado como exemplo, é utilizada uma escala de 5 níveis, sendo que neste caso, o nível Neutro (N) foi estabelecido em N1 e o nível Bom (B) foi estabelecido em N4.

Tabela 24: Exemplo de descritor com mais de duas escalas

Descritor 1.1.1.1: Informações sobre os programas		
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal
N5		Publica os programas de governo com seus objetivos, atividades, meios e data prevista de conclusão
N4	B	publica os programas de governo com seus objetivos, atividades e meios para execução
N3		Publica os programas de governo com seus objetivos e atividades
N2		Publica os programas de governo com seus objetivos
N1	N	Não publica informações sobre os programas de governo

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre os programas de

Fonte: elaboração própria

O modelo de avaliação de transparência é composto por 71 descritores, sendo 33 descritores binários e 38 descritores com mais de 2 níveis de impacto. O processo de legitimação dos descritores propostos foi realizado junto ao Prof. Dr. Jesús Lizcaño Álvarez, da seguinte forma: O autor deste trabalho propôs os descritores e as escalas de avaliação e em entrevista, perguntou ao interveniente sobre a adequação das escalas para avaliar os critérios de avaliação propostos e onde seriam inseridos os níveis Bom e Neutro, em sua percepção.

Nesta rodada de entrevista, os descritores foram legitimados, e foram estabelecidos os níveis de referência. O decisor entrevistado não discordou das escalas propostas, aceitando-as com pequenas alterações

em relação à ordem de preferência em uma delas, a saber, descritor 1.2.1 – planejamento governamental, em que foi alterada a ordem da escala, colocando em nível inferior a divulgação do Orçamento Anual, no nível intermediário o Plano Plurianual e no nível mais alto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (inicialmente havia sido proposto a escala em ordem inversa, com o Plano Plurianual em nível mais baixo).

Nesta etapa as escalas binárias também foram discutidas. O autor deste trabalho perguntou ao decisor se ele gostaria de sugerir níveis intermediários para essas escalas. A resposta do decisor foi negativa, sob a argumentação de que era importante verificar a existência ou não das informações solicitadas pelo descritor, não havendo necessidade de detalhá-las (aqui faz-se inferência em relação ao regime de transparência que orienta este decisor, que parece ser mais voltado para um regime baseado em princípios que em regras). A relação completa de descritores proposta no trabalho encontra-se no apêndice D.

Uma vez tendo sido construídos os descritores e estes tendo sido legitimados pelo decisor, foi finalizada a fase de estruturação e passa-se ao desenvolvimento da fase de avaliação, apresentada na sub-seção seguinte.

4.2.2 Fase de Avaliação

A fase de avaliação em uma abordagem metodológica multicritério envolve duas etapas. Inicialmente é necessária a (i) a construção de um critério para cada ponto de vista que represente formalmente a atratividade local de um determinado critério de avaliação, ou seja, uma avaliação local; em seguida (ii) é aplicado um procedimento de agregação multicritério que permita, por meio de um critério de síntese proceder a uma avaliação global. (BANA-E-COSTA; VANSNICK, 1997)

Dentre os métodos utilizados para proceder com a avaliação local encontram-se o *direct rating* e a abordagem MACBETH – *Measuring Attractiveness by Categorical Based Evaluation Technique* (BANA-E-COSTA; CHAGAS, 2004). No caso do presente estudo, foram utilizados ambos os métodos, em processo realizado também por meio de entrevista junto ao decisor Prof. Dr. Jesús Lizcaño Álvarez.

No caso dos descritores binários foi utilizado o método *direct rating*, atribuindo 100 (cem) pontos para o Nível Bom e 0 (zero) ponto para o nível Neutro. No caso dos descritores com mais de dois níveis de impacto optou-se pela abordagem MACBETH, uma vez que a perda de transparência percebida na passagem de um nível de impacto para outro, imediatamente inferior, não foi considerada linear pelo decisor entrevistado. A abordagem MACBETH permite ao usuário quantificar a em uma escala cardinal cada um dos níveis de impacto, selecionando em uma escala semântica que varia de extrema a muito fraca, a perda percebida nessa passagem de um nível para o outro (BANA-E-COSTA; CHAGAS, 2004; BANA-E-COSTA; VANSNICK, 1997)

Para fins de exemplificação, apresenta-se a Figura 8, com a escala desenvolvida em MACBETH para o descritor 1.1.1.1 – informações sobre os programas. Como demonstrado nesta figura, o decisor considerou a passagem do nível N5 – situação em que são disponibilizados no portal de transparência os programas de governo com seus objetivos, atividades relacionadas, meios para sua execução e data prevista para conclusão – para o nível N4 – na qual não é apresentada a data prevista para conclusão – como muito forte.

Em seguida, atribuiu a perda da informação referente aos meios para execução dos programas – passagem do nível N4 para o nível N3 – como forte, assim como a passagem do nível N3 para o nível N2 – não disponibilização de informações sobre as atividades relativas aos programas, sendo apresentado somente seus objetivos.

Finalmente, a passagem do nível N2 para o nível N1, no qual não são disponibilizadas informações sobre os programas, o decisor considerou essa perda de informação como muito forte. A partir dessas informações, o software calcula a perda de atratividade e gera uma escala cardinal para o descritor, levando em consideração os níveis de impacto nos quais foram estabelecidas o nível Bom e Neutro.

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N5	nula	mt. forte	positiva	positiva	positiva	138.46	extrema
N4		nula	forte	positiva	positiva	100.00	mt. forte
N3			nula	forte	positiva	69.23	forte
N2				nula	mt. forte	38.46	moderada
N1					nula	0.00	fraca
							mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Figura 8: Escala MACBETH desenvolvida para o descritor 1.1.1.1 – Informações sobre os programas

Fonte: M-Macbeth, 2005

Este procedimento foi adotado para todos os descritores com mais de dois níveis de impacto, conforme também apresentado no apêndice D deste trabalho, finalizando a etapa de avaliação local.

No caso da avaliação global, esta consiste na identificação de taxas de substituição, ou seja, os “pesos” de cada um dos critérios de avaliação para o alcance do resultado global. Lyrio et. al (2008, p. 180) argumentam que “[...] ao serem obtidas as taxas de substituição que informam a importância relativa de cada critério, pode-se transformar o valor da avaliação de cada critério em valores de uma avaliação global”.

A determinação das taxas de substituição utilizadas neste modelo foi realizada junto ao Prof. Dr. Agustí Cerrillo-y-Martinez. Optou-se por alterar o decisor responsável por esta atividade devido a questões relativas a metodologia utilizada. Landry (1995) argumenta que o desenvolvimento de modelos multicritério de apoio à decisão envolve diversas interações entre os atores envolvidos com o objetivo de gerar conhecimento em relação ao problema com o qual se deparam, o que acaba por consumir uma elevada quantidade de tempo e esforço intelectual de todos. Assim, optou-se por essa alteração para que fosse mantida a motivação e interesse dos decisores que participaram deste processo.

Dentre os métodos utilizados na determinação de taxas de substituição, optou-se pela utilização do método *Swing Weights* (BEINAT, 1995; BODILY, 1985; GOODWIN; WRIGHT, 1991; VON-WINTERFELDT; EDWARDS, 1986), que consiste em solicitar ao

entrevistado que, considerando todos os critérios em nível Neutro, qual ele consideraria prioritário para passar ao nível Bom, atribuindo a este critério 100 pontos. Em seguida, pergunta-se qual o critério a passar para o nível Bom e quanto ele valeria, uma vez que o critério mais importante recebeu 100 pontos. Esse procedimento é adotado em todos os níveis e critérios do modelo de avaliação, o que permite “[...] agregar, de forma compensatória, desempenhos locais (nos critérios) em uma performance global”. (ENSSLIN; MONTBELLER-NETO; NORONHA, 2001, p. 219)

Para realização desta atividade, foi encaminhada por e-mail a EHV para o decisor, que atribuiu as pontuações de acordo com suas percepções. Em seguida, o facilitador fez o ajuste dessas pontuações, conforme o exemplo abaixo, realizado em nível de áreas de preocupação. No caso, o interveniente considerou prioritária a área de preocupação 1 - **Conteúdo informacional**, atribuindo-lhes 100 pontos. Em seguida optou pela área 3 - **Usabilidade do portal**, atribuindo-lhe 78 pontos. Finalmente, atribuiu 45 pontos para a área 2 - **Fomento à cultura de transparência**, gerando as seguintes taxas de substituição:

1 – Conteúdo Informacional	$w_1 = 100/223 = 0,45$ ou 45%
2 – Fomento à Cultura de Transparência	$w_2 = 78/223 = 0,35$ ou 35%
3 – Usabilidade do Portal	$w_3 = 45/223 = 0,20$ ou 20%

Com a obtenção das taxas de substituição o modelo de avaliação estará construído, sendo que para proceder com o processo de avaliação, utiliza-se a seguinte equação matemática de agregação aditiva (LYRIO et al., 2015):

$$V(a) = \sum_{i=1}^{i=n} w_i x v_i$$

Na qual $V(a)$ = Valor do desempenho global; v_i = Valor do desempenho local no critério de avaliação; w_i = Taxa de contribuição

global no critério de avaliação⁸; n = Número de critérios de avaliação do modelo.

Uma vez determinadas as taxas de substituição, o modelo construído foi novamente encaminhado a todos os intervenientes para legitimação final. Com a aceitação por parte dos decisores foi dada por concluída essa etapa e finalizada a construção do modelo.

A *Figura 9* apresenta o modelo proposto com o perfil de desempenho referente à CA de Andaluzia, que obteve a melhor pontuação na avaliação global. Como observado, Andaluzia obteve 80 pontos na avaliação global, pontuação considerada adequada, porém alta, uma vez que se aproxima do nível de transparência considerado Bom (100 pontos na avaliação global).

⁸ A taxa de contribuição global de um determinado critério de avaliação é a multiplicação da taxa de contribuição deste critério pelas taxas de contribuição dos pontos de vista superiores a ele associados, até o nível de Área de Preocupação. Ou seja: $w_i =$ % de contribuição do descritor X % de contribuição do PVE X % de contribuição do PVF X % de contribuição da Área de Preocupação.

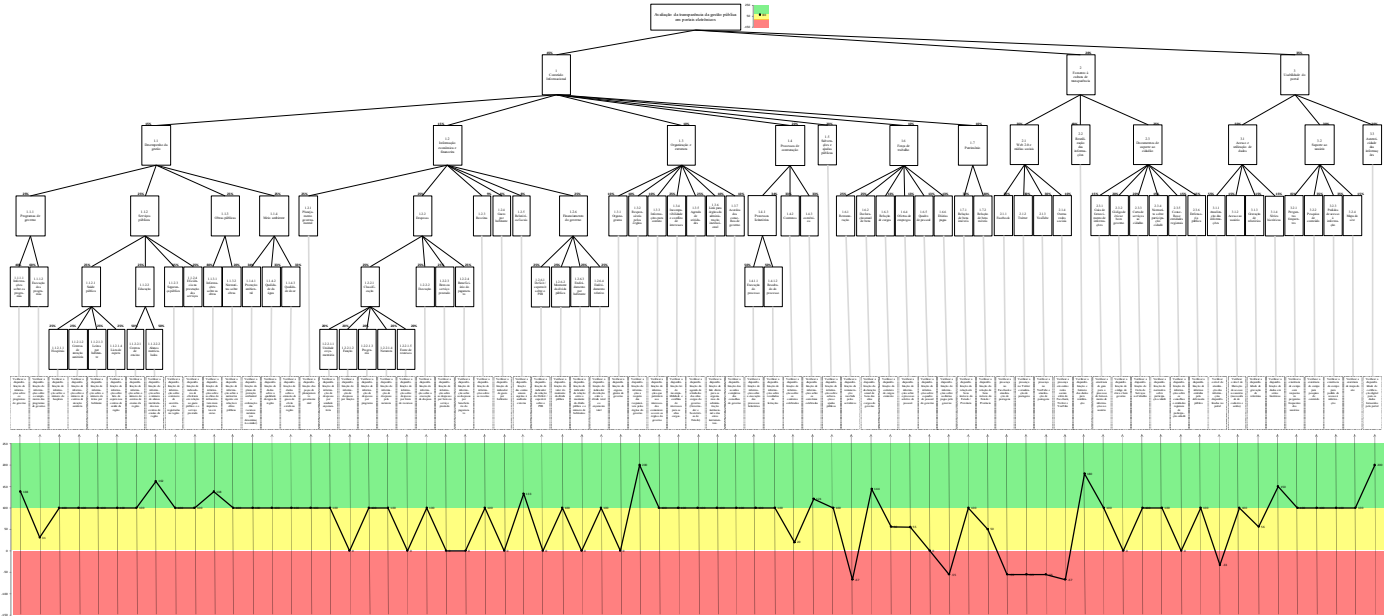


Figura 9: Modelo de avaliação construído com o perfil de desempenho da Comunidade Autónoma de Andaluzia
 Fonte: elaboração própria

PÁGINA EM BRANCO

O destaque positivo na avaliação se apresenta nos descritores 1.1.1.1 – informações sobre os programas, 1.1.2.2.2 – alunos matriculados, 1.1.3.1 – informações sobre obras, 1.2.5 – relatórios fiscais, 1.3.2 – responsáveis pelos órgãos, 1.4.3 – convênios, 1.6.2 – declaração anual de bens, 2.2 – reutilização das informações, 3.1.4 – séries históricas e 3.3 – autenticidade das informações, que alcançaram níveis de excelência. Por outro lado, esta CA se apresentou em nível comprometedor nos descritores 1.6.1 – remuneração, 1.6.6 – diárias pagas, 2.1.1 – Facebook, 2.1.2 – Twitter, 2.1.3 – YouTube, 2.1.4 – Outras redes sociais e 3.1.1 – atualização das informações.

Assim, com base no perfil de desempenho de uma CA (exemplificado neste caso pela CA de Andaluzia), é possível identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria nos níveis de transparência dos portais eletrônicos nos entes analisados. Conforme discutido na sub-seção seguinte.

4.2.3 Fase de elaboração de recomendações

Uma vez finalizada a avaliação, a última etapa do processo de apoio à decisão consiste na elaboração de recomendações. No caso deste estudo, o objetivo não é o de proceder com a elaboração de recomendações para os portais de transparência de cada um dos entes analisados, busca-se, por outro lado, mostrar um panorama geral do estado atual desses entes no que tange à transparência em seus portais. Apesar, disso, essa sub-seção se vale do exemplo de Andaluzia para apresentar este procedimento, que consiste em

[...] um processo de apresentação de ações de melhoria, ou seja, as ações potenciais que o decisor poderá tomar para que o desempenho (do objeto avaliado) melhore em relação ao Status Quo. O processo de elaboração de recomendações é baseado em duas análises, a saber: (i) análise do perfil de desempenho no Status Quo – nessa análise busca-se verificar, com base no gráfico do perfil de desempenho, em quais descritores (o objeto avaliado) se apresenta em nível comprometedor e/ou neutro e; (ii) análise da contribuição global

dos descritores – nessa análise busca-se verificar quais são os descritores que possuem o maior potencial de contribuição para a melhoria do desempenho (do objeto avaliado). (LYRIO et al., 2010, p. 125)

Como já comentado na sub-seção anterior, o objetivo desta sub-seção é demonstrar a capacidade do modelo de avaliação proposto em proceder com sugestões de melhoria. Nesse sentido, a primeira análise se baseia no perfil de desempenho. Por meio da análise desse perfil é possível identificar de forma objetiva e clara quais são os critérios nos quais o ente avaliado se encontra em níveis comprometedores, facilitando o processo de identificação de iniciativas para melhoria de seu desempenho nesses critérios. Uma vez identificado um critério que se encontra em nível comprometedor, analisa-se o descritor associado e esse critério e verifica-se o que pode ser feito para melhoria de seu desempenho.

A segunda análise envolve a identificação dos descritores que apresentam maior potencial de contribuição para avaliação global, ou seja, o quanto podem vir a contribuir para que o ente analisado alcance nível Bom de desempenho (100 pontos), considerando as taxas de contribuição global e contribuição potencial de cada descritor. Para exemplificar esse procedimento, apresenta-se a Tabela 25, com a avaliação em detalhes da CA de Andaluzia.

Esta tabela é composta por 7 colunas. A coluna 1 apresenta a codificação de cada critério; a coluna 2 apresenta a descrição dos critérios; a coluna 3 apresenta suas taxas de substituição, estabelecidas de acordo com o procedimento apresentado na sub-seção 4.1.2; a coluna 4 apresenta o nível de desempenho alcançado em cada um dos descritores; a coluna 5 apresenta a pontuação alcançada em cada um dos critérios e a avaliação global.

As duas últimas colunas são utilizadas para a análise da contribuição potencial. A coluna 6 apresenta a taxa de contribuição global de um descritor, ou seja, o quanto, percentualmente, esse descritor contribui para a avaliação global; a coluna 7, por sua vez, apresenta a contribuição de cada descritor em termos absolutos, ou seja, quantos pontos ele ainda pode agregar à avaliação global para que o ente analisado alcance 100 pontos.

Tabela 25: Tabela de avaliação com o resultado da CA de Andaluzia

Avaliação da transparência de gestão pública em portais eletrônicos		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
COD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	80	100%	20
1	CONTEÚDO INFORMATIVO	45%	-	83	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	103	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	74	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	138	0,68%	1,38
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N2	31	1,01%	0,70
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	108	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	100	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	131	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N4	162	0,21%	(9)
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.3	Obras públicas	25%	-	130	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N6	138	1,35%	(3)
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,70%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	67	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	40	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	60	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.3	Execução	25%	N4	100	0,08%	0,00
1.2.2.4	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.5	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Receitas	9,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(9)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	2,6	-	-
1.2.6.1	Deficit / superavit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	100	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N3	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(9)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N2	100	1,13%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	200	0,45%	0,00
1.3.7	Acesso dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	81	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	100	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Comentários	33,0%	N6	121	2,97%	(3)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	26	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N1	67	1,13%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N5	144	1,13%	(9)
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,56%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N3	55	0,56%	0,25
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	85	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N2	50	1,35%	0,60
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	69	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outros redes sociais	30,0%	N1	67	0,79%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N5	180	8,00%	(6)
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	65	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviço ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	84	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	28	-	-
3.1.1	Atualização de informações	35,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N5	150	2,63%	(3)
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N3	200	7,00%	(7)

Fonte: elaboração própria

Por meio desta análise, fica claro que o descritor em nível comprometedor com maior potencial de contribuição é o 3.1.1 – atualização das informações, com uma taxa de contribuição global de 9,63% e contribuição potencial de 12,8 pontos. Assim, no caso de necessidade de priorização de ações, esta deve ser colocada em 1º lugar.

Analisando-se o descritor 3.1.1 – atualização das informações, na *Tabela 26*, fica evidente o que pode ser feito para melhoria do desempenho da CA neste critério. Na situação atual, as informações fiscais não são disponibilizadas até o 1º dia útil subsequente ao registro contábil.

Como melhoria, poderia ser realizada a integração de sistemas, fazendo com que a informação disponível no sistema fazendário fosse atualizada imediatamente após o seu registro, elevando o nível de desempenho para N3. Além disso, a disponibilização de relatórios mensais a respeito do desempenho do governo na prestação de serviços à sociedade elevaria o desempenho para nível N5, alcançando nível de excelência quanto a esse critério de avaliação.

Tabela 26: Descritor 3.1.1 – atualização das informações

Descritor 3.1.1 - Atualização das informações			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Informações fiscais são disponibilizadas no dia útil da data do registro contábil; informações sobre o desempenho do governo são disponibilizadas em relação ao mês atual	167
N4	B	Informações fiscais são disponibilizadas no dia útil da data do registro contábil; informações sobre o desempenho do governo são disponibilizadas em relação ao mês anterior	100
N3		Informações fiscais são disponibilizadas no dia útil da data do registro contábil	33
N2	N	Informações fiscais são disponibilizadas até o 1o dia útil subsequente ao registro contábil	0
N1		Informações fiscais não são disponibilizadas até o 1o dia útil subsequente ao registro contábil	-33

Escala: Verificar o nível de atualização das informações disponibilizadas no portal

Fonte: dados da pesquisa

Desta forma, a avaliação global da CA de Andaluzia passaria dos atuais 80 pontos para 100 pontos. Isso ocorre pelo fato de que a contribuição potencial de um descritor diz respeito à pontuação necessária

para o alcance do nível de desempenho Bom. Neste caso, o nível Bom do descritor está em N4 e corresponde ao aumento de 12,8 pontos, o que levaria a uma avaliação global de 92,8 pontos. Elevando o desempenho no descritor para N5, em nível de excelência, haveria um aumento na pontuação global de 20 pontos, o que levaria a CA de Andaluzia a um nível de transparência global Bom.

No último capítulo desta tese, na sub-seção dedicada às considerações finais sobre a construção do modelo (5.2.1), as contribuições teóricas e metodologias advindas de sua aplicação serão apresentadas e discutidas.

4.3 ANÁLISE DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DAS COMUNIDADES AUTÔNOMAS ESPANHOLAS

A presente seção se propõe a realizar a análise dos níveis de transparência apresentados pelos portais das Comunidades Autônomas (CAs) da Espanha. Nesse sentido, inicialmente apresenta-se como se organiza o Estado espanhol, para, em seguida, analisar seus portais de Transparência de forma Global e em cada uma das áreas de preocupação propostas. As tabelas de avaliação de cada uma das CAs de forma detalhada se encontram no apêndice E deste trabalho.

4.3.1 Estrutura administrativa do Estado espanhol

A atual estrutura do Estado espanhol se constituiu com o fim da ditadura Franquista, em 1975. Após um período de transição, restaurou-se a democracia em um sistema de monarquia parlamentarista. A Constituição de 1978 (ESPANHA, 1978), em seu art. 2, estabelece a unidade da nação espanhola, como pátria comum e indivisível, ao mesmo tempo em que reconhece e garante o direito à autonomia de suas regiões. Em seu art. 137, a Constituição organiza o território do Estado com base em autonomia administrativa para seus Municípios, Províncias e Comunidades Autônomas.

Atualmente a Espanha é composta por 17 CAs - Andalucía, Aragón, Astúrias, Islas Baleares, Canárias, Cantabria, Castilla-la-Mancha, Castilla-y-León, Cataluña, Extremadura, Galicia, La Rioja, Madrid, Murcia, Navarra, País Vasco e Valência - que se configuram como unidades territoriais dotadas de autonomia legislativa, competências executivas e administração desempenhada por representantes próprios.

A Tabela 27 apresenta as CAs que fizeram parte deste estudo. Cabe salientar que Madrid não fez parte da amostra analisada, tendo em vista que buscou-se avaliar os portais de transparência das ditas Comunidades, sendo que no período analisado esta não possuía tal portal.

Tabela 27: Comunidades Autônomas utilizadas no estudo

Comunidade	População	PIB Nominal	PIB per Capita
Andalucía	8.394.209	141.704	18.628,36
Aragón	1.338.495	33.162	27.339,86
Asturias	1.049.745	21.441	22.538,94
Baleares	1.110.399	26.845	26.678,21
Canarias	2.105.851	41.523	21.758,72
Cantabria	585.411	12.229	23.051,67
Castilla-La Mancha	2.062.714	37.844	20.245,59
Castilla y León	2.478.376	53.989	24.038,67
Cataluña	7.465.619	199.786	29.530,55
Extremadura	1.091.591	17.227	17.414,94
Galícia	2.734.915	54.658	22.053,74
La Rioja	313.615	7.851	27.624,89
Murcia	1.459.671	27.122	20.504,02
Navarra	638.390	17.887	30.918,88
País Vasco	2.164.311	64.295	32.781,58
Valencia	4.939.550	99.345	22.193,76
TOTAL	39.932.862	856.908	-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2015

Os dados referentes à população de cada CA são advindos do Instituto Nacional de Estatística – padrão nacional de habitantes – referentes a 1º de Janeiro de 2015. Os dados do PIB nominal são em milhões de euros, referentes a Dezembro de 2014. O PIB per capita foi calculado em dólares, com base no câmbio de 11 de Agosto de 2015 (1 euro = 1,1035 dólares) para fins de comparação com o PIB per capita dos Estados brasileiros.

4.3.2 Avaliação global

Inicialmente, apresenta-se na Figura 10 o perfil de desempenho médio das CAs espanholas desdobrado até o nível de PVFs. Com exceção do PVF “Web 2.0 e mídias sociais”, que se encontra em nível

comprometedor, o perfil de desempenho das CAs evidencia práticas adequadas de transparência nos portais analisados, e pode-se inferir a partir desses resultados que existe o ‘desejo de informar’ por parte dessas comunidades.

Em âmbito global, a avaliação das CAs espanholas evidenciou um nível adequado de transparência, com uma média de 52 pontos. Esse resultado é alcançado, principalmente, pelo desempenho na área de preocupação **Conteúdo Informacional**, com uma pontuação média de 73 pontos. Essa área de preocupação foi também a que apresentou o menor desvio-padrão da amostra (14 pontos), o que evidencia certa homogeneidade no conjunto de informações disponibilizado. Além disso, possui, também, a maior taxa de compensação entre as áreas analisadas (45%), assim, pode-se dizer que existe alinhamento entre o que é considerado importante em termos de transparência – tanto em relação à literatura especializada quanto em relação à legislação e à percepção dos especialistas – e o que vem sendo publicado por parte das CAs.

A área de preocupação **Usabilidade do Portal** surge em seguida, com uma média de 45 pontos, o que se configura, também, como um nível adequado de transparência, porém um pouco mais baixo. O desvio-padrão de 26 pontos, apesar de também não ser muito significativo, evidencia práticas diversas em relação à facilitação do uso dos portais.

Por outro lado, ao analisar a área de preocupação **Fomento à Cultura de Transparência**, evidencia-se o menor nível médio de desempenho (17 pontos), o que vem a reforçar o entendimento de que não existe grande preocupação por parte das CAs em utilizar os portais de transparência como um canal de aproximação do governo com a sociedade e de reforço à cultura de transparência. Além disso, o maior desvio-padrão apresentado nessa área de preocupação (39 pontos) evidencia maior diversidade de práticas com esse objetivo no âmbito das CAs. Apesar da menor taxa de compensação dessa área (20%), especialistas argumentam a favor da necessidade de uma internalização da cultura de transparência (ARELLANO-GAULT; LEPORÉ, 2011; FOX; HAIGHT; PALMER-RUBIN, 2011), nesse sentido, apresenta-se aqui uma oportunidade de melhoria nos portais de transparência das CAs.

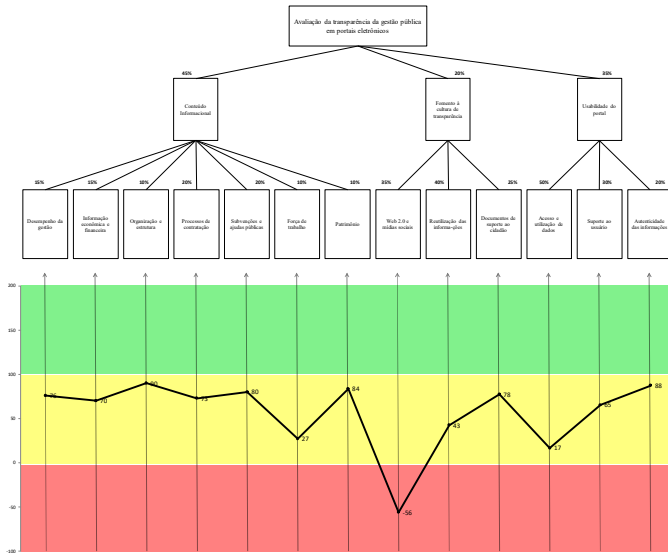


Figura 10: Perfil de desempenho médio das CAs espanholas em nível de PVFs
Fonte: dados da pesquisa

A Figura 11, por sua vez, apresenta a pontuação global das CAs de forma individualizada. Analisando-se essa figura verifica-se que a CA de Andalucía foi a que apresentou melhor desempenho global, alcançando 80 pontos na avaliação.

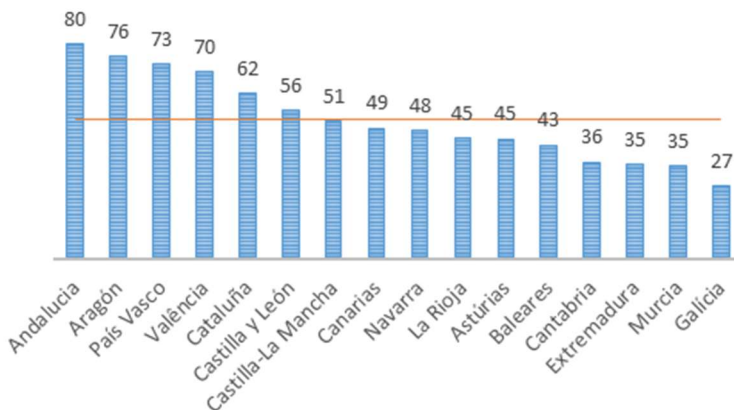


Figura 11: Ranking global de transparência por CAs
Fonte: dados da pesquisa

Apesar de um desvio-padrão baixo em relação à avaliação global (16 pontos), evidencia-se que menos da metade das CAs (38%) alcançou pontuação acima da média global (52 pontos). Nesse sentido, argumenta-se que ainda existem melhorias a ser realizadas nos portais de transparência das CAs. Assim, tendo em vista a pontuação alcançada por Andalucia, pode-se dizer que essa CA se configura como um *benchmarking* de práticas de transparência a ser seguido pelas demais CAs.

Apesar de, em termos globais, as CAs alcançarem níveis adequados de transparência, é importante analisar individualmente cada uma das áreas de preocupação, com vistas a identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria que possam vir a reforçar os níveis de transparência apresentados pelos portais. A próximas sub-seções se dedicam a essa análise.

4.3.3 Conteúdo informacional

Conforme citado anteriormente, a área de preocupação **Conteúdo Informacional** foi a que as CAs obtiveram melhor desempenho. A Figura 12 apresenta o ranking das CAs em relação a essa preocupação. A CA de Valência foi a que obteve melhor pontuação (93 pontos), o que se configura como um nível de transparência adequado, porém, alto, pois se aproxima do nível considerado bom (100 pontos). Nessa área de preocupação a maioria das CAs (63%) obteve pontuação acima da média (73 pontos), o que evidencia uma disposição para o fornecimento de informações por parte dessas comunidades.

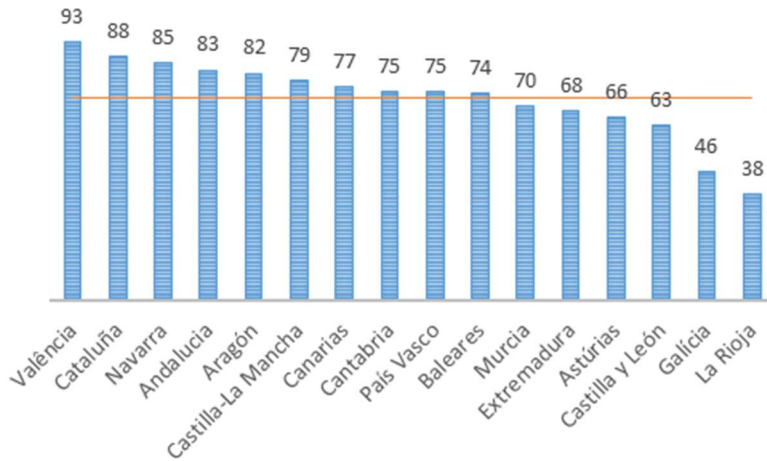


Figura 12: Ranking das CAs em relação ao Conteúdo Informacional
Fonte: dados da pesquisa

Analisando-se mais detalhadamente essa área de preocupação, apresenta-se a Tabela 28, com seu desdobramento em PVFs. Destaca-se como ponto positivo o desempenho alcançado nas informações referentes à **organização e estrutura**, com uma média de 90 pontos, sendo que 7 CAs se encontram em nível bom ou excelente. Por outro lado, destaca-se negativamente o desempenho em relação à **força de trabalho**, com média de 27 pontos. Além disso, em relação a esse PVF, Murcia e Galicia se encontram em níveis comprometedores. A seguir passa-se a discutir em detalhes cada um dos PVFs.

Tabela 28: Desdobramento do Conteúdo Informacional das CAs em seus PVFs

Quadro Resumo - Espanha		Tempo de Substituição	Média	Diverso Povo																
				Valência	Cataluã	Navarra	Andalucia	Aragón	Castilla-La Mancha	Canarias	Cantabria	País Vasco	Balears	Murcia	Extremadura	Astúrias	Castilla y León	Galicia	La Rioja	
1	CONTEÚDO INFORMACIONAL	45,0%	73	14	93	88	85	83	82	79	77	75	75	74	70	68	66	63	46	38
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15,0%	76	18	61	70	89	103	83	85	78	69	103	87	78	25	65	66	78	75
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15,0%	70	13	73	68	63	67	66	83	67	31	75	83	62	73	79	73	72	88
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	90	18	108	99	107	100	65	100	62	100	90	110	105	82	90	95	50	80
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	73	20	98	107	98	81	98	47	83	82	83	32	107	81	46	26	81	38
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	80	49	148	100	100	100	100	100	100	100	50	100	50	100	100	100	0	50
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	27	25	57	57	21	36	32	46	37	38	27	15	21	21	46	27	27	41
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	84	31	85	100	100	85	100	100	85	100	100	100	100	70	15	100	0	100

Fonte: dados da pesquisa

Em relação ao **desempenho da gestão** (Tabela 29) destacam-se Andalucia e País Vasco em nível de excelência (103 pontos). Por outro lado, Extremadura, apesar de se encontrar em nível adequado, apresentou baixo desempenho (25 pontos).

O nível adequado de transparência em relação a essa questão evidencia o alinhamento das informações disponibilizadas pelas CAs com o entendimento de especialistas. Grimmellikhuijsen (2012) alega ser importante a disponibilização de informações sobre o desempenho para gerar maiores níveis de confiança no governo enquanto Cruz et al. (2012) citam a importância da divulgação dos atos do governo, bem como informações sobre desempenho em projetos e em áreas relevantes para a sociedade, tais como saúde e educação, entre outras.

Tabela 29: desdobramento do desempenho da gestão das CAs em seus PVEs

Quadro Resumo - Espanha		Taxas de Substituição	Média	Desvio Padrão	País Vasco	Andalucía	Navarra	Bilbao	Castilla-La Mancha	Aragón	Galicia	Murcia	Canarias	La Rioja	Cataluña	Castilla y León	Castilla y León	Asturias	Valência	Extremadura
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15,0%	76	18	103	103	89	87	85	83	78	78	78	75	70	69	66	65	61	25
1.1.1	Programas de governo	25,0%	41	33	115	74	92	55	55	34	28	55	15	55	28	28	0	28	0	0
1.1.2	Serviços públicos	25,0%	55	25	67	108	44	61	56	67	86	58	67	44	52	19	63	31	61	0
1.1.3	Obras públicas	25,0%	113	17	130	130	120	130	130	130	100	100	130	100	130	100	100	100	82	100
1.1.4	Meio ambiente	25,0%	94	25	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0

Fonte: dados da pesquisa

Em relação aos **programas de governo**, as informações se referem à disponibilização de dados sobre objetivos, atividades relacionadas, meios de execução e prazos, bem como sobre o nível de execução dos mesmos em termos de orçamento e alcance de resultados. Nesse PVE o País Vasco se apresenta como *benchmarking*, tendo em vista que disponibiliza em um único link todos os programas e as informações necessárias para seu acompanhamento. Por outro lado, não foram encontradas informações sobre os programas de governo nos portais de Valência, Castilla-y-León e Extremadura, o que se configura como uma oportunidade de melhoria a ser implementada. O maior desvio-padrão encontrado nesse PVE (33 pontos) também evidencia que não estão homogeneizadas as práticas de transparência em relação a essa questão nos portais das CAs.

O desempenho em relação aos **serviços públicos** envolve a disponibilização de informações básicas sobre saúde, educação, segurança e eficiência na prestação dos serviços. Andalucía se destaca nesse PVE, alcançando um nível de excelência de 108 pontos. O portal desta CA apresenta informações em nível de excelência em relação à educação, bem como atinge níveis bons nos demais critérios. O portal de transparência de Andalucía disponibiliza link que remete ao sistema andaluz de indicadores de educação e ao diretório de centros docentes de Andalucía, que, além das informações solicitadas pelos descritores, disponibiliza uma série de outras informações. Extremadura, por sua vez, não disponibiliza nenhuma informação sobre os serviços públicos, o que

vem a comprometer o desempenho médio das CAs. Os desempenhos médios mais baixos nesse PVE dizem respeito às informações sobre segurança pública (31 pontos) e eficiência na prestação de serviços (44 pontos), se configurando em critérios nos quais existem oportunidades de melhoria a serem implementadas na maioria das CAs.

A disponibilização de informações sobre **obras públicas** se destaca em relação ao desempenho da gestão, alcançando nível médio de transparência excelente (113 pontos); o baixo desvio-padrão nesse PVE (17 pontos) evidencia homogeneidade na disponibilização dessas informações. Todas as CAs, com exceção de Valência, publicam os objetos das obras, seus responsáveis, o valor das licitações e os prazos de execução. Além disso, Andalúcia, Aragón, País Vasco, Castilla-la-Mancha, Canárias, Navarra, Baleares e Cantabria apresentam em seus portais de transparência as datas de início e fim das obras. No caso de Valência, não foram encontradas informações sobre os prazos de execução. Além disso, todas as CAs publicam os planos de ordenação territorial e suas modificações, com exceção de Navarra, que em seu portal não foram encontradas as modificações nos planos de ordenação territorial.

No que tange às informações sobre **meio ambiente**, mais uma vez se evidencia bons níveis de transparência nos portais das CAs. Com exceção de Extremadura, que não publica informações sobre meio ambiente, todas as CAs publicam planos de proteção ambiental e ordenação de recursos naturais em seus portais, bem como dados sobre os índices de qualidade da água e do ar na região.

Adentrando-se na análise da **Informação econômica e financeira** disponibilizada, apresenta-se a *Tabela 30*. Nesse PVE as CAs também alcançaram nível adequado de transparência, com pontuação média de 70 pontos. O baixo desvio-padrão apresentado (13 pontos) em parte pode ser explicado pelo fato de a divulgação dessas informações serem regulamentadas por legislação, uma vez que são informações obrigatórias, esperava-se que estivessem disponíveis nos portais. La Rioja se destaca nesse PVE, alcançando níveis bons em quase todos os critérios, com exceção da publicação das informações sobre despesas. Além disso, alcança um nível de excelência em relação à publicação de relatórios fiscais.

Tabela 30: Desdobramento da informação econômica e financeira das CAs em seus PVEs

Quadro Resumo - Espanha		Taxa de Substituição	Média	País																				
				País	País	País	País	País	País	País	País	País	País	País	País	País	País	País	País	País	País	País		
				La Rioja	Castilla-La Mancha	Baleares	Astúrias	País Vasco	Valência	Castilla y León	Extremadura	Galícia	Cataluña	Andalucía	Canárias	Aragón	Navarra	Múrcia	Cantabria					
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15,0%	70	13	88	83	83	79	75	73	73	73	72	68	67	67	66	63	62	31				
1.2.1	Planejamento governamental	25%	64	29	100	75	75	75	75	42	42	42	100	100	100	42	42	0	75	42				
1.2.2	Despesas	25%	46	8	40	45	45	70	45	40	40	40	45	45	40	59	45	40	45	45				
1.2.3	Receitas	9,0%	98	10	100	100	100	62	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100			
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	56	51	100	100	100	100	0	100	100	100	100	0	0	0	0	100	0	0				
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	114	45	133	133	133	133	133	133	133	133	0	133	133	100	133	133	133	0				
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	81	30	100	100	100	75	100	100	100	100	75	50	50	100	100	100	50	0				

Fonte: dados da pesquisa

As informações sobre **planejamento governamental** tratam da disponibilização dos orçamentos anuais, dos planos plurianuais e de leis com diretrizes para elaboração do orçamento. Vale salientar que foi aceito como atendimento ao descritor informações que fossem, pelo menos, referentes ao ano de 2013 (esse critério de corte foi adotado em todos os descritores). Navarra foi a única CA que não atendeu a esse descritor, tendo em vista que em seu portal o último orçamento geral apresentado foi de 2012, partir de então disponibilizou-se somente o orçamento desse ano prorrogado para os anos sub-sequentes. Todas as demais CAs apresentaram seus orçamentos anuais; Baleares, Castilla-la-Mancha, Astúrias, País Vasco e Murcia apresentaram os planos plurianuais; La Rioja, Galícia, Cataluña e Andalucía apresentaram, além dessas informações, as diretrizes para elaboração do orçamento.

Sobre as **despesas**, buscou verificar a publicação das mesmas em relação à classificação e execução, bem como em termos de bens e serviços prestados e beneficiários dos pagamentos. Todas as CAs apresentaram as despesas por natureza e unidade orçamentária (ou seção, na terminologia espanhola); não foram apresentadas despesas por função nos casos de Andalucía, Navarra e Extremadura e por programa nos casos de Valência, Castilla y León e La Rioja. Nenhuma das CAs apresentou as despesas por fonte de recursos e beneficiários do pagamento e apenas Canárias e Astúrias apresentaram despesas por bem ou serviço prestado, o que vem a se configurar como oportunidades de melhoria a serem implementadas. Além disso, quase todas as CAs alcançaram nível bom na divulgação da execução das despesas, com exceção de Canárias, que não divulgou o pagamento.

No que tange às **receitas**, foi verificada a publicação de informações referentes à previsão, lançamento e arrecadação. Nesse critério foi evidenciado um bom nível de transparência nas CAs. Com exceção de Astúrias, que não apresentou informações sobre arrecadação, todas as CAs disponibilizaram as informações solicitadas pelo descritor.

O indicador **gasto por habitante** foi publicado pela maioria das CAs (56%). Foi alcançado um nível médio de transparência excelente no que diz respeito à publicação de **relatórios fiscais** (114 pontos). Apenas as CAs de Galícia e Cantabria não atenderam ao indicador, tendo em vista que as informações disponibilizadas em seus portais se encontravam desatualizadas no momento da avaliação (anteriores a 2013) e, no caso de Canárias, não foi encontrada a memória justificativa.

Em relação ao **financiamento do governo**, verificou-se a publicação de indicadores referentes a déficit/superávit sobre o PIB, montante da dívida pública, endividamento por habitante e endividamento relativo. Apesar do alcance de um nível médio adequado de transparência (81 pontos), analisando-se individualmente as CAs evidenciou-se que: (i) Cantabria não publicou nenhum dos indicadores solicitados; (ii) Andalucia não publicou o déficit/superávit sobre o PIB e o endividamento por habitante; (iii) Cataluña não publicou o endividamento por habitante e endividamento relativo; (iv) Murcia não publicou o déficit/superávit sobre o PIB e o endividamento relativo; e, (v) Astúrias e Galícia não publicaram o déficit/superávit sobre o PIB. Sugere-se como oportunidade de melhoria a publicação desses indicadores, tendo em vista que não são informações de difícil levantamento, bastaria que fossem disponibilizadas para que a média das CAs alcançasse um nível bom de desempenho.

A *Tabela 31* apresenta o desdobramento do PVF **organização e estrutura** em seus PVEs. Foi nesse PVF que as CAs obtiveram o melhor nível médio de transparência (90 pontos), aproximando-se do nível bom. Destaca-se positivamente que 44% das CAs alcançaram nível bom ou superior e, dessas, 25% estão em nível de excelência. Mesmo a CA de Galícia, que obteve a menor pontuação, alcançou 50 pontos, configurando-se como um nível de transparência adequado.

Tabela 31: Desdobramento da organização e estrutura das CAs em seus PVEs

Quadro Resumo - Espanha		Transp. de Substituição	Média	Devolet/Paísito	Baleares	Valencia	Navarra	Murcia	Andalucia Castilla-La Mancha	Cantabria	Cataluña	Castilla y León	Astúrias	País Vasco	Extremadura	La Rioja	Aragón	Canarias	Galicia	
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	90	19	110	108	107	105	100	100	100	99	95	90	90	82	80	65	62	50
1.3.1	Ogograma	10,0%	50	52	100	100	0	100	0	0	0	100	100	100	0	100	0	100	0	0
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	194	25	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200
1.3.3	Informações para contato	10,0%	57	57	100	83	167	167	100	100	100	100	100	0	100	167	0	0	167	100
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	81	40	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	100	0	100	0
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	79	36	100	100	100	54	100	100	100	54	54	100	100	100	100	100	0	0
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	79	40	100	100	100	100	100	100	100	60	0	100	100	100	0	0	100	100
1.3.7	Acórdãos dos conselhos de governo	10,0%	81	40	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	100	100	0	0	100

Fonte: dados da pesquisa

Analisando-se individualmente os PVEs referentes à **organização e estrutura**, evidencia-se que o pior desempenho médio na

apresentação do **organograma** da CA (50 pontos). Entende-se organograma como um gráfico que representa a estrutura formal da organização em dado momento do tempo, permitindo o vislumbre de seu funcionamento e sua cadeia hierárquica. Somente 50% das CAs apresentaram essa informação em formato gráfico, apesar da existência de links para o ‘organograma’ em algumas CAs, ao acessar o link havia somente uma descrição de sua estrutura, não atendendo ao solicitado pelo descritor.

Destaca-se o alcance de um nível médio de transparência excelente na publicação de informações sobre os **responsáveis pelos órgãos**, com 194 pontos. Nesse critério, com exceção de Canárias, que não apresentou a trajetória profissional dos responsáveis pelos órgãos, todas as CAs atenderam completamente ao descritor.

Em relação às **informações para contato**, buscou-se verificar a disponibilização de endereço eletrônico e telefone para que os interessados possam comunicar-se com os órgãos do governo, bem como o e-mail individual do responsável pelo órgão. Essas informações não foram apresentadas por Aragón, Astúrias e La Rioja o que se configura como uma oportunidade de melhoria a ser implementada em seus portais de transparência. Por outro lado, Canárias, Extremadura, Murcia e Navarra chegaram a apresentar o e-mail individual dos responsáveis pelos órgãos, alcançando nível de excelência em relação a esse descritor.

Não foi verificada a disponibilização de lei de **incompatibilidade e conflito de interesses** para os altos cargos do governo nas CAs de Aragón, Extremadura e Galícia. Canárias e Galícia não apresentaram **agenda de atividades** dos altos cargos do governo, Castilla y León, Cataluña e Murcia apresentaram a agenda do Governador (Presidente da CA na terminologia espanhola), enquanto as demais CAs apresentaram a agenda do Governador e de seus Secretários de Estado (Conselheiros na terminologia espanhola).

Aragón, Astúrias e La Rioja não apresentaram **links para órgãos da administração institucional**. Castilla y León apresentou essa informação, enquanto as demais CAs apresentaram, também, links para seus entes instrumentais.

Os **acordos de conselhos de governo** (equivalente aos acordos firmados pelo Secretariado de Estado no caso brasileiro) não foram publicados somente pelas CAs de Canárias, Extremadura e País Vasco.

Em relação aos **processos de contratação**, apresenta-se a *Tabela 32*. Evidencia-se um nível de transparência médio adequado, de 73 pontos, destacando-se as CAs de Cataluña e Murcia. Essas comunidades

alcançaram níveis de transparência bom ou superior em todos os PVEs analisados.

Tabela 32: Desdobramento dos processos de contratação das CAs em seus PVEs

Quadro Resumo - Espanha		Transp. do Subconjunto	Media	Descrip/Porcento	Castilla	Murcia	Aragon	Valencia	Navarra	País Vasco	Canarias	Castilla	Andalucia	Extremadura	Galicia	Castilla-La Mancha	Asturias	Baleares	Castilla y León	La Rioja
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	73	29	107	107	98	98	98	83	83	82	81	81	81	47	46	32	26	18
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	80	19	100	100	75	75	75	50	50	75	100	100	100	50	75	75	100	75
1.4.2	Contratos	33,0%	60	41	100	100	100	100	100	100	100	100	20	20	20	20	20	20	20	20
1.4.3	Convênios	33,0%	79	59	121	121	121	121	121	100	100	71	121	121	121	71	43	0	43	43

Fonte: dados da pesquisa

O mais alto nível de transparência nesse PVF diz respeito aos **processos licitatórios**. Esse PVE aborda tanto a execução dos processos licitatórios quanto seus resultados. Aqui, percebe-se que todas as CAs alcançaram pelo menos 50 pontos, sendo que 38% das CAs alcançaram um bom nível de transparência. Em relação à **execução do processo**, todas as CAs publicaram as datas de audiências públicas para licitação e seus editais. Chama a atenção o fato de que não foram encontradas as informações sobre a execução dos processos licitatórios no caso do País Vasco. Por outro lado, as CAs que alcançaram nível bom, apresentaram, além das datas e editais, o número de participantes das licitações.

Tratando-se dos **resultados do processo**, as CAs publicaram a identidade dos adjudicatários, bem como o valor e duração dos contratos. A exceção é feita nos casos de Canárias, Castilla-La-Mancha e La Rioja, nas quais não foram encontradas nos portais informação sobre a duração dos contratos.

Em relação aos **contratos**, buscou-se verificar a publicação de informações sobre os contratos celebrados, suas modificações, desistências ou renúncias e a porcentagem em volume orçamentário dos contratos adjudicados. Neste caso, 50% das CAs publicaram todas as informações solicitadas, enquanto as outras 50% deixaram de publicar o percentual de contratos adjudicados em volume orçamentário.

No caso dos **convênios**, apesar de a maioria das CAs alcançarem nível bom ou superior (63%), nesse critério surgem os primeiros casos em que algumas CAs se encontraram em nível comprometedor. Esse critério buscou verificar a publicação do objeto, das partes firmantes, das modificações, das obrigações econômicas relacionadas e o prazo de duração dos convênios, sendo que Castilla y León e La Rioja não apresentaram nenhuma das informações solicitadas, o que se configura como uma importante oportunidade de melhoria no caso dessas CAs.

No que diz respeito às **subvenções e ajudas públicas**, não houve necessidade de desdobramento do PVF. O descritor estabelecido para

avaliar esse critério buscou verificar a publicação dos objetivos, valores relacionados, beneficiários e indicador Investimentos realizados / subvenções do Estado. Aqui, evidenciou-se altos níveis de transparência, com 75% das CAs alcançando nível bom ou superior. Por outro lado, apresentou também alto desvio-padrão (49 pontos). Isso se deve ao fato de que La Rioja se encontra em nível comprometedor, não publicando informações em relação a esse critério e Galícia, que se limitou a publicar o objetivo das subvenções dadas.

Dando sequência à avaliação do conteúdo informacional, apresenta-se a Tabela 33, com o desdobramento do PVF **força de trabalho** em seus PVEs. Nesse PVF ficou evidenciado o menor nível médio de transparência, com apenas 27 pontos. Apesar de ainda se encontrar em nível adequado, apresentam-se nesse PVF oportunidades de melhoria importantes, bem como considerações relevantes a respeito do entendimento sobre transparência e sua relação com a privacidade de dados. Essas questões são discutidas a seguir.

Tabela 33: Desdobramento da força de trabalho das CAs em seus PVEs

Quadro Resumo - Espanha		Taxa de Substituição	Média	Desvio Padrão	Valência	Cataluña	Castilla-La Mancha	Asturias	La Rioja	Cantabria	Canárias	Aragón	País Vasco	Galícia	Andalucía	Navarra	Estrmadura	Baleares	Castilla y León	Múrcia
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	27	25	57	57	46	46	41	38	37	32	27	27	26	21	21	15	27	31
1.6.1	Remuneração	25,0%	45	75	56	56	100	56	56	144	144	144	67	56	47	56	56	56	67	67
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	15	81	100	100	100	56	56	67	67	67	100	0	144	56	67	67	67	67
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	65	41	56	100	56	56	56	56	100	100	56	100	56	56	100	100	56	67
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	88	54	145	100	55	55	100	145	100	55	145	55	55	145	100	100	55	145
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	54	0	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55

Fonte: dados da pesquisa

Inicialmente, no que tange à **remuneração**, buscou-se verificar publicação da remuneração dos servidores em suas diversas categorias. Andalucía, Castilla y León, Murcia e País Vasco não apresentaram a remuneração dos servidores por categoria, o que as levaram a se posicionar em nível comprometedor. Por outro lado, Aragón, Canárias e Cantabria apresentaram a remuneração dos servidores efetivos, bem como as demais categorias solicitadas no descritor, alcançando níveis excelentes de transparência.

Em seguida buscou-se avaliar se as CAs publicaram informações sobre a **relação de bens** dos altos cargos do governo. Nesse critério houve o maior desvio-padrão da amostra, de 81 pontos. Andalucía publicou a relação anual de bens do chefe do poder executivo, seus secretários (consejeros, na terminologia espanhola), diretores dos órgãos da administração direta e representantes das autarquias e fundações, alcançando nível de excelência. Cataluña, Castilla-La-Mancha, País

Vasco e Valência deixaram de apresentar somente as informações referentes aos representantes de autarquias e fundações, alcançando nível bom. Por outro lado, Baleares, Castilla y León, Extremadura e Murcia não apresentaram essas informações, o que se configura como uma oportunidade de melhoria a ser implementada.

A **relação de cargos**, tratou de verificar a disponibilização de informações sobre a estrutura de cargos, bem como sua tabela de remuneração e demais vantagens. Apenas a CA de Murcia não publicou essas informações, todas as outras publicaram pelo menos a estrutura de cargos existente.

Navarra não publicou informações sobre **ofertas de emprego**. Andalucía, Aragón, Astúrias, Castilla-La-Mancha, Castilla y León e Galicia publicaram informações sobre os concursos públicos em andamento e realizados, enquanto Baleares, Canárias, Cataluña e La Rioja acrescentaram, também, a relação de candidatos classificados. As demais CAs alcançaram nível de excelência, publicando, além de informações sobre concursos públicos, informações sobre outras modalidades de contratação.

No **quadro de pessoal**, buscou-se verificar a publicação da relação nominal dos servidores, bem como sua classificação. Chama a atenção o fato de que nenhuma das CAs publicou essa informação. O que, a princípio, pode levar a um entendimento de falta de desejo de informar por parte das CAs, analisando a questão em maior profundidade percebe-se um entendimento em relação aos limites de transparência. No entendimento dessas comunidades, a divulgação dessa informação extrapola os limites da transparência e fere o princípio de privacidade de dados pessoais. Esse entendimento fica claro no parecer 414135/2015, encontrado no portal da CA de Murcia, da advogada do Estado (SAEZ, 2015, p. 5), no qual argumenta que

[...] ao critério geral também deve ser temperado pela situação específica dos funcionários públicos e, sobretudo, com o fato de que a divulgação de sua identidade e as circunstâncias poderia colocá-lo em situação de risco particular. [...] O governo regional, mesmo aplicando o art. L3.2 do seu direito, deveria ter considerado estas circunstâncias antes da publicação de informações indiscriminada em RPTs ou documentos equivalentes. Deve, portanto, dar trâmite prévio aos funcionários públicos que possam se ver afetados pela publicação das informações para que eles possam

alegar se ocorrem quaisquer circunstâncias especiais que devem ser tomadas em conta na ponderação proposta.

Nesse sentido, o argumento é que esse tipo de informação diz respeito não a transparência ativa, mas a pedidos de acesso à informação, e que o servidor deve ser consultado antes que a informação seja disponibilizada de forma ampla na Internet. Esse entendimento é corroborado por um dos especialistas entrevistados, conforme trecho a seguir:

[...] Eu questionaria como você leva em consideração o direito de privacidade. Nós devemos ter cuidado e ter certeza se é dada consideração a uma abordagem equilibrada entre privacidade e acesso. (CARON, D., em parecer via e-mail)

Muitas vezes, no afã de ser transparente, pode-se incorrer em situações nas quais divulga-se informações pessoais, que podem vir a prejudicar ou colocar em risco os servidores públicos, o que há de ser considerado. Apesar dessas colocações, o descritor foi mantido, tendo em vista sua exigência legal no caso brasileiro.

Em relação às **diárias pagas**, constatou-se uma oportunidade de melhoria, tendo em vista nenhuma das CAs publicou essas informações. No caso de Valência, foi encontrado em seu portal de transparência um link para a relação de viagens dos altos cargos do governo, mas este se encontra em construção, não havendo, ainda, informações disponíveis.

O ultimo PVF relacionado ao conteúdo informacional diz respeito ao **patrimônio**, conforme apresentado na Tabela 34. Aqui também constatou-se um nível de transparência adequado, com média de 84 pontos.

Tabela 34: Desdobramento do Patrimônio das CAs em seus PVEs

Quadro Resumo - Espanha		Taxas de Substituição	Média	Desvio Padrão	Aragnn	País Vasco	Cataluña	Castilla y León	Castilla-La Mancha	Navarra	La Rioja	Béarnea	Canárias	Múrcia	Andalucía	Valência	Comarías	Extremadura	Astúrias	Galícia
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	84	31	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	85	85	85	70	15	0
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	88	34	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	75	37	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	50	50	50	0	50	0

Fonte: dados da pesquisa

No que se refere à **relação de bens imóveis**, 88% das CAs publicaram a relação de imóveis próprios e arrendados, alcançando um

nível de transparência bom. Apenas as CAs de Astúrias e Galícia não publicaram informações sobre os seus imóveis. Já em relação aos **bens móveis**, 63% das CAs publicaram a relação de veículos e demais bens de sua propriedade, o que se configure com um bom nível de transparência. Andalúcia, Astúrias, Canárias e Valência publicaram a relação de veículos. No entanto, Extremadura e Galícia não publicaram informações sobre bens móveis, o que se configura como oportunidade de melhoria a ser implementada no âmbito dessas CAs.

4.3.4 Fomento à cultura de transparência

Essa área de preocupação diz respeito a reforçar a cultura de transparência por parte da população, bem como disseminar informações a respeito dos avanços dos governos em termos de transparência e permitir maior participação e controle social. Cerrillo-i-Martinez (2012) argumenta ser importante os governos contribuírem para a participação dos cidadãos no ‘negócio público’, enquanto outros investigadores (ARELLANO-GAULT; LEPORE, 2011; FOX; HAIGHT; PALMER-RUBIN, 2011) chamam a atenção para a necessidade de internalização da cultura de transparência.

Observando-se a pontuação obtida pelas CAs nessa área de preocupação, conforme a *Figura 13*, fica evidente uma lacuna a ser preenchida em termos de transparência. Apesar de 50% das CAs se encontrarem acima da média, esta pode ser considerada baixa, de apenas 17 pontos. Além disso, evidencia-se nessa área de preocupação 4 CAs em nível comprometedor – Galícia, Murcia, Cantábria e Canarias. O desvio-padrão nessa área também foi o maior entre as 3 (39 pontos), mostrando que existe diversidade em relação às práticas de transparência utilizadas pelas CAs. O destaque é o País Vasco, que alcançou 77 pontos e se configura como *benchmarking* em relação ao fomento à cultura de transparência.

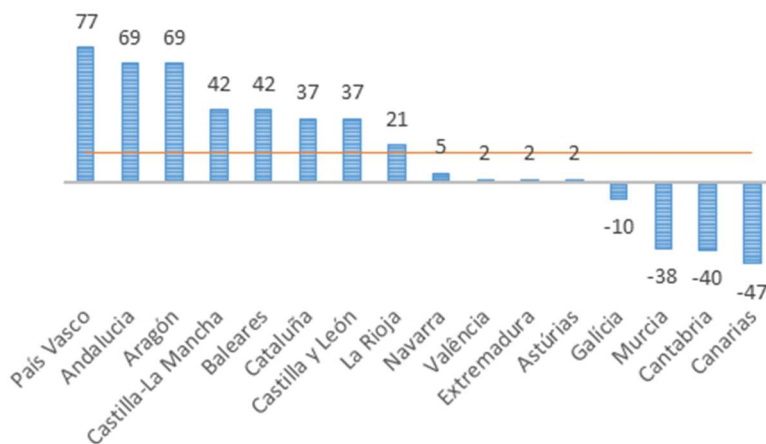


Figura 13: Ranking das CAs em relação ao fomento à cultura de transparência
Fonte: dados da pesquisa

Dando sequência à análise, a Tabela 35 apresenta o desdobramento do fomento à cultura de transparência em seus PVFs. O nível de transparência das CAs foi fortemente comprometido pelo baixo desempenho médio em relação ao uso de **web 2.0 e mídias sócias**, de 56 pontos negativos. Esta constatação evidencia que as práticas de transparência das CAs vão de encontro ao entendimento de diversos pesquisadores em relação à importância dessas ferramentas para engajar o cidadão e encorajar a interação entre sociedade e as organizações públicas (BONSÓN et al., 2012; CEGARRA-NAVARRO; PACHÓN; CEGARRA, 2012; MCIVOR; MCHUGH; CADDEN, 2002).

Tabela 35: Desdobramento do fomento à cultura de transparência das CAs em seus PVFs

Quadro Resumo - Espanha		Taxas de Substituição	Médias	Desvio Padrão	País Vasco	Andalucía	Aragón	Castilla-La Mancha	Baleares	Cataluña	Castilla y León	La Rioja	Navarra	Valência	Astúrias	Extremadura	Galicia	Murcia	Cantabria	Canarias
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	17	39	77	69	69	42	42	37	37	21	5	2	2	2	-10	-38	-40	-47
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	56	0	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	43	97	180	180	180	100	100	100	100	40	0	0	0	0	0	0	100	100
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	78	18	100	65	65	85	85	65	65	100	100	85	85	85	85	40	85	80

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 36 apresenta o desdobramento do uso de **web 2.0 e mídias sociais** em seus PVEs. Fica evidente por essa tabela que nenhuma das CAs apresenta um perfil de transparência no Facebook e Twitter, bem como não possuem canal no YouTube e presença em outras mídias sociais, o que as levou a um nível comprometedor de transparência.

Importante salientar que, no caso desta análise, buscou-se verificar canais específicos de transparência, com o objetivo específico de interação com o cidadão. Apesar de a maioria das CAs estarem presentes nessas mídias, essa presença é um canal institucional do governo, e não um canal específico para atender à proposta aqui apresentada.

Aqui se abre uma grande oportunidade de melhoria para as CAs, acredita-se que a existência e atualização de canais deste tipo podem vir a aproximar o cidadão, permitir que este faça comentários e sugestões, bem como acompanhe e fique a par de novidades em relação às ações de transparência de seus governos, e questões relativas à transparência em âmbito geral, questões estas consideradas importantes pelos especialistas, conforme citado anteriormente.

Tabela 36: Desdobramento do uso de web 2.0 e mídias sócias das CAs em seus PVEs

Quadro Resumo - Espanha		Twitter e Substituição	Medida	Devido Perfil	Andaluzia	Argón	País Vasco	Valência	Cataluña	Castilla y León	Castilla-La Mancha	Canárias	Navarra	La Rioja	Asturias	Baleares	Canadária	Extremadura	Mérida	Galicia	
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	36	0	36	35	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
2.1.1	Facebook	30,0%	35	0	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
2.1.2	Twitter	30,0%	35	0	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
2.1.3	YouTube	30,0%	35	0	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	07	0	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07

Fonte: dados da pesquisa

A questão da **reutilização das informações** do setor público é considerada a questão mais importante em relação ao fomento à cultura de transparência, com uma taxa de compensação de 40%, conforme evidenciado na Tabela 35. O acesso e reutilização de dados públicos é considerado relevante e discutido por Cerrillo-i-Martinez (2012) e Saxby e Hill (2012), enquanto outros autores abordam, também, a importância da disponibilização de dados abertos para desenvolvimento de serviços para a sociedade (FERRER-SAPENA; PESET; ALEIXANDRE-BENAVENT, 2011; MARCOS-MARTÍN; SORIANO-MALDONADO, 2011).

A importância da reutilização de informações se sobressai também na fala de um dos especialistas entrevistados no decorrer da pesquisa, conforme registrado a seguir:

Eu gosto do fato de você ter incluído reutilização das informações. Entretanto, eu consideraria o item open data separadamente e aplicável a toda a informação disponível. Essa é uma questão transversal. É uma nova dimensão de governo aberto – transparência, colaboração e participação

– e precisa de uma atenção especial. Isso é, na minha visão, um campo de pesquisa em si mesmo. A partir de uma perspectiva de fornecedor/ produtor, é uma questão estratégica e financeira tornar dados brutos disponíveis e reutilizáveis. A partir de uma perspectiva de demanda/ cidadão, não é tanto uma questão de transparência mas uma questão de acesso aos dados para desenvolver aplicações. Isso permite maior colaboração e participação (CARON, D., em parecer via e-mail)

O descritor desenvolvido para avaliar essa questão buscou verificar a disponibilização de dados em formato estruturado, organizados em catálogos, bem como a publicação de dados considerados prioritários pela cartilha técnica para publicação de dados abertos no Brasil (BRASIL, 2011b). Em média, alcançou-se um nível de transparência de 43 pontos, considerado adequado. Apesar disso, o alto desvio-padrão (97 pontos) revela práticas discrepantes. As CAs de Canárias, Cantábria e Murcia não disponibilizaram espaço para dados abertos em seus portais de transparência, o que as levou a um nível comprometedor de transparência em relação a essa questão. Astúrias, Extremadura, Galícia, Navarra e Valência apresentam espaços de dados abertos em seus portais, porém, esses dados são de natureza demográfica, eleitoral, entre outras, mas não os dados específicos solicitados pelo descritor.

O destaque positivo vai para as CAs de Andalúcia, Aragón e País Vasco, que apresentam excelentes espaços de dados abertos em seus portais. Essas CAs disponibilizaram em formato estruturado dados referentes às competências e estrutura organizacional; repasses, transferências de recursos e despesas e informações sobre licitações (editais e contratos firmados); e, dados sobre acompanhamento de programas, ações, projetos e obras. Cabe salientar que, apesar de não se configurar como um nível de impacto, chama atenção o fato de que essas CAs disponibilizaram todos os dados solicitados pelo descritor, além de diversos outros, e de permitir busca e filtragem desses dados.

Também chama atenção positivamente o fato de que algumas CAs apresentam em seus espaços de dados abertos as aplicações, tanto web quanto mobile, desenvolvidas por terceiros a partir dos dados disponibilizados. Essa constatação demonstra a preocupação e o comprometimento das CAs com a disponibilização e reutilização de dados públicos, o que vem a ser considerado boa prática de transparência.

O último PVF relacionado ao fomento à cultura de transparência trata da disponibilização de **documentos de suporte ao cidadão**, cujo desdobramento em PVEs se apresenta na Tabela 37. Esse PVF, além de apresentar a melhor média de transparência em relação ao fomento à cultura de transparência, de 78 pontos, foi também o que apresentou o menor desvio-padrão (18 pontos), evidenciando certa padronização em suas práticas. Destacam-se La Rioja, Navarra e País Vasco em nível bom. Todos os documentos considerados relevantes para a participação do cidadão, bem como para conhecimento dos serviços prestados pelas CAs foram disponibilizados por essas comunidades.

Tabela 37: desdobramento dos documentos de suporte ao cidadão das CAs em seus PVEs

Quadro Resumo - Espanha		Transp. do Subentregado	Média	Desvio Padrão	País Vasco	Navarra	La Rioja	Valência	Castilla-La Mancha	Astúrias	Báscara	Extremadura	Múrcia	Canárias	Andaluzia	Aragão	Castilla	Castilla y León	Canárias	Galícia
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	78	18	100	100	100	85	85	85	85	85	85	80	65	65	65	65	50	40
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	75	45	100	100	100	100	0	100	0	100	100	100	100	100	100	100	0	0
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	69	48	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	0	0	100	0	100
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	94	25	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	100
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	88	34	100	100	100	100	100	100	100	0	100	100	100	100	100	100	100	0
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	88	34	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	100	100	100	100	0
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	50	52	100	100	100	0	100	0	100	100	0	100	100	0	0	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa

Destacam-se entre os documentos disponibilizados, as **cartas de serviço**, com média de 94 pontos. Com exceção de Castilla y León, todas as CAs disponibilizaram os documentos apresentando os serviços prestados, bem como seus padrões de prestação. A carta de serviços é um

[...] documento no qual o órgão ou a entidade pública estabelece o compromisso de observar padrões de qualidade, eficiência e eficácia na execução de suas atividades, perante os seus públicos alvos e a sociedade em geral, especialmente aquelas de prestação direta de serviços públicos. (GESPÚBLICA, 2013, p. 15)

Sendo assim, essa prática, já amplamente disseminada no âmbito das CAs, evidencia um comprometimento público com o cidadão nessas comunidades, bem como um compromisso com a prestação de serviços públicos em determinados padrões de qualidade. Esse comprometimento se apresenta e se reforça na disponibilização das **normativas sobre participação cidadã**, que alcançaram uma média de 88 pontos, bem como na disponibilização de informações sobre os **conselhos e entidades regionais de participação cidadã**, com a mesma média de transparência.

A maioria das CAs também apresentou em seus portais de transparência **guias para fornecimento de informações**, com orientações aos usuários para pedidos de acesso à informação, e **código de ética e bom governo**, com padrões de comportamento a serem adotados pelos altos cargos. Salienta-se o alinhamento das práticas das CAs em relação ao processo de fornecimento de informações ao que é discutido pelos especialistas da área, materializado na argumentação de Ryan e Walsh (2004) em relação ao estabelecimento de *guidelines* para o processo de fornecimento de informações por parte do setor público.

Por outro lado, menor nível de transparência foi evidenciado na publicação dos informes emitidos pela **defensoria pública**, apesar disso, 50% das CAs disponibilizaram essa informação, o se configurou como um nível médio adequado nesse critério.

4.3.5 Usabilidade do portal

Essa área de preocupação aborda as características dos portais de transparência, em relação ao acesso e utilidade dos dados, a facilitação e suporte ao usuário na busca de informações, bem como aborda a questão da autenticidade das informações disponibilizadas, por meio de autenticação eletrônica.

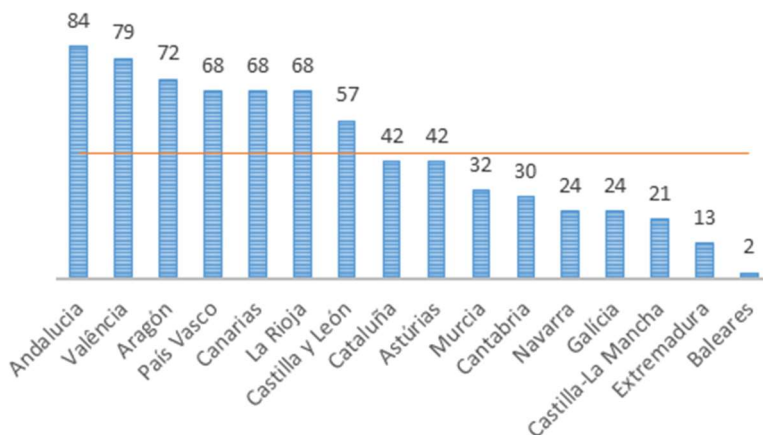


Figura 14: Ranking das CAs em relação à usabilidade dos portais

Fonte: dados da pesquisa

A Figura 14 apresenta o ranking das CAs em relação a essa preocupação. Andalúcia se sobressai, com uma média de 84 pontos, alavancada pelo desempenho bom ou superior em dois dos PVFs. Por outro lado, Baleares apresenta baixo nível de transparência em relação a essa preocupação. Evidencia-se seu posicionamento em nível neutro (0 ponto) em dois dos PFVs, enquanto alcança apenas 4 pontos em relação ao acesso e utilização de dados.

Analisando em maior detalhe essa área de preocupação, apresenta-se a Tabela 38. O desempenho médio de 45 pontos evidencia um nível de transparência adequado, porém, analisando cada um dos PVFs verifica-se que o **acesso e utilização de dados**, apesar de considerado o mais importante, com uma taxa de 50%, foi justamente onde houve o menor desempenho médio, de 17 pontos, se configurando no PVF no qual existem mais oportunidades de melhoria nos portais das CAs. Por outro lado, o PVF **autenticidade das informações**, foi o que alcançou melhor nível médio de desempenho, apesar de ser considerado o menos importante. 44% das CAs alcançaram nível excelente, garantindo a autenticidade dos dados disponibilizados, bem como permitindo sua revisão, por meio do número do certificado digital.

Tabela 38: Desdobramento da usabilidade do portal das CAs em seus PVFs

Quadro Resumo - Espanha		Temática Subtópico	Média	Extremadura	Castilla-La Mancha	Castilla y León	Canarias	La Rioja	Cataluña	Astúrias	Múrcia	Cantabria	Navarra	Galícia	Comunidade Valenciana	Extremadura	Baleares				
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	45	26	84	79	72	68	68	68	68	57	42	42	32	30	24	24	21	13	2
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	17	10	28	19	13	25	4	4	13	34	34	13	20	19	19	13	4	4	4
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	65	28	100	100	85	50	85	85	35	85	85	85	65	50	50	50	35	0	0
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	88	102	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados referentes ao **acesso e utilização de dados** se apresenta na Tabela 39. Percebe-se que a questão mais importante, a **atualização das informações**, que responde por 55% do PVF é justamente a que se encontra em nível comprometedor em todas as CAs. Como as informações fiscais e de desempenho do governo são apresentadas em relatórios, apresentam uma defasagem no tempo. Haque e Pathrannarakul (2013, p. 22) argumentam que

[...] a tecnologia de e-governo tem potencial para fornecer acesso instantâneo à informações disponíveis no banco de dados da organização. Conseqüentemente, um acesso imediato à informação torna transparentes as ações e decisões relacionadas com as partes interessadas e,

consequentemente, reforça a transparência da organização.

Uma vez que as informações disponibilizadas em relatórios são, em geral, geradas a partir de bancos de dados, a integração desses bancos de dados, com vistas a disponibilizar informações online, é possível e vem a ser uma importante oportunidade de melhorias para os portais de transparência das CAs.

Tabela 39: Desdobramento do acesso e utilização de dados das CAs em seus PVEs

Quadro Resumo - Espanha		Taxa de Substituição	Média	Desvio Padrão	Cataluña	Astúrias	Andalucía	País Vasco	Canárias	Valência	Navarra	Galícia	Aragón	Castilla y León	Múrcia	Castilla-La Mancha	Canárias	La Rioja	Extremadura	Baleares
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	17	10	34	34	28	25	20	19	19	19	13	13	13	13	4	4	4	4
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	11	0	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	103	44	140	140	100	140	100	140	140	140	100	100	100	100	100	100	0	0
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	45	38	56	56	56	100	56	56	56	56	100	56	56	56	0	0	100	0
3.1.4	Séries históricas	15,0%	84	47	100	100	100	50	100	50	50	50	100	50	50	50	50	50	50	100

Fonte: dados da pesquisa

O **acesso ao usuário** foi o PVE que alcançou melhor desempenho, com um nível médio de transparência excelente (103 pontos). 38% das CAs não exigiram cadastro e senha para acessar as informações, apresentaram campo ‘fale conosco’ e permitiram a alteração de idioma em seus conteúdos.

A alteração de idioma – nível mais alto do descritor referente ao **acesso ao usuário** – se faz especialmente importante no caso das CAs de Astúrias, Cataluña, Galícia, Navarra, País Vasco e Valência, que possuem dialetos próprios. Apesar disso, a possibilidade de tradução para língua inglesa, dada sua ampla inserção internacional, também é importante, uma vez que atores externos muitas vezes buscam informações para tomada de decisão, como, por exemplo, a decisão de investimentos em determinada região. A tradução para o inglês foi encontrada nas CAs de Astúrias e Cataluña, o que vem a se configurar como uma oportunidade de melhoria para as demais CAs.

Tratando-se da **gravação de relatórios**, apesar de a média se encontrar em nível adequado (45 pontos), destacam-se País Vasco e Extremadura em nível bom, permitindo a gravação das informações em formato pdf, em formato editável (editor de texto e planilhas eletrônicas), bem como em formato *comma separated values* (csv), um formato estruturado que permite leitura por banco de dados.

Por outro lado, Aragón não permite a gravação de relatórios, sendo que essa função se apresenta no espaço de dados abertos de seu portal de transparência. Apesar disso, seu portal permite uma visualização

amigável, inclusive gráficos de diversas informações. Sendo assim, apesar de se encontrar em nível comprometedor, acredita-se que seja uma opção da CA em relação à forma de apresentação das informações e não um problema de transparência propriamente dito.

Já no que tange às **séries históricas** foi alcançada uma média de 84 pontos, todas as CAs apresentaram as informações fiscais em séries históricas de mais de 2 anos. Cantábria apresentou, também, as informações de desempenho em séries de pelo menos 2 anos. Andalucía, Aragón, Astúrias, Baleares e Cataluña apresentaram as informações de desempenho em séries históricas de mais de 2 anos, alcançando nível excelente. Importante salientar que na análise deste descritor foram consideradas as informações de desempenho referentes aos serviços públicos de saúde, educação e segurança, sendo assim, verificou-se a série histórica referente às informações que foram disponibilizadas.

Na Tabela 40 buscou-se verificar o **suporte ao usuário** em relação à busca de informações no site, bem como suporte no momento de solicitação de informação, via pedido de acesso.

Tabela 40: Desdobramento do suporte ao usuário das CAs em seus PVEs

Quadro Resumo - Espanha		Taxa de Subatendimento	Média	Devon/Paísos Baixos	Andalucía	Valência	Aragón	Cataluña	Canárias	La Rioja	Asturias	Múrcia	Cantabria	País Vasco	Castilla-La Mancha	Nasrre	Galícia	Castilla y León	Extremadura	Baleares
3.2	SUPOORTE AO USUÁRIO	30,0%	65	28	100	100	85	85	85	85	85	85	65	50	50	50	50	35	35	0
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	19	40	100	100	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	81	40	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	100	0	100	100	100	0
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	63	50	100	100	100	100	100	100	100	100	0	100	0	100	0	0	0	0
3.2.4	Mapa do site	15,0%	81	40	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa

Aqui também ficou evidenciado um nível médio adequado de transparência, de 65 pontos, apenas a CA de Baleares não atendeu aos critérios de avaliação. Destacam-se de forma positiva as CAs de Andalucía e Valência, que alcançaram nível bom em todos os critérios. Fica também evidenciado nas taxas de compensação dos PVEs uma preocupação em relação a facilitar ao usuário o acesso às informações disponibilizadas nos portais.

A **pesquisa de conteúdo** ajuda o usuário na busca de informações específicas, o que vem a agilizar esse processo. Além disso, ter um espaço adequado e com orientações para o **pedido de acesso à informação** acabar por incentivar os cidadãos a participar, e de certa forma, demonstra uma preocupação com a disponibilização de informações ao usuário. Papenfus e Schaefer (2010), argumentam que a disponibilização de informações aos usuários ajuda na diminuição da

assimetria informacional existente entre cidadãos e governos, e pode vir a minimizar o problema de agência no setor público.

4.4 ANÁLISE DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DOS ESTADOS BRASILEIROS

Dando prosseguimento à avaliação dos portais de transparência a presente seção busca realizar a análise dos níveis de transparência dos portais dos Estados do Brasil. Para tanto, inicialmente apresenta-se a organização do Estado brasileiro, em seguida, analisa seus portais de transparência em âmbito global e em cada das áreas de preocupação. As tabelas de avaliação detalhada de cada um dos Estados se encontra no apêndice F.

4.4.1 Estrutura administrativa do Estado Brasileiro

A ditadura militar no Brasil teve início em 1964, com o golpe de Estado, findando em 1985 com o início da Sexta República Brasileira, também conhecida como Nova República. Após o fim da ditadura, houve um período de transição com a instituição de uma constituinte que findou em 1988 com a promulgação da Nova Constituição, atualmente em vigor. A Nova Constituição estabeleceu o Brasil como uma República Federativa Presidencialista, bem como garantiu o direito aos cidadãos de viver em uma democracia representativa e estabeleceu os princípios fundamentais de um Estado Democrático de Direito. Em seus artigos 1º a 4º a Nova Constituição (BRASIL, 1988) trata desses princípios, estabelecendo os fundamentos para a existência do Estado, a divisão estatal em três poderes (executivo, legislativo e judiciário), os objetivos da nação e os princípios para as relações internacionais.

Em seu artigo 18º a Nova Constituição estabelece a organização político-administrativa da República, desdobrada em União, Estados, Distrito Federal e Municípios e em seu Capítulo III estabelece suas competências e estrutura. Atualmente o Brasil é composto por 26 Estados – Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins – e o Distrito Federal, conforme apresentado na *Tabela 41*.

Os dados referentes à população de cada Estado são advindos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – referentes a 1º de Julho de 2015. Os dados do PIB nominal, em milhões de reais, referem-se a 2012. O PIB per capita, por sua vez, foi calculado em dólares e refere-se ao câmbio de 11 de Agosto de 2015 (1 dólar = 3,47 reais) para fins de comparação.

Tabela 41: Estados brasileiros utilizados no estudo

Estado	População	PIB Nominal	PIB per Capita
Acre	803.513	9.629	3.448,91
Alagoas	3.340.932	29.545	2.545,04
Amapá	766.679	10.420	3.911,27
Amazonas	3.938.336	64.120	4.685,57
Bahia	15.203.934	167.727	3.174,90
Ceará	8.904.459	90.132	2.913,08
Distrito Federal	2.914.830	171.236	16.906,88
Espírito Santo	3.929.911	107.329	7.859,88
Goiás	6.610.681	123.926	5.395,11
Maranhão	6.904.241	58.820	2.451,82
Mato Grosso	3.265.486	80.830	7.123,74
Mato Grosso do Sul	2.651.235	54.471	5.912,94
Minas Gerais	20.869.101	403.551	5.565,16
Pará	8.175.113	91.009	3.203,86
Paraíba	3.972.202	38.731	2.806,16
Paraná	11.163.018	255.927	6.598,06
Pernambuco	9.345.173	117.340	3.613,61
Piauí	3.204.028	25.721	2.310,30
Rio de Janeiro	16.550.024	504.221	8.768,10
Rio Grande do Norte	3.442.175	39.544	3.306,18
Rio Grande do Sul	11.247.972	277.658	7.104,25
Rondônia	1.768.204	29.362	4.778,98
Roraima	505.665	7.314	4.162,60
Santa Catarina	6.819.190	177.276	7.481,68
São Paulo	44.396.484	1.408.904	9.133,04
Sergipe	2.242.937	27.823	3.570,04
Tocantins	1.515.126	19.530	3.709,62
TOTAL	204.450.649	4.392.094	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015)

4.4.2 Avaliação global

Iniciando-se a análise dos portais de transparência dos Estados brasileiros, apresenta-se a Figura 15, a qual representa o perfil de desempenho médio dos Estados, desdobrado em nível de PVFs.

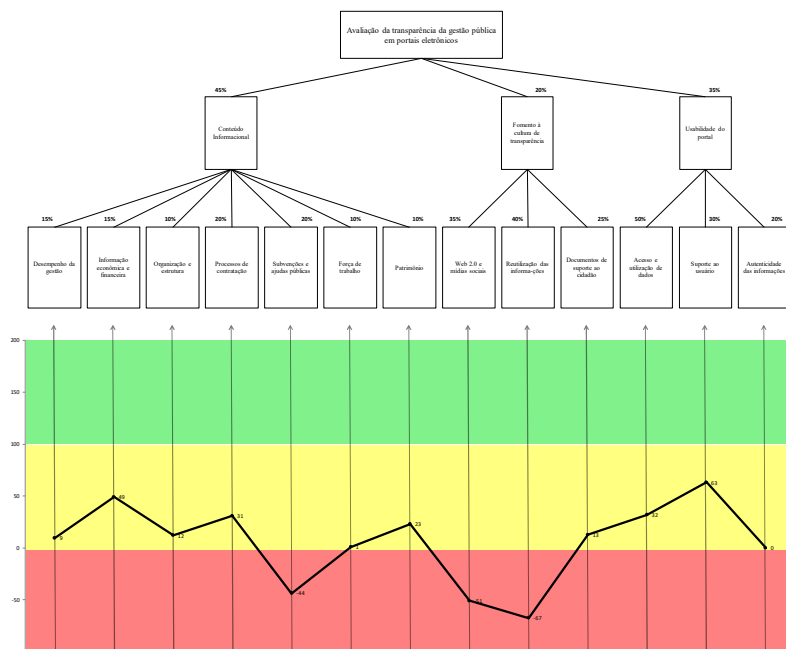


Figura 15: Perfil de desempenho médio dos Estados brasileiros em nível de PVFs.
Fonte: dados da pesquisa

Em uma avaliação global os Estados brasileiros apresentaram uma média de transparência de 8 pontos, que apesar de se encontrar em nível adequado, é considerado baixo e abre uma ressalva em relação às práticas de transparência adotadas pelos Estados. O destaque positivo diz respeito à área de preocupação **Usabilidade do portal** que alcançou uma média geral de 35 pontos. Além disso, essa área de preocupação é também a que apresenta o menor desvio-padrão (15 pontos), evidenciando certa homogeneidade de práticas em relação a essa questão.

Em seguida destaca-se a questão do **Conteúdo informacional**. Nessa área de preocupação os Estados brasileiros alcançaram uma média geral de 10 pontos, adequada, porém baixa. Também nessa área de preocupação, o desvio-padrão de 17 pontos dá a entender que existem

práticas homogêneas em relação ao fornecimento de informações no âmbito dos Estados analisados.

O ponto crítico no que tange à avaliação dos portais de transparência brasileiros diz respeito, da mesma forma ocorrida no caso das CAs espanholas, ao **Fomento à cultura de transparência**. Nessa área de preocupação evidenciou-se uma pontuação média negativa de 42 pontos, configurando-se como comprometedora. A análise deixa evidente que os Estados brasileiros não estão se preocupando em utilizar os portais de transparência como um instrumento de fortalecimento da cultura de transparência bem como não se preocupam em utilizar esses portais como um canal de aproximação do governo com a sociedade. Além disso, essa área de preocupação apresentou um desvio-padrão de 32 pontos, o que evidencia disparidade de práticas por parte dos Estados no que tange a essa questão.

A *Figura 16* apresenta o resultado global da avaliação por Estado. São Paulo é o Estado que alcançou melhor pontuação na avaliação (40 pontos), se constituindo em um *benchmarking* a ser seguido pelo demais Estados. 44% dos Estados alcançaram pontuação acima da média (8 pontos), apesar disso, devido à baixa média global de transparência, fica claro que existem melhorias consideráveis a serem implementadas nos portais de transparência brasileiros para que se tornem efetivos em sua função de disseminar informações para a sociedade, bem como de reforçar e fomentar uma cultura de transparência no Brasil. Chama a atenção o fato de que 8 Estados (29,6%), se encontram em nível comprometedor, o que evidencia uma falta de comprometimento desses Estados em fornecer informações à sociedade.

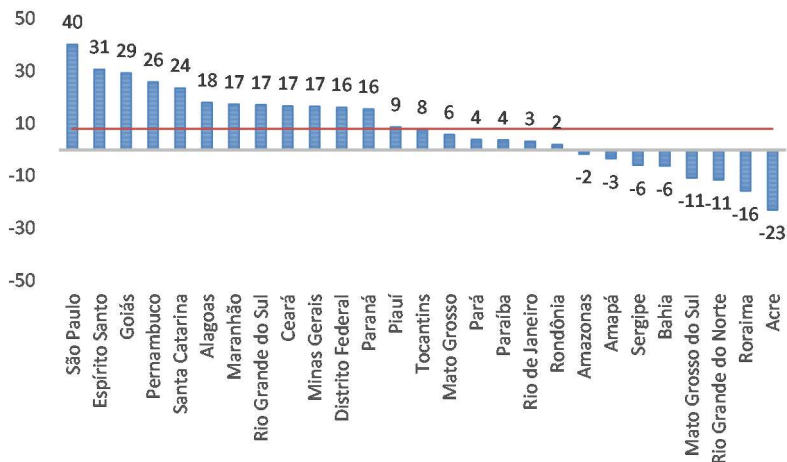


Figura 16: Ranking global de transparência por Estado

Fonte: dados da pesquisa

Considerando-se que o Brasil é uma nação democrática, argumenta-se que a sociedade tem direito à informação sobre as atividades do Estado, direito esse que parece estar sendo negado ao cidadão. Para uma melhor análise dos resultados encontrados nesta pesquisa, as próximas seções buscarão discutir em detalhe cada uma dessas áreas de preocupação, objetivando identificar oportunidades de melhoria no que tange às práticas de transparência apresentadas pelos portais dos Estados brasileiros.

4.4.3 Conteúdo informacional

Dando prosseguimento à análise dos portais de transparência dos Estados brasileiros, apresenta-se a Figura 17, que representa o ranking dos estados em relação ao **Conteúdo informacional**.

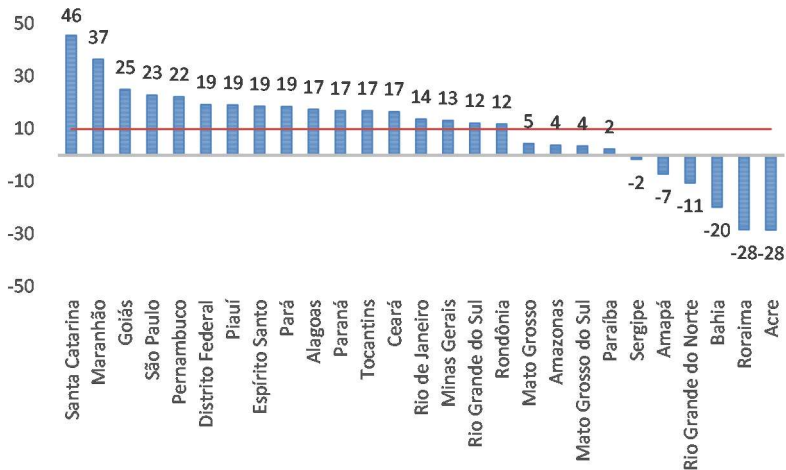


Figura 17: Ranking dos Estados em relação ao Conteúdo Informacional
Fonte: dados da pesquisa

A melhor pontuação em relação à essa área de preocupação foi alcançada pelo Estado de Santa Catarina, com 46 pontos. Se por um lado a maioria dos Estados (74%) alcançou nível adequado de transparência, evidencia-se que 22% dos Estados se encontram em nível comprometedor, sendo que os Estados de Roraima e Acre apresentam um nível comprometedor preocupante, com uma avaliação negativa de 28 pontos. 25 Estados apresentam níveis de transparência semelhantes em relação à essa área, variando de 25 a 12 pontos e outros 4 Estados apresentam pontuação adequada, porém abaixo da média. Essa análise deixa claro que ainda existem diversas melhorias a serem implementadas nos portais de transparência dos Estados brasileiros, discutidas a seguir a partir do desdobramento dessa área de preocupação em seus PVFs, conforme apresentado na Tabela 42.

Tabela 42: Desdobramento do Conteúdo Informacional dos Estados em seus PVFs

Quadro Resumo - Brasil		BRASIL	AC	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RR	RN	RO	RS	SC	SE	SP	TO			
1	CONTEÚDO INFORMACIONAL	45%	10	17	46	37	25	23	22	19	19	19	19	19	17	17	17	17	17	17	14	13	12	12	5	4	4	2		
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	1	13	6	0	0	54	15	0	7	20	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	49	14	67	57	67	61	52	57	56	67	39	38	42	51	67	52	58	51	53	60	39	24	37	41	61	60	37	17
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10%	12	15	10	0	0	40	46	47	0	10	0	0	0	20	20	16	30	0	10	20	40	0	0	0	10	10	0	0
1.4	PROCESSOS DE CONTRATATAÇÃO	20%	31	46	57	55	41	64	72	43	57	48	38	57	1	57	64	65	57	72	55	3	37	44	65	12	20	35	43	14
1.5	SUBSÍDIOS E AÍLIOS PÚBLICOS	20%	44	44	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10%	1	28	24	14	29	33	30	28	10	39	15	24	29	3	20	16	12	7	29	1	12	12	42	9	12	18	36	16
1.7	PATRIMÔNIO	10%	23	30	0	0	0	30	35	65	100	65	30	35	100	30	30	30	30	30	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa

Destaca-se positivamente o PVF **informação econômica e financeira**, que alcançou uma média de 49 pontos. Nesse PVF todos os Estados alcançaram níveis adequados, além disso, 63% dos Estados ficaram com um desempenho acima de 50 pontos, evidenciando a existência de uma preocupação com a disponibilização desse tipo de informação.

Por outro lado, é crítica a situação dos portais de transparência dos Estados brasileiros em relação a disponibilização de informações sobre **subvenções e ajudas públicas**. A avaliação negativa de 44 pontos evidencia que não há preocupação por parte dos Estados em disponibilizar esse tipo de informação. Santa Catarina e Maranhão apresentam-se em nível Bom, ou seja, publicam os objetivos das subvenções, bem como os valores relacionados e os beneficiários dos pagamentos. Pará e Paraná apresentam as subvenções descrevendo seus objetivos, enquanto os demais Estados não publicam qualquer tipo de informação em relação a essa questão.

Adentrando na análise do **Conteúdo Informacional**, as próximas sub-seções discutem cada um dos seus PVFs em detalhe.

4.4.3.1 Desempenho da gestão

O PVF **Desempenho da gestão**, se desdobra em 4 PVEs – programas de governo, serviços públicos, obras públicas e meio ambiente. Com uma média de 9 pontos, fica claro, conforme evidenciado na Tabela 43, que existe necessidade de melhorar os portais de transparência em relação a essa questão. Com exceção de Goiás, que alcançou 54 pontos, os demais Estados se encontram em níveis adequados, porém baixos. Além disso, quase a metade dos Estados (44%) se encontram em nível neutro.

Percebe-se um desencontro em relação ao que sugere a literatura especializada no que tange à publicação desse tipo de informação. Conforme já citado anteriormente, diversos autores (CRUZ et al., 2012; GRIMMELIKHUIJSEN, 2012) chamam a atenção para essa questão, o que não vem sendo realizado pelos Estados brasileiros.

Tabela 43: Desdobramento do desempenho da gestão dos Estados em seus PVEs

Quadro Resumo - Brasil		Taxa de Disponibilidade	Alagoas	Amapá	Amazonas	Bahia	Ceará	Distrito Federal	Goiás	Maranhão	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Minas Gerais	Paraná	Paríba	Pernambuco	Piauí	Rio de Janeiro	Rio Grande do Sul	Roraima	Sergipe	Santa Catarina	Sergipe	Tocantins	
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	0	13	24	31	28	22	20	39	15	15	12	10	7	6	0	0	4	0	0	0	0	0	0
1.1.1	Programas de governo	25%	14	30	38	100	0	65	0	77	0	0	40	28	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1.2	Serviços públicos	25%	1	9	15	0	25	0	0	0	0	25	0	0	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1.3	Obras públicas	25%	18	35	150	25	110	0	80	0	62	62	25	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	0	0
1.1.4	Meio ambiente	25%	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa

Em relação aos **programas de governo**, Tocantins se destaca, alcançando nível Bom. Esse Estado apresenta em seu portal de transparência um painel de gestão no qual é possível acompanhar o andamento dos programas de governo. Pelo painel é possível selecionar um programa, verificar seu objetivo e fazer o acompanhamento, tanto em relação ao orçamento realizado quanto em relação ao desenvolvimento das ações para alcance de seu objetivo. Também é possível verificar os indicadores de resultado dos programas e, para os casos em que se encontram fora dos prazos ou com problemas em sua execução, é fornecida informação sobre qual foi o problema bem como a sua situação atual. Apesar de ser possível verificar excelentes práticas no Estado do Tocantins, a maioria dos Estados (70%), não fornece qualquer tipo de informação sobre os programas ou sua execução, o que se configura como importante oportunidade de melhoria a ser implementada.

O PVE **serviços públicos** trata do desempenho do governo em relação à saúde, educação, segurança e eficiência na prestação de serviços. Mais uma vez os Estados brasileiros alcançaram baixos níveis de transparência, com uma média de apenas 3 pontos. Apenas 4 Estados apresentaram informações sobre os serviços públicos. Os 3 Estados que alcançaram 25 pontos – Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Paraná – foram os que disponibilizaram informações sobre segurança pública, fornecendo o número de ocorrências registradas na região. Goiás alcançou 19 pontos por ter divulgado o número de hospitais e centros de ensino, sendo o único Estado que apresentou as informações solicitadas sobre saúde e educação. Importante destacar que o portal de transparência do Governo de Minas Gerais, apesar de não pontuar nos descritores referentes à saúde e educação – uma vez que não atende especificamente ao que é solicitado pelos descritores, apresenta um painel de indicadores interativo, com uma série de informações sobre a situação econômica e social do Estado, o que se configura como uma boa prática de transparência que pode ser seguida pelos demais Estados.

Os Estados brasileiros se saíram melhor no PVE **obras públicas**, com uma média de 18 pontos. Neste PVE Goiás e Espírito Santo alcançaram nível de excelência com 110 pontos. Essa pontuação foi obtida devido à importância relativa do descritor 1.1.3.1 – Informações sobre obras. Ambos os Estados citados disponibilizaram informações sobre o objeto das obras, seus responsáveis, o valor das licitações, os prazos de execução e as datas de início e fim, alcançando o nível mais alto do descritor (N6). Por outro lado, nenhum Estado apresentou normativas sobre obras em seus portais de transparência, o que se

configura como uma importante oportunidade de melhoria a ser implementada. Para alcançar nível bom nesse descritor bastaria que os Estados apresentassem os planos de ordenação territorial e suas modificações em seus portais de transparência.

O ponto crítico relativo aos serviços públicos aparece no PVE **meio ambiente**. Todos os Estados ficaram em nível neutro (0 ponto), por não disponibilizar qualquer informação sobre proteção ambiental, qualidade da água e qualidade do ar. Apesar da questão ambiental ser amplamente discutida e tida como primordial para o futuro da humanidade, os resultados apontam para uma falta de preocupação por parte dos governos com relação a disponibilização desse tipo de informação, o que se configura como um problema. Uma vez que não é possível fazer, por meio dos portais de transparência, qualquer tipo de controle social sobre como os governos vem tratando essa questão e como está a situação em cada Estado.

4.4.3.2 Informação econômica e financeira

O PVF **Informações econômicas e financeiras** foi o que os Estados alcançaram melhores níveis de transparência, com média de 49 pontos, além disso, todos os Estados alcançaram níveis adequados e 63% alcançaram níveis acima de 50 pontos. Conforme apresentado na *Tabela 44* esse PVF se desdobra em outros 6 PVEs, sendo que desses, 4 dizem respeito ao solicitado pela legislação brasileira – Planejamento Governamental, Despesas, Receitas e Relatórios Fiscais. O art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) e o art. 7 do Decreto 7.185 (BRASIL, 2010) exigem dos Estados a publicação dos planos plurianuais, dos orçamentos, das Leis de Diretrizes Orçamentárias, dos relatórios de prestação de contas, da execução orçamentária, das despesas e da arrecadação.

Os resultados apresentados evidenciam que os Estados brasileiros têm resumido suas práticas de transparência ao “dever” de informar, divulgando principalmente o que é exigido em lei. Essa constatação pode ser considerada um problema, haja vista que transparência não se resume a atendimento à legislação, sobretudo, é recomendável que os governos tenham o “desejo” de informar, ou seja, tenham o ímpeto de fornecer informações para que os cidadãos e entidades civis possam acompanhar e participar das decisões no âmbito público, o que parece não estar ocorrendo no âmbito brasileiro.

informações sobre previsão e lançamento fazem com que não seja possível verificar a capacidade de arrecadação dos Estados, tendo em vista que não é possível fazer comparações entre a receita prevista e a realmente realizada, o que se configura como um problema a ser sanado.

O PVE **gasto por habitante** não foi apresentado por nenhum dos Estados, se configurando como uma oportunidade de melhoria a ser implementada. Com base nesse indicador é possível realizar comparações entre os Estados no que tange à eficiência dos gastos, o poderia ser benéfico para fins de controle social do gasto público.

Foi no PVE **Relatórios fiscais** que os Estados alcançaram melhor desempenho, com média de 89 pontos. A exigência de apresentação desses relatórios vem desde 2000, com a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), sendo assim, já é prática difundida pela maioria dos Estados. Apesar disso, Acre e Mato Grosso do Sul não apresentaram esses relatórios, enquanto no caso de Alagoas, havia link para essas informações, porém se encontrava desativado no momento da avaliação. Importante também salientar que, apesar de ter sido nesse PVE que os Estados alcançaram melhor pontuação média, é também o que apresenta menor taxa de compensação (8%) conforme o entendimento dos especialistas, o que pode vir a levantar uma discussão sobre a relevância da informação disponibilizada pelos governos.

No que tange ao **financiamento do governo**, foi alcançada uma média de transparência adequada, porém baixa, de apenas 11 pontos. Esse PVE contém descritores relativos à dívida pública – 1.2.6.1 déficit/superávit sobre o PIB, 1.2.6.2 montante da dívida pública, 1.2.6.3 endividamento por habitante e 1.2.6.4 endividamento relativo. Os 10 Estados que apresentaram informações em relação a essa questão divulgaram somente o montante da dívida pública (Estados com 25 pontos na avaliação nesse PVE). Aqui percebe-se um sério problema a ser resolvido, é sabido que o Estado brasileiro, tanto em nível federal quanto estadual, vem tendo aumentos significativos na dívida pública ao longo dos anos, sendo assim, fazer o acompanhamento e disponibilizar informações aos cidadãos a respeito do financiamento do governo é de suma importância para uma boa gestão pública.

A questão da falta de transparência em relação à dívida pública brasileira, se manifesta, entre outros fatores, no veto imposto pela presidência da República à proposta do Partido Socialista – PSOL – em relação à auditoria da dívida pública com participação de entidades da sociedade civil, conforme divulgado no Diário Oficial da União em 14 de Janeiro (BRASIL, 2016).

A justificativa para o veto à iniciativa 07BQ - Realização de auditoria da dívida pública com participação de entidades da sociedade civil, publicada na p. 9, seção 01, se dá sob o argumento de que está já é realizada pela Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União e que poderia “resultar em confronto com o pacto federativo garantido pela Constituição” o que no entendimento deste pesquisador não procede e fere os princípios de um Estado democrático de direito com a não permissão da sociedade civil de participar desta importante atividade.

4.4.3.3 Organização e estrutura

Dando sequência à análise dos portais de transparência dos Estados brasileiros, o PVF **Organização e estrutura** verifica a disponibilização de informações que permitam à sociedade entender a estrutura dos Estados e sua cadeia de comando, bem como acessar os órgãos de governo, conhecer o que vem sendo discutido em seu âmbito e as restrições de ação para seus altos cargos, conforme apresentado na *Tabela 45*. Por esta tabela é possível evidenciar mais uma vez que foi encontrado um nível de transparência adequado, porém baixo, com média de somente 12 pontos. Além disso, o desvio-padrão de 15 pontos aponta para certa homogeneidade nas informações disponibilizadas pelos Estados.

Salienta-se que nenhum dos descritores propostos para esse PVF apresenta nível de transparência abaixo do neutro (0 ponto), devido ao entendimento dos especialistas de que essas informações são complementares, sendo assim, não há a necessidade de penalizar os portais que não apresentam essas informações, o que é reforçado pela baixa taxa de substituição deste PVF (10%). Apesar disso, pela *Tabela 45* fica evidente que 44% dos Estados não forneceram qualquer tipo de informação sobre sua organização e estrutura, o que leva a crer que existe baixo interesse por parte desses Estados em fornecer informações que permitam aos cidadãos entender melhor o funcionamento do governo e sua estrutura. Apesar do baixo desempenho médio, Pernambuco se destaca em relação a esse PVF, com 47 pontos na avaliação. Este Estado alcançou níveis bons em 3 dos descritores, bem como alcançou nível de excelência em relação às informações para contato com os órgãos do governo.

Tabela 45: Desdobramento da Organização e Estrutura dos Estados em seus PVEs

Quadro Resumo - Brasil		Estado do S. Paulo	Mato Grosso do Sul	Distrito Federal	Pernambuco	Bahia	Goiás	Mato Grosso	Rio de Janeiro	Pernambuco	Toledo	Roraima	Ceará	Paraná	Paraná	Paraná	Roraima	Ceará	Rio Grande do Sul	Piauí	Amapá	Sergipe	Bahia	Espírito Santo	Alagoas	Maranhão	Mato Grosso do Sul	Pernambuco	Paraná	Paraná	Acre			
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10%	12	15	47	46	40	40	30	20	20	16	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10		
1.3.1	Organograma	10%	22	42	100	100	100	100	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10%	22	42	100	100	100	100	100	100	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.3.3	Informações para contato	10%	24	50	167	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.3.5	Agenda de atividades	25%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.3.6	Link para órgãos de administração institucional	10%	49	49	100	100	100	100	100	100	100	100	100	60	100	0	100	100	100	60	100	100	100	60	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa

O **organograma** dos governos dos Estados foi apresentado somente por 6 Estados – Ceará, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. A disponibilização da estrutura do governo do Estado em formato visual é uma oportunidade de melhoria para os demais Estados, uma vez que permite um melhor entendimento de sua organização e cadeia de comando, o que pode ajudar o cidadão na busca de informações no órgão correto, de acordo com suas necessidades, o que é positivo para a relação entre o governo e a sociedade.

Também apenas 6 Estados apresentaram os **responsáveis pelos órgãos** em seus portais de transparência - Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo. Além disso, salienta-se que esses Estados apresentaram os responsáveis pelos órgãos, mas não sua trajetória profissional. A não disponibilização dessa informação faz com que a sociedade não saiba qual a experiência anterior dos altos cargos do governo, e, conseqüentemente, se possuem as competências necessárias para exercer a atividade na qual estão alocados.

Com exceção do governador, que é eleito por meio de voto direto, os demais cargos – Secretários de Estado, diretores etc. – são de livre designação. Assim, abre-se espaço para questionamento em relação aos critérios utilizados para a seleção das pessoas que ocupam esses cargos, uma vez que a não disponibilização dessa informação pode levantar dúvida quanto aos cargos terem sido preenchidos por mérito e competência em relação à atividade a ser desenvolvida ou se são preenchidos por critérios unicamente políticos.

Esse fato pode vir a prejudicar a gestão no âmbito dessas organizações, sabe-se que a ingerência política sobre os órgãos do governo pode acarretar em sérios problemas para a administração, e até mesmo, facilitar ou abrir espaço para a corrupção, uma vez que os detentores desses cargos, em sua função de decisão, podem vir a atender aos interesses específicos daqueles que os levaram à determinada posição em detrimento do atendimento dos interesses da sociedade, levando ao enfraquecimento das instituições democráticas e diminuição da confiança do cidadão nos governos (UN-HABITAT, 2004).

Em relação às **informações para contato**, mais uma vez evidenciou-se um nível médio de transparência adequado, porém baixo (28 pontos). O alto desvio-padrão (50 pontos) aponta para uma grande disparidade nas práticas de transparência dos Estados em relação à essa questão. Se por um lado Pernambuco se sobressai alcançando nível de excelência (167 pontos) – ao disponibilizar endereço eletrônico, telefones e e-mails individuais dos responsáveis pelos órgãos – 74% dos Estados não fornecem em seus portais de transparência informações para que os cidadãos alcancem os órgãos de governo, o que se configura em oportunidade de melhoria a ser implementada de forma relativamente fácil.

A disponibilização de **links para os órgãos da administração institucional** foi o PVE no qual houve melhor nível de transparência, alcançando uma média de 49 pontos. 44% dos Estados alcançaram nível bom, disponibilizando links para os organismos da administração institucional e também de seus entes instrumentais. Por outro lado, 48% dos Estados não disponibilizam essa informação, o que fica evidente no alto desvio-padrão encontrado. Essa também se torna uma oportunidade de melhoria que pode ser implementada com certa facilidade e viria a melhorar a comunicação entre a sociedade e o governo.

Infelizmente, é crítico perceber pela análise da *Tabela 45* que nenhum dos Estados fornece informações sobre o que ocorre no âmbito da tomada de decisão. Em primeiro lugar percebe-se que não é divulgada (e por meio dos portais sequer é possível saber da existência) de legislação relativa a **incompatibilidade e conflito de interesses** para os altos cargos do governo. Da mesma forma, não é divulgada a **agenda de atividades** desses cargos, apesar da importância dessas informações, representada na taxa de substituição de 25% em ambos os casos.

Além disso, não são disponibilizadas informações sobre os **acordos dos conselhos de governo**. Assim, por meio dos portais, não é permitido ao cidadão saber o que está fazendo o governador e de seus Secretários em determinado momento e, tampouco, se existe qualquer tipo de incompatibilidade de interesses por parte dos ocupantes desses cargos, o que vem a ser prejudicial para a relação do governo com a sociedade, que elege seus representantes, mas não pode ter acesso às decisões tomadas no dia-a-dia de sua gestão.

4.4.3.4 Processos de contratação

O PVF **Processos de contratação** envolve a disponibilização de informações relativas aos processos licitatórios realizados pelos

governos, bem como divulgação de informações sobre os contratos estabelecidos e os convênios firmados, conforme apresentado na *Tabela 46*. Apesar de alcançar 31 pontos, considerado um nível médio de transparência adequado, o alto desvio-padrão (46 pontos) evidencia discrepâncias entre os Estados.

Embora 52% dos Estados alcancem pontuação superior a 50 pontos, com destaque para Pernambuco e Rio Grande do Sul, com 72 pontos cada, 5 Estados se encontram em nível comprometedor, sendo que desses, 2 não apresentaram nenhuma das informações solicitadas pelos descritores – Acre e Roraima.

Mais uma vez chama a atenção o descumprimento da legislação brasileira relativa ao tema. A Lei 12.527 (BRASIL, 2011a), também conhecida como Lei de Acesso à Informação, estabelece em seu art. 48, IIIV a exigência de publicação de editais e resultados de processos licitatórios, bem como dos contratos celebrados pelos governos, o que não vem sendo cumprido integralmente.

Tabela 46: Desdobramento dos processos de contratação dos Estados em seus PVEs

Quadro Resumo - Brasil		Desvio- padrão	Estados																											
		Média	Pernambuco	Rio Grande do Sul	Paraná	Rio de Janeiro	São Paulo	Ceará	Maranhão	Alagoas	Minas Gerais	Piauí	Tocantins	Sergipe	Paraná	Amazonas	Roraima	Mato Grosso do Sul	Espírito Santo	Goiás	Paraná	Pernambuco	Paraná	Maranhão	Amapá	Bahia	Rio Grande do Norte	Roraima	Acre	
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	29%	31	46	72	72	65	65	64	64	59	57	57	57	57	57	55	48	48	45	45	38	12	9	3	29	25	15	74	29
1.4.1	Processos licitatórios	34%	29	41	75	75	75	50	50	75	50	50	50	50	50	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
1.4.2	Contratos	33%	52	20	20	0	0	20	20	0	0	0	0	0	0	20	20	20	20	20	20	20	0	0	20	20	20	20	20	20
1.4.3	Convênios	79%	68	121	121	121	121	121	121	121	100	121	121	121	121	100	100	121	121	121	121	121	121	43	43	121	121	121	121	121

Fonte: dados da pesquisa

Nos **processos licitatórios** houve um nível médio de transparência de 29 pontos. Buscou-se analisar inicialmente a execução dos processos. Neste caso, 78% dos Estados divulgaram as datas das audiências públicas e os editais das licitações, sendo que Paraíba e Rio Grande do Sul apresentaram também a relação dos participantes, alcançando nível bom neste descritor. No entanto, Acre, Amapá e Roraima não apresentaram qualquer informação sobre a execução dos processos licitatórios, descumprindo a legislação e se mantendo em nível comprometedor. No que tange aos resultados dos processos, 4 Estados alcançaram nível Bom – Alagoas, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro – publicando a identidade dos adjudicatários, os valores e a duração dos contratos. Por outro lado, 30% dos Estados descumpriram a legislação, não apresentando informações sobre os resultados dos processos licitatórios.

É preocupante perceber que para uma atividade importante como a realização de licitações públicas, e considerando-se as exigências legais em relação a essa questão, 8 Estados (30%) simplesmente não atendem

completamente à legislação sobre o tema, o que leva a um entendimento de que esses Estados não estão se preocupando com fornecer informações de forma transparente para a sociedade e, além disso, não tem se preocupado em atender aos requisitos legais estabelecidos pelo Estado brasileiro.

Assim como na questão das licitações, a divulgação de informações sobre os **contratos** firmados pelos Estados é regulada pela Lei de Acesso à Informação. Neste PVE, mais uma vez os Estados brasileiros se encontram, em média, em situação comprometedor. O resultado negativo de 14 pontos acende um alerta com relação a essa questão. Apesar disso, essa média negativa é devida à falta de informações sobre os contratos por parte de 5 Estados, o que compromete a média. Os demais Estados forneceram pelo menos informações mínimas exigidas em lei, o que vem a ser positivo.

O ponto positivo em relação aos processos de contratação surge na divulgação sobre **convênios**, com uma média de 79 pontos, sendo que 59% dos Estados alcançou nível de excelência. Esses Estados forneceram informações sobre o objeto, as partes firmantes, as modificações, as obrigações econômicas relacionadas e o prazo de duração dos convênios, evidenciando boas práticas de transparência.

4.4.3.5 Subvenções e ajudas públicas

O PV **subvenções e ajudas públicas** não se desdobra em PVEs, uma vez que foi possível estabelecer a escala de avaliação diretamente sobre o PVF. O descritor proposto apresenta 5 níveis de impacto, sendo que o nível mais alto envolve a publicação das subvenções e ajudas públicas com seus objetivos, valores relacionados, beneficiários e indicador Investimentos realizados / subvenções do Estado.

Neste PVF os portais de transparência dos Estados brasileiros apresentaram em média um nível comprometedor de transparência, com uma avaliação de 44 pontos negativos. 2 Estados alcançaram nível Bom – Maranhão e Santa Catarina – por terem apresentado os objetivos das subvenções, os valores relacionados e os beneficiários. Pará e Paraná divulgaram as subvenções com seus objetivos, se mantendo pelo menos em nível Neutro. Todos os demais estados se mantiveram em nível comprometedor, não divulgando qualquer informação sobre subvenções. Aqui também se apresenta uma oportunidade de melhoria facilmente implementável, bastando que essas informações sejam colocadas à disposição da sociedade em seus portais de transparência.

4.4.3.6 Força de trabalho

O PVF **força de trabalho**, desdobrado em 6 PVEs, busca analisar essa questão em relação a divulgação da estrutura de cargos dos Estados, a remuneração dos servidores, o patrimônio dos altos cargos do governo e o pagamento de diárias. A *Tabela 47* apresenta os resultados encontrados, evidenciando baixo nível de transparência, com média de 1 ponto.

Tabela 47: Desdobramento da força de trabalho dos Estados em seus PVEs

Quadro Resumo - Brasil	Texas da Bahia	Minha Média	Distrito Federal	São Paulo	Paraná	Goiás	Rorônia	Distrito Federal	Paraná	Alagoas	Ceará	Rio Grande do Sul	Pará	Pernambuco	Piauí	Sergipe	Rio de Janeiro	Tocantins	Mat. Grosso	Mat. Grosso	Amazonas	Amapá	Mat. Grosso do Sul	Maranhão	Paraná	Acre	Bahia	Roraima		
1.6 FORÇA DE TRABALHO	10%	1	28	39	33	29	29	29	28	24	24	20	18	15	10	10	9	7	3	1	12	12	12	16	16	16	16	16	16	
1.6.1 Remuneração	25%	54	66	100	100	56	144	144	56	100	100	100	100	56	144	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	
1.6.2 Declaração anual de bens	25%	43	13	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47
1.6.3 Relação de cargos	13%	27	70	56	100	56	47	47	100	47	47	100	47	47	100	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47
1.6.4 Ofertas de emprego	13%	37	45	55	55	100	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55
1.6.5 Quadro de pessoal	13%	72	44	100	100	0	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	71	100	100	100	100	100	71	0	0	0	0	0
1.6.6 Diárias pagas	13%	19	83	145	145	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: dados da pesquisa

Ao analisar em detalhe esse PVF, inicialmente se apresenta o PVE **remuneração**. Neste PVE foi alcançada uma média de 54 pontos, o que se configura como adequado, é positivo, dada sua importância relativa (25% do PVF). O descritor proposto analisa a divulgação da remuneração dos servidores de acordo com suas categorias (efetivos, comissionados, estagiários e terceirizados). 5 Estados ficaram em nível comprometedor, não publicando informações sobre a remuneração dos servidores - Acre, Bahia, Maranhão, Paraíba e Roraima. Por outro lado, 37% dos Estados se encontram em nível bom ou superior, com destaque para Goiás, Piauí e Rondônia, em nível de excelência.

No caso da **declaração anual de bens** dos altos cargos do governo, mais uma vez a média de transparência é comprometedor, com 65 pontos negativos, sendo que apenas o Pará apresentou a remuneração do chefe do Poder Executivo (Governador). A disponibilização de informações sobre a evolução patrimonial dos altos cargos do governo é importante para que possa ser exercido o controle social, são em geral esses cargos que possuem poder de decisão no âmbito da administração pública, e porventura podem incorrer em desvios de conduta. A disponibilização dessa informação permite a comparação entre a evolução do patrimônio dos gestores públicos com a remuneração recebida, o que pode vir a permitir a verificação da compatibilidade entre essas variáveis e coibir o enriquecimento ilícito, se configurando em importante oportunidade de melhoria a ser implementada.

No que diz respeito à **relação de cargos**, mais uma vez a média de transparência se encontra em nível comprometedor. O descritor proposto visa verificar a disponibilidade da estrutura de cargos do governo, com as tabelas de remuneração e demais vantagens dos cargos. A maior parte dos Estados (74%) não fornece essa informação, enquanto Ceará, Distrito Federal, Pernambuco, São Paulo e Sergipe alcançaram nível Bom, fornecendo todas as informações requeridas pelo descritor.

As **ofertas de emprego**, de modo geral, também não são disponibilizadas, o que fica evidente na média de transparência de 37 pontos negativos. Mato Grosso, Paraíba e São Paulo forneceram informações sobre os concursos públicos em andamento e realizados, enquanto apenas o Paraná alcançou nível Bom, divulgando também a relação de candidatos classificados.

Nenhum dos Estados divulgou informações sobre outras formas de trabalho, o que se configura como problemático. No caso de estagiários, o problema até não se configura como sério, dado que esses cargos são de baixa importância na estrutura hierárquica do governo. Por outro lado, não são disponibilizadas para a sociedade as ofertas de trabalho para cargos, por exemplo, de gerência ou demais níveis de decisão. Principalmente no que tange aos cargos comissionados, essa modalidade se presta a tornar o Estado mais flexível, permitindo a contratação de profissionais com competências adequadas a funções que muitas vezes não são encontradas no quadro de pessoal efetivo do Estado.

Essa constatação sugere que esses cargos acabam sendo “loteados” entre partidos políticos, que fazem uso disso como instrumento de barganha. Uma vez sendo divulgadas as ofertas desse tipo de emprego, permite-se que profissionais competentes, capazes de exercer essas funções, saibam da existência dessas vagas e possam se candidatar, o que poderia vir a melhorar a gestão no setor público e minimizar a influência política sobre os cargos do governo.

A divulgação de informações sobre o **quadro de pessoal** foi a que alcançou melhor média na avaliação, com 72 pontos. Aqui verifica-se a divulgação da relação nominal dos servidores públicos e sua classificação de acordo com a categoria profissional, sendo que a maior parte dos Estados (67%) alcançou nível Bom.

Pode ser feita uma crítica às práticas de transparência dos Estados brasileiros, uma vez que o direito fundamental à privacidade dos cidadãos é estabelecido no art. 5º - X da Constituição Federal (BRASIL, 1988). A divulgação dessas informações de forma deliberada na Internet pode colocar em risco a integridade moral dos servidores públicos e até mesmo sua vida. A crítica deste pesquisador em relação à divulgação

desse tipo de dado é corroborada pelo ofício 3.437/2012 emitido pelo Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais (MINAS-GERAIS, 2012), que determina a suspensão da disponibilização pública por meio do portal de transparência, da remuneração e identificação de um grupo de servidores que impetrou mandado de segurança contra esse Estado.

Além disso, os resultados obtidos quanto a esse PVF levam a uma discussão relativa à relevância das informações e até mesmo a uma inversão de valores no âmbito dos Estados brasileiros no que tange à divulgação desse tipo de informação. É amplamente divulgada informação sobre os salários de servidores “comuns”, que muitas vezes recebem remunerações relativamente baixas, enquanto nenhum tipo de informação é disponibilizada sobre a evolução do patrimônio dos altos cargos do governo. Aqui fica o seguinte questionamento: O que é mais relevante para a sociedade em termos de transparência, o salário recebido pelo motorista do gabinete do Governador de um Estado ou a evolução do patrimônio deste governador no decorrer de sua gestão?

No que tange à divulgação das **diárias pagas**, foi alcançada uma média de 19 pontos, considerada adequada. Apesar disso, o alto desvio-padrão (83 pontos) aponta para práticas distintas entre os Estados. Alagoas, Espírito Santo e Santa Catarina alcançaram nível de excelência, publicando informações sobre a quantidade, os valores, os beneficiários e os motivos dos deslocamentos das diárias pagas. Por outro lado, verificou-se que a maioria dos Estados (52%) não divulgou qualquer tipo de informação sobre o pagamento de diárias, o que se configura como uma oportunidade de melhoria a ser implementada.

4.4.3.7 Patrimônio

A *Tabela 48* apresenta o desdobramento do PVF **patrimônio** em seus PVEs. Neste ponto de vista os portais dos Estados brasileiros alcançaram uma média de 23 pontos, considerada adequada, porém, baixa. 2 Estados alcançaram nível Bom – Alagoas e Distrito Federal, apresentando todas as informações solicitadas pelos descritores. Por outro lado, mais da metade dos Estados (52%) ficaram em pontuação neutra, ou seja, não apresentaram informações sobre seu patrimônio. Aqui ressalta-se o fato de que os descritores não possuem níveis de impacto comprometedores, na visão do especialista entrevistado não haveria necessidade de penalizar os Estados nessas condições.

Tabela 48: Desdobramento do patrimônio dos Estados em seus PVEs

Quadro Resumo - Brasil		Taxa de Substituição	Meia	Desvio Padrão	Distrito Federal	Alagoas	Pernambuco	Piauí	São Paulo	Pará	Mato Grosso do Sul	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Goiás	Tocantins	Minas Gerais	Roraima	Santa Catarina	Ceará	Rio Grande do Norte	Sergipe	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Amapá	Morumbi	Paraná	Acres	Bahia	Roraima
1.7	PATRIMÔNIO	10%	23	30	100	100	65	65	35	35	35	35	30	30	30	30	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.7.1	Relação de bens imóveis	70%	19	31	100	100	50	50	50	50	50	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.7.2	Relação de bens móveis	30%	33	48	100	100	100	100	0	0	0	0	100	100	100	100	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa

No que se refere aos **bens imóveis**, Alagoas e Distrito Federal divulgaram a relação de imóveis próprios, bem como os arrendados, alcançando nível Bom. Nos casos de Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo, foram divulgadas informações sobre os imóveis próprios.

Em relação aos **bens móveis**, houve grande desvio-padrão na amostra (48 pontos) revelando práticas distintas entre os Estados. Enquanto Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí e Tocantins apresentaram a relação de veículos e demais bens móveis, os outros Estados Não apresentaram qualquer informação sobre o patrimônio.

Uma vez que na grande maioria dos Estados brasileiros existe um sistema de gestão patrimonial, acredita-se não ser uma informação difícil de ser fornecida, o que se configura como uma oportunidade de melhoria de fácil implementação. Apesar da taxa de substituição relativamente baixa deste PVF (10%), a disponibilização dessas informações é relevante à sociedade e pode gerar aumento da confiança no governo, uma vez que dá a impressão de uma preocupação do governo com a disponibilização de informações e transparência na gestão patrimonial dos Estados.

4.4.4 Fomento à cultura de transparência

Conforme já comentado na seção anterior, relativa à análise das CAs espanholas, a literatura especializada aponta para a importância da utilização dos portais de transparência como um canal de comunicação com o governo e forma de disseminar e reforçar a cultura de transparência no setor público.

Atualmente as redes sociais se constituem em ferramenta importante para comunicação entre governo e sociedade, bem como na disseminação de informações não somente sobre as ações do governo, mas também de informações sobre transparência, utilização de dados abertos, serviços aos cidadãos, entre outras questões, o que pode vir a gerar conhecimento sobre o tema aos cidadãos e incentivar a participação social nas decisões tomadas no setor público. Apesar disso, a menor taxa

de substituição nessa área de preocupação (20%), evidencia que na visão dos especialistas entrevistados essa atividade não se configura como prioridade para os portais de transparência.

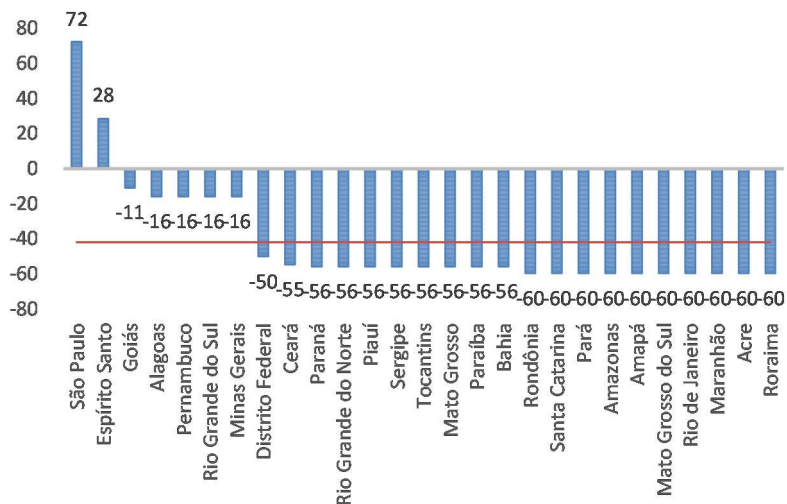


Figura 18: Ranking dos Estados em relação ao fomento à cultura de transparência
Fonte: dados da pesquisa

Pela Figura 18, fica evidente que não existe por parte dos Estados brasileiros interesse em utilizar os portais de transparência como uma ferramenta ao fomento da cultura de transparência. Apenas 2 Estados – Espírito Santo e São Paulo – alcançaram níveis adequados em relação a essa preocupação, porém, cada um deles se destacou em áreas diferentes, conforme será discutido a seguir. A média geral de 42 pontos negativos aponta para o fato de que grandes avanços ainda precisam ser feitos. Também no caso das CAs espanholas essa área de preocupação obteve a menor pontuação e foi a única na qual algumas apresentaram situação comprometedoras. Ou seja, em ambos os casos os portais de transparência não são utilizados com esse objetivo.

Analisando em detalhe essa área de preocupação, inicialmente apresenta-se a *Tabela 49*, com seu desdobramento em PVFs. Interessante salientar que em relação à essa preocupação, a melhor pontuação foi alcançada da divulgação de documentos de suporte ao cidadão (média de 13 pontos), justamente o PVF considerado menos importante, dada sua taxa de substituição de 25%. Por outro lado, a questão da reutilização das

informações, considerada a mais importante (taxa de 40%) foi a que obteve o pior resultado médio, de 67 pontos negativos.

Tabela 49: Desdobramento do fomento à cultura de transparência dos Estados em seus PVFs

Quadro Resumo - Brasil		Taxa de Substituição	Média	Divulgação do Estado	Divulgação do Município	São Paulo	Espe- ro	Goias	Alagoas	Pernambuco	Rio Grande do Sul	Minas Gerais	Distrito Federal	Ceará	Paraná	Rio Grande do Norte	Piauí	Sergipe	Tocantins	Mato Grosso	Paraná	Bahia	Rorondônia	Santa Catarina	Pará	Amazonas	Amapá	Mato Grosso do Sul	Rio de Janeiro	Maranhão	Acre	Roraima
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20%	41	31	72	28	13	11	14	16	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35%	51	25	71	25	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40%	51	45	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3	DOCUMENTAÇÃO DE SUPORTE AO CIDADÃO	25%	13	16	80	15	35	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15

Fonte: dados da pesquisa

4.4.4.1 Web 2.0 e mídias sociais

Adentrando na análise deste PVF, apresenta-se a *Tabela 50*, com seu desdobramento em PVEs. Aqui busca-se analisar o uso das mídias sociais para aproximar o cidadão do governo. Verifica-se por esta tabela que os Estados brasileiros se encontram em situação comprometedor, com média de 51 pontos negativos. Apenas o Estado do Espírito Santo atendeu a esse PV, alcançando uma pontuação adequada, de 71 pontos. Essa pontuação pode ser considerada alta e ressalta-se que o portal de transparência do Espírito Santo pode ser considerado benchmarking até mesmo para as CAs espanholas, tendo em vista que também nenhuma delas atendeu de forma adequada essa questão.

Tabela 50: Desdobramento do uso de web 2.0 e mídias sociais dos Estados em seus PVEs

Quadro Resumo - Brasil		Taxa de Substituição	Média	Divulgação do Estado	Divulgação do Município	São Paulo	Espe- ro	Goias	Alagoas	Pernambuco	Rio Grande do Sul	Minas Gerais	Ceará	Paraná	Rio Grande do Norte	Piauí	Sergipe	Tocantins	Mato Grosso	Paraná	Bahia	Rorondônia	Santa Catarina	Pará	Amazonas	Amapá	Mato Grosso do Sul	Rio de Janeiro	Maranhão	Acre	Roraima		
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35%	51	25	71	40	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	
2.1.1	Facebook	30%	48	37	136	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53
2.1.2	Twitter	30%	48	37	136	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53
2.1.3	YouTube	30%	53	11	53	0	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53
2.1.4	Outras redes sociais	10%	62	24	56	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67

Fonte: dados da pesquisa

No que tange ao uso do **facebook** e **Twitter** o Espírito Santo alcançou níveis excelentes de transparência. Essas mídias são utilizadas não somente para divulgar as ações de governo, agenda dos altos cargos de governo e manter um canal de comunicação com os cidadãos de forma sistemática e contínua, mas também é utilizada para disseminar notícias e fomentar uma discussão sobre transparência e corrupção no setor público, o que se configura como positivo. A ideia de manter canais específicos de transparência é justamente a intenção dessas mídias, o Espírito Santo se destaca nessa questão, tendo em vista que os Estados (e também CAs) que mantêm páginas nessas mídias não mantêm páginas

específicas sobre transparência e sim páginas institucionais do governo, o que não atende a proposta aqui apresentada.

No caso do **Youtube**, o Distrito Federal foi o único Estado com um canal de transparência, apesar disso, as atualizações são um pouco mais espaçadas. No momento da avaliação a última atualização havia ocorrido há mais de 15 dias, o que fez com que o se mantivesse em nível neutro. Ou seja, o canal existe, mas não é atualizado continuamente, o que se configura como uma oportunidade de melhoria facilmente implementável.

Em relação às **outras mídias sociais**, mais uma vez o Espírito Santo se destaca, alcançando 56 pontos devido à presença no Instagram e Whatsapp. O Instagram é utilizado para divulgação de informações gráficas a respeito das atividades do governo, como receitas, despesas, acessos ao portal de transparência, entre outros. O canal também é utilizado para divulgar fotos das principais obras do Estado, divulgando seu estágio de execução, o que evidencia um cuidado por parte deste Estado em prestar contas de suas atividades aos cidadãos de forma ágil e de fácil entendimento, o que representa um “desejo” de informar por parte deste Estado.

Muitas vezes a linguagem técnica utilizada pelo setor público no que diz respeito às suas atividades não é compreendida de forma completa pelos cidadãos, sendo assim, o uso dessas mídias acaba também por facilitar o entendimento das ações do governo por parte do cidadão, o que pode vir a gerar maiores graus de confiança no governo e também melhorar a questão da literacidade informacional. Owen, Cooke e Matthews (2013), argumentam que o desejo que move os cidadãos no sentido de acessar as informações e serviços disponibilizados pelos governos na Internet é o entendimento dessas informações, desta forma, são benéficas práticas que busquem facilitar o entendimento das informações disponibilizadas pelo governo e estas podem até mesmo ajudar no sentido de reforçar a participação social no governo.

4.4.4.2 Reutilização das informações

A **reutilização das informações** diz respeito à disponibilização de dados abertos e desenvolvimento de aplicações por parte de terceiros com base nesses dados. Conforme já citado anteriormente, essa questão é considerada importante, e até mesmo pode ser considerada um tema de pesquisa específico.

O descritor proposto para esse PVF se baseou nos dados prioritários a serem disponibilizados para a sociedade, conforme a cartilha

técnica para publicação de dados abertos (BRASIL, 2011b). O único Estado que atendeu plenamente a esse critério foi São Paulo (vide *Tabela 49*), que alcançou nível de excelência. Esse Estado disponibiliza dados organizados em catálogo e em formato estruturado, dados sobre suas competências e estrutura organizacional, repasses, transferências de recursos e despesas, informações sobre licitações e dados sobre acompanhamento de programas, ações, projetos e obras, atendendo plenamente ao descritor. Além disso, divulga também uma série de outros dados de interesse público, relativos às suas ações na prestação de serviços aos cidadãos.

Os Estados que se encontraram em nível neutro disponibilizam informações em dados abertos, o que se configura como positivo. Apesar disso, esses dados prioritários não estão disponíveis. Em geral são disponibilizados dados sobre despesas e dados geo-referenciados sobre algumas atividades do governo – como por exemplo a localização de hospitais em mapas – porém, nenhum deles apresentou em formato aberto dados sobre as competências e estrutura organizacional dos Estados, o que impediu a possibilidade de alcançar níveis de transparência mais altos. Para o caso desses Estados, essa se configura como uma oportunidade de melhoria a ser implementada, nos demais casos (em nível comprometedor) é necessária toda a criação de uma área de dados abertos.

4.3.4.3 Documentos de suporte ao cidadão

A disponibilização de **documentos de suporte ao cidadão** é o último PVF relativo ao fomento da cultura de transparência. Esses documentos visam facilitar o acesso às informações, bem como organizar as práticas de participação, orientar o cidadão no uso dos serviços públicos e divulgar as decisões tomadas no âmbito dos governos. Dentre os PVs ligados ao fomento da cultura de transparência, esse foi o que alcançou melhor pontuação, com média de 13 pontos, foi também o único que não ficou em nível comprometedor. Os descritores referentes a esse PVF são binários, sendo assim, a não disponibilização dos documentos solicitados não implica em penalização aos portais de transparência, o que fez com que fosse alcançada a média geral em nível adequado. Apesar disso, a *Tabela 51* evidencia que grande parte desses documentos não são disponibilizados, o que se configura como uma oportunidade de melhoria a ser implementada, haja vista que 37% dos Estados não publicaram nenhum dos documentos solicitados. O destaque é o Estado de São Paulo, que alcançou 80 pontos, se configurando como uma pontuação adequada e alta.

Tabela 51: desdobramento dos documentos de suporte ao cidadão dos Estados em seus PVEs

Quadro Resumo - Brasil		Total de Subsistemas	Média	Distrito Federal	São Paulo	Goias	Ceará	Espírito Santo	Paraná	Distrito Federal	Araguaia, Paraná	Alagoas, Rio Grande do Norte	Paraná, Mato Grosso do Sul	Piauí	Sergipe	Rio de Janeiro, Tocantins	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Paraná	Bahia	Rorônia	Santa Catarina	Pernambuco	Amapá	Mato Grosso do Sul	Paraná, Mato Grosso do Sul	Maranhão	Alagoas	Rorônia
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	13	10	80	35	20	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15	51	100	100	0	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
2.3.2	Código de ética e bom governo	7	27	100	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	4	15	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15	4	15	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	7	27	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3.6	Defensoria pública	15	4	15	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa

Como ponto positivo, destaca-se o PVE **guia de fornecimento de informações**, com média de 56 pontos. 15 Estados disponibilizaram esse documento, em geral via link para o serviço eletrônico de informação ao cidadão. Esse serviço é um sistema desenvolvido pelo Governo Federal e disponibilizado aos Estados, no qual o cidadão pode fazer solicitações de informação e estas são acompanhadas de forma sistemática com vistas ao seu atendimento. No sistema existe um manual do usuário, que orienta o pedido de informações, o que vem a facilitar o alcance das informações por parte dos cidadãos, o que é bastante positivo.

Apenas 2 Estados – Goiás e São Paulo – disponibilizaram um **código de ética e bom governo**, divulgando os padrões de comportamento esperados pelos servidores públicos e altos cargos do governo.

As **cartas de serviços ao cidadão** foram disponibilizadas somente pelo Ceará. Essas cartas representam o compromisso assumido pelo governo em termos dos serviços prestados. A não disponibilização desse documento representa uma falha no compromisso do governo para com a sociedade que precisa ser solucionada. Uma vez que os padrões de atendimento e prestação dos serviços não são definidos e disseminados, não podem ser conhecidos e cobrados pelos cidadãos.

A **normatização sobre participação cidadã** e os informes de **defensoria pública** foram publicados apenas no caso de São Paulo, o que mais uma vez pode evidenciar uma falta de compromisso do governo para com a sociedade, que precisa ser resgatada. Essa falta de compromisso também fica evidente na divulgação de informações sobre os **conselhos e entidades regionais** de participação cidadã disponibilizadas somente nos portais de Mato Grosso e São Paulo.

Apesar de não apresentar uma média de transparência comprometedora, esse resultado é alcançado mais pelo fato de não haver penalização pelo não atendimento dos descritores do que pelo fato de haver interesse dos Estados em divulgar esses documentos, o que é

preocupante, haja vista que esses são documentos que visam melhorar a relação entre os Estados e seus cidadãos.

4.4.5 Usabilidade do portal

A última área de preocupação busca analisar os portais em relação à sua usabilidade. Em termos de importância, essa área de preocupação responde por 35% da avaliação global, envolvendo o acesso e utilização de dados, o suporte ao usuário e a autenticidade das informações.

A *Figura 19* apresenta o ranking dos Estados em relação a essa preocupação. Nessa área os Estados brasileiros alcançaram a melhor avaliação, com apenas um Estado – Mato Grosso do Sul – em nível comprometedor. Destacam-se Ceará e Goiás, que alcançaram 58 pontos.

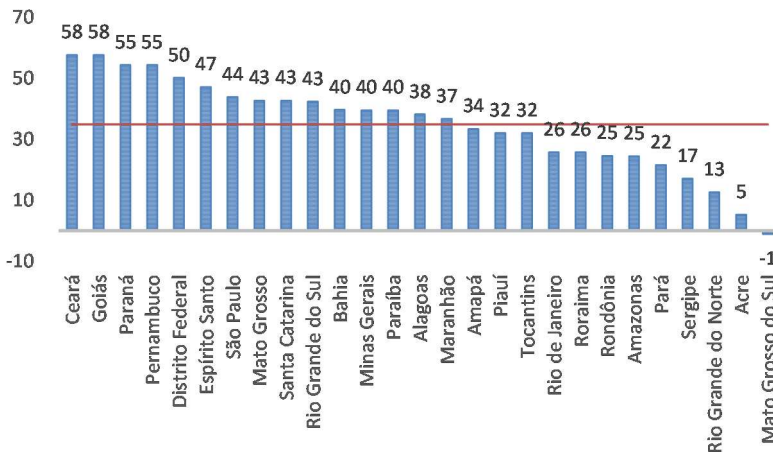


Figura 19: Ranking dos Estados em relação à usabilidade dos portais

Fonte: dados da pesquisa

Os Estados brasileiros alcançaram a melhor média de transparência nessa área de preocupação, com 35 pontos. O desvio-padrão baixo, de 15 pontos, evidencia que existe certa homogeneidade nas práticas de transparência relativas a essa questão, conforme apresentado na *Tabela 52*.

Tabela 52: desdobramento da usabilidade dos portais dos Estados em seus PVFs

Quadro Resumo - Brasil			Taxa de Satisfação	Média	Desvio Padrão	Contra	Goias	Piauí	Pernambuco	Rio de Janeiro	Espírito Santo	São Paulo	Mato Grosso	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Bahia	Minas Gerais	Paraná	Alagoas	Maranhão	Amapá	Piauí	Tocantins	Bloco Janeiro	Roraima	Roraima	Roraima	Amazonas	Pernambuco	Sergipe	Rio Grande do Norte	Alagoas	Alagoas	Mato Grosso do Sul		
3	USABILIDADE DO PORTAL	35%	35	15	58	58	55	55	50	47	44	43	43	43	40	40	40	38	37	34	32	32	26	26	25	25	25	22	17	13	5	5	5	5		
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50%	32	22	56	56	49	49	41	56	49	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56
3.2	SUPOORTE AO USUÁRIO	30%	63	33	100	100	100	100	100	100	65	65	65	50	50	85	65	100	100	35	30	30	100	100	65	65	50	0	65	50	35	0	0	0	0	
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: dados da pesquisa

Ainda analisando a *Tabela 52*, em seu desdobramento em PVFs, verifica-se que o **suporte ao usuário** foi o PVF no qual os Estados foram melhor avaliados, alcançando 63 pontos. Nesse PVF 33% dos Estados alcançaram nível Bom, o que é positivo, uma vez que esse PVF se presta a facilitar a experiência do usuário no momento de acesso ao portal de transparência.

A questão mais importante em relação à usabilidade diz respeito ao **acesso e utilização de dados**, que responde por 50% da avaliação global nessa área de preocupação. Aqui os Estados brasileiros alcançaram média adequada, de 32 pontos, sendo que apenas o Estado do Mato Grosso do Sul ficou em nível comprometedor.

O ponto crítico em relação à usabilidade do portal é a **autenticidade das informações**, nenhum dos Estados brasileiros fornece certificação digital dos documentos disponibilizados e permite sua revisão por meio de um número de certificado digital. Aqui se apresenta uma oportunidade de melhoria significativa haja vista que esse PVF já é diretamente relacionado a um descritor, que responde por 20% da avaliação global nessa área de preocupação.

Seguindo a avaliação detalhada dos demais PVFs, inicialmente apresenta-se a *Tabela 53*, com o desdobramento do **acesso e utilização de dados** em seus PVEs. De forma geral foi alcançada uma média adequada em todos os PVEs, porém, naquele considerado mais importante, a **atualização das informações** (taxa de 55%), foi justamente o que houve menor pontuação média, de apenas 6 pontos. 59% alcançaram nível adequado, com 33 pontos. Nesses casos, os Estados apresentaram as informações fiscais de forma bem atualizada, no dia útil do registro contábil, por meio de ferramentas de pesquisa em seus portais, porém, não disponibilizaram informações sobre o desempenho do governo de forma atualizada.

Tabela 53: desdobramento do acesso e utilização de dados nos portais dos Estados em seus PVEs

Quadro Resumo - Brasil		Amazônia	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nordeste	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50%	32	22	56	56	49	49	41	56	49	56	56	34	41	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19
3.1.1	Atualização das informações	55%	6	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33
3.1.2	Acesso ao usuário	15%	93	27	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
3.1.3	Gravação de relatórios	15%	56	45	100	100	56	56	0	100	56	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
3.1.4	Séries históricas	15%	43	27	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Fonte: dados da pesquisa

A questão do **acesso ao usuário** foi a que houve melhor nível de transparência, com média de 93 pontos. Quase todos os Estados alcançaram nível Bom, com exceção de Acre e Rio Grande do Sul. Isso quer dizer que esses Estados não exigem cadastro e senha para acessar as informações disponibilizadas nos portais e apresentam um campo “fale conosco”.

Nenhum dos portais permite a alteração de idioma de seu conteúdo, o que fez com que não chegassem a um nível de excelência. A alteração de idioma é uma ferramenta importante, tendo em vista que muitas vezes usuários de outros países podem vir a acessar os portais para conhecer as atividades e resultados dos governos, seja para fins de investimento ou para fins de pesquisa acadêmica ou jornalística. Essa questão se torna ainda mais crítica pelo fato de que o Brasil vem recebendo eventos internacionais importantes nos últimos anos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016.

No caso específico das Olimpíadas, o portal de transparência do Estado do Rio de Janeiro é afetado diretamente, tendo em vista que é o Estado cuja Capital irá receber os jogos. Além de não permitir a alteração de idioma chama a atenção o fato de que, no momento da avaliação, o portal desse Estado não apresentava informações sobre os recursos gastos e o andamento das obras referentes à Olimpíada, o programa 0164 – olimpíadas e paraolimpíadas - se encontrava indisponível e a pesquisa retornou o aviso “não há dados para apresentação do relatório” o que é bastante preocupante.

No que tange à **gravação de relatórios**, os Estados alcançaram uma média adequada de 56 pontos, mas o desvio-padrão de 45 pontos evidencia divergências nas informações disponibilizadas. 12 Estados alcançaram nível Bom, permitindo a gravação de relatórios em formato PDF, editável (planilhas e editor de texto), bem como em formato csv, enquanto 8 Estados não permitiram a gravação das informações em relatórios ou disponibilizaram apenas o formato PDF.

Em relação as **séries históricas**, a maior parte dos Estados disponibilizaram as informações fiscais em séries históricas de mais de 2 anos, porém, 2 Estados – Acre e Mato Grosso do Sul – não disponibilizaram informações em séries históricas. Nenhum dos Estados

disponibilizou séries históricas referentes às informações sobre o desempenho do governo em relação aos serviços prestados, o que se configura como uma oportunidade de melhoria a ser implementada.

Finalmente, em relação ao PVF **suporte ao usuário**, apresenta-se a *Tabela 54*, com seu desdobramento em PVEs.

Tabela 54: desdobramento do PVF suporte ao usuário dos Estados em seus PVEs

Quadro Resumo - Brasil	Índice de Disponibilidade	Estados																														
		Bahia	Paraná	Ceará	Oeste	Paraná	Pernambuco	Distrito Federal	Minas Gerais	Paraná	Piauí	Tocantins	Rio Grande do Sul	Sergipe	São Paulo	Bahia	Paraná	Paraná	Paraná	Paraná	Mato Grosso	Santa Catarina	Roraima	Sergipe	Alagoas	Rio Grande do Norte	Maranhão	Amapá	Amazonas	Acre	Mato Grosso do Sul	
3.2 SUPORTE AO USUÁRIO	30%	63	33	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	85	65	65	65	65	65	50	50	50	50	35	35	30	30	0	0	0	
3.2.1 Perguntas frequentes	15%	81	40	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	100	100	100	100	100	100	100	0	0	0	100	100	0	0	0
3.2.2 Pesquisa de conteúdo	35%	52	51	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	100	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.3 Pedidos de acesso à informação	35%	67	48	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	100	100	0	100	0	0	0	0	100	100	100	0	0	0	0	0
3.2.4 Mapa do site	15%	63	49	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0	100	100	100	100	100	100	100	100	0	0	0	100	100	0	0	0	

Fonte: dados da pesquisa

O link para **perguntas frequentes** foi disponibilizado pela maioria dos Estados, com exceção de Acre, Alagoas, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte, o que levou a uma média de 81 pontos.

No que tange ao campo para **pesquisa de conteúdo**, os resultados foram um pouco piores, porém, 52% dos Estados disponibilizaram esse campo, o que é positivo, pois muitas vezes é difícil encontrar uma informação específica nos portais e essa ferramenta facilita de sobremaneira a experiência do usuário.

18 Estados forneceram link para **pedidos de acesso à informação**. Esse link, em geral, remete ao e-sic, sistema desenvolvido pelo Governo Federal que permite o cadastramento do usuário para solicitar informações, bem como o acompanhamento dos pedidos realizados.

A maioria dos Estados (63%) também disponibilizou link para o **mapa do site**, ferramenta que também auxilia a busca de informações e melhora a experiência do usuário no acesso aos portais.

De forma geral, fica evidente pela análise desta área de preocupação que existe certa preocupação dos Estados brasileiros com relação à experiência dos usuários no acesso aos portais de transparência, o que vem a ser positivo e demonstra esforço no sentido de informar o cidadão a respeito das informações dos governos.

No último capítulo desta tese, na sub-seção dedicada às considerações finais sobre a aplicação do modelo de avaliação (5.2.2), é apresentada uma análise comparativa dos resultados da avaliação nos dois países em termos de potencialidades e oportunidades de melhoria, bem como será realizada uma discussão crítica sobre esses resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se desenvolveu no contexto da discussão sobre transparência no setor público. Conforme discutido em sua seção introdutória, esse tema é recorrente tanto nas discussões acadêmicas quanto no âmbito prático, sendo utilizado como argumentação política, como tema de textos jornalísticos, como argumento para reforço à democracia, ao controle social, à *accountability* pública e ao combate à corrupção.

Este trabalho buscou avançar no conhecimento sobre esse tema, tanto em uma perspectiva teórica quanto prática. Assim, nesta seção final, tratou-se de tecer algumas considerações, bem como abordar suas limitações e propor sugestões para futuras pesquisas. A seção se desdobra da seguinte forma: inicialmente (i) tece considerações sobre a literatura revisada; em seguida (ii) resgata a pergunta de pesquisa e os objetivos geral e específicos, discutindo-os em termos do modelo construído para análise e da avaliação realizada no âmbito dos governos sub-nacionais do Brasil e da Espanha; finalmente (iii) apresenta suas limitações e sugestões para futuras pesquisas.

5.1 SOBRE A LITERATURA REVISADA

Para embasar a discussão aqui desenvolvida, foi feita uma revisão da literatura em bancos de dados considerados relevantes para a pesquisa nas ciências sociais aplicadas, a saber: *Web of Knowledge*, *Science Direct*, *Scopus* e Portal de Periódico Capes – que neste momento é resgatada para fins de considerações finais.

A pesquisa evidenciou um campo do conhecimento com lacunas ainda a serem exploradas, a partir de uma perspectiva multidisciplinar, necessária para o avanço da discussão acadêmica sobre o tema. A discussão sobre transparência envolve, também, questões técnicas, relacionadas às reformas na administração pública, bem como outras questões, relativas às mudanças culturais e institucionais necessárias para o avanço das práticas de transparência.

Chama a atenção, em relação aos estudos encontrados, o fato de que a maioria dos pesquisadores não se baseou em teorias formalmente reconhecidas no campo das ciências sociais aplicadas, apesar disso, é recorrente nos estudos o resgate dos pressupostos advindos da *New Public Management* e das teorias de governança pública.

No que tange às teorias formalmente aceitas, a teoria institucional, principalmente em sua vertente da Nova Economia Institucional, e a teoria da agência emergem como importante suporte para o desenvolvimento de estudos na área. Diversas referências a mecanismos institucionais para a melhoria da *accountability* e para minimização dos problemas de corrupção foram discutidos, assim como a menção sobre as relações entre principais e agentes no âmbito da gestão pública foram mencionadas. Em relação à essas questões Bryane (2005) elucida que essas teorias também possuem limitações, ligadas à sua natureza política, e considerando as fronteiras organizacionais, bem como questões de natureza ética e de valores sociais e morais, que precisam ser consideradas pelos pesquisadores que se debruçam sobre o tema.

A partir das lições aprendidas neste estudo, argumenta-se que a questão da transparência no setor público envolve relações entre o Estado e sociedade, além de uma maior participação cidadã no controle das ações no setor. Para tanto, as novas tecnologias advindas da massificação da Internet desenvolvem papel preponderante, no sentido de aproximar os cidadãos do governo, facilitar o acesso às informações e o diálogo entre as partes.

A transparência, bem como a *accountability*, podem ser considerados aliados no combate à corrupção, ao reforço da democracia e ao engajamento dos cidadãos no ‘negócio público’, mas, para tanto, existe uma necessidade de valores condizentes com um governo mais aberto e de valores de cidadania, para que as pessoas se sintam parte do processo político e dele participem de forma mais efetiva, bem como do resgate de valores éticos por parte dos políticos e agentes públicos, no sentido de gerar uma maior confiança no governo. Esses valores, aliados a práticas mais participativas e disponibilidade de informações, acabam por fortalecer a democracia, ajudar na minimização do problema da corrupção e, em última instância, ajudar no desenvolvimento econômico e social das nações.

Também foi discutido com base na literatura analisada como a pesquisa sobre transparência, *accountability* e corrupção no setor público vem se desenvolvendo. Para tanto, buscou-se analisar as relações existentes entre estes temas de investigação e os ambientes nos quais os estudos se desenvolveram, as teorias utilizadas, os métodos e as técnicas de análise de dados utilizadas pelos pesquisadores da área.

Os resultados evidenciaram que a pesquisa nesse campo ganhou força a partir dos anos 2000, tendo como principal veículo de divulgação o *International Journal of Public Sector Management*, responsável por 15,8% dos artigos publicados no período. Em termos de impacto, o

American Journal of Political Science aparece como o periódico mais relevante, com uma média de 4,39 pontos, considerando os fatores JCR e SJR.

Com o estudo ficou evidente que a pesquisa se dá, principalmente, em nível nacional (30,2%); os pesquisadores não se debruçaram, em sua maioria (73%), sobre o tema a partir de teorias formalmente aceitas; o principal método de pesquisa adotado foi o estudo de caso/campo, com incidência de 46%, sendo que na análise de dados houve maior incidência de métodos mistos (15,9%); evidenciou-se também um perfil analítico nos estudos, tendo nos artigos que se prestaram a realizar análises descritivas e revisões uma incidência de 49,2%.

Com relação aos testes estatísticos, em nenhuma das análises foi possível refutar a hipótese H^0 proposta, ou seja, não foi possível verificar relações de dependência entre os temas de pesquisa, o ambiente no qual foram realizados, o uso de teorias para embasamento dos estudos e tampouco de métodos e técnicas de análise de dados. Apesar de os temas transparência, *accountability* e corrupção serem inter-relacionados, não se pode dizer que há um direcionamento metodológico no que tange aos estudos neste campo do conhecimento.

A forma de abordagem dos problemas se mostrou difusa, não sendo possível determinar uma forma prioritária de abordagem. Talvez, pelo fato dos estudos ligados a esses temas serem multidisciplinares, podendo ser abordados, entre outras formas, do ponto de vista gerencial, político, social, legal e institucional, não seja possível estabelecer uma trilha metodológica para a pesquisa. Apesar disso, acredita-se que foi possível estabelecer um panorama sobre o desenvolvimento deste campo do conhecimento.

5.2 SOBRE OS OBJETIVOS DO ESTUDO

Este trabalho buscou dar prosseguimento às investigações que visam o desenvolvimento de estudos sobre transparência no setor público, mais precisamente em estudos ligados à avaliação de transparência nesse contexto. Assim, abordou a temática no âmbito do poder executivo dos governos sub-nacionais brasileiro e espanhol, considerando, além das questões legais inerentes à transparência, outras questões pertinentes a partir da consideração da literatura especializada e impressões de especialistas na área.

Como objetivo geral tratou de avaliar a transparência da gestão pública em portais eletrônicos, no âmbito do poder executivo dos Estados

brasileiros e Comunidades Autônomas espanholas. Para alcançar esse objetivo, foi orientado pela seguinte questão de pesquisa:

Como avaliar a transparência da gestão pública em meio eletrônico, no poder executivo dos governos do Brasil e da Espanha, em nível sub-nacional?

Utilizou-se como instrumento de intervenção a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista (ENSSLIN; MONTBELLER-NETO; NORONHA, 2001), devido à sua capacidade de, por meio de um processo interativo e dinâmico, encapsular tanto as leis inerentes à transparência de ambos os países analisados, quanto questões advindas da literatura especializada e as percepções de especialistas no momento de construção do modelo de avaliação. Por meio dessa metodologia também foi possível proceder com uma avaliação quantitativa, que permitiu a verificação dos níveis de transparência de forma clara e assim, permitir a proposição de sugestões para melhoria desses níveis de transparência de forma objetiva.

Para responder à pergunta de pesquisa e alcançar seu objetivo geral, foram perseguidos 3 objetivos específicos, que neste momento são resgatados e discutidos. O primeiro e segundo objetivos se prestaram ao desenvolvimento do modelo de avaliação proposto, enquanto o último prestou-se a proceder com uma aplicação deste modelo, visando verificar sua capacidade de avaliação dos entes utilizados como objeto de investigação.

5.2.1 Sobre o desenvolvimento do modelo de avaliação

O primeiro objetivo específico – **identificar aspectos que tratam da avaliação da transparência da gestão pública governamental e organizá-los em áreas de preocupação** – foi alcançado por meio da aplicação do processo de apoio à decisão utilizado na metodologia. Esses elementos foram advindos de 3 fontes de dados.

Inicialmente buscou-se verificar na literatura especializada quais seriam os fatores que proporcionam e alcance de melhores níveis de transparência. Foram identificados 25 elementos a partir da revisão desta literatura, conforme apresentada na seção referente à metodologia. Em seguida, foi realizada análise documental na legislação referente à transparência no âmbito dos dois países em estudo. No caso brasileiro, foram utilizadas como fonte de referência as seguintes leis: (i) Lei

Complementar 101, de 4 de Março de 2000. Essa lei, também chamada de Lei de Responsabilidade fiscal, objetiva estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, bem como dá outras providências em relação a essa questão. Em seu artigo 48 aborda questões sobre transparência, controle e fiscalização, que foram utilizadas como elementos de avaliação; (ii) Decreto 7.185, de 27 de Maio de 2010, que aborda questões ligadas ao padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar 101; e, (iii) Lei 12.527, de 18 de Novembro de 2011, que aborda questões ligadas ao acesso a informações no setor público.

Vale salientar que no Brasil existe também a Lei Complementar 131, de 27 de Maio de 2009. Essa lei é conhecida como Lei de Transparência, porém, seu texto foi analisado, mas não considerado, pois visa acrescentar dispositivos à Lei Complementar 101. Esses dispositivos dizem respeito a (i) assegurar a transparência mediante o incentivo à participação popular; (ii) permitir a qualquer cidadão, partido político ou associação realizar denúncias aos Tribunais de Contas e Ministério Público; (iii) bem como estabelecer prazos para o cumprimento das determinações do art. 48 da LC 101. Assim, para fins de identificação de elementos para avaliação de transparência, não faz avanços em relação à legislação anterior.

No caso espanhol, foi utilizado como fonte de referência a Ley 19, de 9 de Dezembro de 2013. Essa lei traz em seu texto todas as questões relativas ao reforço da transparência na atividade pública, reconhece e garante o acesso à informação como um direito amplo ao cidadão e estabelece as obrigações de bom governo, que devem ser seguidas pelos responsáveis públicos, assim como estabelece as consequências para seu não-cumprimento. Com base nessas leis do Brasil e da Espanha foram identificados outros 46 elementos de avaliação a serem utilizados na construção do modelo.

Finalmente, foi realizada uma análise do Índice de Transparência das Comunidades Autônomas Espanholas e do modelo de avaliação proposto por Nunes (2013). O INCAU, publicado desde 2010, verifica o atendimento em relação à transparência das Comunidades Autônomas em 6 áreas, a saber: (i) informações sobre a comunidade; (ii) relação com os cidadãos e a sociedade; (iii) transparência econômico-financeira; (iv) transparência nas contratações, obras e fornecimento de serviços; (v) transparência em relação a ordenação territorial, urbanismo e obras públicas; e, (vi) transparência em relação a Lei de Transparência

espanhola (neste caso sendo incorporado na edição de 2014). No caso do modelo proposto por Nunes, foram identificados elementos de avaliação relacionados a convênios e servidores públicos. Foi também incorporado pelo autor desta tese um elemento de avaliação referente à segurança pública, não encontrado em nenhum dos documentos analisados.

Assim, chegou-se a um conjunto de 143 elementos de avaliação, que foram estruturados em 3 áreas de preocupação, de acordo com suas similaridades, a saber: (i) conteúdo informacional; (ii) fomento à cultura de transparência; e, (iii) usabilidade do portal.

Dando prosseguimento ao trabalho, o segundo objetivo específico tratava-se de **elaborar um modelo para avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos dos governos analisados**. Este objetivo específico também foi alcançado por meio da aplicação do processo de apoio à decisão utilizado. Assim, as áreas de preocupação identificadas foram sendo desdobradas em Pontos de Vista Fundamentais e Pontos de Vista Elementares, nos quais os elementos de avaliação similares foram sendo agrupados, até um nível no qual foi possível propor descritores para a avaliação da transparência.

Esse desdobramento de preocupações gerou uma Estrutura Hierárquica de Valor que permitiu organizar critérios para a avaliação da transparência no âmbito dos entes públicos utilizados como objeto de estudo, assim como, por meio dos descritores propostos, foi possível estabelecer escalas para verificação da situação de cada um dos entes no que tange aos seus níveis de transparência. Também por meio do processo de apoio à decisão, em sua fase de avaliação, foi possível estabelecer uma escala quantitativa para esses descritores, o que permitiu a mensuração dos níveis de transparência dos entes analisados.

O modelo de avaliação proposto permitiu identificar questões importantes no que tange à transparência governamental dos Estados brasileiros e Comunidades Autônomas espanholas. A utilização de informações advindas tanto da literatura especializada, quanto da legislação dos dois países e dos índices de transparência, gerou conhecimento sobre transparência bem como permitiu a ampliação do escopo da discussão para além das questões legais.

Questões ligadas, por exemplo, ao fomento à cultura de transparência, como o uso de dados abertos e redes sociais para engajamento do cidadão e aumento da participação popular no governo emergiram no decorrer do processo de desenvolvimento do modelo. Preocupações relativas aos serviços públicos, nas áreas de saúde,

educação, meio ambiente e segurança também emergiram, dando ao modelo proposto um direcionamento também voltado à verificação de questões ligadas aos resultados alcançados pelos governos no decorrer do desenvolvimento de suas atividades.

Da mesma forma, critérios ligados à apresentação de padrões de prestação de serviço, como apresentação de cartas de serviço e de documentos ligados às atividades do governo e informações sobre os altos cargos, bem como documentos para dar suporte ao cidadão tanto na utilização dos portais de transparência quanto na utilização dos serviços públicos, enriqueceram o escopo de avaliação, extrapolando uma avaliação de transparência basicamente ligada aos gastos e receitas públicos e divulgação de documentos fiscais, geralmente exigidos pela legislação.

Acredita-se que o segundo objetivo específico foi atingido, ou seja, o modelo construído permitiu avaliar de forma clara e objetiva a transparência dos portais eletrônicos dos governos analisados. Além disso, permite, por meio da análise de cada um de seus descritores, identificar pontos fortes nos portais de transparência, que podem vir a se configurar como boas práticas a serem seguidas ou, de forma contrária, identificar oportunidades de melhoria para a transparência desses portais, e assim, permite a proposição de sugestões para seu aprimoramento, o que vem a se configurar como um importante subsídio para os gestores públicos. Essa capacidade de geração de ações de melhoria nos portais de transparência fica exemplificada no caso do portal de transparência de Andaluzia, conforme apresentado na seção 4.2.3.

5.2.2 Sobre a aplicação do modelo de avaliação

A aplicação do modelo de avaliação visa cumprir o terceiro objetivo específico deste estudo, a saber – **avaliar a transparência da gestão pública nos portais eletrônicos dos governos brasileiro e espanhol em nível sub-nacional**.

Uma questão importante a ser considerada diz respeito ao escopo dos portais de transparência nos dois países. No caso espanhol, os portais de transparência apresentam em um mesmo local informações referentes tanto ao poder executivo, quanto ao legislativo e judiciário, enquanto no caso brasileiro, são portais de transparência distintos para cada um desses poderes. Neste estudo buscou-se avaliar a transparência da gestão pública,

entendida como transparência relacionada às funções do poder executivo, assim, não foram consideradas na avaliação as informações disponibilizadas pelos portais das Comunidades Autônomas espanholas referentes ao legislativo e judiciário.

Essa questão já se configura como uma distinção importante na visão deste pesquisador. A ideia de transparência diz respeito ao governo como um todo, em seus três poderes e, muitas vezes, o cidadão não tem clareza da distinção desses poderes. Assim, acredita-se que um portal de transparência que disponibilize informações a respeito dos três poderes pode vir a facilitar ao cidadão na busca de informações que lhe sejam de interesse, o que pode ser benéfico no que tange à participação popular no governo.

Em relação aos resultados da avaliação, em termos gerais, ficou evidente que os portais das Comunidades Autônomas espanholas são mais transparentes, uma vez que alcançaram uma média de 52 pontos na avaliação global, enquanto os portais dos Estados brasileiros alcançaram somente 8 pontos. Em termos da metodologia utilizada ambos os governos se encontram em situação denominada ‘adequada’, ou seja, alcançaram uma média entre o nível Bom (100 pontos) e Neutro (0 ponto). Apesar disso, a pontuação média obtida pelos Estados brasileiros acende um alerta em relação ao comprometimento de seus governos com a transparência da gestão pública, uma vez que se localizam muito mais próximos de um nível Neutro do que de um nível Bom.

Analisando-se individualmente as Comunidades Autônomas e os Estados em termos de avaliação global, algumas considerações podem ser feitas. Em primeiro lugar, os resultados evidenciaram que nenhuma das CAs se encontra em níveis comprometedores de transparência, sendo que Andaluzia alcançou 80 pontos, o que conforme a metodologia, é considerado adequado, mas aproxima-se do nível Bom, o que leva o portal dessa CA a se configurar como um *benchmarking* de práticas de transparência a ser adotado pelos demais governos.

No caso brasileiro, 8 Estados ficaram em nível comprometedor – Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Sergipe – o que é bastante preocupante. O melhor nível de transparência entre os Estados brasileiros foi alcançado por São Paulo, com 40 pontos, o que o colocaria em 13ª posição se comparado com as CAs espanholas; à frente apenas de Cantábria, Extremadura, Múrcia e Galícia. Além disso, apenas 3 Estados brasileiros – São Paulo, Espírito Santo e Goiás – alcançaram pontuações superiores à CA menos transparente da Espanha. Ou seja, grandes avanços ainda precisam ser feitos nos portais de transparência dos Estados brasileiros para que estes

venham a se equiparar, em termos dos critérios de avaliação utilizados neste estudo, às CAs espanholas. Por outro lado, a partir de uma perspectiva mais positiva, os Estados brasileiros podem se valer da experiência espanhola para aprimorar suas práticas de transparência em meio eletrônico, tendo uma referência a seguir.

Tratando-se de áreas de preocupação, em relação ao **conteúdo informacional**, a média de transparência alcançada pelos portais das CAs foi bastante superior à média brasileira, com a primeira alcançando 73 pontos, enquanto a segunda alcançou apenas 10 pontos. Na Espanha todas as CAs alcançaram níveis adequados, enquanto no Brasil, mais uma vez, houve 6 Estados que ficaram em nível comprometedor.

A CA de Valência alcançou 93 pontos, bem próximo do nível considerado bom, enquanto o Estado com melhor desempenho em relação à essa preocupação, Santa Catarina, alcançou 46 pontos. Com essa pontuação, Santa Catarina ficaria na penúltima posição se comparada com as CAs, à frente somente de La Rioja, que alcançou 38 pontos. Chama a atenção, também, o fato de que La Rioja, se comparada com os Estados brasileiros, ficaria em 2ª posição, atrás apenas justamente de Santa Catarina.

O ponto forte das CAs em relação ao conteúdo informacional foi ligado ao PVF **Organização e Estrutura**, que alcançou média de 90 pontos, com destaque à disponibilização de informações sobre os responsáveis pelos órgãos em nível médio excelente (194 pontos). No caso brasileiro, o ponto forte foi no PVF **Informação econômica e financeira**, que alcançou média de 49 pontos, com destaque para a disponibilização de relatórios fiscais, com média de 89 pontos. Salienta-se que as informações econômica e financeira são, em geral, de divulgação obrigatória por lei e, no caso brasileiro, mesmo essas informações não foram divulgadas à contento por todos os Estados, o que é bastante preocupante.

A maior discrepância entre os dois casos no que tange ao conteúdo informacional diz respeito à divulgação de informações sobre subvenções e ajudas públicas. Enquanto no caso espanhol foi alcançada uma média de 80 pontos, no caso brasileiro a média foi comprometedora, de 44 pontos negativos.

Outras duas questões também chamam a atenção na avaliação dos dois casos em relação ao conteúdo da informação. Em primeiro lugar, em relação ao desempenho da gestão na prestação de serviços públicos, autores argumentam a favor da divulgação dessas informações (CERRILLO-I-MARTÍNEZ, 2012; CRUZ et al., 2012; GRIMMELIKHUIJSEN, 2012), porém, ao analisar os dois casos, fica

evidente que a maioria das CAs disponibiliza informações sobre saúde pública, educação e segurança, de acordo com os critérios do modelo, enquanto no caso brasileiro os Estados que divulgam essas informações são uma exceção. Além disso, todas as CAs divulgam em seus portais de transparência informações sobre meio ambiente, enquanto no caso brasileiro, nenhum Estado divulga esse tipo de informação.

Em segundo lugar, chama a atenção a relevância da informação disponibilizada no caso da força de trabalho. Conforme já discutido na seção 4 deste estudo, a divulgação de informações pessoais de servidores públicos é questionada em ambos os casos, porém, no caso brasileiro, essa informação é amplamente divulgada (nome e salários de servidores públicos), enquanto não são divulgadas informações sobre o patrimônio dos altos cargos do governo. No caso espanhol ocorre o contrário, são divulgadas informações sobre recebimentos e patrimônio dos altos cargos do governo, enquanto as informações pessoais dos servidores públicos (nome e salário) são consideradas sigilosas. Aqui fica o questionamento sobre o que é mais importante para fins de controle social, saber a evolução patrimonial dos altos cargos ou o nome e salário de servidores públicos ordinários? No entendimento deste pesquisador isso se constitui em uma inversão de valores no caso brasileiro, que precisa ser colocada em discussão.

Tratando-se da segunda área de preocupação, o **fomento à cultura de transparência**, fica evidente que este é o “calcanhar de Aquiles”, dos portais de transparência em ambos os casos. A média das CAs foi de 17 pontos, considerada adequada, porém baixa. No caso dos Estados, a média alcançada foi de 42 pontos negativos, considerada comprometedor. Pesquisadores como Arellano-Gault e Lepore (2011) e Fox, Haight e Palmer-Rubin (2011) argumentam a favor da necessidade de internalização de uma cultura de transparência. O argumento é compartilhado pelo autor desta tese, que acredita, também, que os portais de transparência podem ser utilizados com essa finalidade, o que de forma geral, não vem acontecendo.

Analisando-se individualmente as CAs e Estados, verifica-se que em ambos os casos existem portais em situação comprometedor. Na Espanha, se encontram nessa situação Canárias, Cantabria, Galícia e Múrcia, o que corresponde a 15% da amostra analisada. No caso brasileiro apenas dois Estados não se encontram em nível comprometedor – São Paulo e Espírito Santo. Ou seja, considerando os critérios de avaliação utilizados neste trabalho, os portais de transparência deixam a desejar na questão do fomento à cultura de transparência.

Em relação ao uso de **web 2.0 e mídias sociais**, a situação é crítica e vai de encontro ao que argumentam Bónson et al. (2012) e Cegarra-Navarro, Pachón e Cegarra (2012) sobre o uso de web 2.0 e mídias sócias no reforço à transparência no setor público e engajamento do cidadão. Nenhuma das CAs possuem canais específicos sobre transparência (não são consideradas na análise os canais institucionais dos governos e sim canais específicos sobre transparência).

No caso brasileiro, apenas o Estado do Espírito Santo está presente em redes sociais, com perfis em nível de excelência no Facebook e Twitter, bem como presença em outras redes sociais. Esses canais são utilizados para difundir informações sobre transparência, sobre as práticas utilizadas pelo Estado e também outras práticas consideradas por eles como interessantes para fomentar a transparência e participação social no Governo, o que o coloca em posição de *benchmarking* tanto para o Brasil quanto para a Espanha em relação a essa questão. O portal do Distrito Federal possui um canal no Youtube, que no momento da avaliação havia sido atualizado no mês anterior. Esse canal divulga vídeos explicativos, por exemplo, sobre como utilizar o portal de transparência e outros vídeos de interesse público.

No que tange à **reutilização de informações**, as CAs alcançaram média de 43 pontos, enquanto os Estados ficaram em nível comprometedor (-67 pontos). Três CAs alcançaram nível de excelência – Andaluzía, Aragón e País Vasco – bem como São Paulo, no caso brasileiro. Esses portais disponibilizaram todos os dados sugeridos pela cartilha técnica para publicação de dados abertos utilizada como referência para construção do descritor que avalia essa questão, bem como uma série de outros dados de interesse público.

Apesar disso, argumenta-se que essa é uma questão que precisa ser colocada em discussão e desenvolvida, principalmente no Brasil, onde 20 Estados sequer possuem área de dados abertos em seus portais de transparência. Conforme Marcos-Martín e Soriano-Maldonado (2011), bem como Saxby e Hill (2012), a disponibilização de dados abertos é de suma importância para que a sociedade civil possa conhecer informações detalhadas sobre várias questões de interesse público, bem como possam desenvolver aplicações com o uso desses dados, que podem ser a ser úteis para a sociedade.

Com relação aos **documentos de suporte ao cidadão**, mais uma vez ficou evidenciada uma discrepância entre as práticas das CAs e dos Estados. Enquanto as CAs alcançaram uma média de 78 pontos, com grande maioria disponibilizando em seus portais guia para fornecimento de informações, códigos de ética e bom governo, cartas de serviços ao

cidadão, normativas sobre participação cidadã e informações sobre os conselhos e entidades de participação cidadã, bem como informações sobre defensoria pública, a disponibilização desse tipo de informação no caso brasileiro é uma exceção.

Com exceção de guias para fornecimento de informações, disponibilizado nos portais de transparência de 15 Estados, os demais documentos não são disponibilizados. Exceção é feita para o caso de São Paulo, que disponibilizou quase todos os documentos, menos carta de serviços. De certa forma, isso evidencia uma falta de compromisso dos governos brasileiros para com a sociedade, em especial em relação às cartas de serviços, que apresentam os padrões para prestação de serviços básicos aos cidadãos.

Finalmente, em relação à área de preocupação **usabilidade do portal**, o resultado foi similar, as CAs obtiveram pontuação média de 45 pontos, enquanto os Estados alcançaram 35 pontos. Considerando os dois países, apenas o Estado do Mato Grosso do Sul ficou em situação comprometedor, o que vem a ser positivo.

Os Estados brasileiros se destacaram no que tange ao **acesso e atualização dos dados**, principalmente devido ao fato de que em relação à **atualização das informações**, em geral, os portais se utilizam de sistemas integrados, que puxam informações dos sistemas de gestão fazendária e as disponibilizam dados no dia de seu registro contábil, o que se configura como bastante positivo, tendo em vista que essas informações são dinâmicas, e se atualizam quase diariamente. No caso das CAs, essas informações são geralmente disponibilizadas em relatórios, o que gera certa defasagem informacional.

Em relação ao **suporte ao usuário**, os resultados foram bastante similares, com as CAs alcançando média de 65 pontos, enquanto os Estados alcançaram 63. No caso brasileiro o ponto forte é a disponibilização de link para **resposta às perguntas frequentes**, que alcançou média de 81 pontos. No caso espanhol, os pontos fortes foram a pesquisa de conteúdo de mapa do site, ambos com média de 81 pontos.

As CAs se destacaram no que diz respeito à **autenticidade das informações**, com média de 88 pontos, enquanto no caso brasileiro a média ficou no nível Neutro (0 ponto). Metade das CAs garante a autenticidade das informações disponibilizadas por meio de certificado digital e permite a revisão dos dados por meio do número do certificado. Essa ainda é uma questão que precisa ser desenvolvida no caso brasileiro, dado que nenhum Estado garante a autenticidade das informações por meio de certificação digital.

Apesar das distinções existentes entre os dois países, dado que a Espanha é considerada um país desenvolvido e o Brasil um país em desenvolvimento, algumas similaridades existem entre esses países. Ambos são países de origem latina, que são, em geral, caracterizados por uma concepção legalista de administração pública, além disso, ambos vieram de períodos de ditadura militar antes de entrar no atual período democrático, a ditadura Franquista teve fim em 1975, enquanto a ditadura militar no Brasil findou em 1985 com o início da chamada Nova República.

Assim, com base na discussão proposta por Ruijer e Meijer (2016) poder-se-ia inferir que ambos teriam, do ponto de vista do regime, uma transparência baseada em regras. Porém, ao analisar ambos os casos, é possível perceber uma diferença em relação aos regimes dos dois países. Apesar de a Espanha ser também um país de viés legalista, pode-se dizer que existe uma maior tendência a um regime de transparência baseado em princípios. Isso fica claro ao pensarmos que os portais de transparência de suas Comunidades Autônomas estão ativos pelo menos desde 2010, quando foi feita a primeira avaliação por parte da *Transparency International España*, ao passo que a lei de transparência foi promulgada somente em 2013.

Os portais de transparência das CAs vêm se desenvolvendo a despeito da regulamentação da legislação, o que de certa forma aponta para um regime de transparência baseado em princípios, uma abordagem que traz implícita uma ênfase em “fazer a coisa certa”, e geralmente encontrada em sociedades caracterizadas por controles sociais fortes e operativos.

O Brasil, por outro lado, possui uma legislação sobre transparência mais detalhada e mais antiga, desenvolvida pelo menos desde o ano 2000, com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Apesar disso, até hoje, como fica evidente neste estudo, os portais de transparência dos Estados brasileiros sequer atendem completamente às exigências legais, o que é preocupante. Essa maior amplitude e antiguidade da legislação brasileira sobre transparência aponta para um regime baseado em regras, geralmente mais explícita, detalhada e prescritiva. Mais preocupante ainda é o fato de que um regime baseado em regras pode ser considerado como um regime “direcionado pelo medo”. Ou seja, o cumprimento da regra viria de um receio por parte daqueles responsáveis, de sofrer sanções advindas por seu não-cumprimento, o que parece não estar ocorrendo no Brasil.

Assim, este autor argumenta que transparência, apesar de possuir um caráter legalista no que se refere aos instrumentos desenvolvidos para

sua regulamentação e implementação, não se restringe ao caráter legal. O fato de existir legislação sobre transparência, não é fator que por si só torne determinado governo mais ou menos transparente, existe uma necessidade de internalização de cultura de transparência, que envolve tanto os agentes públicos responsáveis pela divulgação das informações, quanto a sociedade, que precisa se tornar um participante ativo no processo político. Como dito por Arellano-Gault e Lepore (2011) somente com a internalização desses valores será possível pensar em uma sociedade realmente transparente e assim, realizar as promessas inerentes ao acesso à informação e às políticas de transparência como elementos de uma governança democrática voltada ao cidadão.

5.3 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

A seguir apresentam-se as limitações do estudo, bem como sugestões para futuras pesquisas. As limitações são apresentadas em relação à (i) literatura revisada, (ii) ao modelo de avaliação construído e (iii) aos resultados da avaliação. Da mesma forma, as sugestões de futuras pesquisas são advindas justamente da exploração dessas limitações.

No que tange à **literatura revisada** para condução do estudo, argumenta-se que o tamanho da amostra é limitado para estender as possibilidades de análises estatísticas. Além disso, as bases de dados selecionadas, apesar de relevantes no campo das ciências sociais aplicadas, contém, em sua maioria artigos em língua inglesa. Essas bases de dados foram selecionadas devido à relevância das mesmas em termos de fator de impacto, conforme discutido na seção de metodologia.

A opção por utilizar essas bases foi relacionada à intenção de buscar a publicação dos resultados desse estudo em nível internacional. Apesar de existirem bases de dados nacionais que agrupam estudos relacionados ao tema, os periódicos existentes nessas bases não possuem, em sua maioria, fator de impacto em JCR ou SJR, dois importantes indicadores de relevância para os artigos. Desta forma, a probabilidade de aceitação de artigos advindos desse estudo em periódicos relevantes diminui com o uso de referências que não são advindas de periódicos indexados, uma vez que são reconhecidos como “*gray references*”.

Como sugestão de futuras pesquisas relacionadas à revisão de literatura, em nível nacional, pode-se citar a duplicação do procedimento adotado neste trabalho para analisar a literatura advinda de periódicos brasileiros com vistas a realizar comparações com os resultados obtidos em nível internacional. Além disso, sugere-se o aumento do período

analisado, dando continuidade ao estudo com vistas a verificar a tendência das pesquisas na área, bem como tentar identificar algum tipo de dependência entre as variáveis estudadas.

Com relação ao **modelo de avaliação**, argumenta-se que este foi desenvolvido para avaliar os governos sub-nacionais de Brasil e Espanha, assim, foi utilizada como referência a legislação desses países. Além disso, o modelo foi desenvolvido por este pesquisador, que possui uma determinada visão de mundo e experiências anteriores, bem como validado por um conjunto de especialistas que também possuem visões de mundo particulares. Essas visões de mundo acabam por influenciar o processo de construção do modelo, tanto em sua fase de estruturação, quanto na fase de avaliação. Alterando os atores do processo de apoio à decisão aqui adotado pode ser que se alterem os critérios de avaliação adotados, bem como suas taxas de substituição, o que é inerente ao processo de construção de modelo de avaliação a partir de uma perspectiva construtivista. Outra questão importante diz respeito ao escopo do estudo, que se limitou ao poder executivo, assim, não foram levadas em consideração outras preocupações específicas relacionadas aos poderes legislativo e judiciário.

Apesar disso, as preocupações que emergiram deste processo, uma vez que também foram advindas de literatura especializada e outros índices utilizados na avaliação da transparência pública no âmbito desses dois países, bem como o fato de que os especialistas entrevistados no decorrer de sua elaboração possuem forte experiência neste campo de estudo, argumenta-se que este modelo tem potencial para ser aplicado no âmbito de outros países, bem como de outras esferas de governo caso os critérios de avaliação sejam considerados legítimos pelos avaliadores que vierem a adotá-lo. Assim, a aplicação deste modelo nas esferas municipal e federal, bem como em outros países se configura como uma sugestão de futuras pesquisas a serem realizadas.

Ainda com relação ao modelo de avaliação, argumenta-se que este não se configura como algo estático ou exaustivo, assim, alguns critérios utilizados na avaliação trouxeram luz a questões importantes que podem vir a ser mais explorados futuramente. Principalmente no que diz respeito aos descritores relativos ao desempenho do governo, emergiram questões relacionadas à saúde, educação, segurança e meio ambiente. Questões essas advindas das interações com os documentos analisados e especialistas entrevistados. O conjunto de descritores adotados para avaliação dessas questões se mostrou capaz de avaliar os portais de transparência, mas podem ser expandidos, considerando outras preocupações e perspectiva de outros atores. Esses descritores também

foram elaborados a partir da perspectiva de quem fornece a informação, assim, muitas vezes pode não ser compatível com as necessidades e interesses de quem recebe a informação.

Dadas essas peculiaridades, sugere-se para futuras pesquisas o desenvolvimento de estudos que busquem considerar as preocupações dos usuários dos serviços públicos, para verificação da compatibilidade dos critérios de avaliação utilizados aqui, bem como para elaboração de outros modelos que partam da perspectiva do usuário da informação. Além disso, sugere-se o desenvolvimento de estudos que considerem os serviços prestados no âmbito dos poderes legislativo e judiciário.

Com relação aos **resultados da avaliação** conforme sugerido pelos especialistas entrevistados no decorrer do estudo, a questão da literacidade de informação não pode ser avaliada pelo modelo proposto, uma vez que depende da capacidade de entendimento dos usuários dos portais. Além disso, o uso de dados abertos no âmbito da administração pública se configura como um campo de pesquisa em si mesmo, com desdobramentos a serem investigados. Desta forma, sugere-se estudos que tenham por objetivo analisar a literacidade informacional dos usuários de portais de transparência, o que pode vir a ser conduzido por meio de estudos experimentais. Estudos com foco na reutilização de informações no setor público, como por exemplo, ligados a que tipo de usuários faz uso dos dados abertos e com que finalidade, bem como estudos relacionados as aplicações desenvolvidas a partir desses dados também se configuram como sugestões para futura pesquisa.

Por fim, o processo de avaliação ocorreu em um determinado momento do tempo, assim, não foi possível por meio desta avaliação verificar a evolução dos portais em termos de melhoria das práticas de transparência. A aplicação continuada do modelo de avaliação poderá vir a trazer *insights* importantes sobre como os governos vem gerenciando essa questão, sendo esta também uma sugestão de pesquisa a ser desenvolvida.

REFERÊNCIAS

- ANDERSSON, S.; BERGMAN, T. Controlling corruption in the public sector. **Scandinavian Political Studies**, v. 32, n. 1, p. 45–70, 2009.
- ANPAD. Boas práticas da publicação científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais. II Encontro de Editores Científicos de Administração e Contabilidade - EnEC. **Anais...25** de Setembro, Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2010
- ARELLANO-GAULT, D.; LEPORE, W. Transparency Reforms in the Public Sector: Beyond the New Economics of Organization. **Organization Studies**, v. 32, n. 8, p. 1029–1050, 30 ago. 2011.
- BACON, F. **Novum organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BAKAR, N. B. A.; SALEH, Z.; MOHAMAD, M. H. S. Enhancing Malaysian public sector transparency and accountability: Lessons and issues. **European Journal of Economics, Finance and Administrative Sciences**, n. 31, p. 133–145, 2011.
- BANA-E-COSTA, C. A.; ENSSLIN, L.; CORREA, E. C.; VANSNICK, J.-C. Decision suport systems in action: Integrated application in a multicriteria decision aid process. **European Journal of Operational Research**, v. 113, n. 2, p. 315–335, 1999.
- BANA-E-COSTA, C. A.; CHAGAS, M. P. A career choice problem: an example of how to use MACBETH to build a quantitative value model based on qualitative value judgements. **European Journal of Operational Research**, v. 153, n. 2, p. 323–331, 2004.
- BANA-E-COSTA, C. A.; STEWART, T. J.; VANSNICK, J.-C. Multicriteria decision analysis: Some thoughts based on the tutorial and discussion sessions of the ESIGMA meetings. **European Journal of Operational Research**, v. 99, n. 1, p. 28–37, maio 1997.
- BANA-E-COSTA, C. A.; VANSNICK, J.-C. Applications of the MACBETH approach in the framework of an additive aggregation model. **Journal of multi-criteria decision analysis**, v. 6, n. 2, p. 107–114, 1997.
- BASTIDA, F.; BENITO, B. Central government budget practices and transparency: An international comparison. **Public Administration**, v. 85, n. 3, p. 667–716, 2007.

BAWN, K.; ROSENBLUTH, F. Short versus Long Coalitions: Electoral Accountability and the Size of the Public Sector. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 2, p. 251–265, abr. 2006.

BEINAT, E. **Multiattribute value functions for environmental management**. Amsterdam: Timbergen Institute Research Series, 1995.

BERGH, S. I. Constraints to strengthening public sector accountability through civil society: The case of Morocco. **International Journal of Public Policy**, v. 4, n. 3-4, p. 344–365, 2009.

BERGUE, S. T. **Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional**. Caxias do Sul: Educs, 2011.

BIANCHI, C.; BIVONA, E.; COGNATA, A.; FERRARA, P.; LANDI, T.; RICCI, P. Applying system dynamics to foster organizational change, accountability and performance in the public sector: a case-based Italian perspective. **Systems Research and Behavioral Science**, v. 27, n. 4, p. 395–421, 2010.

BIANCHI, C. Improving performance and fostering accountability in the public sector through system dynamics modelling: From an “external” to an “internal” perspective. **Systems Research and Behavioral Science**, v. 27, n. 4, p. 361–384, 15 jul. 2010.

BODILY, S. E. **Modern decision making: a guide to modeling with decision suport systems**. New York: McGraw-Hill, 1985.

BOLTON, M. Public sector performance measurement: delivering greater accountability. **Work Study**, v. 52, n. 1, p. 20–24, 2003.

BONSÓN, E.; TORRES, L.; ROYO, S.; FLORES, F. Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 2, p. 123–132, 2012.

BORDIGNON, M.; MINELLI, E. Rules transparency and political accountability. **Journal of Public Economics**, v. 80, n. 1, p. 73–98, 2001.

BORTOLUZZI, S. C.; ENSSLIN, S. R.; LYRIO, M. V. L.; ENSSLIN, L. Avaliação de desempenho econômico-financeiro : uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista (MCDA-C). **Revista Alcance**, v. 18, n. 2, p. 200–218, 2011.

BOVAIRD, T.; LOFFLER, E. Evaluating the quality of public governance:

indicators, models and methodologies. **International Review of Administrative Sciences**, v. 69, n. 3, p. 375–394, 1 set. 2003.

BOYCE, G.; DAVIDS, C. Conflict of interest in policing and the public sector: Ethics, integrity and social accountability. **Public Management Review**, v. 11, n. 5, p. 601–640, 2009.

BRACCI, E. Autonomy, responsibility and accountability in the Italian school system. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 20, n. 3, p. 293–312, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de Outubro de 1988, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar 101, de 4 de Maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e dá outras providências, 2000.

BRASIL. **Decreto 7.185, de 27 de Maio de 2010**. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar no 10, 2010.

BRASIL. **Lei 12.527, de 18 de Novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11., 2011a.

BRASIL. **Cartilha Técnica para Publicação de Dados Abertos**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, , 2011b.

BRASIL. **Diário Oficial da União**, 14 de Janeiro de 2016, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, p. 1–28, 1996.

BROADBENT, J.; DIETRICH, M.; LAUGHLIN, R. The development of principal-agent, contracting and accountability relationships in the public sector: Conceptual and cultural problems. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 7, n. 3, p. 259–284, 1996.

BRYANE, M. Questioning Public Sector Accountability. **Public Integrity**, v. 7, n. 2, p. 95–109, 2005.

BRYMAN, A. The nature of quantitative research. In: BRYMAN, A. (Ed.). **Quantity and quality in social research**. London: Unwin Hyman, 1988a.

- BRYMAN, A. The debate about quantitative and qualitative research. In: BRYMAN, A. (Ed.). **Quantity and quality in social research**. London: Unwin Hyman, 1988b.
- CABA PÉREZ, C.; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, A. M. Governmental financial transparency in MERCOSUR member countries. **International Review of Administrative Sciences**, v. 75, n. 1, p. 169–181, 2009.
- CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 30–50, 1990.
- CASSANEGO-JR., P.; BARDESIO, G.; HUEZO, M. R.; ROSSI, C. Accountability em órgãos binacionais: estudo na “fronteira da paz”. **Cadernos de gestão pública e cidadania**, v. 18, n. 61, p. 1–20, 2012.
- CEGARRA-NAVARRO, J.-G.; PACHÓN, J. R. C.; CEGARRA, J. L. M. E-government and citizen’s engagement with local affairs through e-websites: The case of Spanish municipalities. **International Journal of Information Management**, v. 32, n. 5, p. 469–478, 2012.
- CENEVIVA, R. Avaliação e accountability no setor público: um vínculo possível e desejável. **Revista Alcance**, v. 14, n. 1, p. 7–26, 2007.
- CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 4, p. 993–1016, 2012.
- CERRILLO-I-MARTÍNEZ, A. The Reuse of Public Sector Information in Europe and Its Impact on Transparency. **European Law Journal**, v. 18, n. 6, p. 770–792, 22 nov. 2012.
- CHECKLAND, P.; SCHOLES, J. **Soft systems methodology in action: a 30 year retrospective**. Chichester: John Wiley & Sons, 1999.
- CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. de S.; DA SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. da S.. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153–176, fev. 2012.
- CUCCINIELLO, M.; BELLÈ, N.; NASI, G.; VALOTTI, G. Assessing public preferences and the level of transparency in government using an exploratory approach. **Social Science Computer Review**, v. 33, n. 5, p. 1–16, 2014.
- CUNNINGHAM, G. M.; HARRIS, J. E. Toward a Theory of Performance Reporting to Achieve Public Sector Accountability: A Field Study. **Public**

budgeting & finance, v. 25, n. 2, p. 15–42, 2005.

DAVIS, J. Corruption in public service delivery: Experience from South Asia's water and sanitation sector. **World Development**, v. 32, n. 1, p. 53–71, 2004.

DE MORAES, L.; GARCIA, R.; ENSSLIN, L.; CONCEIÇÃO, M. J. da; CARVALHO, S. M. de. The multicriteria analysis for construction of benchmarks to support the Clinical Engineering in the Healthcare Technology Management. **European Journal of Operational Research**, v. 200, n. 2, p. 607–615, jan. 2010.

DESCARTES, R. **Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DIAS, T.; CARIO, S. A. F. Governança Pública: ensaiando uma concepção. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 3, p. 89–108, 2014.

DUTRA, A. **Elaboração de um sistema de avaliação de desempenho dos recursos humanos da Secretaria de Estado da Administração - SEA à luz da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão**. Dissertação (mestrado em engenharia de produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

ENSSLIN, L.; MONTBELLER-NETO, G.; NORONHA, S. M. **Apoio à decisão: metodologias para estruturação de problemas e avaliação multicritério de alternativas**. Florianópolis: Insular, 2001.

ESPAÑA. **Constitución Española**, 1978.

ESPAÑA. **Ley 19/2013, de 9 de diciembre**, de transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno. Madrid, 2013.

FERRER-SAPENA, A.; PESET, F.; ALEIXANDRE-BENAVENT, R. Acceso a los datos públicos y su reutilización: Open data y open government. **Profesional de la Información**, v. 20, n. 3, p. 260–269, 2011.

FLÓREZ, M. En busca de mayores niveles de transparencia en la gestión municipal: Índice de Transparencia Municipal. In: ALVAREZ, J. L. (Ed.). **Transparencia y lucha contra la corrupción en el ámbito iberoamericano: experiencias y recomendaciones**, 2008. p. 17–32.

FONTES-FILHO, J. R.; NAVES, G. G. A Contribuição do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para a Promoção da Accountability Horizontal: a Percepção dos Usuários.

Brazilian Business Review, v. 11, n. 3, p. 1–28, 2014.

FOX, J.; HAIGHT, L.; PALMER-RUBIN, B. Proporcionar transparencia ¿Hasta qué punto responde el gobierno mexicano a las solicitudes de información pública? **Gestion y Política Pública**, v. 20, n. 1, p. 3–61, 2011.

GESPÚBLICA. **Carta ao cidadão**: guia metodológico. Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, , 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista eletrônica de gestão organizacional**, v. 3, n. 2, p. 81–89, 2005.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. (Eds.). . **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115–146.

GONZALEZ, J. C. G.; ROBLES, R. O. G.; ARAUJO, A. M.; DELSOTO, A. G. Public sector corruption in Mexico: social representations among the legal community of the Federal District. **Criminal Law Forum**, v. 16, n. 3–4, p. 257–277, 27 abr. 2006.

GOODWIN, P.; WRIGHT, G. **Decision analysis for management judgement**. Chichester: John Wiley & Sons, 1991.

GRACILIANO, E. A.; MOREIRA-FILHO, J. C.; NUNES, A. de P.; PONTES, F. C. de M.; ZAMPA, F. F. Accountability na Administração Pública Federal: contribuição das auditorias operacionais do TCU. **Pensar Contábil**, v. 12, n. 47, p. 43–51, 2010.

GRAY, A.; JENKINS, B. Codes of accountability in the new public sector. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 6, n. 3, p. 52–67, 1993.

GRELLET, F. **Developing reading skills**: a practice guide to reading comprehension exercises. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. Linking transparency, knowledge and citizen trust in government: An experiment. **International Review of Administrative Sciences**, v. 78, n. 1, p. 50–73, 2012.

GRIMMELIKHUIJSEN, S.; KASYMOVA, J. Not So Universal After All: Exploring the Meaning and Use of Government Transparency in Consensual and Majoritarian Democracies. **Public Integrity**, v. 17, n. 4, p. 389–407, 2015.

GUSINSKY, M. N.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; TALIANI, E. T. C. Accountability through citizen participation and transparency in the public sector: an analysis in the City Hall of Florianópolis / Brazil. 4th Global Conference on Transparency Research. **Anais...**4–6 June, Lugano, Switzerland: 2015

HAQUE, S.; PATHRANNARAKUL, P. The Role of Technology in Enhancing Transparency and Accountability in Public Sector Organizations of Pakistan. **International Journal of Economics Business and Management Studies**, v. 2, n. 1, p. 20–24, 2013.

HOOD, C. Transparency in historical perspective. In: HOOD, C.; HEALD, D. (Eds.). . **Transparency: the Key to Better Governance?** Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 3–23.

HOQUE, Z. 20 years of studies on the balanced scorecard: Trends, accomplishments, gaps and opportunities for future research. **The British Accounting Review**, n. 46, p. 33–59, nov. 2014.

HOQUE, Z.; MOLL, J. Public sector reform: Implications for accounting, accountability and performance of state-owned entities - An Australian perspective. **International Journal of Public Sector Management**, v. 14, n. 4-5, p. 304–326, 2001.

JACOBS, K. Evaluating accountability: finding a place for the Treaty of Waitangi in the New Zealand public sector. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 13, n. 3, p. 360–380, 2000.

JORGE, S. M.; LOURENÇO, R. P.; ROLAS, H. A transparency ontology in the context of open government: a case derived from the portuguese context. XIX IRSPM Conference. **Anais...**Birmingham, 30 March-1 april: 2015

KENNEY, R. L. **Value focused-thinking**: a patch to creative decision-making. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

KERN, M. K. Citation Management Software: features and futures. **Reference & user services quarterly**, v. 50, n. 3, p. 204–208, 2011.

KHUN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

- KIERKEGAARD, S. Open access to public documents - More secrecy, less transparency! **Computer Law and Security Review**, v. 25, n. 1, p. 3–27, 2009.
- KIM, P. S. A daunting task in Asia: The move for transparency and accountability in the Asian public sector. **Public Management Review**, v. 10, n. 4, p. 527–537, 2008.
- KIMBER, M.; MADDOX, G. The Australian public service under the keating government: A case of weakened accountability? **International Journal of Public Sector Management**, v. 16, n. 1, p. 61–74, 2003.
- KINCHIN, N. More than Writing on a Wall: Evaluating the Role that Codes of Ethics Play in Securing Accountability of Public Sector Decision-Makers. **Australian Journal of Public Administration**, v. 66, n. 1, p. 112–120, mar. 2007.
- KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479–499, 2006.
- KRISTIANSEN, S.; DWIYANTO, A.; PRAMUSINTO, A.; PUTRANTO, E. A. Public sector reforms and financial transparency: experiences from Indonesian districts. **Contemporary Southeast Asia: A Journal of International and Strategic Affairs**, v. 31, n. 1, p. 64–87, 2009.
- KUDO, H. Does e-government guarantee accountability in public sector? Experiences in Italy and Japan. **Public Administration Quarterly**, v. 32, n. 1, p. 93–100, 2008.
- KUUNIFAA, C. D. Access to information legislation as a means to achieve transparency in Ghanaian governance: Lessons from the Jamaican experience. **IFLA Journal**, v. 38, n. 2, p. 175–186, 2012.
- LAMBSDORFF, J. G. **2001 Corruption Perceptions Index**: framework document, 2001.
- LANDRY, M. A note on the concept of “problem”. **Organization Studies**, v. 16, n. 2, p. 315–343, 1995.
- LANDRY, M.; MALOUIN, J.-L.; ORAL, M. Model validation in operations research. **European Journal of Operational Research**, v. 14, n. 3, p. 207–220, nov. 1983.
- LIMA-FILHO, R. N.; SIMÕES, P. E. M.; DA SILVA, M. S.; CHAGAS, S. B. Accountability e governo eletrônico: uma análise sobre a participação

popular. **Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 5, n. 2, p. 17–32, 2011.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). . **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000.

LIVINGSTONE, S. Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line. **MATRIZES**, v. 4, n. 2, p. 11–42, 2011.

LODHIA, S. K.; BURRITT, R. L. Public sector accountability failure in an emerging economy: The case of the National Bank of Fiji. **International Journal of Public Sector Management**, v. 17, n. 4, p. 345–359, 2004.

LOURENÇO, R. P.; MOURA-E-SÁ, P.; JORGE, S; PATTARO, A. F. Online Transparency for Accountability: One Assessing Model and two Applications. **Electronic Journal of E-Government**, v. 11, n. 2, p. 280–292, 2013.

LUNKES, R. J.; LYRIO, M. V. L.; NUNES, G. S. de F.; GIUSTINA, K. A. D.; DA SILVA, K. Transparência no setor público municipal : uma análise dos portais eletrônicos das capitais brasileiras com base em um instrumento de apoio à decisão. **Revista da CGU**, v. 7, n. 10, p. 88–108, 2015.

LUNKES, R. J.; RIPOLL, V. M.; ROSA, F. S. DA. Pesquisa científica em contabilidade gerencial : estudo comparativo entre Espanha e Brasil. **Contaduría y Administración**, v. 57, n. 2, p. 159–184, 2012.

LYRIO, M. V. L. **Modelo para avaliação de desempenho das Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDR's - do Governo do Estado de Santa Catarina: a perspectiva da MCDA-C**. Dissertação (mestrado em contabilidade) Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

LYRIO, M. V. L.; BROTTI, V.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Proposta de um modelo para avaliar o grau de transparência das demonstrações financeiras publicadas por uma Instituição Pública de Ensino Superior Brasileira : a abordagem da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista. **Revista UnB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p. 170–186, 2008.

LYRIO, M. V. L.; DUTRA, A.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Avaliação de desempenho da área de comunicação em organização pública. **Pesquisa e Desenvolvimento em Engenharia de Produção**, v. 08, n. 03, p. 116–128, 2010.

LYRIO, M. V. L.; PRATES, W.; LIMA, M. V. A. de; LUNKES, R. J.

Análise da implementação de uma estratégia de investimento em ações baseada em um instrumento de apoio à decisão. **Contaduría y Administración**, v. 60, n. 1, p. 113–143, 2015.

LYRIO, M. V. L.; DELLAGNELO, E. H. L.; LUNKES, R. J. O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 90–106, 2013.

LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; TALIANI, E. T. C. Transparency, accountability and corruption: the state of the art in the public sector. XIX IRSPM Conference. **Anais...30** March - 01 April, Birmingham: 2015a

LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; TALIANI, E. T. C. Thirty years of studies on transparency, accountability and corruption: lessons learned and opportunities for future research. XIX IRSPM Conference. **Anais...30** March - 01 April, Birmingham: 2015b

MARCOS-MARTÍN, C.; SORIANO-MALDONADO, S.-L. Reutilización de la información del sector público y open data en el contexto Español y europeo. Proyecto aporta. **Profesional de la Informacion**, v. 20, n. 3, p. 291–297, 2011.

MARIA, W. DE. Measurements and markets: deconstructing the corruption perception index. **International Journal of Public Sector Management**, v. 21, n. 7, p. 777–797, 2008.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MAYSTON, D. Principals, agents and the economics of accountability in the New Public Sector. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 6, n. 3, p. 68–96, 1993.

MCIVOR, R.; MCHUGH, M.; CADDEN, C. Internet technologies: Supporting transparency in the public sector. **International Journal of Public Sector Management**, v. 15, n. 3, p. 170–187, 2002.

MEIJER, A. J. Understanding modern transparency. **International Review of Administrative Sciences**, v. 75, n. 2, p. 255–269, 19 jun. 2009.

MEIJER, A. J. Understanding the Complex Dynamics of Transparency. **Public Administration Review**, v. 73, n. 3, p. 429–439, 2013.

MEIJER, A. J. Government Transparency in Historical Perspective: From the Ancient Regime to Open Data in The Netherlands. **International**

Journal of Public Administration, v. 38, n. 3, p. 189–199, 2015.

MEIJER, A. J.; HART, P.; WORTHY, B. Assessing Government Transparency: An Interpretive Framework. **Administration & Society**, p. 1–26, 2015.

MERRIAN, S. B. **Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis**. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.

MINAS-GERAIS. **Ofício n 3.437**, emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado, 2012.

MIR, M. Z.; RAHAMAN, A. S. Accounting and public sector reforms: A study of a continuously evolving governmental agency in Australia. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 20, n. 2, p. 237–268, 2007.

MONFARDINI, P. Accountability in the new public sector: A comparative case study. **International Journal of Public Sector Management**, v. 23, n. 7, p. 632–646, 2010.

MOTTA, P. R. DE M. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 1, p. 82–90, 2013.

MULGAN, R. Public sector reform in New Zealand: issues of public accountability. **Public Administration Quarterly**, v. 32, n. 1, p. 1–9, 2008.

MUTULA, S.; WAMUKOYA, J. M. Public sector information management in east and southern Africa: Implications for FOI, democracy and integrity in government. **International Journal of Information Management**, v. 29, n. 5, p. 333–341, 2009.

NATION, P. Reading Faster. **International Journal of English Studies**, v. 9, n. 2, p. 131–144, 2009.

NUNES, G. S. DE F. **Avaliação da transparência pública à luz da legislação brasileira: um estudo nos municípios da Região Sul do Brasil**. Dissertação (mestrado em contabilidade) Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

NUNES, G. S. DE F.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J. Proposta de modelo multicritério para avaliar o nível de transparência de portais eletrônicos dos entes públicos brasileiros. IX Congresso Iberoamericano de Contabilidade de Gestão. **Anais...30** de Setembro a 2 de Outubro, Florianópolis: 2015

- NZE, F. C.; NKAMNEBE, A. D. Internalising effectiveness and accountability for the public good: strategic choices for public sector bureaucracies in Africa. **Management Decision**, v. 41, n. 3, p. 281–286, 2003.
- OLOWU, B. Combatting corruption and economic crime in Africa An evaluation of the Botswana Directorate of Corruption and. **International Journal of Public Sector Management**, v. 12, n. 7, p. 604–614, 1999.
- OWEN, B. B.; COOKE, L.; MATTHEWS, G. The development of UK government policy on citizens' access to public sector information. **Information Polity**, v. 18, n. 1, p. 5–19, 2013.
- PAPENFUS, U.; SCHAEFER, C. Improving public accountability by aligning reporting to organizational changes in public service provision - an empirical Internet study of all Austrian, German and Swiss towns and states from an agency-theory perspective. **International Review of Administrative Sciences**, v. 76, n. 3, p. 555–576, 2010.
- PEDERSEN, A. R.; SEHESTED, K.; SØRENSEN, E. Emerging theoretical understanding of pluricentric coordination in public governance. **The American Review of Public Administration**, v. 41, n. 4, p. 375–394, 18 ago. 2010.
- PETRI, S. M. **Modelo para apoiar a avaliação das abordagens de gestão de desempenho e sugerir aperfeiçoamentos: sob a ótica construtivista**. Tese (doutorado em engenharia de produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- PILLAY, S. Corruption - The challenge to good governance: A South African perspective. **International Journal of Public Sector Management**, v. 17, n. 7, p. 586–605, 2004.
- PINHO, J. A. G. DE; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343–1368, 2009.
- PÓ, M. V.; ABRUCIO, F. L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 4, p. 679–698, ago. 2006.
- PRICE, E. S.; MCADAMS, L. P. Bringing accountability for results to government in British Columbia. **Public Administration and Development**, v. 16, n. 4, p. 305–315, 1996.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. DE. Accountability em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, p. 770–782, 19 dez. 2013.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. DE. Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. **Cadernos EBAPE**, v. 9, n. 1, p. 116–138, 2011.

RAUSCH, R. B.; SOARES, M. Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. **Revista de educação e pesquisa em contabilidade**, v. 4, n. 1, p. 23–43, 2010.

RILEY, S. P. The political economy of anti-corruption strategies in Africa. **European Journal of Development Research**, v. 10, n. 1, p. 129–159, 1998.

ROBICHAU, R. W. The mosaic of governance: creating a picture with definitions, theories and debates. **Policy Studies Journal**, v. 39, n. S1, p. 113–131, 8 abr. 2011.

ROBINSON, P. Government accountability and performance measurement. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 14, n. 1, p. 171–186, 2003.

ROCHA, A. C. Accountability: dimensões de análise e avaliação no trabalho dos Tribunais de Contas. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 16, n. 2, p. 62–76, 2013.

ROMZEK, B. S. Dynamics of Public Sector Accountability in an Era of Reform. **International Review of Administrative Sciences**, v. 66, n. 1, p. 21–44, 1 mar. 2000.

ROMZEK, B. S.; DUBNICK, M. J. Accountability in the Public Sector: Lessons from the Challenger Tragedy. **Public Administration Review**, v. 47, n. 3, p. 227, maio 1987.

ROSA, F. S. DA. **Gestão da evidenciação ambiental: um instrumento multicritério de apoio à decisão construtivista para gestão da divulgação das informações ambientais da empresa Eletrosul S.A.** Tese (doutorado em engenharia de produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

- ROSSI, T.; MURILLO FORT, C.; PUENTE KAROLYS, J. C. Transparencia en las adquisiciones del sector público: el caso de los hospitales de la Ciudad de Buenos Aires. **Gaceta Sanitaria**, v. 16, n. 1, p. 94–104, 2002.
- ROY, B. Decision-aid and decision making. In: BANA-E-COSTA, C. A. (Ed.). . **Readings in Multiple Criteria Decision Aid**. Berlin: Springer, 1990. p. 17–35.
- ROY, B. Decision science or decision-aid science? **European Journal of Operational Research**, v. 66, n. 2, p. 184–203, abr. 1993.
- ROY, B. On operational research and decision aid. **European Journal of Operational Research**, v. 73, p. 23–26, 1994.
- ROY, B. **Multicriteria methodology for decision aiding**. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1996.
- ROY, B. Paradigms and challenges. In: JOSÉ FIGUEIRA; SALVATORE GRECO; EHRGOTT, M. (Eds.). . **Multiple criteria decision analysis: state of the art surveys**. New York: Springer, 2005. p. 3–24.
- RUIJER, E.; MEIJER, A. National Transparency Regimes: Rules or Principles? A Comparative Analysis of the United States and The Netherlands. **International Journal of Public Administration**, v. 0692, n. January, p. 1–14, 2016.
- RYAN, C.; WALSH, P. Collaboration of public sector agencies: Reporting and accountability challenges. **International Journal of Public Sector Management**, v. 17, n. 7, p. 621–631, 2004.
- SÁEZ, P. R. **Parecer 414135/2015**. Agencia Española de Protección de Datos, , 2015.
- SAMARATUNGE, R.; ALAM, Q.; TEICHER, J. Public sector reforms and accountability: The case of south and southeast asia. **Public Management Review**, v. 10, n. 1, p. 101–126, 2008.
- SAXBY, S.; HILL, C. Public sector information and open data: Which way forward for the UK? **International Journal of Public Law and Policy**, v. 2, n. 3, p. 299–333, 2012.
- SCHEDLER, A. Conceptualizing accountability. In: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. (Eds.). . **The self-restraining state: power and accountability in new democracies**. Boulder: Lyanne Rienner, 1999.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 347–369, 2009.

SILVA, G. C. DA; NASCIMENTO, G. C. R. DO; FERREIRA, C. D. Transparência na prestação de contas da administração pública municipal na Internet: um estudo de caso no Estado de Goiás. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. **Anais...**19 a 21 de Maio, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014

SINCLAIR, A. The chameleon of accountability: Forms and discourses. **Accounting, Organizations and Society**, v. 20, n. 2-3, p. 219–237, 1995.

SLOMSKI, V. **Controladoria e governança na gestão pública**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, F. J. V. de; BARROS, C. da C.; ARAUJO, F. R. de; CORREDA-SILVA, M. Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 94–113, 2013..

STAROSCKY, E. A.; NUNES, G. S. de F.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J. Transparência no setor público municipal: Uma análise dos portais municipais das prefeituras atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó (SC). XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria. **Anais...**10 e 11 de Outubro, Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração, 2013

STAROSCKY, E. A.; NUNES, G. S. de F.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J. A transparência dos portais das prefeituras em municípios catarinenses sob a perspectiva da legislação brasileira. **REUNA**, v. 19, n. 1, p. 29–52, 2014.

STAROSCKY, E. A.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; COLE, B. P.; NUNES, G. S. de F. An Analysis on the Web Portals of the Municipalities Comprising the Regional Development Bureau of Joinville (SC), Based on a Multicriteria Decisionmaking Model. **Public Administration Research**, v. 4, n. 1, 2015.

STAROSCKY, E. A.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J. Análise do nível de transparência dos portais eletrônicos das prefeituras atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville (SC) com base em um modelo multicritério de apoio à decisão. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. **Anais...**19 a 21 de Maio, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014

SVENSSON, G. Legal requirements for transparency in appointments and promotions in Swedish higher education institutions. **International Journal of Public Sector Management**, v. 20, n. 2, p. 118–133, 2007.

TAMSI, R. K.; PD., F. Z. S.; PD., E. K. S. The implementation of skimming and scanning strategies in teaching reading narrative text for the tenth grade students of SMAN 21 SURABAYA. **RETAIN**, v. 1, n. 2, p. 1–7, 2013.

TASCA, J. E.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R.; ALVES, M. B. M. An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. **Journal of European Industrial Training**, v. 34, n. 7, p. 631–655, 2010.

TORFING, J.; SØRENSEN, E.; FOTEL, T. Democratic anchorage of infrastructural governance networks: the case of the Femern Belt Forum. **Planning Theory**, v. 8, n. 3, p. 282–308, 3 jul. 2009.

UN-HABITAT. **Tools to support transparency in local governance**. Nairobi: Transparency International, 2004.

VON-WINTERFELDT, D.; EDWARDS, W. **Decision analysis and behavioral research**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, E. (Ed.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZAFARULLAH, H.; SIDDIQUEE, N. A. Dissecting Public Sector Corruption in Bangladesh: Issues and Problems of Control. **Public Organization Review**, v. 1, n. 4, p. 465–486, 2001.

ZIPPARO, L. Encouraging Public Sector Employees to Report Workplace Corruption. **Australian Journal of Public Administration**, v. 58, n. 2, p. 83–93, 1999.

ZUCOLOTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 137–158, 2015.

APÊNDICE A – AMOSTRA DE ARTIGOS RESULTANTES DA REVISÃO ESTRUTURADA DA LITERATURA

Tema	Ano	Autores	Artigo	Periódico
A	1987	Romzek, B. S.; Dubnick, M.	Accountability in the public sector: lessons from the Challenger tragedy	Public Administration Review
A	1993	Gray, A.; Jenkins, B.	Codes of accountability in the new public sector	Accounting, auditing and accountability journal
A	1993	Mayston, D.	Principals, agents and the economics of accountability in the new public sector	Accounting, auditing and accountability journal
A	1995	Sinclair, A.	The chameleon of accountability: forms and discourses	Accounting, organizations and society
A	1996	Broadbent, J.; Dietrich, M.; Laughlin, R.	The development of principal-agent, contracting and accountability relationships in the public sector: Conceptual and cultural problems	Critical perspectives on accounting
A	1996	Price, E. S.; McAdams, L. P.	Bringing accountability for results to government in British Columbia	Public administration and development
C	1998	Riley, S. P.	The political economy of anti-corruption strategies in Africa	European journal of development research
C	1999	Olowu, B.	Combating corruption and economic crime in Africa	International journal of public sector management
C	1999	Zipparo, L.	Encouraging public sector employees to report workplace corruption	Australian journal of public administration
A	2000	Jacobs, K.	Evaluation accountability: finding a place for the treaty of waitangi in the new zealand public sector	Accounting, auditing and accountability journal
A	2000	Romzek, B. S.	Dynamics of public sector accountability in a era of reform	International review of administrative sciences
A	2001	Bordignon, M.; Minelli, E.	Rules transparency and political accountability	Journal of public economics
A	2001	Hoque, Z.; Moll, J.	Public sector reform: implications for accounting, accountability and performance of state-owned entities - na Australian perspective	International journal of public sector management
C	2001	Zafarullah, H.; Siddiquee, N. A.	Dissecting public sector corruption in Bangladesh: issues and problems of control	Public organization review
T	2002	McIvor, R.; McHugh, M.; Cadden, C.	Internet technologies: supporting transparency in the public sector	International journal of public sector management
T	2002	Rossi, T.; Murillo Fort, C.; Puente Carols, J. C.	Transparencia en las adquisiciones del sector público: em caso los hospitales de la Ciudad de Buenos Aires	Gaceta sanitaria
A	2003	Bolton, M.	Public sector performance measurement: delivering greater accountability	Work study
A	2003	Kimber, M.; Maddox, G.	The Australian public service under the Keating Government: a case of weakened accountability?	International journal of public sector management

Tema	Ano	Autores	Artigo	Periódico
A	2003	Nze, F. C.; Nkamnebe, A. D.	Internalising effectiveness and accountability for the public good: strategic choices for public sector bureaucracies in Africa.	Management decision
A	2003	Robinson, P.	Government accountability and performance measurement	Critical perspectives on accounting
C	2004	Davis, J.	Corruption in public service delivery: experience from South Asia's water and sanitation sector	World development
A	2004	Lodhia, S. K.; Burrit, R. L.	Public sector accountability failure in a emerging economy: the case of the National Bank of Fiji	International journal of public sector management
C	2004	Pillay, S.	Corruption - the challenge to good governance: a South African perspective	International journal of public sector management
A	2004	Ryan, C.; Walsh, P.	Collaboration of public sector agencies: reporting and accountability challenges	International journal of public sector management
A	2005	Bryane, M.	Questioning public sector accountability	Public Integrity
A	2005	Cunningham, G. M.; Harris, J. E.	Toward a theory of performance reporting to achieve public sector accountability: a field study	Public budgeting & finance
A	2006	Bawn, K.; Rosenbluth, F.	short versus long coalitions: electoral accountability and de size of public sector	American journal of political science
T	2007	Bastida, F.; Benito, B.	Central government budget practices and transparency: an international comparison	Public administration
A	2007	Kinchin, N.	More than writing on a wall: evaluating the role that codes of ethics play in securing accountability of public sector decision-makers	Australian journal of public administration
A	2007	Mir, M. Z.; Rahaman, A. S.	Accounting and public sector reforms: a study of a continuously evolving governmental agency in Australia	Accounting, auditing and accountability journal
T	2007	Svensson, G.	Legal requirements for transparency in appointments and promotions in Swedish higher education institutions	International journal of public sector management
A	2008	Kim, P. S.	A daunting task in Asia: the move for transparency and accountability in the Asian public sector	Public management review
A	2008	Kudo, H.	Does e-government guarantee accountability in public sector? Experiences in Italy and Japan	Public administration quarterly
C	2008	De Maria, W.	Measurements and markets: deconstructing the corruption perception index	International journal of public sector management
A	2008	Mulgan, R.	Public sector reform in New Zealand: issues of public accountability	Public administration quarterly
A	2008	Samaratunge, R.; Alam, Q.; Teicher,	Public sector reforms and accountability: The case of south and southeast asia	Public management review
C	2009	Adersson, S.; Bergman, T.	Controlling corruption in the public sector	Scandinavian political studies

Tema	Año	Autores	Artigo	Periódico
A	2009	Bergh, S.	Constraints to strengthening public sector accountability through civil society: The case of Morocco	International journal of public policy
A	2009	Boyce, G.; Davids, C.	Conflict of interest in policing and the public sector: Ethics, integrity and social accountability	Public management review
A	2009	Bracci E.	Autonomy, responsibility and accountability in the Italian school system	Critical perspectives on accounting
T	2009	Caba Perez, C.; López-Hernández, A. M.	Governmental financial transparency in MERCOSUR member countries	International review of administrative sciences
T	2009	Kierkegaard, S.	Open access to public documents - More secrecy, less transparency!	Computer law and security review
T	2009	Mutula, S.; Wamukoya, J.	Public sector information management in east and southern Africa: Implications for FOI, democracy and integrity in government	International journal of information management
A	2010	Bianchi, C.	Improving performance and fostering accountability in the public sector through system dynamics modelling: From an 'external' to an 'internal' perspective	Systems research and behavioral science
A	2010	Bianchi, C.; Bivona, E.; Cognata, A.; Ferrara, P.; Landi, T.; Ricci, P.	Applying system dynamics to foster organizational change, accountability and performance in the public sector: a case-based Italian perspective	Systems research and behavioral science
A	2010	Monfardini, P.	Accountability in the new public sector: A comparative case study	International journal of public sector management
A	2010	Papenfub, U.; Schaefer, C.	Improving public accountability by aligning reporting to organizational changes in public service provision - an empirical Internet study of all Austrian, German and Swiss towns and states from an agency-theory perspective	International review of administrative sciences
T	2011	Arellano-Gault, D.; Lepore, W.	Transparency Reforms in the Public Sector: Beyond the New Economics of Organization	Organization studies
A	2011	Bakar, N. B. A.; Saleh, Z.; Mohamad, M. H. S.;	Enhancing Malaysian public sector transparency and accountability: Lessons and issues	European journal of economics, finance and administrative sciences
T	2011	Ferrer-Sapena, A.; Peset, F.; Alexandre-Benavent, R.	Acceso a los datos públicos y su reutilización: Open data y open government	Profesional de la información
T	2011	Fox, J.; Haight, L.; Palmer-Rubin, B.	Proporcionar transparencia ¿Hasta qué punto responde el gobierno mexicano a las solicitudes de información pública?	Gestion y politica publica

Tema	Ano	Autores	Artigo	Periódico
T	2011	Marcos-Martins, C.; Soriano-Maldonado, S.	Reutilización de la información del sector público y open data en el contexto Español y europeo. Proyecto aporta	Profesional de la informacion
T	2012	Bonsón, E.; Torres, L.; Royo, S.; Flores, F.	Local e-government 2.0: Social media and corporate transparency in municipalities	Government information quarterly
T	2012	Cegarra-Navarro, J.; Pachón, J. R. C.; Cegarra, J. L. M.	E-government and citizen's engagement with local affairs through e-websites: The case of Spanish municipalities	International journal of information management
A	2012	Ceneviva, R.; Farah, M. F. S.	Avaliação, informação e responsabilização no setor público	Revista de administração pública
T	2012	Cerrilo-i-Martinez, A.	The reuse os public sector information in Europe and its impact on transparency	European law journal
T	2012	Grimmelikhuijsen, S.	Linking transparency, knowledge and citizen trust in government: na experiment	International review of administrative sciences
T	2012	Kuunifaa, C.	Access to information legislation as a means to achieve transparency in Ghanaian governance: Lessons from the Jamaican experience	IFLA journal
T	2012	Saxby, S.; Hill, C.	Public sector information and open data: which way foward for the UK?	International journal of public law and policy
T	2013	Haque, S.; Pathrannarakul, P.	The role of technology in enhancing transparency and accountability in public sector organizations of Pakistan	International journal of economics, business and management studies
A	2009	Kristiansen, S.; Dwiyanto, A.; Pramusinto, A.; Putranto, E. A.	Public sector reforms and financial transparency: experiences from Indonesian districts	Contemporary southeast Asia: a journal of international and strategic affairs
T	2013	Meijer, A.	Understanding the complex dynamics of transparency	Public administration review
T	2013	Owen, B. B.; Cooke, L.; Matthews, G.	The development of UK government policy on citizens' access to public sector information	Information polity

APÊNDICE B – ELEMENTOS PRIMÁRIOS DE AVALIAÇÃO
LITERATURA ESPECIALIZADA

Nº	Fonte	EPA
01	(PAPENFUS; SCHAEFER, 2010)	Acesso à informação requisitada
02	(CERRILLO-I-MARTÍNEZ, 2012)	Informar o cidadão sobre os serviços públicos
03	(CERRILLO-I-MARTÍNEZ, 2012)	Contribuir para a participação do cidadão no “negócio público”
04	(GRIMMELIKHUIJSEN, 2012)	Disponibilizar informações sobre o trabalho interno
05	(GRIMMELIKHUIJSEN, 2012)	Disponibilizar informações sobre o desempenho da organização pública
06	(CRUZ et al., 2012)	Divulgar informações acerca dos atos da gestão pública
07	(CRUZ et al., 2012)	Disponibilizar informações fiscais e financeiras
08	(CRUZ et al., 2012)	Disponibilizar informações sobre desempenho, projetos e atingimento de metas em áreas relevantes para a sociedade, tais como saúde, educação, cultura, transporte, saneamento e outras
09	(ARELLANO-GAULT; LEPORE, 2011)	Internalizar a cultura de transparência
10	(FOX; HAIGHT; PALMER-RUBIN, 2011)	Cultura de transparência
11	(BONSÓN et al., 2012)	Uso de web 2.0 e ferramentas de mídias sociais
12	(CEGARRA-NAVARRO; PACHÓN; CEGARRA, 2012)	Uso de TICs para incentivar o engajamento do cidadão
13	(CEGARRA-NAVARRO; PACHÓN; CEGARRA, 2012)	Uso da internet, <i>group-ware</i> e sistemas coletivos para engajar o cidadão
14	(HAQUE; PATHRANNARAKUL, 2013)	Acesso instantâneo à informação
15	(CERRILLO-I-MARTÍNEZ, 2012)	Reutilização de informações do setor público

16	(MARCOS-MARTÍN; SORIANO-MALDONADO, 2011)	Utilização de <i>open-data</i> para desenvolvimento de serviços para a sociedade
17	(SAXBY; HILL, 2012)	Acesso e reutilização de dados públicos
18	(OWEN; COOKE; MATTHEWS, 2013)	Desenvolver habilidades de literacidade de informações nos indivíduos
19	(KUUNIFAA, 2012)	Documentação e manutenção das informações sobre o governo
20	(MEIJER, 2013)	Gerenciamento de interações entre os múltiplos atores sociais
21	(FERRER-SAPENA; PESET; ALEIXANDRE-BENAVENT, 2011)	Abertura dos dados públicos por parte do governo
22	(FERRER-SAPENA; PESET; ALEIXANDRE-BENAVENT, 2011)	Elaboração de aplicações baseadas em dados públicos por parte de terceiros
23	(KIERKEGAARD, 2009)	Acesso a documentos públicos por parte da sociedade
24	(MCIVOR; MCHUGH; CADDEN, 2002)	Uso de TICs para encorajar e aumentar a interação entre a sociedade e as organizações públicas
25	(RYAN; WALSH, 2004)	Estabelecimento de <i>guidelines</i> para o processo de fornecimento de informações por parte do setor público

LEGISLAÇÃO ESPANHOLA

Nº	Fonte	EPA
26	Ley 19/2013, art. 6,1	Publicar informações sobre as funções desenvolvidas
27	Ley 19/2013, art. 6,1	Publicar organograma atualizado
28	Ley 19/2013, art. 6,1	Identificar o responsável pelos órgãos do governo e sua trajetória profissional
29	Ley 19/2013, art. 6,2	Publicar os planos plurianuais
30	Ley 19/2013, art. 6,2	Publicar os programas anuais

31	Ley 19/2013, art. 6,2	Publicar os objetivos de programas de governo, as atividades, meios e tempo previsto para sua execução
32	Ley 19/2013, art. 6,2	Publicar o grau de cumprimento e os resultados alcançados pelos programas de governo
33	Ley 19/2013, art. 7	Publicar os informes internos dos órgãos de assessoramento jurídico (ITCA2014—67)
34	Ley 19/2013, art. 8, 1A	Publicar os contratos firmados, indicando seu objetivo, duração, importe de licitação e adjudicação, procedimentos para sua celebração, os instrumentos de publicização, o número de licitadores participantes e o procedimento e a identidade dos adjudicatários
35	Ley 19/2013, art. 8, 1A	Publicar as modificações, decisões de desistência e renúncia a contratos
36	Ley 19/2013, art. 8, 1A	Publicar ao menos trimestralmente e de forma agregada os contratos menores formalizados
37	Ley 19/2013, art. 8, 1A	Publicar a porcentagem, em volume orçamentário dos contratos adjudicados
38	Ley 19/2013, art. 8, 1B	Publicar a relação de convênios firmados, mencionando as partes firmantes, o objeto, o prazo de duração, as modificações realizadas e as obrigações econômicas relacionadas
39	Ley 19/2013, art. 8, 1C	Publicar as subvenções e ajudas públicas informando os valores, os objetivos e os beneficiários
40	Ley 19/2013, art. 8, 1D	Publicar os orçamentos com a descrição das principais rubricas orçamentárias e informação atualizada sobre seu estado de execução.
41	Ley 19/2013, art. 8, 1E	Publicar as contas anuais sujeitas a auditoria externa (balanço, Demonstração de resultado econômico-patrimonial, memória e liquidação de orçamento)

42	Ley 19/2013, art. 8, 1F	Publicar a remuneração recebida pelos altos cargos do governo e das entidades dependentes.
43	Ley 19/2013, art. 8, 1H	Publicar a declaração anual de bens e atividades dos representantes do governo
44	Ley 19/2013, art. 8, 1I	Publicar informações necessárias para avaliar o grau de cumprimento e qualidade dos serviços públicos de sua competência
45	Ley 19/2013, art. 8, 3	Publicar a relação de bens imóveis próprios, em regime de arrendamento ou ocupados pelo governo
46	Ley 19/2013, art. 11A	Proporcionar informação estruturada sobre os documentos e recursos de informação para facilitar a identificação e busca de informações nos portais de transparência
47	Ley 19/2013, art. 11C	Publicar informações no formato que permita sua re-utilização

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Nº	Fonte	EPA
48	LC 101, art. 48	Divulgar os planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestação de contas e parecer prévio, relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal.
49	LC 101, art. 48, II	Divulgar informações sobre a execução orçamentária e financeira.
50	LC 101, art. 48A, I	Divulgar as despesas por unidade gestora no decorrer da execução.
51	LC 101, art. 48A, I	Divulgar as despesas, apresentando dados referentes ao número do processo.
52	LC 101, art. 48A, I	Divulgar as despesas por unidade gestora no decorrer da execução, apresentando dados referentes ao bem ou serviço fornecido.
53	LC 101, art. 48A, I	Divulgar as despesas por unidade gestora no decorrer da execução, apresentando dados referentes ao beneficiário do pagamento.

54	LC 101, art. 48A, I	Divulgar as despesas por unidade gestora no decorrer da execução, apresentando dados referentes ao procedimento licitatório realizado.
55	Decreto Art. 7, Ia 7.185,	Divulgar as despesas por valor empenhado.
56	Decreto Art. 7, Ia 7.185,	Divulgar as despesas por valor liquidado.
57	Decreto Art. 7, Ia 7.185,	Divulgar as despesas por valor pago.
58	Decreto Art. 7, Ic 7.185,	Divulgar as despesas por unidade orçamentária.
59	Decreto Art. 7, Ic 7.185,	Divulgar as despesas por função.
60	Decreto Art. 7, Ic 7.185,	Divulgar as despesas por sub-função.
61	Decreto Art. 7, Ic 7.185,	Divulgar as despesas por natureza.
62	Decreto Art. 7, Ic 7.185,	Divulgar as despesas por fonte de recursos.
63	Decreto Art. 7, IIa 7.185,	Divulgar a previsão de receitas.
64	Decreto Art. 7, IIb 7.185,	Divulgar o lançamento de receitas.
65	Decreto Art. 7, IIb 7.185,	Divulgar o lançamento de receitas.
66	Decreto Art. 7, IIc 7.185,	Divulgar a arrecadação de receitas.
67	Decreto Art. 2, 2II 7.185,	Divulgar as informações em tempo real, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil.
68	Decreto Art. 2, 2III 7.185,	Liberar acesso ao usuário sem exigência de cadastramento ou senha.
69	Lei 12.527, art. 7, VIIa	Dar acesso às informações relativas à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.
70	Lei 12.527, art. 8, IIV	Divulgar informações sobre editais e resultados de licitações.

71	Lei 12.527, art. 8, 1IV	Divulgar informações sobre os contratos celebrados.
72	Lei 12.527, art. 8, 1V	Divulgar dados para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades.
73	Lei 12.527, art. 8, 1VI	Divulgar respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.
74	Lei 12.527, art. 8, 3I	Apresentar ferramenta de pesquisa de conteúdo.
75	Lei 12.527, art. 8, 3II	Possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários.
76	Lei 12.527, art. 8, 3III	Possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquinas.
77	Lei 12.527, art. 8, 3IV	Divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação.
78	Lei 12.527, art. 8, 3V	Garantir a autenticidade e integridade das informações disponíveis.
79	Lei 12.527, art. 8, 3VI	Manter atualizadas as informações disponíveis para acesso.
80	Lei 12.527, art. 8, 3VII	Fornecer instruções que permitam aos interessados comunicar-se com o órgão ou entidade por via eletrônica ou telefônica.
81	Lei 12.527, art. 10, 2	Viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso à informação.

ÍNDICE DE TRANSPARENCIA DAS COMUNIDADES AUTÔNOMAS - INCAU

Nº	EPA
82	Publicar o número e a composição dos grupos parlamentares para funcionamento do órgão ou entidade.
83	Publicar as dotações orçamentárias para funcionamento do órgão.
84	Divulgar os dados curriculares e os e-mails do representante máximo (presidente da C.A. ou governador e seus conselheiros (em caso de existência).
85	Publicar a relação de cargos e salários dos postos de trabalho. (Altos cargos, eventuais e de livre designação).

86	Existe e se publica uma lei de incompatibilidade e conflitos de interesses para os altos cargos.
87	Publicar a agenda de atividades e visitas dos altos cargos e dos parlamentares.
88	Publicar a relação de postos de trabalho.
89	Publicar as ofertas públicas de emprego, seu desenvolvimento e execução.
90	Especificar a existência de dados básicos dos organismos da administração institucional e dos entes instrumentais.
91	Apresentar link direto para os organismos da administração institucional e dos entes instrumentais.
92	Publicar informações sobre o processo seletivo de pessoal.
93	Publicar a relação de bens e direitos.
94	Publicar a relação de veículos oficiais (próprios ou alugados).
95	Publicar a relação de bens móveis.
96	Publicar os projetos de regulamentos regionais para consultas e sugestões de melhoria por parte dos cidadãos.
97	Publicar os ante projetos de lei.
98	Publicar as diretrizes, memórias e informes que acompanham as iniciativas legislativas.
99	Publicar as atas de plenárias e comissões das assembleias ou parlamentos.
100	Publicar perguntas, interpelações e debates das assembleias ou parlamentos.
101	Publicar e/ou transmitir pela web os debates das assembleias ou parlamentos.
102	Publicar os acordos completos dos conselhos de governo.
103	Publicar o mapa do site.
104	Manter as informações atualizadas na web (com frequência mínima semanal).
105	Publicar regularmente dados sobre o número de hospitais, centros de atenção sanitária, leitos hospitalares por habitante e seu retorno.
106	Publicar regularmente dados sobre as listas de espera nos centros de saúde da região.
107	Publicar catálogos com os serviços públicos da região e suas condições de acesso (horário, preços etc.)
108	Publicar regularmente dados sobre os centros de ensino existentes, sua natureza jurídica e tipo de financiamento, número e tipo de alunos matriculados.

109	Publicar um código de ética e bom governo.
110	Publicar as cartas de serviços explicativas dos compromissos com os cidadãos.
111	Publicar normativa regional sobre a participação cidadã.
112	Publicar informações sobre os conselhos e entidades regionais de participação social, bem como suas atividades e acordos.
113	Publicar dados da defensoria pública e seus informes emitidos.
114	Publicar dados sobre a qualidade e a avaliação dos serviços e das políticas públicas.
115	Publicar os orçamentos dos órgãos da administração institucional e dos entes instrumentais.
116	Publicar dados sobre o financiamento do governo.
117	Publicar indicadores de eficiência e eficácia do gasto público e dos serviços públicos prestados.
118	Publicar a proporção que representa o déficit/superávit público sobre o PIB.
119	Publicar gasto por habitante.
120	Publicar o indicador Investimentos realizados / subvenções do Estado.
121	Publicar o montante da dívida pública atual e sua evolução em comparação com exercícios anteriores.
122	Publicar endividamento por habitante (passivo exigível / nº de habitantes)
123	Publicar indicador de endividamento relativo (dívida total / orçamento total)
124	Publicar informações sobre os serviços contratados.
125	Publicar informações sobre as obras de infra-estrutura mais importantes em curso (objeto, responsável, valor da licitação, prazo de execução, data de início e fim)
126	Publicar periodicamente informações sobre as obras de infra-estrutura realizadas e/ou aprovadas e pendentes de execução.
127	Publicar dados sobre aquisição de suprimentos.
128	Publicar dados sobre as compras e contratações.
129	Publicar o plano de ordenação territorial e suas modificações.
130	Publicar os planos de proteção ambiental e ordenação de recursos naturais (ou denominação similar).
131	Publicar dados sobre o índice de qualidade da água da região (lagos, rios etc.)
132	Publicar dados sobre emissão de gases de efeito estufa na região e o cumprimento do protocolo de Kioto.

133	Publicar informações sobre a normativa regional vigente em relação a obras públicas.
134	Publicar os orçamentos, pregões e critérios de adjudicação das obras públicas mais importantes.

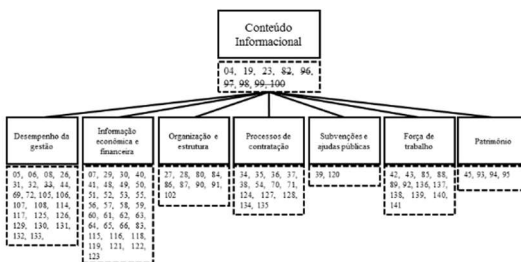
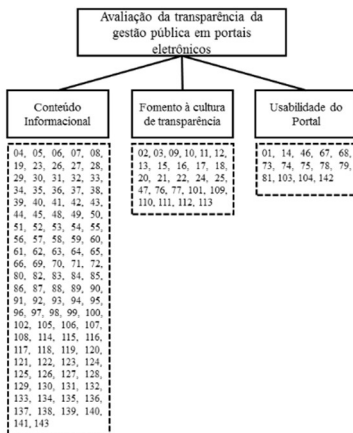
MODELO PARA AVALIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA DE ENTES GOVERNAMENTAIS (NUNES, 2013)

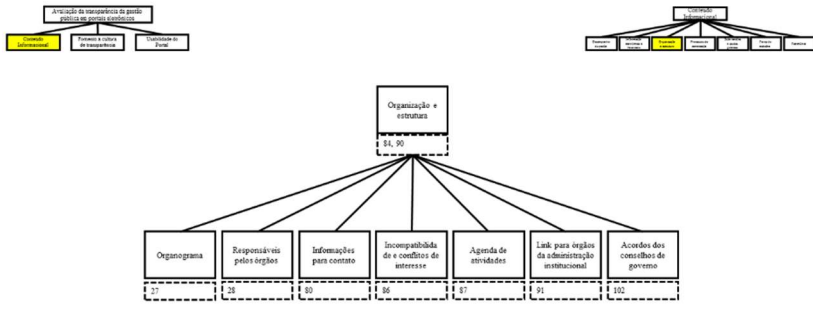
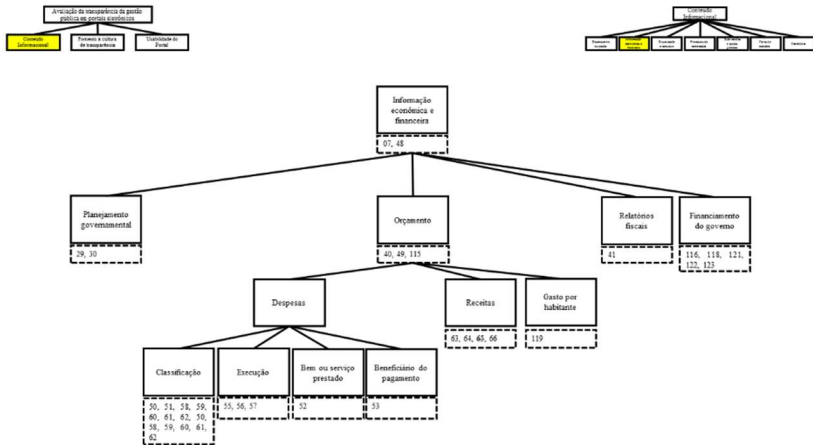
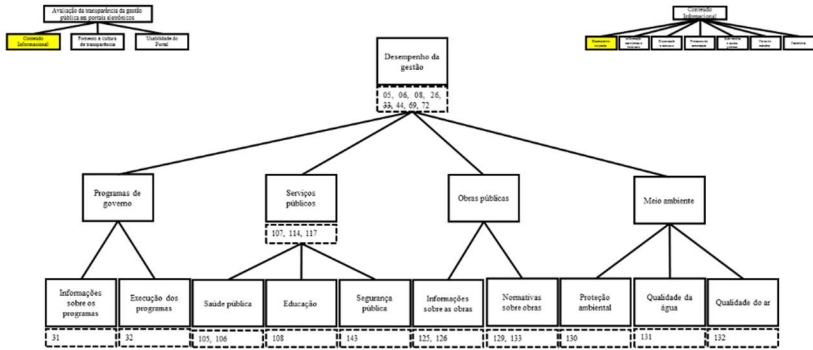
Nº	EPA
135	Divulgar informações sobre convênios firmados.
136	Divulgar informações sobre a remuneração dos servidores públicos.
137	Divulgar a relação nominal dos servidores (quadro de pessoal)
138	Divulgar informações sobre os servidores (descrição)
139	Divulgar informações sobre os cargos existentes.
140	Divulgar informações sobre os concursos públicos.
141	Divulgar informações sobre as diárias pagas.
142	Apresentar as informações em séries históricas

INSIGHTS DESTE PESQUISADOR

Nº	EPA
143	Publicar informações sobre segurança pública

APÊNDICE C – DESDOBRAMENTO DA ESTRUTURA HIERÁRQUICA DE VALOR EM PONTOS DE VISTA







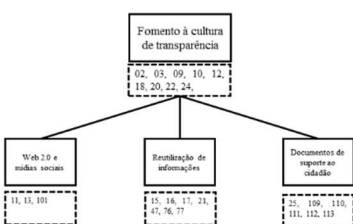
Subvenções e ajudas públicas
 1, 20, 127

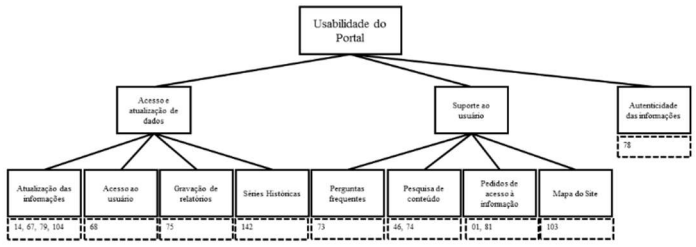


Força de trabalho
 42, 43, 83, 88, 89, 92, 136, 137, 141, 146, 149, 151



Patrimônio
 45, 95, 94, 97





APÊNDICE D – CONJUNTO DE DESCRITORES E ESCALAS MACBETH

Descritor 1.1.1.1 - Informações sobre os programas

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Publica os programas de governo com seus objetivos, atividades, meios e data prevista de conclusão	138
N4	B	publica os programas de governo com seus objetivos, atividades e meios para execução	100
N3		Publica os programas de governo com seus objetivos e atividades	69
N2		Publica os programas de governo com seus objetivos	38
N1	N	Não publica informações sobre os programas de governo	0

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre os programas de governo

Informações sobre os programas

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N5	nula	mt. forte	positiva	positiva	positiva	138.46	extrema
N4		nula	forte	positiva	positiva	100.00	mt. forte
N3			nula	forte	positiva	69.23	forte
N2				nula	mt. forte	38.46	moderada
N1					nula	0.00	fraca
							mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.1.1.2 - Execução dos programas

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4	B	Publica o percentual de execução do orçamento, o percentual de cumprimento e os resultados alcançados pelos programas	100
N3		Publica o percentual de execução do orçamento e o percentual de cumprimento dos programas	62
N2		Publica o percentual de execução do orçamento dos programas	31
N1	N	Não publica informações sobre a execução dos programas.	0

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre o cumprimento dos programas de governo

Execução dos programas

	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N4	nula	extrema	positiva	positiva	100 . 00	extrema
N3		nula	mt. forte	positiva	62 . 50	mt. forte
N2			nula	mt. forte	31 . 25	forte
N1				nula	0 . 00	moderada
						fraca
						mt. fraca
						nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.1.2.1.1 - Hospitais

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Divulga o número de hospitais	100
N1	N	Não divulga o número de hospitais	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre o número de hospitais

Descritor 1.1.2.1.2 - Centros de atenção sanitária

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Divulga o número de centros de atenção sanitária	100
N1	N	Não divulga o número de centros de atenção sanitária	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre o número de centros de atenção sanitária

Descritor 1.1.2.1.3 - Leitos por habitante

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Divulga o número de leitos por habitante	100
N1	N	Não divulga o número de leitos por habitante	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre o número de leitos por habitante na região

Descritor 1.1.2.1.4 - Lista de espera

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Divulga a lista de espera nos centros de saúde	100
N1	N	Não divulga a lista de espera nos centros de saúde	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre lista de espera nos centros de saúde da região

Descritor 1.1.2.2.1 - Centros de ensino

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Divulga o número de centros de ensino	100
N1	N	Não divulga o número de centros de ensino	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre o número de centros de ensino da

Descritor 1.1.2.2.2 - Alunos matriculados

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4		Divulga o número de alunos matriculados, o percentual de aprovação e o percentual de evasão escolar	162
N3	B	Divulga o número de alunos matriculados e o percentual de aprovação dos alunos	100
N2		Divulga o número de alunos matriculados	37
N1	N	Não divulga o número de alunos matriculados	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre o número de alunos matriculados nos centros de ensino da região

Alunos matriculados ☒

	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N4	nula	mt. forte	positiva	positiva	162.5	extrema
N3		nula	mt. forte	positiva	100.0	mt. forte
N2			nula	moderada	37.5	forte
N1				nula	0.0	moderada
						fraca
						mt. fraca
						nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.1.2.3 - Segurança pública

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N3		Divulga o número de ocorrências registradas e o percentual de atendimento das ocorrências	225
N2	B	Divulga o número de ocorrências registradas	100
N1	N	Não divulga o número de ocorrências registradas	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre o número de ocorrências registradas na região

The screenshot shows a software window titled "Segurança pública". It contains a comparison matrix with three levels (N3, N2, N1) and a legend on the right. The matrix is as follows:

	N3	N2	N1	Escala atual
N3	nula	mt. forte	positiva	225
N2		nula	forte	100
N1			nula	0

Below the matrix, the text "Julgamentos consistentes" is displayed in green. To the right, a vertical legend lists the following terms: extrema, mt. forte, forte, moderada, fraca, mt. fraca, and nula, each in a colored box.

Descritor 1.1.2.4 - Eficiência na prestação dos serviços

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Divulga indicadores de eficiência do gasto público	100
N1	N	Não divulga indicadores de eficiência do gasto público	0

Escala: Verificar a disponibilização de indicadores de eficiência em relação ao gasto público e o serviço prestado

Descritor 1.1.3.1 - Informações sobre as obras

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N6		Publica o objeto, os responsáveis pelas obras, o valor das licitações, os prazos de execução e as datas de início e fim	138
N5	B	Publica o objeto, os responsáveis pelas obras, o valor das licitações e os prazos de execução	100
N4		Publica o objeto, os responsáveis pelas obras e o valor das licitações	77
N3		Publica o objeto e os responsáveis pelas obras	46
N2		Publica o objeto das obras	31
N1	N	Não publica informações sobre as obras de infra-estrutura	0

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre as obras de infraestrutura mais importantes em curso

	N6	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N6	nula	mt. forte	positiva	positiva	positiva	positiva	138.46	extrema
N5		nula	moderada	positiva	positiva	positiva	100.00	mt. forte
N4			nula	forte	positiva	positiva	76.92	forte
N3				nula	fraca	positiva	46.15	moderada
N2					nula	forte	30.77	fraca
N1						nula	0.00	mt. fraca
								nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.1.3.2 - Normativas sobre obras

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N3	B	Publica o plano de ordenação territorial e suas modificações	100
N2		Publica o plano de ordenação territorial	50
N1	N	Não publica o plano de ordenação territorial	0

Escala: Verifica a disponibilização de informação sobre a normativa vigente em relação às obras públicas

Normativa sobre as obras					⌵
	N3	N2	N1	Escala atual	extrema
N3	nula	mt. forte	positiva	100	mt. forte
N2		nula	mt. forte	50	forte
N1			nula	0	moderada
Julgamentos consistentes					fraca
					mt. fraca
					nula

Descritor 1.1.4.1 - Proteção ambiental

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N3	B	Publica o plano de proteção ambiental e ordenação dos recursos naturais	100
N2		Publica o plano de proteção ambiental	55
N1	N	Não publica o plano de proteção ambiental	0

Escala: Verifica a disponibilização do plano de proteção ambiental e ordenação dos recursos naturais (ou denominação similar)

Proteção ambiental					⌵
	N3	N2	N1	Escala atual	extrema
N3	nula	forte	positiva	100.00	mt. forte
N2		nula	mt. forte	55.56	forte
N1			nula	0.00	moderada
Julgamentos consistentes					fraca
					mt. fraca
					nula

Descritor 1.1.4.2 - Qualidade da água

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica dados sobre o índice de qualidade da água da região	100
N1	N	Não publica dados sobre o índice de qualidade da água da região	0

Escala: Verificar a disponibilização de dados sobre a qualidade da água da região

Descritor 1.1.4.3 - Qualidade do ar

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica dados sobre o índice de qualidade do ar da região	100
N1	N	Não publica dados sobre o índice de qualidade do ar da região	0

Escala: Verificar a disponibilização de dados sobre a emissão de gases de efeito estufa na região (em cumprimento ao protocolo de Kyoto)

Descritor 1.2.1 - Planejamento governamental

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4	B	Divulga o Orçamento Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias	100
N3		Divulga o Orçamento Anual e o Plano Plurianual	75
N2		Divulga o Orçamento Anual	42
N1	N	Não divulga as peças de planejamento governamental	0

Escala: Verificar a disponibilização das peças de planejamento governamental

Planejamento governamental

	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N4	nula	moderada	positiva	positiva	100	extrema mt. forte
N3		nula	forte	positiva	75	forte moderada
N2			nula	mt. forte	42	fraca
N1				nula	0	mt. fraca nula

Julgamentos consistentes

OK? ↻ 💡 🔍 🔄 📊 📈 📉 📊 DIFF 100% 🚶 🎨

Descritor 1.2.2.1.1 - Unidade orçamentária			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica as despesas por unidade orçamentária	100
N1	N	Não publica as despesas por unidade orçamentária	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação de despesas por unidade orçamentária

Descritor 1.2.2.1.2 - Função			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica as despesas por função	100
N1	N	Não publica as despesas por função	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação de despesas por função

Descritor 1.2.2.1.3 - Programa			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica as despesas por programa	100
N1	N	Não publica as despesas por programa	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação de despesas por programa de governo

Descritor 1.2.2.1.4 - Natureza			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica as despesas por natureza	100
N1	N	Não publica as despesas por natureza	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação de despesas por natureza

Descritor 1.2.2.1.5 - Fonte de recursos			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica as despesas por fonte de recursos	100
N1	N	Não publica as despesas por fonte de recursos	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação de despesas por fonte de recursos

Descritor 1.2.2.2 - Execução

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4	B	Divulga as despesas por empenho, liquidação e pagamento	100
N3		Divulga as despesas por empenho e liquidação	54
N2		Divulga as despesas por empenho	18
N1	N	Não divulga informações sobre a execução da despesa	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre a execução da despesa

The screenshot shows a software window titled 'Execução'. It contains a comparison matrix with four levels (N1, N2, N3, N4) and a legend on the right. The matrix compares each level against itself and other levels. The legend lists seven categories: extrema, mt. forte, forte, moderada, fraca, mt. fraca, and nula. The matrix shows that N4 is 'nula' compared to N3, N2, and N1; N3 is 'mt. forte' compared to N2 and 'positiva' compared to N1; N2 is 'positiva' compared to N1; and N1 is 'fraca' compared to N2 and 'nula' compared to N3 and N4. The 'Escala atual' column shows values: 100.00 for N4, 54.55 for N3, 18.18 for N2, and 0.00 for N1. Below the matrix, it says 'Julgamentos consistentes' and there are several icons at the bottom.

	N4	N3	N2	N1	Escala atual
N4	nula	mt. forte	positiva	positiva	100.00
N3		nula	forte	positiva	54.55
N2			nula	fraca	18.18
N1				nula	0.00

Julgamentos consistentes

Descritor 1.2.2.3 - Bem ou serviço prestado

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica as despesas por bem ou serviço prestado	100
N1	N	Não publica as despesas por bem ou serviço prestado	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre as despesas por bem ou serviço

Descritor 1.2.2.4 - Beneficiário do pagamento

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica as despesas por beneficiário do pagamento	100
N1	N	Não publica as despesas por beneficiário do pagamento	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre as despesas por beneficiário do pagamento

Descritor 1.2.3 - Receitas

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4	B	Divulga a previsão, lançamento e arrecadação de receitas	100
N3		Divulga a previsão e lançamento de receitas	62
N2		Divulga a previsão de receitas	38
N1	N	Não divulga informações sobre o comportamento da receita	0

Escala: Verificar a disponibilização de informação sobre o comportamento da receita

The screenshot shows a window titled 'Receitas' with a comparison matrix and a legend. The matrix compares levels N4, N3, N2, and N1. The legend on the right maps qualitative terms to quantitative values.

	N4	N3	N2	N1	Escala atual
N4	nula	mt. forte	positiva	positiva	100.00
N3		nula	moderada	positiva	61.54
N2			nula	mt. forte	38.46
N1				nula	0.00

Julgamentos consistentes

- extrema
- mt. forte
- forte
- moderada
- fraca
- mt. fraca
- nula

Descritor 1.2.4 - Gasto por habitante

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica indicador de gasto por habitante	100
N1	N	Não publica indicador de gasto por habitante	0

Escala: Verificar a disponibilização de indicador de gasto por habitante

Descritor 1.2.5 - Relatórios fiscais

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Publica o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a liquidação do orçamento e a memória justificativa	133
N4	B	Publica o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a liquidação do orçamento	100
N3		Publica o balanço patrimonial e a demonstração do resultado	67
N2		Publica o balanço patrimonial	33
N1	N	Não disponibiliza as contas anuais sujeitas à auditoria	0

Escala: Verificar a disponibilização das contas anuais sujeitas à auditoria externa

Relatórios fiscais

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N5	nula	mt. forte	positiva	positiva	positiva	133.33	extrema
N4		nula	mt. forte	positiva	positiva	100.00	mt. forte
N3			nula	mt. forte	positiva	66.67	forte
N2				nula	mt. forte	33.33	moderada
N1					nula	0.00	fraca
							mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.2.6.1 - Deficit / superavit sobre o PIB

Níveis de Impacto	Ref.	Escola Ordinal	Escola Cardinal
N2	B	Publica o indicador	100
N1	N	Não publica o indicador	0

Escala: Verificar a disponibilização de indicador da relação do Déficit / superávit sobre o PIB

Descritor 1.2.6.2 - Montante da dívida pública

Níveis de Impacto	Ref.	Escola Ordinal	Escola Cardinal
N2	B	Publica o montante da dívida pública	100
N1	N	Não publica o montante da dívida pública	0

Escala: Verificar a disponibilização do valor do montante da dívida pública

Descritor 1.2.6.3 - Endividamento por habitante

Níveis de Impacto	Ref.	Escola Ordinal	Escola Cardinal
N2	B	Publica o endividamento por habitante	100
N1	N	Não publica o endividamento por habitante	0

Escala: Verificar a disponibilização de indicador da relação entre o montante da dívida pública e o número de habitantes

Descritor 1.2.6.4 - Endividamento relativo

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica o endividamento relativo	100
N1	N	Não publica o endividamento relativo	0

Escala: Verificar a disponibilização de indicador da relação entre a dívida total e o orçamento total

Descritor 1.3.1 - Organograma

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica o organograma	100
N1	N	Não publica o organograma	0

Escala: Verificar a disponibilização do organograma do governo

Descritor 1.3.2 - Responsáveis pelos órgãos

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N3		Indentifica os responsáveis pelos órgãos do governo e apresenta sua trajetória profissional	200
N2	B	Identifica os responsáveis pelos órgãos do governo	100
N1	N	Não identifica os responsáveis pelos órgãos do governo	0

Escala: Verificar a disponibilização de informações a respeito dos responsáveis pelos órgãos do governo

Responsáveis pelos órgãos ✖

	niv1	niv2	niv3	Escala atual	
	niv1	niv2	niv3		extrema
niv1	nula	mt. forte	positiva	200	mt. forte
niv2		nula	mt. forte	100	forte
niv3			nula	0	moderada
					fraca
					mt. fraca
					nula

Julgamentos consistentes

OK?

Descritor 1.3.3 - Informações para contato

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4		Fornece endereço eletrônico, telefone para que os interessados possam comunicar-se com os órgãos do governo e endereço eletrônico individual do responsável pelo órgão	167
N3	B	Fornece endereço eletrônico e telefone para que os interessados possam comunicar-se com os órgãos do governo	100
N2		Fornece endereço eletrônico para que os interessados possam comunicar-se com os órgãos do governo	83
N1	N	Não fornece instruções que permitam aos interessados comunicar-se com os órgãos do governo	0

Escala: Verificar a disponibilização de informações que permitam aos interessados comunicar-se com os órgãos do governo

	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N4	nula	forte	positiva	positiva	166.67	extrema
N3		nula	mt. fraca	positiva	100.00	mt. forte
N2			nula	mt. forte	83.33	forte
N1				nula	0.00	moderada
						fraca
						mt. fraca
						nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.3.4 - Incompatibilidade e conflito de interesses

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica lei de incompatibilidade e conflitos de interesses para os altos cargos	100
N1	N	Não publica lei de incompatibilidade e conflitos de interesses para os altos cargos	0


Escala: Verificar a disponibilização lei de incompatibilidade e conflitos de interesses para os altos cargos.

Descritor 1.3.5 - Agenda de atividades

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N3	B	Publica a agenda de atividades do governador e dos secretários de Estado	100
N2		Publica a agenda de atividades do governador	54
N1	N	Não publica a agenda de atividades dos altos cargos do	0

Escala: Verificar a disponibilização da agenda de atividades dos altos cargos do governo

 Agenda de atividades ✖


	N3	N2	N1	Escala atual	extrema
N3	nula	mt. forte	positiva	100.00	mt. forte
N2		nula	extrema	54.55	forte
N1			nula	0.00	moderada

Julgamentos consistentes




















Descritor 1.3.6 - Link para órgãos da administração institucional

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N3	B	Publica link para os organismos da administração institucional e dos entes instrumentais	100
N2		Publica link para os organismos da administração	60
N1	N	Não publica link para os órgãos do governo	0

Escala: Verificar a disponibilização de link direto para os organismos da administração institucional e dos entes instrumentais.

Link para órgãos da administração institucional

	N3	N2	N1	Escala atual	
					extrema
N3	nula	forte	positiva	100	mt. forte
N2		nula	extrema	60	forte
N1			nula	0	moderada
					fraca
					mt. fraca
					nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.3.7 - Acordos dos conselhos de governo

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica os acordos completos dos conselhos de governo	100
N1	N	Não publica os acordos completos dos conselhos de governo	0

Escala: Verificar a disponibilização dos acordos completos dos conselhos de governo

Descritor 1.4.1.1 - Execução do processo

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4	B	Publica as datas das audiências públicas para licitações, os editais e o número de participantes	100
N3		Publica as datas das audiências públicas para licitações e os editais	50
N2	N	Publica as datas das audiências públicas para licitações	0
N1		Não publica informações sobre a realização dos processos licitatórios	-60

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre a execução dos processos

Execução do processo						
	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
						extrema
N4	nula	mt. forte	positiva	positiva	100	mt. forte
N3		nula	mt. forte	positiva	50	forte
N2			nula	extrema	0	moderada
N1				nula	-60	fraca
Julgamentos consistentes						

Descritor 1.4.1.2 - Resultado do processo

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4	B	Publica a identidade dos adjudicatários, o valor e a duração dos contratos	100
N3		Publica a identidade dos adjudicatários e o valor dos	50
N2	N	Publica a identidade dos adjudicatários	0
N1		Não publica informações sobre o resultado dos processos licitatórios	-60

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre resultados de licitações

Resultado do processo						
	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
						extrema
N4	nula	mt. forte	positiva	positiva	100	mt. forte
N3		nula	mt. forte	positiva	50	forte
N2			nula	extrema	0	moderada
N1				nula	-60	fraca
Julgamentos consistentes						

Descritor 1.4.2 - Contratos

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4	B	Publica informações sobre os contratos celebrados, suas modificações, desistências ou renúncias e a porcentagem em volume orçamentário dos contratos adjudicados	100
N3		Publica informações sobre os contratos celebrados e suas modificações, desistências ou renúncias	20
N2	N	Publica informações sobre os contratos celebrados	0
N1		Não publica informações sobre os contratos celebrados	-120

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre os contratos celebrados

The screenshot shows a software window titled 'Contratos' with a search icon. It displays a comparison matrix for levels N4, N3, N2, and N1. The matrix compares each level against the others. To the right of the matrix is a vertical scale with values 100, 20, 0, and -120, and a legend with five categories: extrema, mt. forte, forte, moderada, fraca, mt. fraca, and nula. Below the matrix, the text 'Julgamentos consistentes' is displayed in green. At the bottom, there is a toolbar with various icons for editing and navigation.

	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N4	nula	forte	positiva	positiva	100	extrema
N3		nula	mt. fraca	positiva	20	mt. forte
N2			nula	extrema	0	forte
N1				nula	-120	moderada
Julgamentos consistentes						

Descritor 1.4.3 - Convênios

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N6		Publica o objeto, as partes firmantes, as modificações, as obrigações econômicas relacionadas e o prazo de duração dos convênios	121
N5	B	Publica o objeto, as partes firmantes, as modificações e as obrigações econômicas relacionadas dos convênios	100
N4		Publica o objeto, as partes firmantes e as modificações dos convênios (quando houver)	71
N3		Publica o objeto e as partes firmantes dos convênios	43
N2	N	Publica o objeto dos convênios	0
N1		Não publica informações sobre os convênios celebrados	-43

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre os convênios celebrados

convênios							Escala atual	extrema
	N6	N5	N4	N3	N2	N1		mt. forte
N6	nula	moderada	positiva	positiva	positiva	positiva	121.43	forte
N5		nula	forte	positiva	positiva	positiva	100.00	moderada
N4			nula	forte	positiva	positiva	71.43	fraca
N3				nula	extrema	positiva	42.86	mt. fraca
N2					nula	extrema	0.00	nula
N1						nula	-42.86	

Julgamentos consistentes

Descritor 1.5 - Subvenções e ajudas públicas

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Publica as subvenções e ajudas públicas com seus objetivos, valores relacionados, beneficiários e indicador Investimentos realizados / subvenções do Estado	140
N4	B	Publica as subvenções e ajudas públicas com seus objetivos, valores relacionados e beneficiários	100
N3		Publica as subvenções e ajudas públicas com seus objetivos e valores relacionados	50
N2	N	Publica as subvenções e ajudas públicas com seus objetivos	0
N1		Não publica as subvenções e ajudas públicas	-60

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre subvenções e ajudas públicas

Subvenções e ajudas públicas							Escala atual	extrema
	N5	N4	N3	N2	N1		mt. forte	
N5	nula	forte	positiva	positiva	positiva	140	forte	
N4		nula	mt. forte	positiva	positiva	100	moderada	
N3			nula	mt. forte	positiva	50	fraca	
N2				nula	extrema	0	mt. fraca	
N1					nula	-60	nula	

Julgamentos consistentes

Descritor 1.6.1 - Remuneração

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Publica a remuneração recebida pelos servidores efetivos, comissionados, estagiários e terceirizados	144
N4	B	Publica a remuneração recebida pelos servidores efetivos, comissionados e estagiários	100
N3		Publica a remuneração recebida pelos servidores efetivos e comissionados	56
N2	N	Publica a remuneração recebida pelos servidores efetivos (com estabilidade no cargo)	0
N1		Não publica a remuneração recebida pelos servidores	-67

Escala: Verificar a disponibilização da remuneração recebida pelos servidores

Remuneração							Σ
	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N5	nula	forte	positiva	positiva	positiva	144.44	extrema
N4		nula	forte	positiva	positiva	100.00	mt. forte
N3			nula	mt. forte	positiva	55.56	forte
N2				nula	extrema	0.00	moderada
N1					nula	-66.67	fraca
							mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.6.2 - Declaração anual de bens

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Publica a relação anual de bens do chefe do poder executivo, seus secretários, diretores dos órgãos da administração direta e representantes das autarquias e fundações	144
N4	B	Publica a relação anual de bens do chefe do poder executivo, seus secretários e diretores dos órgãos da administração	100
N3		Publica a relação anual de bens do chefe do poder executivo e de seus secretários	56
N2	N	Publica a declaração anual de bens do chefe do poder	0
N1		Não publica a declaração anual de bens dos altos cargos do governo	-67

Escala: Verificar a disponibilização da declaração anual de bens dos altos cargos do governo

Declaração anual de bens

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N5	nula	forte	positiva	positiva	positiva	144.44	extrema
N4		nula	forte	positiva	positiva	100.00	mt. forte
N3			nula	mt. forte	positiva	55.56	forte
N2				nula	extrema	0.00	moderada
N1					nula	-66.67	fraca
							mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.6.3 - Relação de cargos

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4	B	Publica a estrutura de cargos existentes, a tabela de remuneração e as demais vantagens dos cargos	100
N3		Publica a estrutura de cargos existentes e a tabela de remuneração dos cargos	56
N2	N	Publica a estrutura de cargos existente	0
N1		Não publica informações sobre a estrutura de cargos	-67

Escala: Verificar a disponibilização da estrutura de cargos existente

Relação de cargos

	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N4	nula	forte	positiva	positiva	100.00	extrema
N3		nula	mt. forte	positiva	55.56	mt. forte
N2			nula	extrema	0.00	forte
N1				nula	-66.67	moderada
						fraca
						mt. fraca
						nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.6.4 - Oferta de empregos

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Publica informações sobre os concursos públicos em andamento e realizados, a relação de candidatos classificados e informações sobre outras ofertas de trabalho que não os concursos públicos.	145
N4	B	Publica informações sobre os concursos públicos em andamento, realizados e a relação de candidatos	100
N3		Publica informações sobre os concursos públicos em andamento e realizados	55
N2	N	Publica informações sobre concursos públicos em andamento	0
N1		Não publica informações sobre o processo seletivo de	-55

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre o processo seletivo de pessoal

Ofertas de empregos

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N5	nula	mt. forte	positiva	positiva	positiva	145.45	extrema
N4		nula	mt. forte	positiva	positiva	100.00	mt. forte
N3			nula	extrema	positiva	54.55	forte
N2				nula	extrema	0.00	moderada
N1					nula	-54.55	fraca
							mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 1.6.5 - Quadro de pessoal

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N3	B	publica a relação nominal de servidores e sua classificação por categorias	100
N2		Publica a relação nominal de servidores	71
N1	N	Não publica a relação nominal de servidores	0

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre o quadro de pessoal do governo

Quadro de pessoal							
	N3	N2	N1	Escala atual	extrema		
N3	nula	fraca	positiva	100.00	mt. forte		
N2		nula	mt. forte	71.43	forte		
N1			nula	0.00	moderada		
Julgamentos consistentes						fraca	
						mt. fraca	
						nula	

Descritor 1.6.6 - Diárias pagas

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Publica informações sobre a quantidade, os valores, os beneficiários e os motivos dos deslocamentos das diárias	145
N4	B	Publica informações sobre a quantidade, os valores e os beneficiários das diárias pagas	100
N3		Publica informações sobre a quantidade e os valores das diárias pagas	55
N2	N	Publica informações sobre a quantidade de diárias pagas	0
N1		Não publica informações sobre diárias pagas	-55

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre as diárias pagas pelo governo

Diárias pagas							
	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	extrema
N5	nula	mt. forte	positiva	positiva	positiva	145.45	mt. forte
N4		nula	mt. forte	positiva	positiva	100.00	forte
N3			nula	extrema	positiva	54.55	moderada
N2				nula	extrema	0.00	fraca
N1					nula	-54.55	mt. fraca
Julgamentos consistentes						nula	

Descritor 1.7.1 - Relação de bens imóveis

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N3	B	Publica a relação de bens imóveis próprios e arrendados	100
N2		Publica a relação de bens imóveis próprios	50
N1	N	Não publica a relação de bens imóveis	0

Escala: Verificar a disponibilização da relação de bens imóveis do Estado / Província

Relação de bens imóveis

	niv1	niv2	niv3	Escala atual
niv1		nula	extrema	100
niv2			extrema	50
niv3				0

Julgamentos consistentes

extrema
mt. forte
forte
moderada
fraca
mt. fraca
nula

Descritor 1.7.2 - Relação de bens móveis

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N3	B	Publica a relação de veículos e demais bens móveis	100
N2		Publica a relação de veículos	50
N1	N	Não publica a relação de bens móveis	0

Escala: Verificar a disponibilização da relação de bens móveis do Estado / Província

Relação de bens móveis

	niv1	niv2	niv3	Escala atual	extrema
niv1	nula	mt. forte	positiva	100	mt. forte
niv2		nula	mt. forte	50	forte
niv3			nula	0	moderada
					fraca
					mt. fraca
					nula

Julgamentos consistentes

Descritor 2.1.1 - Facebook

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Última atualização realizada há menos de uma semana do momento da avaliação	136
N4	B	Última atualização realizada até uma semana do momento da avaliação	100
N3		Última atualização realizada até 15 dias do momento da avaliação	55
N2	N	Última atualização realizada até um mês do momento da avaliação	0
N1		Não possui página no Facebook ou a página não é atualizada há mais de um mês do momento da avaliação	-55

Escala: Verificar a presença no Facebook e atualização de postagens

Facebook

	niv1	niv2	niv3	niv4	niv5	Escala atual	extrema
niv1	nula	forte	positiva	positiva	positiva	136.36	mt. forte
niv2		nula	mt. forte	positiva	positiva	100.00	forte
niv3			nula	extrema	positiva	54.55	moderada
niv4				nula	extrema	0.00	fraca
niv5					nula	-54.55	mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 2.1.2 - Twitter

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Última atualização realizada há menos de uma semana do momento da avaliação	136
N4	B	Última atualização realizada até uma semana do momento da avaliação	100
N3		Última atualização realizada até 15 dias do momento da avaliação	55
N2	N	Última atualização realizada até um mês do momento da avaliação	0
N1		Não possui página no Twitter ou a página não é atualizada há mais de um mês do momento da avaliação	-55

Escala: Verificar a presença no Twitter e atualização de postagens

The screenshot shows a software interface for evaluating Twitter presence. It features a comparison matrix with five levels (N5 to N1) and a corresponding scale. The matrix cells contain qualitative terms like 'nula', 'forte', 'mt. forte', 'positiva', 'extrema', and 'nula'. The scale column shows numerical values: 136.36, 100.00, 54.55, 0.00, and -54.55. To the right of the scale is a vertical legend with color-coded boxes: 'extrema' (red), 'mt. forte' (dark blue), 'forte' (blue), 'moderada' (light blue), 'fraca' (very light blue), 'mt. fraca' (lightest blue), and 'nula' (white). Below the matrix, the text 'Julgamentos consistentes' is displayed in green. At the bottom, there is a toolbar with various icons for navigation and editing.

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N5	nula	forte	positiva	positiva	positiva	136.36	extrema
N4		nula	mt. forte	positiva	positiva	100.00	mt. forte
N3			nula	extrema	positiva	54.55	forte
N2				nula	extrema	0.00	moderada
N1					nula	-54.55	fraca
							mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 2.1.3 - YouTube

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Última atualização realizada há menos de uma semana do momento da avaliação	136
N4	B	Última atualização realizada até uma semana do momento da avaliação	100
N3		Última atualização realizada até 15 dias do momento da avaliação	55
N2	N	Última atualização realizada até um mês do momento da avaliação	0
N1		Não possui canal no YouTube ou não é atualizado há mais de um mês do momento da avaliação	-55

Escala: Verificar a presença no YouTube e atualização de postagens

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
							extrema
N5	nula	forte	positiva	positiva	positiva	136.36	mt. forte
N4		nula	mt. forte	positiva	positiva	100.00	forte
N3			nula	extrema	positiva	54.55	moderada
N2				nula	extrema	0.00	fraca
N1					nula	-54.55	mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 2.1.4 - Outras redes sociais

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Presente em 4 ou mais redes sociais	122
N4	B	Presente em 3 redes sociais	100
N3		Presente em 2 redes sociais	56
N2	N	Presente em 1 rede social	0
N1		Não está presente em outras redes sociais	-67

Escala: Verificar a presença em outras redes sociais além do Facebook, Twitter e YouTube

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
							extrema
N5	nula	fraca	positiva	positiva	positiva	122.22	mt. forte
N4		nula	forte	positiva	positiva	100.00	forte
N3			nula	mt. forte	positiva	55.56	moderada
N2				nula	extrema	0.00	fraca
N1					nula	-66.67	mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 2.2 - Reutilização das informações

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Disponibiliza dados organizados em catálogo e em formato estruturado; disponibiliza dados sobre as competências e estrutura organizacional; disponibiliza dados sobre repasses, transferências de recursos e despesas e informações sobre licitações (editais e contratos firmados); disponibiliza dados sobre acompanhamento de programas, ações, projetos e obras	180
N4	B	Disponibiliza dados organizados em catálogo e em formato estruturado; disponibiliza dados sobre as competências e estrutura organizacional; disponibiliza dados sobre repasses, transferências de recursos e despesas e informações sobre licitações (editais e contratos firmados)	100
N3		Disponibiliza dados organizados em catálogo e em formato estruturado; disponibiliza dados sobre as competências e estrutura organizacional	40
N2	N	Disponibiliza dados organizados em catálogo e em formato estruturado	0
N1		Não disponibiliza dados para reutilização	-100

Escala: Verificar a disponibilização e formato dos dados para reutilização

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
							extrema
							mt. forte
N5	nula	forte	positiva	positiva	positiva	180	forte
N4		nula	moderada	positiva	positiva	100	moderada
N3			nula	fraca	positiva	40	fraca
N2				nula	mt. forte	0	mt. fraca
N1					nula	-100	nula

Julgamentos consistentes

Descritor 2.3.1 - Guia de fornecimento de informações

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica guia para o processo de fornecimento de informações	100
N1	N	Não publica guia para o processo de fornecimento de informações	0

Escala: Verificar a existência de guia para o processo de fornecimento de informações ao usuário

Descritor 2.3.2 - Código de ética e bom governo			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica código de ética e bom governo	100
N1	N	Não publica código de ética e bom governo	0

Escala: Verificar a disponibilização de código de ética e bom governo

Descritor 2.3.3 - Carta de serviços ao cidadão			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica carta de serviços ao cidadão	100
N1	N	Não publica carta de serviços ao cidadão	0

Escala: Verificar a disponibilização de Carta de Serviços ao Cidadão

Descritor 2.3.4 - Normativa sobre participação cidadã			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica normativa sobre participação cidadã	100
N1	N	Não publica normativa sobre participação cidadã	0

Escala: Verificar a disponibilização de normativa sobre participação cidadã

Descritor 2.3.5 - Conselhos e entidades regionais			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica informações sobre os conselhos e entidades regionais de participação cidadã	100
N1	N	Não publica informações sobre os conselhos e entidades regionais de participação cidadã	0

Escala: Verificar a disponibilização de informações sobre os conselhos e entidades regionais de participação cidadã

Descritor 2.3.6 - Defensoria pública			
Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Publica informes emitidos pela defensoria pública	100
N1	N	Não publica informes emitidos pela defensoria pública	0

Escala: Verificar a disponibilização de informes emitidos pela defensoria pública

Descritor 3.1.1 - Atualização das informações

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Informações fiscais são disponibilizadas no dia útil da data do registro contábil; informações sobre o desempenho do governo são disponibilizadas em relação ao mês atual	167
N4	B	Informações fiscais são disponibilizadas no dia útil da data do registro contábil; informações sobre o desempenho do governo são disponibilizadas em relação ao mês anterior	100
N3		Informações fiscais são disponibilizadas no dia útil da data do registro contábil	33
N2	N	Informações fiscais são disponibilizadas até o 1o dia útil subsequente ao registro contábil	0
N1		Informações fiscais não são disponibilizadas até o 1o dia útil subsequente ao registro contábil	-33

Escala: Verificar o nível de atualização das informações disponibilizadas no portal

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N5	nula	forte	positiva	positiva	positiva	166.67	extrema
N4		nula	forte	positiva	positiva	100.00	mt. forte
N3			nula	fraca	positiva	33.33	forte
N2				nula	fraca	0.00	moderada
N1					nula	-33.33	fraca
							mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 3.1.2 - Acesso ao usuário

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4		Não é necessário cadastro e senha para acessar as informações; site apresenta campo "fale conosco" e permite alteração de idioma do conteúdo disponível no portal	140
N3	B	Não é necessário cadastro e senha para acessar as informações; site apresenta campo "fale conosco"	100
N2	N	Não é necessário cadastro e senha para acessar as informações	0
N1		Para acessar as informações é necessário cadastro e senha	-100

Escala: Verificar o nível de liberação de acesso ao usuário (necessidade de cadastro e senha)

Acesso ao usuário

	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
						extrema
						mt. forte
						forte
						moderada
						fraca
						mt. fraca
						nula

Julgamentos consistentes

Descritor 3.1.3 - Gravação de relatórios

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N4	B	Permite a gravação das informações disponíveis em formato PDF e formato editável (editor de texto e planilha de cálculo); permite a gravação de relatórios em formato CSV	100
N3		Permite a gravação das informações disponíveis em formato PDF e formato editável (editor de texto e planilha de cálculo)	56
N2	N	Permite a gravação das informações disponíveis em formato PDF	0
N1		Não permite a gravação das informações disponíveis em relatórios	-44

Escala: Verificar a disponibilidade de gravação de relatórios (pdf, word, Excel, CSV)

Gravação de relatórios

	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
						extrema
						mt. forte
						forte
						moderada
						fraca
						mt. fraca
						nula

Julgamentos consistentes

Descritor 3.1.4 - Séries históricas

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N5		Informações fiscais e de desempenho disponíveis em séries históricas de mais de 2 anos	150
N4	B	Informações fiscais disponíveis em séries históricas de mais de 2 anos; informações de desempenho disponíveis em séries históricas de pelo menos 2 anos	100
N3		Informações fiscais disponíveis em séries históricas de mais de 2 anos	50
N2	N	Informações fiscais disponíveis em séries históricas de pelo menos 2 anos	0
N1		Ausência de informações em séries históricas	-50

Escala: Verificar a disponibilização de dados em séries históricas

The screenshot shows a window titled "Séries históricas" with a table and a vertical scale. The table has columns for impact levels N5, N4, N3, N2, N1 and rows for the same levels. The diagonal cells are empty, while others contain qualitative terms. To the right, a vertical scale shows numerical values from -50 to 150 with corresponding qualitative labels.

	N5	N4	N3	N2	N1	Escala atual	
N5	nula	forte	positiva	positiva	positiva	150	extrema
N4		nula	forte	positiva	positiva	100	mt. forte
N3			nula	forte	positiva	50	forte
N2				nula	forte	0	moderada
N1					nula	-50	fraca
							mt. fraca
							nula

Julgamentos consistentes

Descritor 3.2.1 - Perguntas frequentes

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Apresenta campo com respostas às perguntas frequentes	100
N1	N	Não apresenta campo com respostas às perguntas frequentes	0

Escala: Verificar a existência de campo com respostas às perguntas frequentes dos usuários

Descritor 3.2.2 - Pesquisa de conteúdo

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Apresenta campo para pesquisa de conteúdo	100
N1	N	Não apresenta campo para pesquisa de conteúdo	0

Escala: Verificar a existência de campo para pesquisa de conteúdo

Descritor 3.2.3 - Pedidos de acesso à informação

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Apresenta campo para pedido de acesso à informação	100
N1	N	Não apresenta campo para pedido de acesso à informação	0

Escala: Verificar a existência de campo para pedido de acesso à informação

Descritor 3.2.4 - Mapa do Site

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N2	B	Apresenta mapa do site	100
N1	N	Não apresenta mapa do site	0

Escala: Verificar a existência de mapa do site

Descritor 3.3 - Autenticidade das informações

Níveis de Impacto	Ref.	Escala Ordinal	Escala Cardinal
N3		Garante a autenticidade das informações disponibilizadas por meio de certificado digital; permite a revisão dos dados por meio do número do certificado digital	200
N2	B	Garante a autenticidade das informações disponibilizadas por meio de certificado digital	100
N1	N	Não garante a autenticidade das informações disponibilizadas por meio de certificado digital	0

Escala: Verificar a disponibilidade de certificação digital para os dados fornecidos pelo portal

Autenticidade das informações
X

	N3	N2	N1	Escala atual	
N3	nula	moderada	positiva	200	extrema
N2		nula	moderada	100	mt. forte
N1			nula	0	forte
					moderada
					fraca
					mt. fraca
					nula

Julgamentos consistentes

APÊNDICE E – TABELAS DE AVALIAÇÃO DAS COMUNIDADES AUTÔNOMAS ESPANHOLAS

Cód.	Comunidade Autónoma de Análisis CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global 100%	Contrib. Potencial 30
1	CONTEÚDO INFORMACIONAL	45%	-	81	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	103	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	74	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N5	138	0,68%	(0)
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N2	111	1,01%	0,70
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	108	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	100	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.1.4	Leitos de espera	25%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	131	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N4	162	0,21%	(0)
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.3	Obras públicas	25%	-	130	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N6	138	1,33%	(1)
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	15%	-	67	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Orçamentos	25%	-	40	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	60	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Atividade	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Receitas	9,0%	N4	100	0,45%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	50	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante de dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	100	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos egressos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N2	100	1,13%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órgãos de administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATATAÇÃO	20,0%	-	81	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	100	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	31,0%	N3	80	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	26	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N5	144	1,13%	(0)
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,56%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N3	55	0,56%	0,25
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	-	85	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	700	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N2	50	1,35%	0,68
2	FOMENTO A CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	69	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N5	180	8,00%	(6)
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	65	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	84	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	28	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	-33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N1	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N1	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries Noticiais	15,0%	N5	150	2,63%	(1)
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Perfis de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N3	200	7,00%	(7)

Comunidade Autónoma de Aragón		Taxas de Substitución	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
COD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	76	100%	24
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	82	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	83	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	84	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N2	38	0,68%	0,42
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N2	31	1,01%	0,70
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	67	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	100	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	69	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N2	37	0,21%	0,13
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	130	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	40%	N6	128	1,35%	(1)
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	15%	-	66	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N2	42	1,69%	0,98
1.2.2	Despesas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Naturza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recitas	9,0%	N4	100	0,43%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	100	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	65	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para controlo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	98	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N4	100	2,97%	0,00
1.4.3	Convénios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	32	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N5	144	1,13%	(0)
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	47	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N3	55	0,56%	0,25
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	-	100	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	69	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N5	180	8,00%	(6)
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	65	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	72	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	13	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	13	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N1	44	2,63%	3,78
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N5	150	2,63%	(1)
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	85	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N3	200	7,00%	(7)

Comunidade Autónoma de Asturias		Taxas de Substitución	Nível do Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	45	100%	€5
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	66	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	65	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	28	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N3	69	0,68%	0,21
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	31	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	75	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,12%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,12%	0,00
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,12%	0,12
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,12%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	50	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,22%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,22%	0,22
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	100	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N5	100	1,35%	0,00
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	35%	-	79	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N3	75	1,69%	0,42
1.2.2	Despesas	25%	-	70	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Naturaza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recostas	8,0%	N3	62	0,61%	0,23
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N2	100	0,54%	0,00
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	75	-	-
1.2.6.1	Deficiti / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	90	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N2	100	1,18%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,18%	0,00
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATACIÓN	20,0%	-	46	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convénios	33,0%	N3	43	2,97%	1,69
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	3,00%	0,00
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	46	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N4	100	1,18%	0,00
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N3	56	1,18%	0,50
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,54%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N3	55	0,54%	0,25
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,54%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	55	0,54%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	-	15	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N2	50	1,35%	0,68
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	2	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N2	0	8,00%	8,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	85	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Guia de ética e bom governo	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	42	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	34	-	-
3.1.1	Atualização das informações	50,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N4	140	2,63%	(1)
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N5	150	2,63%	(1)
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	85	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Procura de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Comunidade Autónoma das Ilhas Baleares		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
COD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	42	16%	57
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	74	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	87	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	55	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N5	138	0,68%	(0)
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	61	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	75	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	69	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N2	37	0,21%	0,13
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.3.1	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.3	Obras públicas	25%	-	130	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	40%	N6	128	1,35%	(1)
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	15%	-	83	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N3	75	1,69%	0,42
1.2.2	Despesas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recursos	9,0%	N4	100	0,43%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N2	100	0,54%	0,00
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	100	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	110	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	10,0%	N2	100	1,13%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	32	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convénios	33,0%	N2	0	2,97%	2,97
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	15	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	-	107	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	42	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N4	100	8,00%	0,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	85	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	2	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	4	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N5	150	2,63%	(1)
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	0	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Comunidade Autónoma de Canarias		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	40	40	40	100%	51
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	45%	-	77	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	78	-	-
1.1.1	Programa de governo	25%	-	15	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N2	38	0,68%	0,42
1.1.1.2	Educação dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	87	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	100	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	A2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção primária	25%	A2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	A2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	A2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	69	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	A2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	A2	37	0,21%	0,13
1.1.2.3	Segurança pública	25%	A2	100	0,42%	0,00
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	130	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N6	156	1,33%	0,1
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	15%	-	67	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N2	42	1,69%	0,98
1.2.2	Despesas	25%	-	59	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Restrição	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Eneçução	25%	A3	54	0,42%	0,19
1.2.2.3	Item ou serviço prestado	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recursos	5,0%	N4	100	0,61%	0,08
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	100	-	-
1.2.6.1	Difícil / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	62	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsável pelos órgãos	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N4	167	0,45%	(0)
1.3.4	Incompatibilidades e conflitos de interesses	25,0%	N2	115	1,15%	0,00
1.3.5	Agenda de entidades	25,0%	N1	0	1,15%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATATAÇÃO	20,0%	-	83	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Eneçução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Recrutamento do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N4	100	2,97%	0,00
1.4.3	Contrários	33,0%	N5	100	2,97%	0,00
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	37	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N5	144	1,13%	(0)
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	47	1,13%	1,18
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.7	PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO	10,0%	-	85	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N2	50	1,35%	0,68
2	FOMENTO A CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	47	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	56	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	50	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	1,00%	1,00	0
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos a entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	68	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	4	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	85	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,68%	1,68
3.2.2	Proteção de conteúdo	15,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N3	200	7,00%	(7)

Comunidade Autónoma de Cantabria		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	36	100%	64
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	75	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	69	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	28	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N3	69	0,68%	0,21
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	19	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	75	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,12
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	130	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N6	128	1,35%	(1)
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	15%	-	31	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N2	42	1,69%	0,98
1.2.2	Despesas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Naturza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recitas	9,0%	N4	100	0,43%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	100	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	10,0%	N2	100	1,13%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	82	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,51%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N4	100	2,97%	0,86
1.4.3	Convénios	33,0%	N4	71	2,97%	0,86
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	38	-	(0)
1.6.1	Remuneração	25,0%	N5	148	1,13%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	67	1,13%	0,00
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,56%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N5	145	0,56%	(0)
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	-	100	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	40	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	80	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,60%	1,60
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	30	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	20	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	65	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Comunidade Autónoma de Castro-La Mancha		Taxas de Substitución	Nivel de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Ts. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITERIOS DE AVALIACIÓN	-	-	51	100%	49
1	CONTENIDO INFORMACIONAL	45%	-	79	-	-
1.1	DESEMPEÑO DA GESTIÓN	15%	-	85	-	-
1.1.1	Programas de goberno	25%	-	55	-	-
1.1.1.1	Información sobre os programas	40%	N5	138	0,68%	(0)
1.1.1.2	Educación dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Servizos públicos	25%	-	56	-	-
1.1.2.1	Salude pública	25%	-	75	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	A2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atención sanitaria	25%	A2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	A2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educación	25%	-	50	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	A2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alumnos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Seguranza pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiencia na prestación dos servizos	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.3	Obras públicas	25%	-	130	-	-
1.1.3.1	Información sobre as obras	80%	N6	126	1,33%	(1)
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Protección ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Calidade da auga	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Calidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMACIÓN ECONÓMICA E FINANCIERA	15%	-	83	-	-
1.2.1	Planxamento gobernal	25%	N3	75	1,69%	0,42
1.2.2	Orxenas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Clasificación	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orxamentaria	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Función	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Reserva	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execución	25%	A4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou servizo prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiario do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recibos	5,0%	N4	100	0,61%	0,08
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N2	100	0,54%	0,00
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do goberno	25,0%	-	100	-	-
1.2.6.1	Dificil / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da divida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZACIÓN E ESTRUCTURA	10,0%	-	100	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsábel polos órganos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Información para contacto	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilización e conflito de intereses	25,0%	N2	100	1,13%	0,08
1.3.5	Agenda de entidades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órganos da administración institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos consellos de goberno	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESOS DE CONTRATACIÓN	20,0%	-	47	-	-
1.4.1	Procesos licitatorios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Ejecución do proceso	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Recrutado do proceso	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Contrados	33,0%	N4	71	2,97%	0,86
1.5	SUBVENCIÓNES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABAHO	10,0%	-	46	-	-
1.6.1	Remuneración	25,0%	N3	56	1,13%	0,58
1.6.2	Declaración anual de bens	25,0%	N4	100	1,13%	0,00
1.6.3	Relación de cargos	12,5%	N3	56	0,56%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N3	55	0,56%	0,25
1.6.5	Quadro de persoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Diáries pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PROTECCIÓN DO PATRIMONIO	10,0%	-	100	-	-
1.7.1	Relación de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relación de bens móbiles	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO A CULTURA DE TRANSPARENCIA	20,0%	-	42	-	-
2.1	WEB 2.0 E MEDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-56	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZACIÓN DAS INFORMACIÓNES	40,0%	N4	100	8,00%	0,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUORTE AO CIADÁO	25,0%	-	85	-	-
2.3.1	Guía de fornecimento de informaciónes	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom goberno	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de servizos ao cidadá	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participación cidadá	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionales	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoría pública	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	21	-	-
3.1	ACCESO E UTILIZACIÓN DE DADOS	50,0%	-	11	-	-
3.1.1	Atualización das informaciónes	55,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acceso ao usuario	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravación de relacións	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUORTE AO USUARIO	30,0%	-	50	-	-
3.2.1	Perguntas frecuentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Procura de contido	15,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acceso à información	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMACIÓNES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Comunidade Autónoma de Castilla y León		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
COD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	56	100%	44
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	63	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	66	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	63	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	100	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	50	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,00
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.3	Obras públicas	25%	-	100	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	40%	N5	100	1,35%	0,00
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	15%	-	73	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N2	42	1,69%	0,98
1.2.2	Despesas	25%	-	40	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	60	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Naturza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recutas	9,0%	N4	100	0,43%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N2	100	0,54%	0,00
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	100	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	95	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	10,0%	N2	100	1,13%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N2	54	1,13%	0,52
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N2	60	0,45%	0,18
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	26	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	100	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N4	100	1,51%	0,00
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,51%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convénios	33,0%	N1	43	2,97%	4,25
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	27	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N1	47	1,13%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	47	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,56%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N3	55	0,56%	0,25
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	-	100	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	37	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N4	100	8,00%	0,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	65	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	57	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	13	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	13	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	35	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N3	200	7,00%	(7)

Comunidade Autónoma de Cataluña		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	82	100%	38
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	88	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	70	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	28	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N3	69	0,68%	0,21
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	52	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	75	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	131	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N4	162	0,21%	(0)
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	100	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N5	100	1,35%	0,00
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	35%	-	68	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Naturza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recostas	8,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	50	-	-
1.2.6.1	Deficiti / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	99	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N2	115	1,18%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N2	54	1,18%	0,52
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	107	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	100	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N4	100	2,97%	0,00
1.4.3	Convénios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	3,00%	0,00
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	57	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,18%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N4	100	1,18%	0,00
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N4	100	0,54%	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N4	100	0,54%	0,00
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,54%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	55	0,54%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	-	100	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	37	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N4	100	8,00%	0,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	65	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Cópia de ficheiros em bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	42	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	34	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N4	140	2,63%	(1)
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N5	150	2,63%	(1)
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	85	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Proteção de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Comunidade Autónoma de Extremadura		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	35	100%	65
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	68	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	25	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	100	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N5	100	1,35%	0,00
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	15%	-	73	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N2	42	1,69%	0,98
1.2.2	Despesas	25%	-	40	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	60	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Naturza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recutas	9,0%	N4	100	0,43%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N2	100	0,54%	0,00
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	100	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	82	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N4	167	0,45%	(0)
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	81	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	100	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N4	100	1,51%	0,00
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,51%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convénios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	21	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N5	145	0,56%	(0)
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	70,0%	-	70	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	2	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N2	0	8,00%	0,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	85	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N2	100	1,60%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,60%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	13	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	4	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	35	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Comunidade Autónoma de Galicia		Taxas de Substitución	Nivel do Desempenho	Avaliación (pontuación)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIACIÓN	-	-	-	100%	73
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	46	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	78	-	-
1.1.1	Programas de goberno	25%	-	28	-	-
1.1.1.1	Informacións sobre os programas	40%	N3	69	0,68%	0,21
1.1.1.2	Execución dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Servizios públicos	20%	-	86	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	75	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atención sanitaria	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Letras por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educación	25%	-	69	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alumnos matriculados	50%	N2	37	0,21%	0,13
1.1.2.3	Segurancia pública	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.2.4	Eficiencia na prestación dos servizos	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.3	Obras públicas	25%	-	100	-	-
1.1.3.1	Informacións sobre as obras	80%	N5	100	1,35%	0,00
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Protección ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Calidade da auga	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Calidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMACIÓN ECONÓMICA E FINANCIERA	35%	-	71	-	-
1.2.1	Planxamento goberamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Clasificación	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orzamentaria	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Naturza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execución	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou servizo prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiario do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recostas	8,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N2	100	0,54%	0,00
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.6	Financiamento do goberno	25,0%	-	75	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da divida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZACIÓN E ESTRUCTURA	10,0%	-	50	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis polos órganos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informacións para contacto	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de intereses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Axenda de actividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órganos da administración institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos consellos de goberno	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESOS DE CONTRATACIÓN	20,0%	-	81	-	-
1.4.1	Procesos licitatórios	34,0%	-	100	-	-
1.4.1.1	Execución do proceso	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.1.2	Resultado do proceso	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convénios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N2	0	3,00%	9,00
1.5.1	FORÇA DE TRABAHO	10,0%	-	27	-	-
1.6.1	Remuneración	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaración anual de bens	25,0%	N2	0	1,13%	1,13
1.6.3	Relación de cargos	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N3	55	0,56%	0,25
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMONIO	10,0%	0	0	-	-
1.7.1	Relación de bens inmóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relación de bens móbiles	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	10	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZACIÓN DAS INFORMACIÓNES	40,0%	N2	0	8,00%	8,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	40	-	-
2.3.1	Guía de fornecemento de informacións	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Coño de física e bono goberno	20,0%	N2	0	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de servizos ao cidadán	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participación cidadá	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Consellos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoría pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	24	-	-
3.1	ACCESO E UTILIZACIÓN DE DADOS	50,0%	-	19	-	-
3.1.1	Actualización das informacións	50,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuario	15,0%	N4	140	2,63%	(1)
3.1.3	Gravación de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	50	-	-
3.2.1	Perguntas frecuentes	15,0%	N1	0	1,58%	0
3.2.2	Proxectos de contido	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acceso à información	35,0%	0	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMACIÓNES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Comunidade Autónoma de La Rioja		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	45	100%	55
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	38	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	75	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	55	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N5	138	0,68%	(0)
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	44	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	75	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.3	Obras públicas	25%	-	100	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N5	100	1,35%	0,00
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	15%	-	88	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	40	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	60	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Naturza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recitas	9,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N2	100	0,54%	0,00
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	100	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	80	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	10,0%	N2	100	1,13%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	18	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N4	100	1,51%	0,00
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convénios	33,0%	N1	-43	2,97%	4,25
1.5	SUBVENCÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	9,00%	16,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	41	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,56%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	-	100	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	21	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N3	40	8,00%	4,80
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	100	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	68	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	4	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	85	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N3	200	7,00%	(7)

CÓD.	Comunidade Autónoma de Murcia	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	35	100%	€5
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	70	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	78	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	55	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N5	138	0,68%	(0)
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	58	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	100	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	131	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N4	162	0,21%	(0)
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	100	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N5	100	1,35%	0,00
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	35%	-	62	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N3	75	1,69%	0,42
1.2.2	Despesas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Naturza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recetas	8,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	50	-	-
1.2.6.1	Deficiti /superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	105	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N4	167	0,45%	(0)
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N2	114	1,18%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N2	54	1,18%	0,52
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	107	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	100	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N4	100	2,97%	0,00
1.4.3	Convénios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N3	50	3,00%	4,50
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	31	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N1	47	1,18%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	47	1,18%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	47	0,54%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N5	145	0,54%	(0)
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,54%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	55	0,54%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	-	100	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	38	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	85	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	32	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	13	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	85	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	0,00
3.2.2	Perguntas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Comunidade Autónoma de Navarra		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	-	100%	52
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	85	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	89	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	92	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N5	138	0,68%	(0)
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N3	62	1,01%	0,38
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	44	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	75	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,12
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	100	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N3	100	0,21%	0,00
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	120	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N6	138	1,35%	(1)
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N2	50	0,34%	0,17
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	15%	-	63	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N1	0	1,69%	1,69
1.2.2	Despesas	25%	-	40	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	60	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Naturza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recursos	9,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N2	100	0,54%	0,00
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	100	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	107	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N4	167	0,45%	(0)
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N2	100	1,13%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	98	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,51%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N4	100	2,97%	0,00
1.4.3	Convénios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	21	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,56%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	10,0%	-	107	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	5	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N2	0	8,00%	0,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	100	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	24	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	15	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N4	140	2,63%	(1)
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	50	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Comunidade Autónoma do País Vasco		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	-	100%	27
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	75	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	103	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	115	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N5	138	0,68%	(0)
1.1.1.2	Execução dos programas	40%	N4	100	1,01%	0,00
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	67	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	100	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	69	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N2	37	0,21%	0,13
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.3	Obras públicas	25%	-	130	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	40%	N6	136	1,35%	(1)
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	35%	-	75	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N3	75	1,69%	0,42
1.2.2	Despesas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Naturais	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recitas	8,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	100	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	90	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidades e conflito de interesses	25,0%	N2	100	1,13%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATATAÇÃO	20,0%	-	83	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	90	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N2	0	1,53%	1,53
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N4	100	2,97%	0,00
1.4.3	Convénios	33,0%	N5	100	2,97%	0,00
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N3	50	9,00%	4,50
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	27	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N1	67	1,13%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N4	100	1,13%	0,00
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,54%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N5	145	0,54%	(0)
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,54%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	-5	0,54%	0,87
1.7	PATRIMÓNIO	30,0%	-	100	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	77	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N5	180	8,00%	(6)
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	100	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	88	-	-
3.1	ACCESO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	25	-	-
3.1.1	Atualização das informações	50,0%	N1	-33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N4	140	2,63%	(1)
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	50	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	1,58%	0	1,58
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N3	200	7,00%	(7)

Comunidade Autónoma de Valência		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contról. Global	Contról. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	70	100%	30
1	CONTÉUDO INFORMATACIONAL	45%	-	93	-	-
1.1	DESEMPEÑO DA GESTÃO	15%	-	61	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	61	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	75	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	A2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	A2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.3	Letras por habilitante	25%	A1	0	0,11%	0,00
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	A2	100	0,11%	0,00
1.1.2.2	Educação	25%	-	69	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	A2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	A2	37	0,21%	0,13
1.1.2.3	Segurança pública	25%	A2	100	0,42%	0,00
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	82	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	40%	N4	77	1,35%	0,31
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N3	100	0,34%	0,00
1.1.4	Méio ambiente	25%	-	100	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N3	100	0,57%	0,00
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N2	100	0,56%	0,00
1.2	INFORMACIÓN ECONOMICAL E FINANCIERA	15%	-	71	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N2	42	1,69%	0,98
1.2.2	Despesas	25%	-	40	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	60	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	A2	100	0,68%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	A2	100	0,68%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	A2	0	0,68%	0,00
1.2.2.1.4	Naturaleza	20%	A2	100	0,68%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	A1	0	0,68%	0,68
1.2.2.2	Execução	25%	A4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	A2	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recursos	5,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N2	100	0,54%	0,00
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N5	133	0,54%	(0)
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	100	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZACIÓN E ESTRUCTURA	10,0%	-	108	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N3	200	0,45%	(0)
1.3.3	Informações para contacto	10,0%	N2	83	0,45%	0,08
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N2	100	1,13%	0,00
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N3	100	1,13%	0,00
1.3.6	Link para órgãos de administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.4	PROCEOS DE CONTRATACIÓN	20,0%	-	98	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	100	1,51%	0,37
1.4.1.2	Resultados do processo	50,0%	N4	100	1,51%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N4	100	2,97%	0,00
1.4.3	Convénios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	10,0%	N5	140	9,00%	(4)
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	57	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,31%	0,50
1.6.2	Dedicação anual de bens	25,0%	N4	100	1,31%	0,00
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,56%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N5	145	0,56%	(0)
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Dígitos pagos	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.7	PATRONATO	10,0%	-	85	-	-
1.7.1	Relação de bens móveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens imóveis	30,0%	N2	50	1,35%	0,68
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	2	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N2	0	8,00%	8,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	85	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	79	-	-
3.1	ACCESO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	15	-	-
3.1.1	Atualização das informações	15,0%	N1	13	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N4	140	2,63%	(1)
3.1.3	Geração de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Percurso de contacto	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N3	200	7,00%	(7)

APÊNDICE F – TABELAS DE AVALIAÇÃO DOS ESTADOS BRASILEIROS

CÓD.	Estado de Anís CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global 100%	Contrib. Potencial 123
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	45%	-	-38	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,08%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,03%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,12%	0,22
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,12%	0,22
1.1.2.1.3	Unidades de saúde	25%	N1	0	0,12%	0,22
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,12%	0,22
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,22%	0,22
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,22%	0,22
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Méio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	22	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N1	0	1,69%	1,69
1.2.2	Despesas	25%	-	50	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	100	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	A2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,42
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recetas	9,0%	N4	100	0,61%	0,60
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Deficit / Superavit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para páginas de administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Atores dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	-74	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	-60	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N1	-60	1,33%	2,45
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N1	-60	1,33%	2,45
1.4.2	Contratos	33,0%	N1	-130	2,97%	6,53
1.4.3	Convênios	33,0%	N1	-43	2,97%	4,25
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	-	-60	9,00%	14,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	-49	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Dívidas pagas	12,5%	N2	0	0,56%	0,56
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-60	-	-
2.1	WEB DAS MÍDIAS SOCIAIS	30,0%	-	-66	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REGISTRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-102	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	0	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	-	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	5	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	11	-	-
3.1.1	Atualização das informações	15,0%	N3	33	9,83%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N1	-50	2,63%	3,94
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	0	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado de Atopos CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	
					18	82
1	CONTÉUDO INFORMATACIONAL	40%	-	17	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	38	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N2	42	1,69%	0,98
1.2.2	Despesas	25%	-	75	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	100	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Recitas	9,0%	N4	100	0,43%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	0	-	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contrato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	57	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N2	0	1,51%	1,51
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,51%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	2,97
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	9,00%	16,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	24	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N4	100	1,13%	0,00
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N5	146	0,56%	(0)
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	100	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-16	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N2	0	8,00%	0,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	38	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	56	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	35	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado do Ampar	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Taxas de Substituição	Nível do Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
			-		-	100%	103
1		CONTEÚDO INFORMACIONAL	40%	-	-7	-	-
1.1		DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1		Programas de governo	25%	-	0	-	-
1.1.1.1		Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2		Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2		Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1		Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1		Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2		Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3		Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4		Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2		Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1		Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2		Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3		Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4		Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3		Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1		Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2		Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4		Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1		Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2		Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3		Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2		INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	0	-	-
1.2.1		Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2		Despesas	25%	-	75	-	-
1.2.2.1		Classificação	25%	-	100	-	-
1.2.2.1.1		Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2		Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3		Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4		Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5		Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2		Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3		Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4		Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3		Receitas	8,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4		Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5		Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6		Financiamento do governo	25,0%	0	-	-	-
1.2.6.1		Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2		Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3		Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4		Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3		ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	10	-	-
1.3.1		Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2		Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3		Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4		Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5		Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6		Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7		Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4		PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	-20	-	-
1.4.1		Processos licitatórios	34,0%	-	-60	-	-
1.4.1.1		Execução do processo	50,0%	N1	-60	1,53%	2,45
1.4.1.2		Resultado do processo	50,0%	N1	-60	1,53%	2,45
1.4.2		Contratos	33,0%	N1	-120	2,97%	6,53
1.4.3		Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5		SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	3,00%	14,40
		FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	-12	-	-
1.6.1		Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2		Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3		Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4		Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5		Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,87
1.6.6		Diárias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7		PATRIMÔNIO	10,0%	0	0	-	-
1.7.1		Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2		Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2		FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-60	-	-
2.1		WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1		Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2		Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3		YouTube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4		Outras redes sociais	35,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2		REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3		DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	0	0	-	-
2.3.1		Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2		Guia de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3		Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4		Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5		Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6		Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3		USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	34	-	-
3.1		ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	-69	-	-
3.1.1		Atualização das informações	55,0%	N3	33	9,63%	6,45
3.1.2		Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3		Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4		Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2		SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	30	-	-
3.2.1		Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2		Pesquisa de conteúdo	15,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3		Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4		Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3		AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado do Amazonas		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	-2	100%	102
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	4	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	39	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N2	42	1,69%	0,98
1.2.2	Despesas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Naturza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recitas	9,0%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	57	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N5	100	2,97%	0,00
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	9,00%	16,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	-12	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,87
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-60	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	0	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	25	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	49	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	0	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado da Itala	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	-	100%	10%
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	20	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	5	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	19	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N2	31	1,01%	0,70
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	37	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	15	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	60	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Receitas	8,0%	N1	0	0,61%	0,61
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	6	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N2	60	0,45%	0,18
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	45	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	25	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N2	100	1,53%	1,53
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N1	120	2,97%	6,53
1.4.3	Convênios	33,0%	N1	43	2,97%	4,25
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	60	3,00%	14,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	56	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N1	47	1,13%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	47	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	47	0,54%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	55	0,54%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,54%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	55	0,54%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	56	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	30,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Cópia de física e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	40	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	41	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	65	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N1	9	3,68%	1,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado da Coara CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global		
					17	100%	Contrib. Potencial
1	CONTEÚDO INFORMACIONAL	40%	-	17	-	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	15	-	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	62	-	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N4	77	1,35%	0,31	0,31
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	67	-	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	75	-	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	100	-	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00	0,00
1.2.3	Recitas	9,0%	N4	100	0,43%	0,00	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	25	-	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	16	-	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N2	60	0,45%	0,18	0,18
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	64	-	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(4)	(4)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	9,00%	-	16,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	20	-	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N4	100	1,13%	0,00	0,00
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N4	100	0,56%	0,00	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00	0,00
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-55	-	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	20	-	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N2	100	1,00%	0,00	0,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	58	-	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	56	-	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00	0,00
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00	7,00

Distrito Federal		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	16	100%	84
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	19	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	7	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	28	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N3	69	0,68%	0,21
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	37	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	59	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N3	54	0,42%	0,19
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Receitas	8,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	45	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	5	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N1	40	1,53%	2,45
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	40	3,00%	14,40
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	28	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	47	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	100	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N3	100	3,15%	0,00
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	50	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	40	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N2	0	2,10%	2,10
2.1.4	Outras redes sociais	30,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Guia de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	50	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	41	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado do Espírito Santo CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
		-	-	31	100%	69
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	19	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	28	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	110	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N6	138	1,35%	(1)
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	67	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	75	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	100	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Recitas	9,0%	N4	100	0,43%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	25	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	48	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	25	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N2	0	1,53%	1,53
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N5	100	2,97%	0,00
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	9,00%	16,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	39	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N4	100	1,13%	0,00
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,56%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N5	146	0,56%	(9)
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	30	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	28	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	71	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N5	136	2,10%	(1)
2.1.2	Twitter	30,0%	N5	136	2,10%	(1)
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N3	56	0,70%	0,31
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N2	0	8,00%	8,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	47	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	56	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	33	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	65	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Etapa do Geis	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	25	100%	71
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	25	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	54	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	88	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N3	69	0,68%	0,01
1.1.1.2	Execução dos programas	40%	N4	100	1,01%	0,22
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	19	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	25	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N2	100	0,11%	0,00
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	50	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N2	100	0,21%	0,00
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	110	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	40%	N6	138	1,35%	0,1
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	35%	-	67
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	75	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	100	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,42
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Receitas	8,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	25	-	-
1.2.6.1	Deficiti / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	40	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	45	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	5	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N1	40	1,53%	2,45
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	40	3,00%	14,40
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	29	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N5	144	1,13%	(0)
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	47	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	47	0,54%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	45	0,54%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,54%	0,00
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N4	100	0,54%	0,00
1.7	PATRIMÔNIO	30,0%	-	30	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	11	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N2	0	8,00%	8,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	35	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Guia de ética e bom governo	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	58	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	56	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado de Maranhão		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	17	100%	83
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	37	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	57	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	60	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N2	18	0,42%	0,35
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Recursos	9,0%	N1	0	0,61%	0,61
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	50	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	59	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,51%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	2,97
1.4.3	Convênios	33,0%	N5	100	2,97%	0,00
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	36	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N1	-	47	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-	47	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-	47	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-	55	0,60
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-	55	2,10%
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-	55	2,10%
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-	55	2,10%
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-	47	0,70%
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-	100	16,00%
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	0	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	37	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	56	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	33	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	30	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado do Mato Grosso	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	6	100%	84
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	5	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	19	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	77	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N4	100	0,68%	0,00
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N3	62	1,01%	0,38
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	60	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	70	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Receitas	8,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	40	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	3	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	2,97
1.4.3	Convênios	33,0%	N1	-43	2,97%	4,25
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	3,00%	14,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	1	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N3	55	0,56%	0,25
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-56	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	30,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Cópia de física e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	43	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	56	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	50	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N1	9	3,68%	1,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado do Mato Grosso do Sul		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
COD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	-11	100%	111
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	4	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	24	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N2	42	1,69%	0,98
1.2.2	Despesas	25%	-	55	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	20	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Recitas	9,0%	N1	0	0,41%	0,41
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	0	-	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	48	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	25	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N2	0	1,51%	1,51
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	2,97
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	9,00%	16,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-12	-	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	35	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N2	50	3,15%	1,58
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-60	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	0	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	-1	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	-2	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-13	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N1	-50	2,63%	3,94
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	0	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado de Minas Gerais	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	17	100%	€3
1	CONTEÚDO INFORMACIONAL	40%	-	17	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	22	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	65	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N3	69	0,68%	0,21
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N3	62	1,01%	0,38
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	25	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	35%	-	36
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	40	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	60	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Receitas	8,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	25	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	57	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	2,97
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	3,00%	14,40
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	-12	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,54%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,54%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,54%	0,00
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	-55	0,54%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	30,0%	-	30	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-16	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N2	0	8,00%	8,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Guia de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	40	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	19	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado do Para CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
		-	-	4	100%	96
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	19	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	39	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	0	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	0	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.2	Função	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recursos	9,0%	N1	0	0,04%	0,04
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	25	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	38	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	15	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N1	-60	1,51%	2,45
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	-
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(4)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N2	0	9,00%	9,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	15	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N4	100	1,13%	0,00
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N2	0	1,13%	1,13
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	35	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N2	50	3,15%	1,58
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-60	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	0	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	22	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	4	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-13	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N2	6	2,63%	2,63
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	65	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado da Paraíba		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	4	100%	96
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	2	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	37	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N2	42	1,66%	0,98
1.2.2	Despesas	25%	-	25	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	100	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Receitas	8,0%	N3	47	0,61%	0,23
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	25	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	0	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	2,97
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	3,00%	14,40
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	-42	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N3	55	0,56%	0,25
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	0	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-56	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	35,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Cunho de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	40	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	19	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado do Paraná		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
COD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	16	100%	84
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	17	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	6	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	25	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	42	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	35	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	40	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.2	Função	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recitas	9,0%	N1	0	0,61%	0,61
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	20	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para controle	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	9	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N1	43	2,97%	4,25
1.5	SUBVENCÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N2	0	9,00%	9,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	29	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N3	56	0,56%	0,25
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	30	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	56	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	55	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	49	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado do Pernambuco	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	25	100%	74
1	CONTEÚDO INFORMACIONAL	40%	-	22	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	35%	-	31
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	50	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	100	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Receitas	8,0%	N1	0	0,61%	0,61
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	25	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	47	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N4	167	0,45%	(0)
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	72	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	60	3,00%	14,40
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	10	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,56%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N3	55	0,56%	0,25
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	65	-	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N2	50	3,15%	1,58
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	16	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N2	0	8,00%	8,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Cópia de física e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	55	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	49	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado do Piauí		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
COD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	g	100%	g1
1	CONTEÚDO INFORMACIONAL	40%	-	19	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	20	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	80	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N5	100	1,35%	0,00
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	56	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	30	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	20	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recitas	9,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	25	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	10	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	57	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	2,97
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	9,00%	16,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	10	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N5	148	1,13%	(8)
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	65	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N2	50	3,15%	1,58
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-56	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	32	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	4	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-13	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N2	6	2,63%	2,63
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado do Rio de Janeiro		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	-	100%	97
1	CONTEÚDO INFORMACIONAL	40%	-	14	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	40%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	3	-	31
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	50	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	100	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Receitas	8,0%	N1	0	0,61%	0,61
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	25	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	30	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	65	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	2,97
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	3,00%	14,40
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	-16	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N2	71	0,56%	0,16
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	35	-	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N2	50	3,15%	1,58
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-60	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	30,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	0	0	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Cópia de física e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	26	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	13	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	65	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,80
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado do Rio Grande do Norte		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
COD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	-11	100%	111
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	-11	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	12	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	25	-	25
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	0
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	25	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N2	31	1,35%	0,93
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	60	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	70	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Recursos	9,0%	N4	100	0,43%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	-55	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	-5	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N1	-60	1,53%	2,45
1.4.2	Contratos	33,0%	N1	-120	2,97%	6,53
1.4.3	Convênios	33,0%	N1	-43	2,97%	4,25
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	9,00%	16,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	18	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N4	100	1,13%	0,00
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-56	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	13	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	4	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	35	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado do Rio Grande do Sul		Taxas de Substituição	Nível do Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	-	100%	€3
1	CONTEÚDO INFORMACIONAL	40%	-	12	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	4	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	15	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N2	38	0,68%	0,42
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	31	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	70	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Receitas	8,0%	N1	0	0,61%	0,61
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	10	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	72	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	75	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N4	100	1,53%	0,00
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	3,00%	14,40
1.5.1	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	7	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-16	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N2	0	8,00%	8,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Cópia de física e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	43	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	34	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N1	-44	2,63%	3,78
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	85	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado de Rondônia		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	Z	100%	58
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	12	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	53	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	45	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Recitas	9,0%	N4	100	0,43%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	20	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	55	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	25	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N2	0	1,53%	1,53
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	9,00%	16,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	29	-	(0)
1.6.1	Remuneração	25,0%	N5	148	1,13%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	0,94
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,87
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,00
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-60	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	0	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	25	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	19	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-13	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	50	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado de Roraima	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	-	100%	116
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	26	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	10	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	40	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N4	100	0,68%	0,00
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	37	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N1	0	1,69%	1,69
1.2.2	Despesas	25%	-	35	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	40	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.3	Receitas	8,0%	N1	0	0,61%	0,61
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	0	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	-74	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	-60	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N1	-60	1,53%	2,45
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N1	-60	1,53%	2,45
1.4.2	Contratos	33,0%	N1	-120	2,97%	6,53
1.4.3	Convênios	33,0%	N1	-43	2,97%	4,25
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	3,00%	14,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	-56	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N1	-47	1,13%	1,88
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-47	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-47	0,54%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,54%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N1	0	0,54%	0,56
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	-55	0,54%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	0	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-60	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	30,0%	N1	-47	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	0	0	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	26	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	13	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	65	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Procedimento de contestação	35,0%	N1	9	3,68%	1,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado de Santa Catarina		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	24	100%	76
1	CONTEÚDO INFORMACIONAL	40%	-	46	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	6	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	0
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	0
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	25	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N2	31	1,35%	0,93
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	67	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	75	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	100	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Recursos	9,0%	N4	100	0,43%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	25	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	10	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	57	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N5	100	2,97%	0,00
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N4	100	9,00%	0,00
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	24	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N4	100	1,13%	0,00
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	-67	0,56%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N5	146	0,56%	(0)
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-60	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	0	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	43	-	-
3.1	ACESSO À UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	56	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N4	100	2,63%	0,00
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	50	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado de São Paulo		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	-	100%	€0
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	23	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	15	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	62	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N4	77	1,35%	0,31
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	61	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	75	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	100	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Receitas	8,0%	N4	100	0,61%	0,00
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	40	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N2	100	0,45%	0,00
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	64	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N3	20	2,97%	2,38
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	60	3,00%	14,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	33	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N4	100	1,13%	0,00
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N3	55	0,56%	0,25
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N1	55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	30,0%	-	35	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N2	50	3,15%	1,58
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	72	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N5	180	8,00%	(6)
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	80	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Cópia de física e bom governo	20,0%	N2	100	1,00%	0,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	44	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	49	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N3	31	9,63%	6,45
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N3	56	2,63%	1,16
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	65	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

CÓD.	Estado de Serviço CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	
					100%	106
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	-2	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	0	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	0	0	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N1	0	0,68%	0,68
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N1	0	1,01%	1,01
1.1.2	Serviços públicos	25%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Letas por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	0	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	60%	N1	0	1,35%	1,35
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Melo ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	15%	-	41	-	-
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	30	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	20	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.3	Programa	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Recitas	9,0%	N1	0	0,61%	0,61
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	-	0	-	-
1.2.6.1	Déficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	10	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	12	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	-5	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,51%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N1	-60	1,51%	2,45
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	1,69
1.4.3	Convênios	33,0%	N3	43	2,97%	1,69
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	-60	9,00%	16,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	9	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	-67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N4	100	0,56%	0,00
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N3	100	0,56%	0,00
1.6.6	Díarias pagas	12,5%	N1	-55	0,56%	0,87
1.7	PATRIMÔNIO	10,0%	-	0	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N1	0	1,35%	1,35
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	-56	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	-56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.3	Youtube	30,0%	N1	-55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	10,0%	N1	-67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	-100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Código de ética e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	17	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	4	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	-13	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N2	6	2,63%	2,63
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	50	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisas de conteúdo	35,0%	N1	0	3,68%	3,68
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N1	0	1,58%	1,58
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00

Estado do Tocantins		Taxas de Substituição	Nível de Desempenho	Avaliação (pontuação)	Tx. Contrib. Global	Contrib. Potencial
CÓD.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	-	-	8	100%	82
1	CONTÉUDO INFORMACIONAL	40%	-	17	-	-
1.1	DESEMPENHO DA GESTÃO	15%	-	31	-	-
1.1.1	Programas de governo	25%	-	100	-	-
1.1.1.1	Informações sobre os programas	40%	N4	100	0,68%	0,00
1.1.1.2	Execução dos programas	60%	N4	100	1,01%	0,00
1.1.2	Serviços públicos	20%	-	0	-	-
1.1.2.1	Saúde pública	25%	-	0	-	-
1.1.2.1.1	Hospitais	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.2	Centros de atenção sanitária	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.3	Leitos por habitante	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.1.4	Lista de espera	25%	N1	0	0,11%	0,11
1.1.2.2	Educação	25%	-	0	-	-
1.1.2.2.1	Centros de ensino	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.2.2	Alunos matriculados	50%	N1	0	0,21%	0,21
1.1.2.3	Segurança pública	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.2.4	Eficiência na prestação dos serviços	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.1.3	Obras públicas	25%	-	25	-	-
1.1.3.1	Informações sobre as obras	80%	N2	31	1,35%	0,88
1.1.3.2	Normativas sobre as obras	20%	N1	0	0,34%	0,34
1.1.4	Meio ambiente	25%	-	0	-	-
1.1.4.1	Proteção ambiental	34%	N1	0	0,57%	0,57
1.1.4.2	Qualidade da água	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.1.4.3	Qualidade do ar	33%	N1	0	0,56%	0,56
1.2	INFORMAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA	35%	-	35	-	31
1.2.1	Planejamento governamental	25%	N4	100	1,69%	0,00
1.2.2	Despesas	25%	-	70	-	-
1.2.2.1	Classificação	25%	-	80	-	-
1.2.2.1.1	Unidade orçamentária	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.2	Função	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.3	Programa	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.4	Natureza	20%	N2	100	0,08%	0,00
1.2.2.1.5	Fonte de recursos	20%	N1	0	0,08%	0,08
1.2.2.2	Execução	25%	N4	100	0,42%	0,00
1.2.2.3	Bem ou serviço prestado	25%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.2.4	Beneficiário do pagamento	25%	N2	100	0,42%	0,00
1.2.3	Receitas	8,0%	N1	0	0,61%	0,61
1.2.4	Gasto por habitante	8,0%	N1	0	0,54%	0,54
1.2.5	Relatórios fiscais	8,0%	N4	100	0,54%	0,00
1.2.6	Financiamento do governo	25,0%	0	0	-	-
1.2.6.1	Deficit / superávit sobre o PIB	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.2	Montante da dívida pública	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.3	Endividamento por habitante	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.2.6.4	Endividamento relativo	25,0%	N1	0	0,42%	0,42
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA	10,0%	-	20	-	-
1.3.1	Organograma	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.2	Responsáveis pelos órgãos	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.3.3	Informações para contato	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.4	Incompatibilidade e conflito de interesses	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.5	Agenda de atividades	25,0%	N1	0	1,13%	1,13
1.3.6	Link para órgãos da administração institucional	10,0%	N3	100	0,45%	0,00
1.3.7	Acordos dos conselhos de governo	10,0%	N1	0	0,45%	0,45
1.4	PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO	20,0%	-	57	-	-
1.4.1	Processos licitatórios	34,0%	-	50	-	-
1.4.1.1	Execução do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.1.2	Resultado do processo	50,0%	N3	50	1,53%	0,77
1.4.2	Contratos	33,0%	N2	0	2,97%	2,97
1.4.3	Convênios	33,0%	N6	121	2,97%	(1)
1.5	SUBVENÇÕES E AJUDAS PÚBLICAS	20,0%	N1	60	3,00%	14,40
1.6	FORÇA DE TRABALHO	10,0%	-	3	-	-
1.6.1	Remuneração	25,0%	N3	56	1,13%	0,50
1.6.2	Declaração anual de bens	25,0%	N1	67	1,13%	1,88
1.6.3	Relação de cargos	12,5%	N1	67	0,54%	0,94
1.6.4	Ofertas de emprego	12,5%	N1	55	0,54%	0,87
1.6.5	Quadro de pessoal	12,5%	N2	71	0,54%	0,16
1.6.6	Diárias pagas	12,5%	N4	100	0,54%	0,00
1.7	PATRIMÔNIO	30,0%	-	30	-	-
1.7.1	Relação de bens imóveis	70,0%	N1	0	3,15%	3,15
1.7.2	Relação de bens móveis	30,0%	N3	100	1,35%	0,00
2	FOMENTO À CULTURA DE TRANSPARÊNCIA	20,0%	-	56	-	-
2.1	WEB 2.0 E MÍDIAS SOCIAIS	35,0%	-	56	-	-
2.1.1	Facebook	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.2	Twitter	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.3	YouTube	30,0%	N1	55	2,10%	3,26
2.1.4	Outras redes sociais	30,0%	N1	67	0,70%	1,17
2.2	REUTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	40,0%	N1	100	8,00%	16,00
2.3	DOCUMENTOS DE SUPORTE AO CIDADÃO	25,0%	-	15	-	-
2.3.1	Guia de fornecimento de informações	15,0%	N2	100	0,75%	0,00
2.3.2	Cópia de física e bom governo	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.3	Carta de serviços ao cidadão	20,0%	N1	0	1,00%	1,00
2.3.4	Normativa sobre participação cidadã	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.5	Conselhos e entidades regionais	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
2.3.6	Defensoria pública	15,0%	N1	0	0,75%	0,75
3	USABILIDADE DO PORTAL	35,0%	-	32	-	-
3.1	ACESSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS	50,0%	-	4	-	-
3.1.1	Atualização das informações	55,0%	N1	33	9,63%	12,80
3.1.2	Acesso ao usuário	15,0%	N3	100	2,63%	0,00
3.1.3	Gravação de relatórios	15,0%	N2	0	2,63%	2,63
3.1.4	Séries históricas	15,0%	N3	50	2,63%	1,31
3.2	SUPORTE AO USUÁRIO	30,0%	-	100	-	-
3.2.1	Perguntas frequentes	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.2.2	Pesquisa de conteúdo	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.3	Pedidos de acesso à informação	35,0%	N2	100	3,68%	0,00
3.2.4	Mapa do site	15,0%	N2	100	1,58%	0,00
3.3	AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES	20,0%	N1	0	7,00%	7,00